

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

JUSSARA RODRIGUES DA SILVA

ÉPOCAS, NOTAS E CITAÇÕES: A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA DE
FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN NA *HISTÓRIA GERAL DO BRASIL*
(1854-1857; 1877)

VITÓRIA
2013

JUSSARA RODRIGUES DA SILVA

ÉPOCAS, NOTAS E CITAÇÕES: A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA DE
FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN NA HISTÓRIA GERAL DO BRASIL
(1854-1857; 1877)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como requisito parcial para obtenção do título de mestre sob orientação do prof. dr. Julio Bentivoglio.

VITÓRIA
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S586e Silva, Jussara Rodrigues da, 1988-
Épocas, notas e citações: a prática historiográfica de
Francisco Adolfo de Varnhagen na *História Geral do Brasil*
(1854-1857; 1877) / Jussara Rodrigues da Silva. – 2013.
167 f. : il.

Orientador: Julio César Bentivoglio.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Varnhagen, Francisco Adolfo de, 1816-1878. 2. Erudição.
3. Brasil – Historiografia. 4. Brasil – História – Séc. XIX. I.
Bentivoglio, Julio César. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

À minha mãe por ter sido muito mais do que mãe, minha melhor amiga.

AGRADECIMENTOS

Acredito que um dos maiores aprendizados que tive ao longo desses anos que passei na UFES foi a certeza de que sozinhos não chegamos a lugar algum. Cada uma de nossas conquistas é resultado de uma soma de forças e de pessoas sem as quais nenhum de nossos sonhos poderia se concretizar. Com essa dissertação e com a sua autora não foi diferente. À frente desse trabalho estão pessoas incríveis que já faziam parte da minha vida e outras, que com grande satisfação, vim a conhecer.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador Julio Bentivoglio pela oportunidade e pelo privilégio que me deu de fazer parte de seu grupo de pesquisa quando eu ainda estava na graduação. Sem dúvida tal oportunidade me permitiu conhecer outro lado da história pelo qual eu me encantei. Agradeço também por ter aceitado orientar o meu projeto de mestrado do qual essa dissertação é o desdobramento. Essa dissertação representa o fechamento de um ciclo de quatro anos de pesquisa em que pude contar com o apoio e a orientação do professor Julio. Tais palavras, contudo, jamais serão suficientes para expressar a minha gratidão por tudo o que ele fez por mim.

Agradeço também aos professores Geraldo Antonio Soares e Thiago Lima Nicodemo por terem aceitado participar da minha banca de qualificação contribuindo imensamente para o desenvolvimento desse trabalho. Um agradecimento especial ao professor Thiago pelas importantes críticas e sugestões ao meu projeto de pesquisa que foram fundamentais para que minha pesquisa tomasse o direcionamento atual. Agradeço à professora Juçara Luzia Leite pelas indicações e sugestões feitas durante a sua disciplina no mestrado.

Ao professor Valdei Lopes de Araújo por ter aceitado ler e compor a banca de defesa dessa dissertação. Com suas importantes contribuições discutir as humildes palavras que compõem esse trabalho.

Aos meus amigos da turma 2007/1, à Mellina, Camilla, Edis, Dionne. Aos amigos da turma 2011/1 que depois de tantas emoções chegamos ao fim dessa jornada Layli, Marcelo, Enilson, Marcela.

Uma menção especial aos amigos que desde o início da graduação fazem parte da minha vida Georghia Quinquim Braga, Ana Paula Cecon Calegari e Vitor Dalcomuni dos Santos. Cada um, à sua maneira, me reconfortou nos momentos em que mais precisei. Obrigada, eu amo vocês demais. A Jonatas Nery por sua amizade irrestrita.

Ao Apgaua por ser uma das minhas melhores descobertas.

Dedico essa dissertação à minha mãe Irene Rodrigues da Silva. Minha heroína, meu exemplo. A distância foi a nossa maior inimiga nesses anos, a saudade também foi muito grande, mas a satisfação de ter concluído essa etapa mostra que o nosso esforço valeu a pena. Obrigada por tudo mãe, esse trabalho também é seu.

Agradeço à minha família e aos meus sobrinhos lindos que a cada dia dão mais sentido à minha vida: Hiago, Iury e Izabel.

À CAPES pela bolsa concedida sem a qual essa pesquisa não poderia ter sido realizada e ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas por conceder aos seus alunos uma formação de qualidade.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo discutir a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen por meio da análise das mudanças operadas pelo autor em sua *História Geral do Brasil* quanto a dois aspectos: a erudição histórica e o estabelecimento de uma periodização para a história nacional. A comparação entre as duas primeiras edições da obra é o objeto privilegiado de análise, pois, dessa forma, é possível reconstruir os embates na relação entre a experiência do autor e a expectativa de seus pares no IHGB quanto aos desafios de escrever uma história modernizada do Brasil. Assim, esse trabalho pretende discutir algumas mudanças promovidas por Varnhagen ao reeditar a sua obra pensando essa reedição como uma reescrita da história impulsionada por uma mudança na experiência, seja ela coletiva ou individual, que obrigue de certa forma o autor a tomar novas posturas metodológicas, alterando também a sua própria forma de escrever a história.

Palavras-chave: Francisco Adolfo de Varnhagen – Erudição – Brasil – Historiografia – Século XIX.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the historiographical practice of Francisco Adolfo de Varnhagen through the analysis of the changes by the author in his General History of Brazil in two respects: the historical scholarship and establish a timeline for the national history. The comparison between the first two editions of the work are the privileged objects of analysis, because in this way it is possible to reconstruct the conflicts in the relationship between the author's experience and expectation of their peers in IHGB about the challenges of writing a story modernized in Brazil . Thus, this paper discusses some changes promoted by Varnhagen to republish his work thinking this reissue as a rewriting of history, driven by a change in experience, whether collective or individual, requiring the author somehow taking new methodological approaches also changing their own way of writing history.

Key-words: Francisco Adolfo de Varnhagen – Erudition – Brazil – Historiography – Century XIX.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
-----------------	----

PARTE 1

1. Entre notas e citações: a erudição histórica de Varnhagen na <i>História Geral do Brasil</i> (1854-1857;1877)	23.
1.1. As mudanças na erudição histórica sob o domínio da história nacional: o problema da citação em Varnhagen.....	23.
1.2. Regime de citação no Brasil oitocentista e as disputas pela erudição.....	31.
1.3. A anotação de Varnhagen à sua obra.....	54.

PARTE 2

2. As mudanças na periodização da história nacional na segunda edição da <i>História Geral do Brasil</i> (1877) de Varnhagen.....	72.
2.1. O primeiro esboço de uma periodização para a história do Brasil dentro do IHGB.....	72.
2.2. Como começar a história nacional: o desafio da periodização na <i>História Geral do Brasil</i> (1854-1857; 1877).....	81.
2.3. O (não) lugar da história do presente na segunda edição da <i>História Geral do Brasil</i>	98.

Considerações finais.....	115.
---------------------------	------

Referências bibliográficas.....	118.
---------------------------------	------

Anexos.....	132.
-------------	------

Anexo 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Anexo 2. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Anexo 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Anexo 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Anexo 5. Sumário da *História da Independência* (1ª edição, 1916) de Francisco Adolfo de Varnhagen publicada na Revista do IHGB, nº 89, 1916.

Introdução

Heródoto brasileiro¹, mestre da história geral², pai da nossa história³, historiador da pátria⁴, monumento da história brasileira no século XIX⁵, criador da história nacional cuja obra se transformou em um dos principais documentos sobre a história do Brasil no oitocentos.⁶

Estes são os principais juízos sobre um historiador que devido ao seu trabalho de pesquisa e escrita entrou para o panteão dos historiadores nacionais. Trata-se de Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador brasileiro nascido em Sorocaba, interior de São Paulo, em 17 de fevereiro de 1816. Com apenas oito anos de idade Varnhagen parte com a família para Portugal onde adquire conhecimentos especialmente para seguir a carreira militar, formando-se também em engenharia.⁷ Seus estudos, contudo, não se restringiram às Ciências Exatas. Ele frequentou também os cursos de ciências físicas e naturais, além de estudar paleografia, diplomacia e economia política.⁸ Em 1839, contando apenas 23 anos, Varnhagen inicia oficialmente sua carreira acadêmica com a sua eleição como sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa. O historiador sorocabano passa a ocupar a cadeira de Belas Letras em decorrência da boa acolhida de suas *Reflexões Críticas* ao escrito de Gabriel Soares de Sousa⁹ a quem

¹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FCH**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999. p. 25.

² RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 1967. tomo 275, p. 170.

³ Biografia de Varnhagen no sítio da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=796&sid=346> Acesso em 02/08/2012.

⁴ ABREU, Capistrano. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro [1878]**. In: Ensaios e estudos: crítica e história, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1975. p.. 82.

⁵ CANABRAVA, Alice P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**, São Paulo, vol. XLIII, out./dez. 1971. p. 418-419.

⁶ ODÁLIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p. 11-12.

⁷ LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. 1954, vol. 223. **Revista do IHGB**. p. 95-96.

⁸ Ibidem, p. 98-99. Nas palavras de Astor Diehl, Varnhagen “buscou constantemente romper com suas próprias limitações, dedicando-se a outros campos de estudos e de criação literária”. DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**. Do IHGB aos anos 30. Passo Fundo, EDUPF, 1998. p. 39.

⁹ Gabriel Soares de Souza (1540-1591) foi um colono português. Chegou à Bahia em 1569 onde estabeleceu-se definitivamente tornando-se senhor de engenho no Recôncavo baiano até 1586. Seu texto Tratado descritivo do Brasil em 1587 ganharia notabilidade no Brasil a partir da edição comentada e anotada por Francisco Adolfo de Varnhagen em 1839 em que este, por meio da crítica, restabeleceu a autoria do escrito a Gabriel Soares de Souza. A respeito das edições do trabalho do colono português ver: AZEVEDO, Gabriela Soares de. **Leituras, notas, impressões e revelações do Tratado Descritivo do**

conseguiu por meio da comparação de diversas cópias que existiam desse manuscrito restituir a autoria.¹⁰

As *Reflexões Críticas* seriam ainda oferecidas por Varnhagen ao recém criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por meio da legação brasileira em Lisboa na pessoa do ministro plenipotenciário Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond¹¹, sócio correspondente do Instituto. A oferta seria acompanhada de uma carta endereçada a um dos fundadores do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa. Na carta, Varnhagen deixa expressa a relevância de seu trabalho por se constituir em um dos principais documentos para a história do Brasil. Ressaltava ainda a riqueza dos arquivos europeus, principalmente os portugueses, em documentos sobre a história e geografia do nacional. Sugeriu na ocasião que o governo se dispusesse a manter literatos no exterior com o objetivo de que recolhessem e fizessem cópias desses documentos sobre a história pátria.¹²

Em 18 de julho de 1840 Varnhagen integrou os quadros do Instituto na categoria de sócio correspondente. Entrou na carreira diplomática em 19 de maio de 1842. A partir de então ele cumpriria uma dupla tarefa: ser funcionário do Estado imperial brasileiro no exterior, onde procuraria documentos sobre os limites territoriais do país, e ser sócio do IHGB, devendo prestar contas à agremiação dos documentos descobertos por ele no exterior.

O resultado desse duplo trabalho foi a publicação de sua obra mais famosa a *História Geral do Brasil*. Dividida em dois tomos, a primeira edição da História Geral foi publicada pela primeira vez em 1854 e 1857 cada volume respectivamente. Em 1877 Varnhagen reeditaria uma segunda edição da obra com suas próprias notas também em dois tomos. Em 1907 Capistrano de Abreu publicou o primeiro volume da terceira edição. Devido a um incêndio na casa de edição Capistrano de Abreu não pôde terminar a publicação da terceira edição da obra. Em 1928 foram publicadas a terceira e a quarta

Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

¹⁰ LESSA, Clado Ribeiro. Op. Cit. p. 102.

¹¹ Nasceu no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1794 e faleceu em Paris em 15 de janeiro de 1865. Encarregado na carreira diplomática de negócios estrangeiros, cônsul geral na Prússia, ministro plenipotenciário em Portugal e membro do conselho do Imperador D. Pedro II. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** Primeiro Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883. p. 265-266.

¹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa.** Coligida e anotada por LESSA, Clado Ribeiro. Rio de Janeiro, INL/NEC, 1961, p. 39-40.

edição da obra por Rodolfo Garcia que assumiu o projeto depois de Capistrano de Abreu. Tais edições saíram com cinco tomos cada, contendo ainda os comentários de Capistrano de Abreu ao texto original.¹³

Para este trabalho nos limitaremos a analisar apenas as duas primeiras edições da obra por se tratarem de edições publicadas e anotadas pelo próprio autor ainda em vida. Foi nas alterações operadas pelo autor na segunda edição de sua obra que esse trabalho se pautou. A análise das razões e resultados dessas mudanças na obra entre a primeira e a segunda edição nos levou às conclusões que apresentamos ao longo do trabalho.

Antes da publicação do primeiro tomo da primeira edição Varnhagen enviou ao imperador D. Pedro II uma carta em que não apenas informava a conclusão de sua obra como a cópia do índice de sua *História Geral*. Sugeriu na ocasião ao monarca que seria bom se o índice fosse lido em uma das sessões do Instituto.¹⁴ O desejo de Varnhagen de obter a chancela para publicar sua obra estaria expresso ainda em outras cartas remetidas por ele ao imperador no intuito de que ela fosse tida como palavra oficial do IHGB. Lido o índice em sessão do Instituto como desejava Varnhagen não obteve a aceitação esperada pelo autor.

Uma pista dessa indiferença está na resposta à carta remetida por Varnhagen ao Imperador onde oferecia o índice de sua obra. Na minuta de resposta era sugerido que quanto à civilização dos índios, da influência dos jesuítas nos negócios do Brasil e sobre a questão dos limites do país Varnhagen consultasse alguns trabalhos que vinham sendo publicados pela agremiação.¹⁵ Outro indicativo da má recepção da obra de Varnhagen entre os membros do IHGB é o fato do parecer que a Comissão de História deveria emitir sobre a obra nunca ter saído, nem sequer é mencionado a razão do não

¹³ OLIVEIRA, Maria da Glória. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. **História da Historiografia**. n. 2, p. 86-99, mar., 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/9/9>. Acessado em 09/01/13. Recentemente foi defendida uma dissertação de mestrado que trata das notas de rodapé escritas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia na História Geral do Brasil. Nela, o autor defende que tal processo de anotação contribuiu para a instituição de Varnhagen enquanto uma autoridade discursiva ao confirmarem muitos dos resultados das pesquisas de Varnhagen. JUNIOR, Vitor Claret Batalhone. **Uma história das notas de rodapé: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961, p. 214.

¹⁵ Ibidem. p. 215.

pronunciamento da comissão à Mesa Diretora.¹⁶ A obra não foi avalizada como oficial do IHGB como queria Varnhagen, mas contou com o apoio financeiro do imperador para sua impressão e publicação. Tal apoio não foi suficiente para suprir a frustração de Varnhagen diante da recepção de seu trabalho no Instituto. Esse sentimento pode ser visto claramente na correspondência do historiador sorocabano ao imperador em que afirmava pensar em não publicar o segundo volume da *História Geral* do Brasil enquanto o IHGB não se pronunciasse sobre a sua obra.¹⁷

A insatisfação estaria presente também no prefácio do segundo volume da primeira edição da *História Geral do Brasil* datado de 1857. Afirmava a dificuldade em escrever uma história, pois além da pesquisa, do acerto do estilo, “*quando quem escreve se anima na empresa...— então começa a ser réo, e réo julgado com... excessiva tyrannia*”¹⁸, uma referência clara que abre o prefácio à recepção de sua *História* dentro do IHGB.

Em 1877, vinte e três anos após a publicação do primeiro volume da *História Geral do Brasil*¹⁹ de Francisco Adolfo de Varnhagen vinha a público a segunda edição da obra que anunciou no frontispício do primeiro volume da nova edição que a obra fora “*muito augmentada e melhorada pelo Autor*”.²⁰ Varnhagen declarou que a nova edição levava grandes vantagens com relação à primeira, o que se dava devido à “*maior cópia de factos apurados, como pela mais exacta apreciação de outros aclarados pelo apparecimento de novos documentos ou por mais accurados exames*”.²¹

Reforçando as idéias apresentadas anteriormente quando publicou os dois primeiros volumes da primeira edição, Varnhagen coloca a importância dos documentos

¹⁶ GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, nº 388, jul./set., 1995, p. 560.

¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961. p. 236.

¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857. p. V.

¹⁹ A sua edição não possui data de impressão, mas podemos inferir a partir da correspondência de Varnhagen com o imperador que os dois volumes foram impressos entre 1876 e 1877. Em carta datada de 19 de janeiro de 1876 Varnhagen informava ao monarca brasileiro a impressão do primeiro volume da segunda edição de sua *História Geral do Brasil*. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961, p. 440.

²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I, (1877). p. XVI-XVII. A primeira edição da *História Geral do Brasil* ocorreu em 1854 e 1857, do primeiro e segundo volumes, respectivamente.

²¹ *Ibidem*, p. III.

para se escrever uma história comprometida com a verdade. Por isso a necessidade de confrontar os documentos, de estar sempre pesquisando. Segundo ele não era suficiente o que se encontrava nas “velhas chronicas”, separando-se assim de um tipo de escrita da história anterior a que agora ele pretendia empreender, já não era possível escrever história sem documentos o que o obrigava a recorrer às fontes mais puras.²²

Varnhagen destacava, além dos novos documentos encontrados, o fato de ter feito retoques em todos os capítulos da *História Geral*, evidenciando com isso a provisoriedade de suas proposições. No Prólogo redigido para a edição de 1877 ele fazia questão de lembrar o leitor que uma obra “(...) desta natureza, em quanto o autor vive e trabalha, não chegou ao seu verdadeiro fim (...)”. Varnhagen garantia, assim, que “(...) nesta edição se não encontra ainda a nossa ultima palavra: mas sim em um exemplar, com grandes margens em que vamos fazendo correções (...)”.²³

O registro dessa provisoriedade na escrita da história já era lembrado por Varnhagen aos seus leitores ainda na primeira edição em que ele invejava a posição dos “*litteratos dos séculos que hão de vir!*”, pois estes possuiriam os esclarecimentos que “*só pouco a pouco vai colhendo a investigação de muitos (...)*”.²⁴

Essa constatação está ligada a idéia de que a história que ele estava escrevendo seria continuamente escrita com o aparecimento de novos documentos e de obras escritas por outros autores que complementariam os seus estudos.

Podemos dizer que esse processo de correção da obra de Varnhagen se iniciou logo após a publicação do primeiro volume da *História Geral*. Diante da indiferença manifesta pelo IHGB, Varnhagen publica um *Post Editum* em que procura justificar as possíveis falhas de sua obra que por ventura viessem a ser suscetíveis de críticas. Depois de impresso o livro, Varnhagen dizia se colocar como leitor de sua obra encontrando erros que deveriam ser minimizados pelas erratas que também foram publicadas nesse primeiro volume. Em seguida publicou ainda um *Suplemento* com o objetivo de corrigir alguns pontos que puderam ser mais bem conhecidos depois da publicação, principalmente em vista de novos documentos contendo 88 notas que

²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1877, p. X.

²³ Ibidem, p. XVI-XVII.

²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854. p. 11.

dessem conta das inexatidões da obra. Assim, além das 104 notas escritas e publicadas por Varnhagen no final do primeiro volume da primeira edição, a obra ainda continha dois momentos reservados especialmente para a correção das falhas presentes no volume.

No entanto, o que é interessante quando analisamos essa segunda edição é que os retoques que Varnhagen iniciara ainda no primeiro volume da primeira edição no *Post Editum* e no *Suplemento* a obra eram em sua maior parte constituídos de notas no fim do texto. Além das notas escritas quando publicou a obra pela primeira vez intituladas “*Notas e provas deste tomo*”, Varnhagen acrescentou ainda muitas outras notas ao trabalho sendo estas reprodução de documentos em *fac-simile*, cópia de documentos, referências de autores e de livros, além de notas explicativas. No primeiro volume foram 54 páginas de notas destinadas às várias *secções* que compunham o volume. No segundo volume publicado em 1857, Varnhagen repete o procedimento e as *Notas* ao volume aparecem entre as páginas 465 e 484.

Além das alterações com relação à anotação da *História Geral* Varnhagen ainda elencaria as principais modificações de uma edição para a outra que entre apuração de fatos e descoberta de outros também abarcariam muitos “melhoramentos” feitos em “*quasi todas as secções*”, e na transferência “(...) *para o princípio a secção respectiva á descrição do Brasil em geral, seguindo-se as respectivas aos Indios, as quaes, não só onde estavam causavam grande interrupção no fio da narração, como ficam desta forma constituindo melhor ponto de partida da obra toda*”.²⁵

Na primeira edição da *História Geral*, as seções que tratavam tanto da descrição do Brasil quanto dos indígenas brasileiros constituíam, respectivamente, aquelas de números VII a X. Conforme anunciava Varnhagen, na segunda edição elas passaram a formar as quatro primeiras seções da obra. Ao leitor, Varnhagen declarava que percebera que a localização daquelas quatro seções, no meio da *História Geral*, “causavam grande interrupção no fio da narrativa”.²⁶ Para a comodidade do leitor que dessa forma poderia acompanhar melhor a narrativa, ele, autor, optara por trocar os capítulos de localização, a fim de eliminar esse problema.

²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit.1877, p. XIV-XVII.

²⁶ Ibidem, p. XVI. b

Vinte anos após a publicação do segundo volume da *História Geral* Varnhagen anunciava as alterações de maneira simples, sem fazer nenhuma referência às disputas de significação do presente que o estabelecimento de uma cronologia para a história do Brasil envolvia.

A preocupação com a definição de uma periodização adequada para se escrever a história do Brasil estava presente desde as primeiras sessões do IHGB. Desde o discurso programático de Januário da Cunha Barbosa em 1839 e nas sessões seguintes, tendo inclusive o Instituto publicado um trabalho que versava exclusivamente sobre a questão, a dissertação de Raimundo José da Cunha Mattos sobre o sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil onde também deveriam ser definidas as épocas da história pátria. Cunha Mattos divide a história do Brasil em três épocas: a primeira é a dos aborígenes ou autóctones, a segunda da administração e colonização e a terceira começa com a Independência. Essa divisão foi seguida também por Martius quando escreveu a dissertação premiada pelo Instituto onde traça as principais diretrizes para se escrever a história do Brasil.²⁷

Varnhagen, que sempre deixou claro a sua antipatia pelos indígenas relutava em colocá-los como os primeiros habitantes do Brasil e, portanto, protagonistas da história nacional. Para ele a história do Brasil tinha que começar com o português, com as navegações. Curiosamente, vinte anos depois, ele concede esse espaço aos indígenas reservando para eles o início da sua *História Geral*.

As modificações não se restringem apenas ao começo da história do Brasil, mas também até onde ela poderia chegar. Os debates sobre a escrita da história do tempo presente sempre foram fortes no IHGB. Embora não houvesse uma reprovação total desse tipo de produção ela era de certa não incentivada por envolver fatos não bem esclarecidos e pessoas ainda vivas.²⁸ Desconsiderando essas indicações Varnhagen na primeira edição da *História Geral* chega até o período da Independência, dedicando três

²⁷ No trabalho de Raymundo José da Cunha Mattos, publicada na revista do Instituto em 1863 ele divide a história do Brasil em três épocas, a primeira trataria dos aborígenes ou autóctones, a segunda compreenderia o descobrimento e a administração colonial portuguesa, a terceira começaria com “o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente”. Além da divisão das épocas Cunha Mattos ressalta que poderiam ocorrer divergências com relação à primeira e a terceira época, e que “cada um teria razões para marcar eras diversas”. A memória lida pelo autor 25 anos antes, na sessão de 15 de dezembro de 1838, intitulava-se “Quais são as verdadeiras épocas da história do Brasil?”. MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 26, 1863. p. 129.

²⁸ Sobre essa questão Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. 1995, p. 513.

capítulos para tratar do processo. No entanto, na publicação da segunda edição ele retira os três capítulos. Segundo José Honório Rodrigues com essa retirada o próprio título deixa de ser expressivo já que agora se tratava apenas de uma história do período colonial.²⁹

Para compreendermos tais alterações na obra de Varnhagen é essencial remontar ao contexto em que a obra foi publicada e republicada. Isso porque cada um dos aspectos da consciência historiográfica de Varnhagen que será analisado está relacionado com as exigências por que passa a história ao se disciplinar no século XIX. A constituição da história enquanto coletivo singular na passagem do setecentos para o oitocentos é fundamental é possível documentar a história do conhecimento histórico. O novo conceito, ao comportar em si mesmo o passado e sua representação, possibilitou aos historiadores refletir sobre o seu próprio campo. A história não seria mais capaz de fornecer exemplos, mas seria o resultado de seu próprio desenvolvimento.

No Brasil, a formação do conceito moderno de história e a prática dessa história modernizada tiveram como local privilegiado o IHGB, que desde o início de seus trabalhos destacou a primazia das pesquisas em arquivos para que a história nacional fosse escrita. O historiador, dentro desse novo regime de historicidade, tomaria para si a tarefa de escrever a história de seu país sabendo que a partir de então seu trabalho seria avaliado de acordo com os parâmetros modernos de escrita da história.

Outro desdobramento do desenvolvimento do moderno conceito de história no Brasil diz respeito à questão da periodização. Ainda que se estabeleça a passagem para o oitocentos como o enfraquecimento do *topos* história *magistra vitae*, no Brasil nesse mesmo período quando o assunto era estabelecer as épocas que compunham a história nacional ainda se voltava para os modelos dos antigos. Por outro lado, uma vez que se reconhece que o passado é diferente do futuro e que as possibilidades de repetição dos acontecimentos é abandonada, a história do presente se torna cada vez menos digna.³⁰ Percebeu-se que a medida que se distanciava no tempo a possibilidade de atingir o conhecimento do passado aumentava, sendo possível então que este não ficasse refém da memória das testemunhas oculares, mas pudesse ser reconstruído por meio de um

²⁹ RODRIGUES, José Honório. 1967, Op. Cit. p. 182.

³⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 174-175.

procedimento crítico.³¹ No IHGB havia também a recomendação de que tal distanciamento se fazia necessário para se escrever a história.³² As mudanças na periodização presentes na obra de Varnhagen refletem, em parte, essa alteração no horizonte de expectativas com relação á escrita do presente.³³

A reedição da *História Geral* por Varnhagen tanto tempo depois de sua primeira publicação pode ser entendida como esse processo de correção das irregularidades que escaparam ao controle do autor, ou que na falta de documentos sobre determinado assunto se restringiu a imaginar como poderiam ter acontecido. Talvez uma forma adequada de intitular esse esforço de Varnhagen em editar a sua obra seja pensar em um processo de reescrita da história. Essa reescrita assentava-se não somente nas retificações a serem feitas ao seu relato, mas também nas “descobertas” possíveis a lhes serem acrescidas mediante o veto das fontes. Tornar, dessa forma, a obra mais exata e menos incompleta, pois é a incompletude do texto historiográfico que o tornava suscetível a correções, acréscimos e reinscrições. Assim, é possível pensar na relação entre a experiência pessoal de quem escreve e o resultado dessa experiência na escrita histórica de um autor específico.

Segundo Adam Schaff, a história é continuamente reescrita porque há uma mudança nos critérios de avaliação dos acontecimentos ao longo do tempo o que, conseqüentemente, muda a percepção e a seleção dos fatos históricos passando a modificar também a imagem da própria história.³⁴ Ainda segundo o autor a relação entre as atitudes e opiniões dos historiadores e as necessidades e condições da vida atual interferem na escrita da história. Uma vez que essas necessidades e essas condições se modificam, a história tem também que se modificar, tem de ser reescrita.³⁵ Essa articulação da consciência histórica por meio da constituição narrativa de sentido que, procura suprir as carências de orientação da vida prática articulando passado, presente e

³¹ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. 2006, p. 174.

³² GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, nº 388, jul./set.,1995. p. 513.

³³ Segundo Valdeir Araújo: “A partir dessas novas exigências, e dessa figura do historiador-sacerdote, o afastamento temporal ganha uma produtividade que não possuía até então. Se permanece a figura do tempo como um devorador de documentos e memórias, ele também passa a ser reivindicado como um antídoto para as paixões e os interesses”. ARAUJO, Valdeir Lopes de. **A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 169.

³⁴ SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 272.

³⁵ *Ibidem*, p. 270.

futuro está presente também na mudança de expectativa.³⁶ Se a mudança na experiência provoca muitas vezes uma alteração visível na escrita, isso não deixa de estar presente quando o que muda é a expectativa. Uma mudança na expectativa de um projeto coletivo como o proposto pelo IHGB passou a exigir também novos talentos do historiador, resultando igualmente numa mudança metodológica por parte do mesmo. Exigia-se do historiador que não fosse apenas o panegirista, ou o cronista da pátria, mas que fosse um verdadeiro historiador, tendo como ponto de partida não apenas o que encontrara nas crônicas, mas sim o que estava nos documentos.³⁷

Pensamos aqui com Koselleck que a história trata, direta ou indiretamente, de experiências próprias ou alheias e, que é possível supor que as formas de contar a história podem referir-se a modos de fazer, reconhecer ou modificar experiências. Tal modificação ou reconhecimento da experiência conduz na maior parte das vezes a uma mudança metodológica que obriga a história a ser reescrita.³⁸

No caso de Varnhagen a experiência marcante em sua vida intelectual que teve efeitos imediatos foi o silêncio com que sua obra foi recebida pelo Instituto, o que faria dele um vencido, uma vez que seus planos não se concretizaram da forma como ele esperava.

Segundo Koselleck, entre os vencidos a primeira constatação é que as coisas não saíram como planejadas e, num esforço para compreender o que deu errado ou por que não ocorreram como esperado surgem explicações e visões em longo prazo com uma grande força esclarecedora. Ainda para Koselleck, em curto prazo a história pode ser feita pelos vencedores, mas os avanços no conhecimento histórico em longo prazo se devem aos vencidos.³⁹ A edição da *História Geral* de 1877 pode ser entendida como essa história reescrita por um autor vencido diante do não reconhecimento de seu trabalho por seus pares.

³⁶ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 53-56.

³⁷ Segundo Valdeci Araújo, “[...] novas expectativas exigiam também novos talentos do “historiador”, que já não poderia ser apenas o panegirista ou o cronista seco que se limitava ao relatório dos “sucessos” contemporâneos. [...] sobrecarregado de novas exigências, o “historiador” vê-se ameaçado de julgamento. A qualidade de sua obra está em jogo, pois age apenas como o instrutor de um processo, cujo trabalho deve ser avaliado no que concerne à imparcialidade, fontes e crítica”. ARAUJO, Valdeci Lopes de. Op. Cit. 2008, p. 39.

³⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo:estúdios sobre la historia**. Introducción de Elías Palti. Traducción de Daniel Innerarity. Barcelona: Ediciones Paidós: I. C. E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2001. p. 50.

³⁹ *Ibidem*, p. 83.

Pretendemos, assim, com este trabalho tentar, em parte, corresponder às expectativas de José Honório Rodrigues que lamentava o fato dos anotadores da obra de Varnhagen não terem se “dado ao trabalho de comparar as modificações que não são insignificantes, quer pelos acréscimos, quer pelas subtrações, quer, enfim, pela nova redação e pelas novas posições ideológicas”⁴⁰ e também de Temístocles Cezar que aponta também a necessidade um estudo que desenvolva as diferenças da primeira para a segunda edição, que segundo Cezar “não se resumem a alteração na ordem dos capítulos, como a maior parte dos críticos da historiografia registram, mas apresentam alterações na ordem da escritura, com supressões de passagens inteiras, ou de autores, (...)”⁴¹.

Assim, esse trabalho pretende discutir algumas dessas mudanças promovidas por Varnhagen ao reeditar a sua obra. Trataremos essa reedição como uma reescrita da história impulsionada por uma mudança na experiência, seja ela coletiva ou individual, que obrigue de certa forma o autor a tomar novas posturas metodológicas, alterando também a sua própria forma de escrever a história.

A comparação entre a primeira e a segunda edição da *História Geral* de Varnhagen se apresenta como objeto relevante de análise, pois seu autor foi um dos intelectuais mais ativos e representativos do período em questão. A centralidade adquirida por ele e sua obra ao longo do século XX e ainda em nossos dias é causal. O trabalho de Varnhagen é identificado como exemplo da prática historiográfica moderna do Brasil oitocentista. Um estudo de aspectos de sua consciência historiográfica é revelador, pois fornece um panorama de como se produzia história no Brasil. Ao tomarmos as mudanças efetuadas por ele em seu trabalho objetivamos identificar a mudança no espaço de experiência e no horizonte de expectativas em relação à escrita da história nacional identificando as disputas que tal tarefa ocasionava e, ao mesmo tempo, as limitações do moderno conceito de história que se desenvolvia no país.

Para promover a discussão este trabalho em duas partes. Na primeira, tratamos a partir da análise de pareceres e juízos publicados na revista do IHGB e das notas e citações nas duas primeiras edições da *História Geral do Brasil* da erudição histórica de Varnhagen destacando como ele anotou a sua obra. Na segunda parte, discutimos as

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. 2001, p. 182.

⁴¹ CÉZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. *Anos 90*. IFCH/UFRGS. n.11, julho de 1999. p. 50.

mudanças operadas por Varnhagen em seu trabalho no que tange à periodização da história nacional com a alteração dos dez primeiros capítulos e com a exclusão dos três últimos. A hipótese orientadora de ambas as partes parte do pressuposto que uma mudança operada na experiência individual de Varnhagen e coletiva com IHGB provocou também uma mudança na expectativa em relação ao passado e à forma como ele seria tratado a partir de então. Uma vez revelada a relação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa com relação ao passado no Brasil oitocentista ficam expostas algumas fragilidades do moderno conceito de história em formação no Brasil.

*

Ao longo de todo trabalho optei por manter a ortografia original dos textos por se tratarem de trabalhos escritos em diferentes épocas. A conservação da ortografia da época permite que não percamos de vista que estamos tratando de um período distinto daquele em que escrevemos. O distanciamento promovido pela diferença na ortografia entre o tempo de quem escreve e o tempo das fontes utilizadas é compensado pelo respeito que pretendemos dar aqui às características da época estudada. A exceção fica por conta da correspondência de Varnhagen utilizada ao longo do trabalho, pois a mesma teve a ortografia corrigida pelo seu anotador Clado Lessa.

1. Entre notas e citações: a erudição histórica de Francisco Adolfo de Varnhagen *História Geral do Brasil* (1854-1857; 1877)

O século XIX é considerado aquele em que a história passa a integrar os quadros universitários constituindo-se numa disciplina científica. Esse status carrega consigo também uma modificação quanto aos meios para se alcançar o conhecimento histórico e quanto às formas de representá-lo. As exigências a essa história moderna se estendem também ao novo historiador que, como é o caso de Francisco Adolfo de Varnhagen, transformado em autor toma para si a tarefa de escrever a história de seu país sob os auspícios do mecenato real. Assim, pretendemos discutir a consciência historiográfica de Varnhagen traçando especificamente as alterações na erudição histórica desse historiador brasileiro no que tange ao regime de anotação e citação da sua *História Geral do Brasil* a partir das alterações desses processos entre as duas primeiras edições dessa obra.

1.1 As mudanças na erudição histórica sob o domínio da história nacional: o problema da citação em Varnhagen

*Fez-se, por assim dizer, o primeira resenha geral ou antes o primeiro enfeixe proporcionado dos factos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na Historia Geral, em logares convenientes; indicaram-se as fontes mais puras e genuinas; e estes dois serviços (independentes do estylo e da maneira de pensar, que são especiaes a cada historiador) ficam feitos.*⁴² (Grifos meus).

*Ahi promettemos conservar fria imparcialidade no exame da verdade dos factos, não sacrificando jamais ao interesse dramático a certeza de haverem elles succedido deste ou daquelle modo (...).*⁴³ (Grifos meus).

*O que distingue principalmente, tratando assumptos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser ha de ter mais imaginação que fria critica, commovido de certa maneira, cria e adapta tudo ás suas inspirações; ao passo que aquelle estuda primeiro o facto, apura-o por meio das provas que requerem o seu critério; e só depois sentencêa com gravidade, transmittindo ao publico a sentença e os seus porquês (...).*⁴⁴ (Grifos meus).

⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. VI.

⁴³ Ibidem, p. XII.

⁴⁴ Ibidem, p. XII.

As declarações de Varnhagen sobre seu método de trabalho e os detalhes na elaboração de sua *História Geral do Brasil* seriam atentamente lembradas por seus críticos do século XX. Estes, por meio de um trabalho de revisão de sua obra, o colocariam num lugar de honra entre os historiadores brasileiros, considerando-o o maior pesquisador do Brasil oitocentista e sua obra de valor incomparável.

A tradição que reconhece o trabalho erudito de Varnhagen iniciou-se pelo texto de Capistrano de Abreu publicado em 1878 quando da morte do historiador sorocabano *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*.⁴⁵ Para esse autor, Varnhagen seria um “destemido bandeirante à busca de mina de ouro da verdade”.⁴⁶ Os “códices corroídos” o atraíam, em matéria de documentos, segundo Capistrano, Varnhagen “tudo viu, tudo examinou”.⁴⁷ Tal declaração de Capistrano foi ainda confirmada por Oliveira Lima em seu discurso onde escolheu para patrono de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras o nome de Francisco Adolfo de Varnhagen. Relembrando o período em que estudou paleografia na Torre do Tombo, Oliveira Lima acentuou que enquanto percorria maços de documentos em busca de fontes inéditas que pudessem ajudá-lo a solucionar alguma questão sobre a história do Brasil, “era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento” que em quase todos os documentos consultados por ele se “deparava a marca discreta do lápis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolfo de Varnhagen”.⁴⁸ Tal avaliação contou também com de Basílio de Magalhães para quem Varnhagen possuía “uma pasmosa capacidade de trabalho”⁴⁹, João Ribeiro que afirmou que “nenhum outro,

⁴⁵ Lucia Paschoal Guimarães afirma que o *Necrológio* seria fundamental no fortalecimento do prestígio que Varnhagen desfrutaria ao longo do século XX. GUIMARÃES, Lúcia M. P. Francisco Adolfo de Varnhagen: a História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico** 2. São Paulo: SENAC, 2001. p. 95-96. A respeito de seu significado para a historiografia brasileira de forma geral ver: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 50, mar. 2010. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742010000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jul. 2012.

⁴⁶ ABREU, Capistrano. Op. Cit. 1975. p. 83.

⁴⁷ Ibidem, p. 82-83.

⁴⁸ LIMA, M. de Oliveira. **Elogio de Francisco Adolfo de Varnhagen**, Visconde de Porto Seguro. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1903. p. 09.

⁴⁹ MAGALHÃES, Basílio de. **Francisco Adolpho de Varnhagen** – visconde de Porto Seguro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. p. 63.

depois dele, veio para excedê-lo e os seus discípulos conseguiram apenas completá-lo”.⁵⁰

Completando o quadro está ainda José Honório Rodrigues para quem “Varnhagen sobrepujou, em sua época, como historiador, todos os seus contemporâneos (...) como historiador incomparável do Brasil”⁵¹, sendo a *História Geral do Brasil* “uma obra sem paralelo, pela vastidão da pesquisa realizada por toda parte, pela acumulação dos fatos, pelos achados novos, pelo esforço de incorporá-los numa síntese”⁵² constituindo-se até o período em que José Honório Rodrigues escreveu a obra aquela que reunia “sem contestação, o maior número de fatos” sendo a “mais completa da historiografia brasileira”.⁵³ Corroborando com as afirmações dos outros analistas da obra de Varnhagen, Alice Canabrava elencou que o elemento que o distinguiu de outros historiadores de seu tempo em relação à pesquisa histórica é que sua “análise crítica rigorosa precede o reconhecimento da validade das fontes e sua erudição se nutre do conhecimento extenso das mesmas”.⁵⁴ Tais avaliações da obra de Varnhagen revelam a posição de seus críticos em inseri-lo na prática moderna da história que vinha se disciplinarizando no século XIX.

A escrita da história no Brasil oitocentista, embalada pela recém criação do Estado monárquico demandou mudanças na erudição histórica como as ocorridas no século XIX. Manoel Guimarães destacou que as exigências feitas ao historiador filósofo, responsável por escrever a história nacional, se vinculavam àquelas formuladas pelos filósofos da história no século XVIII:

O verbete da Enciclopédia dedicado ao tema parece indicar com clareza as fronteiras da erudição no conjunto dos conhecimentos modernos impondo um novo sentido que articula erudição e conhecimento desinteressado, desprovido de finalidade e utilidade, critério fundamental ao qual as atividades humanas devem se subordinar nesta modernidade em construção.⁵⁵

⁵⁰ João Ribeiro apud LACOMBE, Américo J. As idéias políticas de Varnhagen. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, tomo 275, p. 135-154, abr./jun. 1967.

⁵¹ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1967, p. 170-196.

⁵² *Ibidem*, p. 175/187/196.

⁵³ RODRIGUES, José Honório. A periodização na história do Brasil. In: RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil** – Introdução Metodológica. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 132-133.

⁵⁴ CANABRAVA, Alice P. Op. Cit. 1971. p. 418-419.

⁵⁵ GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**. v. 5, 2002. p. 188.

Assim, a relação com o passado foi transformada, desqualificando qualquer prática letrada desvinculada de uma finalidade objetiva. Esse deslocamento foi, para Taíse Silva, o ponto central para compreender as possibilidades de escrita da história empreendida por Varnhagen. Segundo essa autora, tanto na Academia Real de Ciências de Lisboa, onde Varnhagen iniciou suas atividades acadêmicas, quanto no IHGB, “fora efetivada uma pesquisa erudita com fins pragmáticos, ou em outros termos, um deslocamento das Belas Letras para o utilitarismo iluminista”.⁵⁶ Essa premissa pragmática enfatizada pela autora para compreender a escrita da história no Brasil oitocentista esteve ainda presente nos discursos de alguns membros do IHGB, em especial se destaca o discurso do então presidente da agremiação Visconde de São Leopoldo na ocasião da quarta sessão de aniversário da instituição:

Nosso Instituto, esmerilhando documentos, por incúria ou malícia escondidos, para coordenar a história do Brasil, (...) reputa – **vã a glória que não leva em fito o útil** – (*); por esta traça tende para o aperfeiçoamento dos costumes e da civilização e o sinal característico do progresso manifesta-se antes pela conscienciosa observância das virtudes sociais do que pelas artes e talentos (...) **consagrar altares à virtude, sem a qual a mais vasta e bem cuidada erudição torna-se supérflua e até perigosa (a nação prescinde de archotes que a fascinam e cegam; necessita de faróis que a enderecem e guiem)**, são o dever principalíssimo das sociedades científicas e nisso emprega o nosso Instituto seus assíduos desvelos. Eis, senhores, porque diviso no futuro claros destinos a esta nossa associação; nela contemplará a pátria agradecido o berço da literatura brasileira (...).⁵⁷ (Grifos meus).

Tal discurso reforçou os objetivos do IHGB em escrever uma história condizente com as demandas de seu momento, ressaltando a necessidade de a produção histórica ter uma finalidade específica, não recomendando produções que não tivessem esse fim.

François Hartog, analisando o caso francês destacou que a escrita da história se caracterizou não apenas por uma temática particular, mas também por uma nova forma de erudição. Assim, segundo Hartog, o século XIX por oposição ao século XVIII “surgirá como século da história: já não o filósofo, mas o grande professor como Guizot ou Cousin, já não as idéias e a abstração, mas os fatos pacientemente coligidos”.⁵⁸

⁵⁶ Ibidem, p. 63.

⁵⁷ Discurso do Presidente Visconde de São Leopoldo. **Revista do IHGB**. Tomo 4. 1842. p. 2-4. (Suplemento ao Tomo 4º).

⁵⁸ HARTOG, François. **O século XIX e a História**. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2003. p. 98.

A centralidade adquirida por essa nova forma de escrita histórica embasada nos “fatos pacientemente coligidos” levou a uma mudança nos usos e finalidades dos documentos no século XIX agora se constituindo na base para a escrita de uma história nacional capaz de conferir o atributo de erudito ao seu autor.

Essa alteração na erudição histórica na passagem para o século XIX resultou da transformação operada no conceito de história. A centralidade adquirida pelos documentos e a relação estabelecida entre intelectuais e sua prática foi modificada pela emergência do moderno conceito de história. O caráter moderno de tal conceito estava no fato de ele comportar ao mesmo tempo o passado e sua representação. Trata-se de um conceito reflexivo, a “história em si mesma” ou como conhecimento de si mesma.⁵⁹ Tal conclusão colocou em xeque o antigo *topos* história *magistra vitae* que perdurou durante quase dois mil anos. Uma vez que esse novo conceito de história se estabeleceu como conhecimento de si e de seu próprio desenvolvimento, passado e sua representação, a velha fórmula cunhada por Cícero perde a sua validade pela impossibilidade de oferecer exemplos. Foi nesse novo regime de historicidade, em que é possível falar de um tempo propriamente histórico, que a história nacional foi escrita. Como salientado por Koselleck, com cada conceito se estabelecem determinados horizontes, mas também limites para a experiência e para as teorias possíveis.⁶⁰ Um tempo aberto por meio da formação do coletivo singular representado pelo conceito moderno de história que possibilitou a confecção de diferentes projetos sociais e políticos, entre eles a formação de uma idéia de nação para o Brasil.⁶¹

As mudanças ocorridas na erudição histórica oitocentista brasileira, contudo, guardam certas singularidades. Isso porque, como demonstrado em diversos trabalhos recentes, a formação de um conceito moderno de história no Brasil não significou uma ruptura total com o velho *topos* da história *magistra*.⁶² Os resquícios dessa permanência

⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. 2006. p. 40-61.

⁶⁰ Ibidem. p. 118.

⁶¹ Ibidem. p. 118.

⁶² Segundo Rodrigo Turin, se, por um lado, pode-se afirmar “a formação de um novo campo de experiência que se abre como “desenvolvimento progressivo de uma identidade”, logo, da historicidade; por outro lado, certas permanências como a do uso dos clássicos como figuras de autoridade, seja estética, seja moral, dentro da fórmula da *historia magistra vitae*, não deixam de colocar alguns problemas a esse quadro de análise. TURIN, Rodrigo. Experiência, história e modernidade no Brasil oitocentista. **História da Historiografia**. Ouro Preto. n. 04. mar. 2010, p. 299-305. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/143/82>. Acessado em: 09/01/12. Rodrigo Turin ainda mostra em uma pesquisa que desenvolveu alguns dos usos que os historiadores brasileiros oitocentistas faziam da antiguidade clássica. Para mais detalhes sobre tal desdobramento ver:

podem ser encontrados nas páginas da revista do IHGB, nos discursos, nas biografias, etc. Ainda que alguns especialistas na questão defendam que a presença do *topos* no Brasil ainda no avançar do oitocentos seja apenas uma metaforização, não podemos desconsiderar a força que tal concepção de história guardava no Brasil e o quanto ela estava em conformidade com os objetivos de formação da nação.

A constatação da presença de intensas referências á história mestra da vida não nos impede, contudo, de procurar entender as mudanças na erudição histórica no Brasil oitocentista a partir de requisitos fundamentais da prática moderna da história. Á luz do novo conceito de história, considerando a permanência de características do antigo regime de historicidade, é que se pretende chegar aos limites da formação dessa prática moderna da história no Brasil. Isso porque a história nacional a ser escrita deveria ser uma história moderna e, conseqüentemente, seu executor nesse caso o historiador também deveria estar familiarizado com as técnicas dessa história moderna. Seria precisamente o conhecimento dessa prática que qualificaria o historiador como um grande erudito.

Buscando no dicionário Moraes⁶³ o significado do vocábulo erudição e erudito encontramos a definição daquele que conhece “notícias literárias”⁶⁴. A partir dessa definição podemos indagar que uma das melhores formas de demonstrar tal conhecimento é por meio das notas de rodapé. Assim, a nomeação de Varnhagen como erudito esteve marcada por essa concepção. Afinal, segundo Grafton, é por meio das notas históricas que podemos perceber o percurso de pesquisa feito pelo autor, a quantidade de documentos que consultou, mas também os limites da produção histórica impostos por cada período histórico.⁶⁵

Entre os problemas que podem ser identificados a partir da análise das notas de rodapé sinalizados por Grafton estaria a questão da citação sendo levantada também pelos críticos de Varnhagen. Entre eles, Capistrano de Abreu que com o seu *Necrológio*

TURIN, Rodrigo. Entre "antigos" e "selvagens": notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História**, São Paulo, n. spe, 2010. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483092010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 jan. 2013.

⁶³ A utilização do dicionário de Moraes se deve ao fato de tentarmos nos aproximar da compreensão que os historiadores brasileiros do oitocentos tinham do vocábulo “erudição”.

⁶⁴ SILVA, Antônio Moraes e. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5º edição. Lisboa, Tipografia de Antônio José da Rocha, 1844. Tomo I. p. 793.

⁶⁵ GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 1998, p. 39.

colocou o nome do visconde de Porto Seguro no círculo dos grandes eruditos, enfatizando a sua prática moderna da história evidenciada pelas pesquisas nos arquivos e pelas descobertas documentais de Varnhagen.

Encarregado da anotação da terceira edição da *História Geral* de Varnhagen, Capistrano encontrou inúmeras dificuldades para dar seguimento ao seu trabalho de reedição da obra. O problema que ele encontrou foi que “Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência”.⁶⁶ Não indicando tal procedência Varnhagen se insurgiu contra

uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História.⁶⁷

Desde que Ranke fundou essa nova “fisionomia da História” não era admissível para Capistrano que algum historiador escrevesse sem dar provas documentais. Para ele era difícil aceitar que um historiador como Varnhagen que vasculhou tantos arquivos não fosse cuidadoso na hora de anotar a sua obra.

Clado Lessa no *Vida e Obra* de Varnhagen também destacou a escassez de citação das fontes que Varnhagen utilizou. Uma das razões para essa escassez alegadas pelo biógrafo foi o fato de Varnhagen ter realizado a maior parte de suas pesquisas em diferentes países, em vários arquivos e bibliotecas onde fazia seus apontamentos, no entanto:

(...) guardava-os [os apontamentos] para mais tarde, e, muitas vezes, ao ter que utilizá-los, com os arquivos a centenas de léguas, de distância, coisa corrente na vida agitada que levava, já não se recordaria mais de onde os extraíra, nem quiçá, compreenderia as sumaríssimas indicações de procedência apontadas à margem dos papéis e cadernos de extratos. Não podendo citar tudo pormenorizadamente, preferiu adotar como norma nesses casos o alvitre de abster-se de citações, e com isso deu fortes dores de cabeça aos pósteros para descobrirem onde é que êle foi buscar esta ou aquela informação (...).⁶⁸

⁶⁶ Capistrano in RODRIGUES, José Honório. (org. e pref.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. 1977, p. 166.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 166.

⁶⁸ LESSA, Clado Ribeiro. *Op. Cit.* 1954, vol. 224, p. 191-192.

Lessa destacou também que uma vez dadas as informações e as mesmas tornadas conhecidas Varnhagen “julgava-se naturalmente dispensado de tornar a fazer citações de procedência para os informes que dava”.⁶⁹ Esse autor ainda acrescentou como agravante o fato de Varnhagen ocupar a função de diplomata, o que demandava uma séries de viagens que provocaram “inevitáveis perdas e descaminhos de papéis”.⁷⁰

Em tese recente intitulada *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen* a autora Laura Nogueira Oliveira partindo das declarações do próprio Varnhagen como as feitas no *Post-facio* à *História das Lutas contra os holandeses* destaca trechos em que ele pede ao leitor que confiasse em suas palavras uma vez que elas eram resultado de aturados trabalhos realizados no “curso de perto de quarenta anos”. Contudo, a respeito dessas afirmações feitas por ele dizia que “se hoje me pedissem as provas, eu não saberia dá-las, nem indicar o processo mental seguido no seu achado”.⁷¹ Diante de indicações como essa a autora optara por encarar o problema da citação em Varnhagen como uma demonstração de que ele tentava se instituir sob sua própria palavra. Para a autora, partindo das assertivas de Varnhagen, uma vez reconhecido por seus contemporâneos como um homem “erudito” ou “douto” e como um pesquisador incansável, restava aos leitores se fiarem nas suas palavras.⁷² Sem desconsiderarmos tal possibilidade, aliás, visível na obra de Varnhagen, de pensar a pouca a anotação da *História Geral* como resultado da maturidade intelectual do autor que uma vez adquirida o eximia dar as provas do que diz, estando o leitor dependente da autoridade de quem escreve preferimos aqui fazer uma pausa e seguir uma outra pista dada por Clado Lessa para entender a questão.

Lessa saindo em defesa de Varnhagen levantou o fato da escassez de notas apontadas por alguns críticos na obra do historiador oitocentista não ser uma característica apenas dele. Para ele, Varnhagen “não foi mais parco em citações que a maioria de seus contemporâneos”.⁷³ Ora, tal pista nos leva a pensar que ao levantarmos a questão do regime de citação em Varnhagen a partir da crítica de alguns de seus comentadores poderíamos estar transpondo para o Brasil oitocentista, no âmbito da

⁶⁹ Ibidem, p. 191-194.

⁷⁰ LESSA, Clado Ribeiro. Op. Cit. 1954, vol. 224, p. 193.

⁷¹ Varnhagen apud. LESSA, Clado Ribeiro. Op. Cit. 1954, vol. 224, p. 193-194.

⁷² OLIVEIRA, Laura Nogueira. **A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen**, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 46.

⁷³ LESSA, Clado Ribeiro. Op. Cit. 1954, vol. 224, p. 194.

história, uma questão sobre a qual eles próprios não teriam se furtado. Para verificar a afirmação de Lessa de que os contemporâneos de Varnhagen não se preocupavam em demasia com o problema da citação nos voltamos para os pareceres e juízos emitidos pela Comissão de História do IHGB às obras de autores que eram oferecidas à agremiação. Essa iniciativa parte do pressuposto de que a partir das avaliações feitas por essa comissão é possível identificar entre os critérios de admissão ou recusa de uma obra se os membros do IHGB estavam familiarizados com o debate e se isso realmente constituía uma obrigação de quem pretendesse escrever um trabalho de cunho histórico. Por meio dessa análise poderemos discutir melhor o regime de citação no Brasil do oitocentos e, em especial, o regime de citação de Varnhagen na *História Geral do Brasil*.

1.2. Regime de citação no Brasil oitocentista e as disputas pela erudição

Fazendo um recorte dos pareceres e juízos presentes na *Revista do IHGB*, local onde eram publicados, nos reservamos a analisar apenas aqueles publicados entre 1839 e 1853. Tal recorte se justifica pelo fato de não perdermos de vista as avaliações feitas desde a criação da *Revista* e se estender até um ano antes da publicação do primeiro volume da *História Geral* de Varnhagen. Pensamos aqui que caso houvesse alguma influência de tais pareceres na composição da obra de Varnhagen com relação à questão da citação ela deveria se encontrar antes da publicação do trabalho do mesmo.

Passando para a análise dos ditos pareceres e juízos, nos deparamos apenas com três deles que, embora não tratem especificamente da questão da citação, trazem de maneira positiva o fato dos autores das referentes obras terem se pautado em documentos. Assim, encontramos no juízo aos *Annaes* do Visconde de São Leopoldo⁷⁴ a indicação de que este fez com que sua narração fosse “corroborada por vários documentos justificativos” e que após o seu resumo histórico apresentou “*alguns documentos comprobatorios de factos ahi referidos*”.⁷⁵ No parecer às *Reflexões Críticas*

⁷⁴ José Feliciano Fernandes Pineiro (1774-1847), 1º Visconde de São Leopoldo. Bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, foi senador do Império, desembargador honorário, sócio do IHGB e um de seus fundadores. Foi também o primeiro presidente do IHGB, além de sócio de outras instituições literárias e científicas como a Academia Real de Ciências de Lisboa. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Quarto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 421.

⁷⁵ Juízo sobre os *Annaes* da Provincia de São Pedro publicado por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. **Revista do IHGB**, Tomo 1, 1839, p. 259-260.

de Varnhagen a comissão enalteceu que “*as multiplicadas citações que faz o nosso illustre consocio, denotam evidentemente a que ponto levou elle o estudo, e a instrucção nas cousas da patria*”.⁷⁶ Por último, com relação à dissertação escrita por Varnhagen sobre o Caramuru a comissão destacou o fato dele ter “*provado com documentos autenticos a não existencia do facto*”.⁷⁷

Ainda dentro da *Revista do IHGB* encontramos um juízo que trata especificamente da questão da citação por meio da discussão do plágio. Trata-se justamente de um trabalho escrito por Varnhagen a pedido do próprio Instituto para avaliar a obra recém oferecida à agremiação de um dos seus sócios, o general José Ignácio Abreu e Lima.⁷⁸

A obra intitulada *Compendio da História do Brasil* foi submetida à Comissão de História composta inicialmente por Bento da Silva Lisboa⁷⁹ e por Diogo Soares da Silva Bivar⁸⁰. Contudo, a comissão foi modificada passando a ser composta por apenas uma pessoa: Francisco Adolfo de Varnhagen. O conteúdo do juízo emitido por Varnhagen desencadeou uma grande polêmica envolvendo não apenas o historiador sorocabano e o general Abreu e Lima, mas também o IHGB e que resultou na desfiliação voluntária do general.⁸¹

⁷⁶ Parecer acerca da obra intitulada *Reflexões Criticas sobre o escripto do seculo XVI, impresso com o titulo de Noticia do Brasil no T. 3º da Collecção de Noticias Ultramarinas* por Francisco Adolpho de Varnhagen. **Revista do IHGB**, tomo 2, 1840, p. 110.

⁷⁷ Ata da sessão de 4 de junho de 1847. **Revista do IHGB**, tomo 09, 1847, p. 276.

⁷⁸ José Ignácio Abreu e Lima (1796-1869). Se destacou desde cedo na carreira militar e por escrever inúmeros trabalhos literários, políticos e históricos como “*Bosquejo histórico*”, “*Compêndio da História do Brasil*”, “*História Universal*”. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Quarto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 455-459.

⁷⁹ Bento da Silva Lisboa (1783-1864) Barão de Cayru, filho de José da Silva Lisboa (Visconde de Cayru). Foi secretário de estado e ministro dos negócios estrangeiros em 1830 e em 1846. Sócio do IHGB. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 400-401.

⁸⁰ Diogo Soares da Silva Bivar (1785-1865), formado em direito pela Universidade de Coimbra, foi membro do conselho do Imperador, cavaleiro da ordem da Rosa e da de Cristo, sócio do IHGB. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 182-184.

⁸¹ O caso francês analisado por Bruno Franco Medeiros é bem parecido com o que ocorreu no Brasil. Segundo esse autor, “a ausência de leis que poderiam regular o direito de propriedade autoral desde o advento da imprensa teria levado o plágio – caracterizado na maioria das vezes como um crime literário – a ser discutido não em instâncias jurídicas, mas a partir de mecanismos forjados no interior da República das Letras e pelo público que a constituía”. MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 116. No caso brasileiro, o público que julgou o plágio, na verdade, foi um grupo restrito aos quadros do IHGB, que designou uma comissão para avaliar a obra do general Abreu e Lima que mais tarde seria acusada de plágio. Dessa forma, a própria instituição criou os seus mecanismos de validação ou de invalidação de obras por meio da publicação de juízos e pareceres.

Centraremos aqui no conteúdo crítico exposto por Varnhagen, destacando os aspectos referentes ao problema de citação que vimos discutindo ao longo do texto. O seu juízo da obra começa enaltecendo as qualidades gráficas do trabalho, a clareza da edição, as estampas.⁸² Entre os pontos positivos do trabalho Varnhagen destacou ainda ter encontrado no prefácio da obra de Abreu e Lima idéias com as quais ele Varnhagen concordava. Tratava-se do desejo de dar alguma contribuição à escrita da história nacional por meio da averiguação dos fatos, da coleta de documentos e, por fim, elaborar uma obra que tivesse compromisso com os interesses nacionais. Varnhagen declarou “*ter ficado encantado de modo que nem as declarações logo immediatas do Autor (...) foram capazes de nos arrefecer a não darmos muito do coração os emboras ao Historiador*”.⁸³ Mas afinal que declarações do autor eram essas a que Varnhagen se referiu com cautela? Consultando o prefácio do *Compêndio* logo nos deparamos com as ressalvas feitas por Abreu e Lima ao seu trabalho que seriam alvo das críticas de Varnhagen. Nas palavras do general pernambucano:

*Resta-me agora dizer os meios que empreguei na redacção d’este Compendio, que muito pouco tem de propria lavra. Servi-me em grande parte do trabalho alheio, porque nem me era possível compulsar archivos, e muito menos repassar centenas de livros para recolher um ou outro facto, uma ou outra relação, quando antes de mim tinham alguns praticado este exame: portanto a minha obra não é uma composição inteiramente original, mas uma compilação de varios auctores, que julguei mais habilitados (...).*⁸⁴ (Grifos meus).

A partir daí já é possível imaginar o espírito de Varnhagen se insuflar diante de tais palavras. Afinal o general faltou aos princípios básicos no entendimento de Varnhagen para se escrever a história: não consultou os documentos. O espanto de Varnhagen foi ainda maior quando se deparou com a declaração do próprio Abreu e Lima, que depois Varnhagen confirmou pela leitura do *Compêndio*, de que “do segundo capítulo por diante, até o quinto inclusive, segui a recopilação de Southey⁸⁵ por

⁸²VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo acerca do Compêndio da História do Brasil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*. Tomo 6, 1844. p. 61.

⁸³ *Ibidem*, p. 61.

⁸⁴ ABREU E LIMA, José Ignácio. *Compêndio da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843, tomo I. p. viij.

⁸⁵ Robert Southey (1774-1843) poeta e historiador inglês conhecido por escrever a “History of Brazil” entre os anos de 1810 e 1819.

Beauchamp⁸⁶”. Varnhagen não se conformou com a relevância dada por Abreu e Lima à obra de Beauchamp que já havia sido acusado de cometer plágio e a quem o sorocabano qualificou como o tipo dos “*ingratos escreventes que se esquecem de citar os autores, de cujas idéas se utilizam*”.⁸⁷ Varnhagen se refere ao fato de Beauchamp ter plagiado a obra de Robert Southey. Segundo ele, o erro de Abreu e Lima, na verdade não era seu, era de Beauchamp que se aproveitou das pesquisas de Southey sem citá-lo. Para Varnhagen, a qualidade da obra de Southey se impunha porque ele seguiu “o uso de todos os historiadores modernos de bom *critério*, de citarem à margem, e em notas os fundamentos do seu juízo e discurso”.⁸⁸ O que Beauchamp fez foi, para o sorocabano, seguir “*pelas margens da obra de Southey, sem conhecimento algum dos livros e dos autores, aproveitar as migalhas de suas citações, para em breve ostentar-se erudito no prefacio*”.⁸⁹

Até então Varnhagen deslocou a responsabilidade de Abreu e Lima para Beauchamp por ter plagiado a obra de Southey. Contudo, passando a comparar trechos da tradução utilizada por Abreu e Lima da obra do plagiário francês com a obra do brasileiro Varnhagen destacou que muitos parágrafos eram “*permitta se-nos dizel-o, pio plagio até o fim*” quase todos “*copiados quasi sempre ipsis verbis*”.⁹⁰ A partir daí claramente Varnhagen passa a chamar também Abreu e Lima de plagiário, cuja obra em alguns capítulos “*até o titulo tem copiado da tradução*” do trabalho de Beauchamp, por essa razão o sorocabano dizia que desejava com relação a esse capítulo “*transcrever todo, pondo ao lado o texto de que elle é plágio*”.⁹¹ Tal paralelo entre a tradução portuguesa de Beauchamp e a obra de Abreu e Lima, segundo Varnhagen, seria importante para demonstrar que “*quasi todas as considerações que vamos fazer nada tem a ver com o autor do Compendio*” uma vez que ele “*confiou demais, a ponto de o copiar como por habito*”.⁹² O juízo seria marcado por um tom severo de Varnhagen que

⁸⁶ Ibidem, p. ix. Alphonse Beauchamp (1769-1832) historiador francês que escreveu a *Histoire du Brésil* (1815), ficou conhecido no mundo luso-brasileiro por ter plagiado a obra de Robert Southey. A respeito da recepção de sua obra no Brasil e em Portugal no século XIX ver: MEDEIROS, Bruno Franco. Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos. **Alm. braz.**, São Paulo, n. 11, maio 2010 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180881392010000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jul. 2012.

⁸⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1844, p. 64.

⁸⁸ Ibidem, p. 64.

⁸⁹ Ibidem, p. 64.

⁹⁰ Ibidem, p. 68.

⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1844, p. 73.

⁹² Ibidem, p. 73.

julgau que “*as apprehensões do nosso patricio escriptor do Compendio nascem da duvida e pouca vontade de mexer n’uma redacção ja prompta*”.⁹³ Varnhagen não deixou de destacar o fato de Abreu e Lima desconhecer a existência de documentos importantes sobre a história do Brasil. Não podia exigir que o dito general adivinhasse existência dos mesmos, os quais Varnhagen possuía graças, e ele fez questão de frisar, a “*posição em que a sorte nos arranjou; e d’aquella em que hoje estamos, graças a munificencia de S. M. I., e que nos tem facilitado a posse d’essas preciosidades, para exigir que outrem tivesse d’ellas conhecimento*”.⁹⁴ Por essa razão ele disse restringir a sua crítica aos “*factos constantes dos livros vulgares d’aquelles mesmos que o Sr. Abreu Lima diz ter visto*” fazendo censura “*apenas àquillo que se disse errado*”.⁹⁵

Entre os erros cometidos por Abreu e Lima ao acreditar em tudo o que dissera Beauchamp, Varnhagen destacou o fato do general em dúvida com relação à doação de terras no Brasil não escolheu se apoiar nas pesquisas do sorocabano. Varnhagen não entendeu por que Abreu e Lima “*citando tanta vez o Diario de Pero Lopes, nos não quis honrar, aproveitando-se do trecho contido no fim da nota 18 a pag. 80? Acharia acaso que esse trecho não seja sufficiente documento para explicar as suas duvidas (...)?*”.⁹⁶ A nota 18 a que Varnhagen se refere trata exatamente do nome dos donatários e da extensão de suas capitâneas, mas Abreu e Lima preferiu em texto numa nota de rodapé afirmar que as afirmações de Varnhagen não diferiam do que ele levantou em seu texto e que nem consta que cada um dos donatários tivesse uma capitania distinta. Nesse ponto imaginamos a frustração de Varnhagen uma vez que a nota indicada do *Diário* de Pero Lopes citado por Abreu e Lima é voltada propriamente para esclarecer esse ponto da história do Brasil.

O descontentamento de Varnhagen se baseou no fato de Abreu e Lima ter preferido acreditar em Beauchamp mesmo diante de um documento quinhentista como o *Diário* de Pero Lopes. Preferiu respaldar algumas informações que, segundo Varnhagen, não se encontram em nenhum documento apenas no texto do autor, contudo, Varnhagen não deixa de dizer com certa ironia que “um autor de improviso (como foi Beauchamp, que para tudo tem licença) tudo pôde dizer”.⁹⁷ Ainda tratando de

⁹³ Ibidem, p. 74-75.

⁹⁴ Ibidem, p.75.

⁹⁵ Ibidem, p. 75.

⁹⁶ Ibidem, p. 75.

⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1844, p. 77.

Pero Lopes, Varnhagen se revoltou com o fato de Abreu e Lima diante de uma edição do diário desse personagem histórico com importantes informações biográficas desprezasse o que diz o editor (Varnhagen) para seguir “*pelo caminho mais facil do plagio*”.⁹⁸ Ao longo do juízo Varnhagen enumerou outras falhas do general pernambucano decorridas do plágio.

O que nos interessa nesse trabalho de Varnhagen sobre a obra de Abreu e Lima é demonstrar como aquele estava inteirado das novas formas de escrita da história e das regras de citação que presidiam a tarefa do historiador no século XIX. Por meio da discussão do plágio Varnhagen traz à tona a questão da citação como “*uso de todos os historiadores modernos de bom criterio de citarem, a margem, e em notas os fundamentos do seu juizo e discurso*”.⁹⁹ Ao contrário do que alguns de seus críticos apontam essa percepção crítica não parece estar atrelada a uma suposta leitura da obra de Ranke¹⁰⁰, ou do conhecimento da École de Chartes¹⁰¹, Varnhagen nem sequer cita autores nesse sentido. Aliado a isso podemos traçar uma comparação entre o rigor dado por ele à questão da citação e, por conseguinte, do plágio com os pareceres emitidos por outros membros do IHGB. Como pudemos constatar essa não era uma preocupação corrente entre os sócios da agremiação ou, pode-se dizer, não se configurava num critério primeiro para julgar uma obra histórica. Tal constatação parece confirmar a pista emitida por Clado Lessa quando, em defesa de Varnhagen, diz que se alguém tivesse o trabalho de contar as notas escritas por Varnhagen aos seus textos com as de seus contemporâneos veria que eles não citavam mais do que ele.¹⁰² Supõe mesmo que a prática da citação não fosse ainda no Brasil algo corriqueiro que se configurasse numa regra do ofício do historiador.

Diante desse quadro pode-se alegar que o lugar social de Varnhagen no século XIX não era efetivamente o IHGB. Na época da elaboração do dito juízo ele sequer era ainda o autor da *História Geral do Brasil* ou mais, não era ainda o Visconde de Porto Seguro. Mesmo assim é possível alegar que a sua designação para avaliar o *Compêndio* de Abreu e Lima indica confiança do cônego Januário da Cunha Barbosa na capacidade crítica de Varnhagen.

⁹⁸ Ibidem, p. 78.

⁹⁹ Ibidem, p. 64.

¹⁰⁰ CANABRAVA, Alice P. Op. Cit. 1971. p. 418-419.

¹⁰¹ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1978, p. 394.

¹⁰² LESSA, Clado Ribeiro. Op. Cit. 1954, vol. 224, p. 194.

Se a preocupação de Varnhagen com a erudição não estava atrelada intimamente com alguma indicação particular do IHGB resta perguntar de onde ela provém ou a que ela se deve. Para responder essa questão é necessário admitir não uma independência intelectual de Varnhagen, mas pensar em seu lado português, em sua formação intelectual e o pertencimento a uma instituição como a Academia Real de Ciências de Lisboa. Para tanto, torna-se latente remontarmos ao setecentos português e perceber as mudanças ocorridas nesse período com relação ao conhecimento. Isso porque a Academia Real de Ciências de Lisboa foi uma herdeira das transformações na sua congênere setecentista, a Academia Real de História Portuguesa considerada como o lugar privilegiado de emergência do método moderno. Sobre as transformações inauguradas no período, afirmaria Joaquim Veríssimo Serrão em sua *História breve da Historiografia Portuguesa*:

Foi durante esse período que se iniciou a renovação dos estudos históricos dentro de uma estrutura de sentido genético, abrindo-se novos domínios com a valorização das chamadas ciências auxiliares. A genealogia, a Numismática, a Epigrafia, a história do Direito, a Bibliografia, a Diplomática, a Cronologia – passam a constituir centros de interesse por parte dos investigadores procurando ultrapassar a noção de história política que fora seguida pelos antigos cronistas.¹⁰³

Aliado às transformações ocorridas nesse período na Academia Real de História Portuguesa está a emergência de um novo método crítico em Portugal que proclamava a necessidade de uma renovação no pensamento teológico no país, tratava-se do *Verdadeiro método de estudar* de Luiz Verney. Ele reivindicava para cada uma das áreas do saber uma renovação. Em seu método o conhecimento histórico é tido como algo preliminar que serviria de arma de defesa do católico. Segundo Breno Ferreira, a história serviria para provar a veracidade do catolicismo e a falsidade dos argumentos de seus inimigos postulando o problema da verdadeira interpretação dos textos, ou do método crítico.¹⁰⁴ Para Verney seria precisamente a partir do século XVII que ocorreria a consolidação desse “novo método”, pois:

nesta era, não basta que um homem afirme uma coisa; é necessário que a prove e mostre que os monumentos de que tira as suas provas

¹⁰³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História breve da Historiografia Portuguesa**. Lisboa, Editorial Verbo, 1962. p.217.

¹⁰⁴ FERREIRA, Breno Leal Ferraz. Verney e o método crítico. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011. p. 03.

são livres de toda a corrupção. Antigamente, citavam um texto de Sto. Agostinho e, sem outro exame, o admitiram; hoje não basta isso, mas a Crítica dá um passo adiante, e examina se o texto é verdadeiro, ou suposto (...).¹⁰⁵

Seriam transformações como essa, que comporiam, de maneira diferenciada a prática historiográfica portuguesa desdobrando-se também na historiografia brasileira oitocentista. A escrita de Varnhagen seria profundamente marcada por essas transformações, principalmente quando nos voltamos para o juízo que ele faz do *Compendio* de Abreu e Lima. Se a noção de cópia ou plágio não era corrente no IHGB como pudemos constatar por meio da leitura dos pareceres publicados na revista da agremiação, quando olhamos para o lado português notamos que já no século XVIII ambas as noções já eram definidas no dicionário de Bluteau, denotando a noção de plagiário “*aquelles que se attribuem a si as obras de outros Authores*”¹⁰⁶ sendo a discussão da cópia já presente nos debates na academia lusitana setecentista.¹⁰⁷

É preciso, contudo, ressaltar que a relação com o passado assinalada pela Academia Real de Ciências de Lisboa partia do reemprego, mas também da mudança nos métodos e objetivos da mesma. Como destaca Taise Silva, as tensões entre “os pesquisadores das Ciências Naturais e da cadeira de Belas Letras, bem como o contexto onde o científico passava necessariamente a ter de servir ao político, impregnaria paulatinamente a cadeira de Belas Letras da Academia de Ciências”¹⁰⁸ exigindo da mesma o mesmo caráter pragmático exigido das ciências exatas. Tal pragmatismo se estenderia também ao Brasil tendo espaço garantido nos discursos proferidos na instituição que se via como a representante da ilustração cujos trabalhos deveriam buscar a utilidade.¹⁰⁹

¹⁰⁵ VERNEY, Luís António (1746). **Verdadeiro método de estudar**. Volume IV: Estudos Médicos, Jurídicos e Teológicos. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1952. p. 265-266.

¹⁰⁶ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez, e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESUS, 1727, vol. IX. p. 141.

¹⁰⁷ Como se depreende do interessante trabalho de Pedro Telles da Silveira “Plágio, cópia e crítica na erudição histórica da Academiã Real da História Portuguesa. In: Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual**. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7).

¹⁰⁸ SILVA, Taise Tatiana Quadros da. Op. Cit. p. 116.

¹⁰⁹ Haja visto o programa histórico publicado no primeiro número da revista do IHGB em que o Visconde de São Leopoldo afirma ser a instituição a representante das idéias da ilustração. **Revista do IHGB**, tomo 1, 1839, p. 61-77.

Seria dentro desse contexto que Varnhagen elaboraria a sua intervenção historiadora por meio de sua *História Geral do Brasil* que passaria a ser entendida no século XX pelos seus críticos como exemplo da prática moderna da história definida por seu trabalho nos arquivos, por suas descobertas documentais e pela questão da citação. Esse conjunto de componentes colocaram Varnhagen no grupo dos historiadores que praticaram no oitocentos uma história modernizada, sedenta de aparatos científicos cujas notas de rodapé seriam um dos principais elementos.

Todo esse percurso foi necessário porque não poderíamos discutir o problema da citação em Varnhagen, como se queixou Capistrano de Abreu, sem historicizar a prática da citação e da anotação. A essa altura podemos afirmar que o debate já era conhecido por Varnhagen e ele próprio via na citação um elemento obrigatório para todo historiador moderno.

Devemos destacar que para Varnhagen citar as fontes ou autores utilizados além de ser uma obrigação do historiador moderno era também um exercício de ética historiográfica. No caso de Varnhagen em seus prefácios e introduções era estabelecido um pacto entre autor e leitor. O primeiro se comprometia a indicar as fontes utilizadas e as provas de suas afirmações como demonstração de que o que estava diante do leitor era um material confiável. O segundo, por sua vez, através das provas dadas pelo autor nas notas e citações deveria confiar nas palavras do autor. A ética historiográfica também se estabeleceria com relação aos pares por meio de um *ethos* particular através do qual eles se reconheceriam.¹¹⁰ Quando avalia o trabalho de Abreu e Lima, por exemplo, Varnhagen também está tratando da impostura cometida pelo general pernambucano ao não dar créditos aos verdadeiros autores das reflexões apresentadas em seu *Compêndio*.

Anos depois da polêmica entre Abreu e Lima e Varnhagen a qual vimos falando o historiador sorocabano se envolveria em outro embate com um intelectual brasileiro, dessa vez foi João Francisco Lisboa¹¹¹ o *Timon* maranhense, como ficou conhecido. Ao

¹¹⁰ SANTOS, Evandro. O ser historiador ontem, hoje e amanhã: ética e história, um mapeamento a ser trabalhado. In: **Anais do X Encontro Estadual de História** – Anpuhrs – Rio Grande do Sul, 2010. p. 146. Sobre a ética historiográfica no Brasil oitocentista ver do mesmo autor: SANTOS, Evandro. O historiador entre a ciência e a política. Um exame da ética historiográfica no Brasil do século XIX. In: **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio** – Rio de Janeiro, 2010.

¹¹¹ João Francisco Lisboa (1812 – 1863) natural do estado do Maranhão. Jornalista e político do Império brasileiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Trabalhou em diversos jornais,

contrário do que ocorrera em relação a Abreu e Lima, o relacionamento entre Varnhagen e João Francisco Lisboa foi se estabelecendo aos poucos sendo pautado por uma grande admiração de Varnhagen aos trabalhos do *Timon* maranhense expresso nas páginas da primeira edição da *História Geral* e em sua correspondência com o imperador. Em uma delas, datada de 1856, ele relatou o desejo de retardar a publicação do segundo volume da *História Geral* em decorrência da indiferença com que sua obra fora recebida no IHGB. Entre as razões que, segundo ele, teria provocado tal reação foi o fato dele não simpatizar com “certo perigoso brasileirismo caboclo, como lhe chama com tanta razão o *Timon*”.¹¹² Nota-se que desde já havia um motivo inicial forte que aproximava Varnhagen e o autor de *Timon*, ambos se colocavam contra as idéias de ser o indígena o legítimo representante da nacionalidade brasileira. Ainda na mesma carta Varnhagen acrescentou a importância de um escrito como o de *Timon* e de seu autor com quem estava em “correspondência e perfeita harmonia, até na maior parte das idéias”.¹¹³

Essa confluência de idéias está expressa desde as primeiras páginas do primeiro volume da *História Geral* e se estende pelas inúmeras notas de rodapé e nas notas no fim do livro. Em um *Suplemento* ao tomo primeiro da primeira edição da sua obra Varnhagen escreve uma nota em que cita a proximidade de pensamento entre ele e Lisboa antes mesmo de se conhecerem:

*Temos a maior satisfação em ver corroboradas as nossas conjecturas acerca da escacez da antiga população indígena no nosso paiz por um benemérito escriptor do Maranhão, de que abamos de ter conhecimento, e que pelo pseudonymo de Timon acaba de recommendar-se a todos os pensadores. E'-nos summamente grato, e ao mesmo tempo não deixará acaso de ser um argumento em favor das ideas que ambos pela força de convicções e pelo amor da justiça, timbramos em defender, o facto de haver-mos nessas ideas encontrado, sem conhecimento um do outro, acerca deste e de outros pontos.*¹¹⁴ (Grifos meus).

entre eles o mais famoso foi *Timon* em alusão ao historiador grego. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Terceiro Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895. p. 433-435.

¹¹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por LESSA, Clado Ribeiro. Rio de Janeiro, INL/NEC, 1961. p. 235.

¹¹³ Ibidem. p. 235.

¹¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854. p. 483.

Ainda na mesma nota Varnhagen não deixou de destacar que da mesma forma como ele citava Lisboa, este também utilizava a obra do sorocabano como referência:

E para estarmos ainda mais de accordo, encontramos o illustre Timon apoiando, sem a nós se refferir, o pensamento de uma Historia Geral do Brazil nos seguintes termos (II, 14): «Das pequenas províncias de um Estado não é mister escrever um corpo completo de historia; bastam simples e modestas memórias, que sirvam depois ao trabalho complexo que comprehenda o todo.»¹¹⁵

A autoridade das afirmações de Lisboa se expressaram ainda em outra nota em que Varnhagen se viu dividido entre a autoridade de Gabriel Soares de Souza cujo roteiro de viagem era considerada por ele uma das fontes mais confiáveis sobre o início da colonização portuguesa no Brasil e as afirmações de Lisboa que iam de encontro com as informações fornecidas por Gabriel Soares.

*Temos hoje para nós que a primitiva colônia fundada com o nome de Nazareth, pelos que escaparam do naufrágio ou naufrágios (pouco nos interessa em que baixos ou coroas de areia) da primeira armada colonizadora do Maranhão, teve logar na própria ilha, onde depois se construiu a cidade de S. Luiz, e que por conseguinte foi esta ilha a que então se denominou da **Trindade**. Assim se collige considerando attentamente o que a tal respeito nos transmite Gabriel Soares, cuja autoridade (por isso mesmo que mais antigo e mais immediato á época do successo, além de geralmente bem informado) nos deve merecer mair conceito do que a de autores modernos, que não allegam documentos contemporâneos, os quaes por nossa parte tão pouco sabemos que existam. E até certo ponto encontramos disso a confirmação no próprio nome de **Ilha das Vacas**, que ella tinha meio século depois, acaso em virtude de alguma vacada provinda por ventura de rezes fugidas da dita colônia para o sertão da ilha. E não occultaremos que muito sentimos que, no ajuizar tão favoravelmente acerca da autoridade do nosso predilecto Gabriel Soares, nos encontremos **em** opposição «com um estimavel escriptor moderno, também muito nosso predilecto, e com cujas ideas muitas outras vezes vamos ele accordo, o **Timon** maranhense que acha «singular que nós, **no anno de 1851**, fundássemos uma conjectura na relação de Gabriel Soares, tão evidentemente inexata e escripta com tão **pouco conhecimento das cousas**, que nella se figuram duas diversas expedições—do Ayres da Cunha, o dos filhos de João de Barros—quando houve uma so de todos elles.»¹¹⁶ (Grifos do autor).*

¹¹⁵ Ibidem. p. 483.

¹¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854, p. 485

Varnhagen, ao final, procurou uma razão que justificasse a afirmação de Gabriel Soares, pois para ele o roteiro de viagem deste carregava fortes marcas de verdade decorrentes da proximidade entre o autor do roteiro e os acontecimentos. Com os apontamentos de Lisboa, contudo, Varnhagen teve que admitir que em certos pontos Gabriel Soares escreveu “de ouvida e vista, porém sem documentos” mas que “nem por isso a sua autoridade deixa de ser sempre da maior valia, quando não rebatida por outra de mais fé”.¹¹⁷ A autoridade de mais fé, neste caso, era João Francisco Lisboa.

A relação entre o autor de *Timon* e Varnhagen se intensificaria quando o primeiro conseguiu por meio da influência de amigos no Rio de Janeiro ser escolhido para desenvolver pesquisas históricas na Missão Cultural de que era encarregado Gonçalves Dias.¹¹⁸

João Francisco Lisboa até então não tinha saído do Brasil para fazer pesquisas, sua experiência vinha do tempo que passou nos arquivos e bibliotecas de São Luis. A dificuldade em trabalhar nos arquivos estrangeiros e a promover a crítica das fontes logo surgiu e encheu as páginas da correspondência trocada entre ele e Varnhagen.

Já na primeira carta Lisboa deixa claro suas intenções em ter como ocupação não a política ou a magistratura, queria ser pesquisador assim como Varnhagen e tê-lo como mestre e guia.¹¹⁹ Varnhagen tomou para si tal tarefa e passou a ajudar e guiar o inexperiente autor de *Timon* nos arquivos estrangeiros. Porém, como nota José Honório Rodrigues, Varnhagen não se limitou a indicar a localização dos documentos e a relevância para cópia de cada um, também deixou claro ao seu aprendiz, ao qual nunca viu, que era preciso fazer a crítica dos documentos, tirar cópias limpas com textos corretos.¹²⁰ Como o próprio Lisboa revelou a Varnhagen em carta “tirá-las com correção, castigar os manuscritos pela maior parte incorretos e estupidamente copiados (...) me levaria muito tempo, ou me absorveria todo”.¹²¹ Ainda sobre seu trabalho nos arquivos disse que se limitou a “escolher as peças e manuscritos (..) interessantes e fazê-

¹¹⁷ Ibidem, p. 485.

¹¹⁸ A missão tinha por meta investigar o estado da instrução primária e secundária em alguns países da Europa e de examinar e copiar documentos e notícias sobre a história do Brasil. JANOTTI, Maria de Lourdes M. **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador**. São Paulo: Ática, 1977. p. 164.

¹¹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**: apostilla e nota G aos números 11 e 12 do ‘Jornal de Timon’; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extracto do folheto ‘Diatribes contra a Timonice’, etc. Lima: Imprensa Liberal. 1867. p. 69.

¹²⁰ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1952. p. 79-80.

¹²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1867. p. 92.

los copiar tais e quais com todos os seus erros e irregularidades”. A correção de tais documentos deveria ser feita, segundo ele, no Brasil por quem fosse utilizá-los.¹²² Ao contrário de seu mestre, Varnhagen, Lisboa não se preocupava em fazer atentamente a crítica documental, nem por isso podemos desqualificá-lo enquanto erudito. Se por um lado ele não estava no mesmo nível de técnicas de pesquisa histórica como Varnhagen, por outro, foi um dos principais pesquisadores brasileiros do oitocentos cujas pesquisas se encontram nas páginas de seu jornal de *Timon*. Outro traço de erudição de Lisboa além do conhecimento de grandes fatos da história nacional é a forma como se preocupa em respaldar suas afirmações com notas e citações. Seus trabalhos abundam em citar a bibliografia utilizada no próprio texto e em notas ao final dos volumes a documentação primária.

As notas de Lisboa, contudo, guardaram também outra função além da prova documental ou da referência bibliográfica. Como salientado por Grafton, a partir do momento em que o historiador passa a escrever com notas a sua narrativa se torna claramente uma forma moderna, dupla. Nessa forma duplicada as notas formam uma história secundária, que acompanha a primeira, mas dela se diferencia totalmente.¹²³ Elas provam ser produtos historicamente contingentes, dependentes de formas particulares de pesquisas e pensamentos, em suma, documentam uma outra história que subjaz àquela da qual são parte integrante. Com relação às notas de Lisboa, uma em especial, chama a atenção para o assunto que tratamos a famosa Nota C escrita por ele ao fim dos seus *Apontamentos*. O título da nota já dava o tom de seu conteúdo *Sobre a escravidão, e a – História Geral do Brazil – pelo Sr. Varnhagen*. Nessa nota Lisboa expõe todos os pontos discordantes entre ele e Varnhagen, principalmente admite ter mudado as suas idéias acerca da escravidão indígena a qual defendia a princípio. Segundo Lisboa, foram os novos documentos que coligiu na Europa que o obrigaram a se retratar sobre a questão indígena.¹²⁴ A nota foi marcada por um tom polêmico

¹²² Ibidem, p. 92. O problema desse procedimento de Lisboa para a época é que a cópia de documentos pressupõe o trabalho de especialistas. Afinal, não era qualquer um que poderia ser designado para trabalhar em arquivos. A esse “profissional” poderiam ser direcionadas possíveis adulterações e supressões na cópia e até mesma a falsificação de um documento original. Como salienta Grafton, a crítica e a falsificação de textos tiveram uma relação de grande proximidade na tradição ocidental. Tanto uma como a outra são maneiras de afrontar um mesmo problema geral. Elas são formas de lidar com grupos de textos autorizados que regulam práticas sociais e políticas. GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 2001. p 147.

¹²³ GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 1998. p. 30-31.

¹²⁴ LISBOA, João Francisco. **Obras Completas de João Francisco Lisboa**. Editadas por Antonio Henriques Leal e Luiz Pereira de Castro. São Luís, Tip. B. de Mattos. Volume 3. 1865. p. 465.

empregado por Lisboa para contrapor-se a Varnhagen, o que segundo Maria de Lourdes Janotti, lembrou muito as características de Lisboa como jornalista.¹²⁵

Anos mais tarde, depois da morte de João Francisco Lisboa, as restrições feitas por ele a Varnhagen na Nota C, o historiador sorocabano publicou em Lima um opúsculo intitulado “Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa” contendo 26 cartas inéditas de Lisboa enviadas a Varnhagen.

O conteúdo desse opúsculo era uma tentativa de Varnhagen de se defender das colocações de Lisboa com relação à escravidão indígena, com a qual Varnhagen concordava e a princípio o próprio Lisboa também sendo ele uma das principais referências do sorocabano no assunto no primeiro volume da *História Geral do Brasil*. Não nos ateremos aqui na discussão sobre a mudança na interpretação da história do Brasil por Lisboa ou os detalhes de suas proposições sobre os indígenas e nem a posição de Varnhagen sobre o assunto. O que nos interessa na nota escrita por Lisboa e na resposta dada por Varnhagen ao primeiro é o debate que a nota força o sorocabano a fazer em torno da questão do plágio.

Uma das colocações feitas por Lisboa na Nota C é que tal mudança já se fazia presente em suas idéias quando Varnhagen publica o primeiro volume da *História Geral* utilizando-se das suas idéias e reproduzindo-as ainda no segundo volume da obra intensificando as mesmas idéias.¹²⁶ Lisboa afirma a primazia de suas idéias e em nota de rodapé lembra ao leitor que suas idéias acerca dos indígenas eram anteriores as de Varnhagen sugerindo que:

*Para melhor intelligencia desta passagem, e do mais que se segue, cumpre ter em vista que os numeros do JORNAL DE TIMON, a que nos referimos, foram publicados no Maranhão em junho de 1854, e a HISTORIA GERAL, posto que datada do mesmo anno em Madrid, só veio a distribuir-se no Rio de Janeiro em princípios de 1856.*¹²⁷
(Grifos do autor).

Ao mesmo tempo em que se defendia das suas proposições iniciais sobre os indígenas, Lisboa aproveitou a ocasião para expressar que Varnhagen não foi o primeiro

¹²⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes. Op. Cit. 1977. p. 212.

¹²⁶ LISBOA, João Francisco. Op. Cit. 1865. p. 465.

¹²⁷ Ibidem, p. 466.

a fazer tais observações uma vez que seu trabalho foi publicado no Brasil antes da obra do sorocabano.

Varnhagen não deixou tal acusação passar despercebida. O que era apenas uma nota de rodapé do autor de *Timon* rendeu inúmeras páginas do opúsculo escrito por Varnhagen, afinal um historiador tão meticuloso como ele que já havia adquirido status de erudito entre seus pares exatamente por seu trabalho de pesquisa e crítica documental não poderia aceitar ser acusado de plagiador. A defesa contra a acusação de plágio foi o primeiro ponto tratado por Varnhagen no opúsculo e teve como base de resposta as diversas cartas enviadas por Lisboa a Varnhagen pedindo auxílios em relação à localização de manuscritos nos arquivos europeus no período em que o primeiro foi designado para compor a Missão Cultural junto de Gonçalves Dias.

O opúsculo se divide em duas partes, contendo ainda um epílogo e 26 cartas inéditas de João Francisco Lisboa enviadas a Varnhagen. Em nosso trabalho nos ateremos apenas a alguns pontos da primeira parte, especialmente aqueles relacionados à questão do plágio. Para uma apreciação melhor de como Varnhagen dividiu seu trabalho e intitulou cada um dos pontos reproduzimos o sumário do opúsculo abaixo.

INDICE.

	Pág.
Indice.....	1 e 2
Preambulo.....	3

PRIMEIRA PARTE.

RESPOSTA A DIATRIBE DE TIMON 3.º

Accusação de plagio por Timon:—4 e 5. Volta-se o feitiço contra o feiticeiro: 6 e 7. Provas tiradas das 26 cartas que se publicam: 8. Revelações feitas por essas cartas; 9. Epistola de um leitor, estremecido ao ler a catilinaria do *amigo* Timon: 10, 11 e 12. Tendencias de Timon descubertas em suas cartas: 13. Falta de caridade de Timon: 14 e 15. Escola e espirito do autor da Historia Geral, e sua comparação com Timon: 16 a 20. Falsificação dos textos por Timon: 21 e 22. Quem foram os primeiros agressores, os Indios ou os colonisadores? Parcialidade de Timon: 23 a 25. Defesa do Autor accusado de ser inimigo dos Indios: 26, Defesa do bispo Azeredo Coutinho: 27. Timon sae negreiro e defensor da escravidão e ainda em cima egoista: 28 e 29. Outro exemplo da parcialidade de Timon *contra* os colonisadores: 30 e 31. O autor accusado absurdamente de reaccionario, menos liberal, defensor da guerra, & &: 32 a 35.

SEGUNDA PARTE.

TRATA-SE DOS INDIOS BRAVOS, E SE COMBATE O SYSTEMA CHAMADO DE CATHEQUESE E CIVILISAÇÃO SEGUIDO HOJE.

As ideas do autor acerca dos Indios bravos lhe nasceram no meio dos nossos sertões, em 1840: 36 a 38. Que escreveu a este respeito em 1849: 39. E logo em 1850, apoiando-se no Senador Vergueiro: 40 a 43. O systema actual accusado de inefficaz e improficuo pelos Presidentes das Provincias em suas *Falas*: 44 a 48. Injusta censura feita ao autor: 49. Justificação das ideas do autor pelas do Presidente Buchanan, e do Marquez de Mont'Alegre: 50 e 51. Apoio dado pelo Senhor Senador Dantas: 52 a 56.

Figura 1. Sumário do Opúsculo “Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa” de 1867.

— 2 —

Pontos a este respeito acicamente combatidos por Timon: 57 e 58. Idéas para civilisar os Indios mansos: 59. Recurso unico contra os Indios bravos: 60 a 62.

EPILOGO.

Recapitulam-se as infundades accusações de Timon e se rastreia a verdadeira origem dellas: 63 e 64. Homenagem do autor ao seu accusador: 65.—Erratas: 66.

NOTA Y.

26 CARTAS INEDITAS DO SR. JOAO FRANCISCO LISBOA.

I.....	67
II.....	69
III.....	71
IV.....	»
V.....	72
VI.....	»
VII.....	75
VIII.....	76
IX.....	80
X.....	82
XI.....	84
XII.....	»
XIII.....	85
XIV.....	87
XV.....	88
XVI.....	89
XVII.....	»
XVIII.....	90
XIX.....	91
XX.....	93
XXI.....	94
XXII.....	95
XXIII.....	97
XXIV.....	98
XXV.....	99
XXVI.....	100

NOTA Z.

Extracto do Opusculo intitulado—«*Diatrise contra a Timonice,*» etc., publicado em 1859.....103

Figura 1. Sumário do Opúsculo “Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa” de 1867.

Varnhagen sugere ao leitor que observe o empenho de Lisboa em fixar a data da distribuição do primeiro volume da *História Geral* e “*facilmente se advertirá a injusta intenção do censor de accusar-me de seu imitador ou plagiário*”.¹²⁸ Em nota de rodapé ele acrescenta que todo o primeiro tomo já estava impresso em setembro de 1854, somente aguardando as gravuras de Paris. Ele não admitia que Lisboa insinuasse que ele havia cometido plágio uma vez que:

*Semelhante accusação é de todo indisciplpavel, quando no proprio livro criticado o censor tinha á mão a indicação das datas mencionadas, as quaes devia rebater, ou reconhecer que o seu **Jornal de Timon** de junho de 1854 não tinha acerca dellas nenhuma prioridade; a menos que, para querel-a ter á força, pretenda começar para mim a contar a data dessas ideas desde que ellas apareceram **de novo** consignadas, por occasião da publicação da **Historia Geral**, só porque esta foi distribuida no Brazil depois que o **Jornal de Timon** de junho de 1854. – Viram já neste mundo candidez igual?*¹²⁹ (Grifos do autor).

Em nota de rodapé Varnhagen transcreve uma nota da *História Geral* em que expõe estar feliz em ter encontrado um autor – Lisboa – que compactuasse com as suas idéias acerca dos indígenas destacando que tais pensamentos já estavam presentes no seu *Memorial Orgânico* de 1849-1850 e na memória “*Como se deve entender a nacionalidade na História do Brazil?*” de 1852. A nota se encontra no *Suplemento* ao primeiro tomo da primeira edição da *História Geral* e diz o seguinte:

*Temos a maior satisfação em ver corroboradas as nossas conjecturas acerca da escacez da antiga população indígena no nosso paiz por um benemérito escriptor do Maranhão, de que abamos de ter conhecimento, e que pelo pseudonymo de **Timon** acaba de recommendar-se a todos os pensadores. E'-nos summamente grato, e ao mesmo tempo não deixará acaso de ser um argumento em favor das ideas que ambos pela força de convicções e pelo amor da justiça, timbramos em defender, o facto de havermo-nos nessas ideas encontrado, sem conhecimento um do outro, acerca deste e de outros pontos. Pelos direitos da civilização, e em contra os defensores dos direitos dos índios, **últimos invasores** do território do Brazil, emittimos nossas ideas na 1.ª e 2.ª parte do **Memorial Orgânico**, impresso em Madrid em 1849 e 1850, è em 1851 reproduzido no **Guanabara**. A opinião de que a raça índia propendia a exterminar-se, ainda sem a colonisação européa, acha-se consignada na Rev. do Inst. XIV, pag. 407. Na mesma Rev. do Inst. (XIII, pag. 517), soltamos também, tratando de Quoniambebe, um brado em favor da civilização*

¹²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1867. p. 4.

¹²⁹ Ibidem, p. 4-5.

christã, e contra a selvageria, e esse brado foi até vehemente, contra as tendências indiscretas e falsas de patriotismo caboclo, na memória intitulada=«Como se deve entender a nacionalidade na Historia do Brazil?»=que em 1852 ousamos levar á Augusta Presença de S. M. O Imperador. E para estarmos ainda mais de accordo, encontramos o illustre Timon apoiando, sem a nós se refferir, o pensamento de uma Historia Geral do Brazil nos seguintes termos (II, 14): «Das pequenas províncias de um Estado não é mister escrever um corpo completo de historia; bastam simples e modestas memórias, que sirvam depois ao trabalho complexo que comprehenda o todo.»¹³⁰ (Grifos do autor).

Varnhagen se perguntava como diante de tais informações contidas na própria obra que Lisboa criticava ele podia alegar que seu autor o tivesse plagiado, afinal ele apenas reproduziu idéias presentes em seus dois trabalhos citados que antecedem o ano de 1854.

Segundo Varnhagen “*não é por certo, por sua muita originalidade, que se recommendam os escriptos do illustre maranhense*”, a começar pelo pseudônimo adotado por Lisboa. Varnhagen lembra que tal “*adopção não passa de um triste plagio feito a uma idéa do illustre contemporaneo Cormenin. Não digo bem: não foi só um triste plagio, foi um ataque feito a propriedade litteraria*”.¹³¹ Com relação aos seus estudos históricos, segundo Varnhagen, era muito mais grave, pois o próprio Lisboa admitiu em carta ao sorocabano que “*os estudos a esse respeito eram feitos em uma semana, para escrever na outra*”.¹³²

As cartas de Lisboa tornaram-se, dessa forma, a principal arma de defesa utilizada por Varnhagen contra as acusações de plágio dirigidas pelo jornalista. Varnhagen elenca oito pontos que refletem a surpresa e, ao mesmo tempo, a indignação com que o título de plagiário recebido de quem até pouco tempo era considerado companheiro de estudos históricos. Reproduzimos a seguir os oito pontos lembrados por Varnhagen:

¹³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854. p. 483.

¹³¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1867. p. 7.

¹³² Ibidem, p. 7.

1º Depois de me haver convidado para *seu mestre*, e de haver considerado o meu voto, não só competente, como decisivo, como *nosso primeiro e unico historiador* (carta de 23 de maio de 1856);

2º Depois de me haver escripto (carta de 9 do dito mez) que me «*respeitava e estimava como incançavel e erudito investigador das cousas patrias, e ultimamente como PAE DA NOSSA HISTORIA*»;

3º Depois que me pediu por vezes (carta 4ª de 22 de agosto de 1856 e seguintes) que o guiasse com os meus conselhos;

4º Depois que me assegurára (carta 14ª de 30 de novembro de 1856) que poucos esclarecimentos alcançava sobre nossas cousas, dos literatos com quem communicava em Lisboa, e que *desenganado delles, recorreria, como de costume, «a quem sabia e queria auxiliá-lo*;

5º Depois que tinha entendido (carta 18ª de 3 de janeiro de 1857) que fora eu o unico dos nossos escriptores historicos que se occupára da legislação;

6º Depois que promettia (carta 21ª de 15 de março de 1857) ler as minhas *Reflexões Criticas* (a Gabriel Soares) seguramente «com tanto proveito como o mais que havia saído da minha penna.»

7º Depois que (nessa mesma carta 21ª) dizia que o *Diario* de Pero Lopes, por mim publicado com mui noticiosas notas, e a *Historia Geral* lhe haviam servido de *roteiro* nos exames acerca da antiga legislação patria;

§ 8º Depois de haver (nessa dita carta 21ª) a proposito destas duas minhas publicações feito a exclamação: «Grande cousa é ter á mão um livro em quem se pode a gente confiar, e que poupa muitas e fastidiosas investigações!»

Depois, finalmente, das maiores mostras de fraternidade, não vacilou em acusar-me ao publico de plagiario, e de introduzir nesta e em outras acusações (de que me occurrei) frases que envolvem insinuações, cuja boa fé não é abonada por pessoas alheias á questão.

A insatisfação de Varnhagen em relação às acusações de Lisboa se intensificou ainda pelo fato do autor de *Timon* ter falsificado algumas frases de Varnhagen presentes na *História Geral*. Segundo Varnhagen, Lisboa “*falsificou o sentido desta ultima frase para aplical-a aos Indios*”, quando ele a “*havia empregado para a abolição da escravidão*”.¹³³ Mas que tipo de falsificação era esta a que Varnhagen se referia? Não era a documental, não era uma invenção, pois a frase citada por Lisboa realmente estava presente na *História Geral*. Então, de que se trata?

João Francisco Lisboa em sua *Nota C* expõe os principais pontos defendidos por Varnhagen sobre a escravidão no Brasil. Ao final de um desses parágrafos ele acrescenta as seguintes palavras de Varnhagen: “*É um assumpto melindroso sobre que mais vale discorrer menos*”. Para o sorocabano, além da insinuação de que ele tendia a fugir da discussão, Lisboa falsificou o próprio texto da *História Geral* ao utilizar a mesma frase para um contexto diferente. Diz que Lisboa “*para melhor effectuar semelhante falsificação e enganar os leitores*” teve “*o cuidado de cortar no seu extracto*” a frase anterior a qual àquela citada por Varnhagen se referia.¹³⁴

Essa não foi a única passagem da *História Geral* “falsificada” por Lisboa. Varnhagen elenca no opúsculo uma série de alterações feitas ao texto principal de sua obra pelo Timon ao fazer as citações em seu jornal. Varnhagen se pergunta então se “*a supressão, evidentemente intencional desta frase, não produzin uma completa alteração da verdade?*”.¹³⁵ Nesse caso, a forma como Lisboa utilizou o trabalho de Varnhagen, a forma de citar a obra do mesmo permitiu ao maranhense organizar o texto de acordo com suas próprias convicções. Dessa forma, a citação de trechos recortados da obra de Varnhagen validou a argumentação em favor de Lisboa. O estabelecimento do corte, da cópia do texto para ser citado provocou uma mudança de lugar e de estatuto no mesmo. A obra como um todo foi transformada em documento permitindo que seu uso escapasse ao controle de seu autor.

O opúsculo escrito por Varnhagen só foi publicado após a morte de João Francisco Lisboa, o último, portanto, não pôde se defender das declarações de

¹³³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1867. p. 21. Segundo Anthony Grafton, desde que nasceu a autoridade textual, esta se viu acompanhada de algum tipo de falsificação, fosse a documental ou a textual. GRAFTON, Anthony. **Falsarios y críticos. Creatividad e impostura em la tradición occidental**. Barcelona: Editorial Critica, 2001. p. 15.

¹³⁴ Ibidem, p. 21.

¹³⁵ Ibidem, p. 21.

Varnhagen. Nesse sentido, o que fizemos foi construir a discussão a partir da apresentação dos pontos da Nota C escrita por Lisboa e do opúsculo em resposta escrito por Varnhagen destacando a questão da citação por meio do problema do plágio.

Por meio da identificação do problema de citação em Varnhagen levantado por Capistrano de Abreu foi possível traçarmos uma panorama da questão também em outros autores do Brasil oitocentista, lembrando que todos pertenceram ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os autores em destaque foram José Ignácio de Abreu e Lima e João Francisco Lisboa. Ambos se envolveram em polêmicas com Varnhagen que chamaremos aqui de disputas pela erudição. Nas duas disputas veio à tona a acusação de plágio.¹³⁶ Na primeira Varnhagen acusa Abreu e Lima e, na segunda, é acusado por Lisboa e se defende da acusação. Algumas conclusões a respeito da operação historiográfica no Brasil oitocentista podem ser retiradas a partir da análise dos dois casos.

Em primeiro lugar, o século XIX acompanha uma mudança fundamental no conceito de história e na caracterização da história enquanto disciplina. A formação de um conceito moderno de história na passagem do setecentos para o oitocentos teve como característica invalidação do *topos historia magistra vitae*. O novo conceito de história passou a concentrar em si mesmo o passado e sua representação e suscitou o debate em torno de novas formas de estudar e escrever a história.¹³⁷ Nessa nova fase não era o bastante contar, era preciso provar a partir de documentos. O historiador moderno deveria citar as suas fontes. Anthony Grafton lembra que uma das características dessa história moderna é a citação de documentos. O historiador não cita as autoridades das quais poderia imitar os modelos de escritas ou as idéias.¹³⁸ O tipo de história baseado na citação de autoridades perdeu sua força com a emergência do novo conceito. Perdido o caráter exemplar da história os historiadores deveriam buscar novas formas de escrita históricas em que o ponto de partida era estabelecido pelos documentos. Dentro desse novo regime de historicidade fazia-se imperativo citar, indicar as fontes, a bibliografia, escrever notas de rodapé.

¹³⁶ Grafton lembra em um de seus ensaios que as notas de rodapé e o plágio “estiveram inquietantemente de mãos dadas”. GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 1988. p. 125.

¹³⁷ Para uma melhor apreciação de tal mudança ler KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. 2006, p. 41-60.

¹³⁸ GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 1998, p. 39.

No Brasil, podemos dizer que a formação do novo conceito de história teve que conviver ainda com traços do regime de escrita histórica anterior. Ainda que se possa estabelecer a criação do IHGB como um marco nessa nova fase devido aos incentivos, estudos e pesquisas na área da história, também é por meio da análise dos documentos do próprio IHGB que presenciamos a permanência de traços do antigo regime de historicidade. A criação da sessão de biografias e às referências aos autores da antiguidade são apenas alguns exemplos de como a antiguidade ainda estava presente no Brasil oitocentista.

Quando nos voltamos para a erudição histórica, para aspectos formais como as notas de rodapé encontramos um cenário bem semelhante. A caracterização de uma história moderna a partir da necessidade de citação de documentos não era um critério primeiro de avaliação das obras oferecidas ao IHGB como se depreende da análise que fizemos dos juízos e pareceres publicados na revista da instituição entre o ano de sua criação 1838 e 1853 – ano que antecede a publicação da *História Geral* de Varnhagen – em que a questão se apresenta de maneira superficial em um parecer e em dois juízos históricos.

Outro aspecto dessa história modernizada é a não citação de autoridades o que verificamos também ser um aspecto presente fortemente ainda na escrita da história oitocentista no Brasil como argumento de prova.

Deve-se acrescentar a isso a variedade de formas de escrita da história existentes no Brasil e a possibilidade de cada uma. Abreu e Lima, por exemplo, não aceitava a acusação de plágio, pois havia informado aos seus leitores logo no início de seu *Compêndio* que seu método foi o da compilação, tendo a sua obra pouco de suas próprias palavras. Ele considerava legítimo e possível que a história assim fosse escrita. João Francisco Lisboa não achava importante fazer a crítica devida dos documentos no próprio local onde as encontrava para ele era possível fazer as cópias nos arquivos europeus e a crítica no Brasil, portanto longe do manuscrito original. Estes são alguns exemplos que conseguimos oferecer que fortalecem a hipótese levantada por nós quanto aos limites do novo conceito de história que se formava no Brasil nesse período. Como foi possível constatar, a escrita da história oitocentista ainda que se esforçasse para instrumentalizar a pesquisa e modernizar o estudo e a escrita da história acabaria por esbarrar na limitação de seus próprios executores, historiadores que ao mesmo tempo

em que tentavam se inserir nesse regime historiográfico moderno tinham que traçar o seu perfil estabelecendo as regras que regeriam a sua prática enquanto exercício profissional.

Com relação aos seus contemporâneos brasileiros Varnhagen pode ser considerado crítico, no sentido que desde o início de sua carreira acadêmica se destacou pela intensa elaboração de notas. Esse trabalho, contudo, não foi suficiente para Capistrano de Abreu que revelou ter tido inúmeras dificuldades para seguir o percurso de pesquisa de Varnhagen. As razões para a pouca citação feita por Varnhagen, levantada por Capistrano, pode sim ter sido resultado das intensas viagens que fizera como diplomata que causaria perdas dos mesmos, como sugere Clado Lessa, ou ainda que diante do fato de alguns documentos já terem se tornados conhecidos ele se eximira da tarefa de repeti-los, eles teriam meio que caído no senso comum e poderiam ser incorporados naturalmente à sua narrativa. Para compreendermos melhor esse processo nos ateremos especificamente ao modo como Varnhagen efetuou a anotação de sua obra a partir das diferenças de notação entre a primeira e a segunda edição da *História Geral do Brasil*.

1.3. A anotação de Varnhagen à sua obra

Em 1877 é publicada a segunda edição da *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Quase que como um dever, ele anuncia aos seus leitores as importantes modificações que fizera em todas as seções da obra, as retificações em virtude do aparecimento de novos documentos e a mudança de posicionamento diante da confrontação das fontes que utilizara na primeira edição com tais documentos encontrados por ele posteriormente. Além disso, elencava a alteração na ordem dos capítulos passando para o início da obra as seções referentes à descrição da natureza brasileira e aos indígenas e a supressão dos capítulos sobre a Independência.

Ao comparar a primeira edição da *História Geral* com a segunda o leitor perceberá que as modificações não se restringem apenas àquelas enumeradas pelo seu autor. O que se vê na segunda edição é a supressão de passagens inteiras do texto e de citação de autores. As razões para tais supressões possuem justificativas variadas, principalmente no que tange à questão da citação como vimos no tópico anterior.

Ademais, o leitor ainda verá que na primeira edição ao fim dos dois volumes Varnhagen acrescenta uma grande quantidade de notas referentes a cada um dos tomos. No primeiro, datado de 1854, são 83 páginas de notas. Dessas páginas, 63 compõem a seção intitulada “*Notas e provas do primeiro tomo*” impressa junto com o restante do primeiro volume em 1854. O restante das páginas constituem 4 páginas para o *Post Editum*, onde Varnhagen tece algumas considerações sobre a recepção de sua obra no IHGB e aproveita para agradecer alguns intelectuais que o auxiliaram na publicação e elencar aqueles autores que escreveram críticas positivas de seu trabalho. As 16 páginas finais são um “*Suplemento a este tomo*” impresso em fins de 1855 sendo incorporado à obra ao final do texto principal. No segundo volume, datado de 1857, são 23 páginas de notas ao fim do texto. No total, juntando os dois tomos da primeira edição, são 243 notas. Essa grande quantidade de notas ao fim do texto na primeira edição, no entanto, não se aplica ao que ocorre na segunda edição. Varnhagen suprime todas as notas que publicara na primeira edição quando reescreve a *História Geral*. No primeiro volume de 1877 existem apenas duas notas ao fim do texto sendo que em apenas uma delas há referência a um autor. No segundo volume dessa mesma edição foram retiradas todas as 52 notas da primeira edição, sendo alocados na seção de notas os “*Auxílios Chronologicos para verificar as datas e os factos*”, que na edição de 1857 compunham a seção LVIII sendo um dos capítulos da obra.

A pergunta que se coloca, então, é por que um autor reconhecido pelos seus pares no IHGB e na Academia Real de Ciências de Lisboa pela sua erudição, tendo como elemento agregador a sua habilidade em escrever notas, a exemplo do *Tratado* de Gabriel Soares e do *Diário* de Pero Lopes, abriu mão de publicar na segunda edição da sua principal obra as 243 notas que vinham ao final dos dois volumes da primeira edição?

Uma pista para pensarmos em tal supressão é a contemplação de outros trabalhos de Varnhagen que tiveram como característica a quantidade de notas escritas por ele. Nesse sentido, uma breve análise das edições dos dois trabalhos mencionados acima pode ser reveladora não apenas das características eruditas de Varnhagen, mas também das mudanças na erudição no oitocentos.

Ao promovermos uma comparação das edições publicadas por Varnhagen, a exemplo do texto de Gabriel Soares e do *Diário* de Pero Lopes de Sousa é possível

notar uma mudança sensível com relação à erudição histórica no que tange à inserção de um grande número de notas às publicações.

Quando de sua eleição à secretaria do IHGB em 1851, Varnhagen reeditaria o texto de Gabriel Soares de Sousa onde afirmaria fugir, na nova edição impressa, das demonstrações de erudição que o haveriam ocupado tanto em suas edições iniciais. Dizia Varnhagen:

Nos presentes comentários **não repetiremos quanto dissemos nas Reflexões críticas, escritas ainda nos bancos das aulas** com o tempo que forrávamos depois de estudar a lição. Além de havermos em alguns pontos melhorado nossas opiniões, **evitaremos aqui de consignar citações que pudessem julgar nascidas do desejo de ostentar erudição; desejo que existiu em nós alguma vez, quando principiantes**, por certo que hoje nos já não apoquentá.¹³⁹ (Grifos meus).

Postura análoga pode ser encontrada na publicação da quarta edição do *Diário* de Pero Lopes. Não uma mudança com relação à crítica documental como apontara José Honório Rodrigues, mas uma mudança com relação à erudição histórica no Brasil na segunda metade do século XIX com relação a um historiador que a essa altura já havia obtido respeito de seus pares do IHGB, principalmente no que tange as pesquisas históricas. Em uma carta publicada na Revista do Instituto em 1861 em que Varnhagen dá conta da quarta edição do *Diário* é perceptível essa mudança. Afirma Varnhagen na carta:

*Sou de voto que longe de repetirmos hoje o que se fez na 1ª edição (reproduzida servilmente pela 2ª) nos cumpre: - 1º Cingir-nos mais no texto ao codice original da Bibliotheca de S. M. F. em Lisboa: - 2º Eliminar não só muitas notas e confrontações preteridas por estudos posteriores, como as biographias dos dois exploradores irmãos já transcriptas (1) na Revista, &c.; supprindo tudo por documentos e observações de mais importancia. Não repetiremos tampouco a descrição do codice original supramencionadao, que acompanha as primeiras edições, (...). Quando se tratava da primeira edição, feita por um obscuro estudante tido por leigo em taes materias, essencial era entrar nessas particularidades, para satisfazer aos críticos escrupulosos.*¹⁴⁰ (Grifos meus).

¹³⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987. p. 354. Grifos nossos.

¹⁴⁰ Carta do Sr. F. A. de Varnhagen à redacção acerca da reimpressão do Diário de Pero Lopes, e que lhe servirá de prólogo. **Revista do IHGB**, 1861, p. 4-5. Grifos nossos.

A partir do que é dito por Varnhagen é possível entrever as mudanças operadas na erudição histórica, não a eliminação da crítica e das notas, mas uma mudança que, garantida pela aceitação e reconhecimento da autoridade do editor/autor/comentador pelo grupo letrado do qual faz parte, o possibilita a trabalhar com novas formas de organização, edição e publicação de documentos. O que se depreende das reedições tanto do texto de Gabriel Soares quanto do *Diário* de Pero Lopes é a expressão de que o importante é o próprio texto em que o mesmo parece impor uma interpretação definitiva, final.

Seguindo tal raciocínio poderíamos pensar na retirada das notas da segunda edição da *História Geral* como mais uma demonstração de Varnhagen de que as notas seriam ostentação de sua erudição e que, uma vez reconhecida por seus pares, perderiam a sua função. O argumento se reforçaria ainda se pensarmos que, em 1877, Varnhagen já tinha intensificado suas relações com o Estado imperial desempenhando importante função como diplomata na América.¹⁴¹ Aliado a isso, ele ainda seria contemplado pelo Imperador, por meio dos decretos de 14 de agosto de 1872 e 16 de maio de 1874 respectivamente, com os títulos de Barão e Visconde de Porto Seguro.¹⁴² A essa altura ele teria alcançado um de seus desejos ao longo da vida, sugeridos por ele mesmo ao Imperador nas inúmeras cartas enviadas ao monarca.

A hipótese levantada, contudo, não se aplica efetivamente à *História Geral*. Primeiro porque se Varnhagen tomava a fonte como prova nem por isso se eximiu da tarefa de promover um estudo crítico das mesmas. Exemplo disso é a coerência explicativa de sua obra, que pode ser tomada como um intenso trabalho de comentários aos documentos utilizados por ele. Inserido na cultura do comentário e da análise, em que desejando apagar-se como autor ele pretendia escrever sem escrever, Varnhagen seria ainda responsável pela seleção e organização das fontes o que afastaria uma possível passividade diante dos documentos. Até mesmo as edições críticas que tiveram a supressão de algumas notas nas publicações subseqüentes não deixaram de apresentar

¹⁴¹ Varnhagen exerceu atividades diplomáticas em diversos países da América entre os anos de 1859-1868. A esse respeito ver LESSA, Clado Ribeiro. Vida e Obra de Varnhagen. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 223:2, 1954.

¹⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877). p. II.

algum espaço específico para que Varnhagen emitisse suas análises e juízos. No caso da *História Geral* a questão se intensifica, pois a mesma não era um documento. Varnhagen tinha plena consciência do significado da expressão “fazer história” por isso afirmava se afastar, por exemplo, da produção dos cronistas portugueses do século XVI. Segundo Varnhagen, tal sistema “*é sobremaneira commodo; pois que o trabalho todo se reduz a reunir muitos documentos e relações manuscritas ou impressas; logo dispõ-las por ordem chronologica e começar a compilar. Foi o que seguiram Castanheda*¹⁴³, *Barros*¹⁴⁴ *e Herrera*¹⁴⁵”.¹⁴⁶ Varnhagen se defendia de seus críticos exaltando a superioridade de seu trabalho em virtude da não adoção de um sistema de escrita pelo qual seria possível contemplar um número maior de fatos da história nacional. Dizia que:

*Se houvéssemos preferido adoptar tal systema, se elle fosse hoje em dia adoptavel, com o archivo de documentos inéditos que tivemos á vista, alim de nus cem livros impressos que possuimos acerca da nossa Historia, muito mais fácil nos houvera sido compilar trinta e duas décadas, em crescido numero de volumes (bem que cem o trigesimo numero de leitores), do que compor este e o seguinte, esmerando-nos em ser concisos, sem com tudo pecar por omissos. Uma coisa é a Historia Geral (ainda quando não resumida) de um Estado, e outra são as actas das suas cidades e villas; os annaes e fastos das suas provincias; as chronicas dos seus governantes; as vidas e biographias de seus cidadãos beneméritos.*¹⁴⁷ (Grifos meus).

Ainda que reconhecesse que as possibilidades de condição histórica de se trabalhar com o modelo da crônica portuguesa no século XIX fossem incompatíveis com o movimento de transformação da produção histórica com vistas a uma disciplinarização da história, Varnhagen não deixou de aceitar que a elaboração de uma história geral não impedia que se trabalhasse com as fontes comumente usadas pelos cronistas. O reconhecimento do valor da crônica como produção histórica por parte de Varnhagen, inclusive servindo de fonte para sua *História Geral*, não o impediu de

¹⁴³ Fernão Lopes de Castanheda (c. 1550-1559). Foi um dos maiores historiadores portugueses do século XVI. Sua principal obra é "*História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*" de 1551. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit. 1962. p. 100-104.

¹⁴⁴ João de Barros (1496-1570). É considerado o primeiro grande historiador português. Apelidado de Tito Lívio português, sua principal obra são os quatro volumes das *Décadas da Ásia*. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit. 1962. p. 94-100.

¹⁴⁵ Antonio de Herrera y Tordesilhas (1559-1625) foi cronista e historiador espanhol, autor da monumental *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Oceano*.

¹⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854, p. 478.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 478.

colocar o seu trabalho em outro nível de produção histórica, nível este profundamente dependente das notas como é o regime moderno de escrita da história. Anunciava, portanto, no *Post Editum* anexado ao primeiro volume da primeira edição da *História Geral* não ter dúvida de que em “*uma nova edição, (...), teremos de dar a alguns pontos maior desenvolvimento: e se a preparar outro, talvez que lhe sejam de não pequeno auxilio, (...), as nossas notas no fim de cada pagina*”.¹⁴⁸ Pretendia fornecer esclarecimentos sobre a sua obra e o papel das notas seria ainda mais reforçado como garantidoras da autoridade e legitimidade das afirmações feitas por Varnhagen ao longo do texto.

As notas históricas, contudo, não têm apenas a função de conferir credibilidade ao trabalho de quem as escreve por meio da elaboração de uma listagem de autores e documentos dos quais teria se valido que confirmem suas proposições, elas possuem muitas outras funções. Entre essas funções está aquela que busca mostrar que são as condições históricas de criação da obra que reivindicam a autoridade do escrito e de seu autor. Segundo Anthony Grafton, as notas mostram que seu autor dentro das condições históricas que possibilitaram a elaboração da obra “cavucou suas fundações e descobriu seus componentes nos lugares certos e usou os artifícios corretos para juntá-los”.¹⁴⁹ Dessa forma, as notas acabam por localizar a produção da obra em questão no espaço e no tempo, “ênfatizando os horizontes e as oportunidades limitados de seu autor, e não os de seu leitor”.¹⁵⁰

O que as notas de rodapé e de fim do texto da *História Geral* de Varnhagen revelam é, ao contrário da afirmativa de Grafton de que as notas separam a modernidade histórica da tradição, que a obra pode ser tomada como uma reescrita da tradição lusitana tomada da Academia Real de Ciências de Lisboa de sua antecessora, a Academia Portuguesa de História profundamente marcada pela reforma na Universidade de Coimbra cujo currículo é alterado no sentido de reforçar os estudos paleográficos e diplomáticos tendo na figura de João Pedro Ribeiro¹⁵¹, mestre de

¹⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854, p. 478.

¹⁴⁹ GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 1998, p. 39.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 39.

¹⁵¹ João Pedro Ribeiro nasceu na cidade de Porto em Portugal no dia 27 de Maio de 1758 e faleceu na mesma cidade em 4 de Janeiro de 1839. Foi um escritor erudito, considerado um precursor de Alexandre Herculano nas investigações históricas dos documentos existentes nos arquivos e cartórios portugueses, creditado com a introdução em Portugal da ciência diplomática, ou seja do estudo científico e interpretação dos documentos.

Varnhagen e Herculano¹⁵², um de seus principais defensores.¹⁵³ Seria devido a esse ambiente desfrutado por Varnhagen na Academia lusitana e no IHGB que também exaltara desde o seu início a necessidade de ter alguém familiarizado com a paleografia, de sua formação em Portugal e das condições materiais proporcionadas pelo governo imperial a Varnhagen com a função de diplomata na Europa que garantiriam a validade de suas proposições. O que as notas revelam, portanto, são os inúmeros documentos inéditos sobre a história nacional descobertos por Varnhagen nos arquivos estrangeiros, resultado de uma condição privilegiada de quem pôde passar muito tempo em arquivos ricos em documentos sobre o Brasil. Resultado também da erudição de um autor que estudou em Portugal e teve uma formação que lhe deu o conhecimento para ler, copiar e organizar manuscritos.

As notas representariam ainda as limitações da produção histórica um exemplo é a questão dos custos da publicação. A *História Geral do Brasil* é um bom exemplo dessa limitação se pensarmos nas tentativas de Varnhagen de que o IHGB chancelasse sua obra, saindo a mesma como posição oficial daquela instituição. Tal desejo não seria realizado, mas ele contaria ainda com o apoio financeiro de D. Pedro II para bancar a publicação de seu trabalho.¹⁵⁴ Quando publicou o primeiro volume da primeira edição Varnhagen já elencava a necessidade e o desejo, por exemplo, de fornecer por meio de notas os documentos ou citações dos mesmos para que os leitores pudessem consultá-los. Contudo, alertava que “*havia porém um grande contra para o realizar. Por si sós occupariam elles alguns volumes; e não nos fora possível sem auxilio das Câmaras e do Governo emprehender a sua publicação*”.¹⁵⁵

Reconhecer a amplitude das funções desempenhadas pelas notas de rodapé históricas nos permite dar um passo a mais no sentido de entender a supressão das mesmas da segunda edição da *História Geral de Varnhagen*.

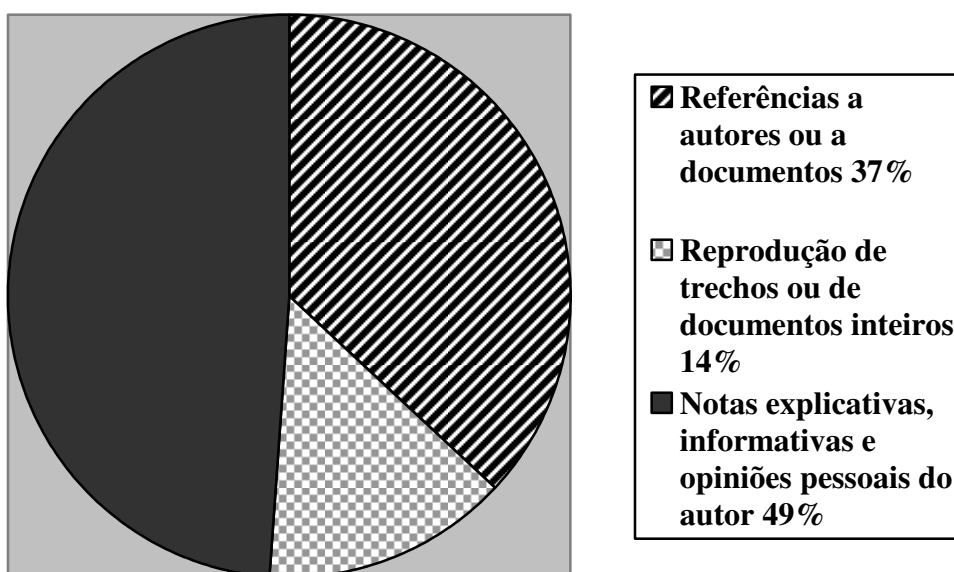
¹⁵² Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo nasceu em Lisboa em Portugal em 28 de Março de 1810 e faleceu na cidade de Santarém no mesmo país em 13 de Setembro de 1877. Foi um escritor, historiador, jornalista e poeta português.

¹⁵³ LESSA, Clado Ribeiro. Vida e Obra de Varnhagen. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 224:3, 1954, p. 119. A respeito de pensar a obra de Varnhagen como a reescrita dessa tradição lusitana ver SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. Op. Cit. 2006.

¹⁵⁴ Sobre essa questão ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. 1995. Especialmente as páginas 559-560.

¹⁵⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854. p. 479.

Passando a analisar esse conjunto de notas foi possível identificarmos as funções das mesmas presentes na obra de Varnhagen. Reunindo as notas dos dois volumes da primeira edição concluímos mais de 1/3 das notas são referências a autores ou a documentos. Desse número, 24 notas são reprodução de documentos inteiros ou de trechos dos mesmos. Recurso importante utilizado por Varnhagen, essas notas se constituem como as “provas” a que ele alude no título da seção: “Notas e provas do primeiro tomo”. Elas seriam provas porque não apenas corroboram com as afirmações de Varnhagen no texto principal da *História Geral*, mas também porque permitem ao leitor chegar às mesmas conclusões do autor.



As notas restantes desempenham ainda a função de serem explicações do autor para termos e questões levantadas ao longo do texto, opiniões pessoais ou informações sobre algum ponto abordado nos capítulos. Um exemplo é a seção dedicada à Inconfidência Mineira que possui apenas uma nota escrita por Varnhagen, tal nota não indica, no entanto, autores ou documentos apenas diz que “*Da boa rainha D. Maria I, recitou o illustre brasileiro José Bonifácio em 20 de março de 1817 um bello elogio, que foi impresso no Rio de Janeiro (por Paula Brito) em 1839*”.¹⁵⁶

As notas de Varnhagen ainda guardariam funções bem menos utilitárias, sendo espaço também de disputas de erudição com outros intelectuais brasileiros. Como

¹⁵⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 478.

assinala Grafton, as notas permitem “lidar privadamente com tarefas feias”, o que faz com que as mesmas se situem “nem mesmo no pé da página, mas no fim do livro” ficando “fora da vista e até mesmo fora das reflexões”.¹⁵⁷ Esse tipo de situação estaria ainda presente nas notas de Varnhagen. Uma delas, especificamente, é interessante, pois se constitui numa resposta do Visconde de Porto Seguro a críticas recebidas de outro membro do IHGB a respeito da sua opinião sobre o descobrimento do Brasil.

A questão que se colocava era se o descobrimento do Brasil teria sido casual ou não. Tal discussão teve início quando foi publicado na *Revista do IHGB* um trabalho de Joaquim Norberto de Souza Silva¹⁵⁸ tratando do descobrimento do Brasil.¹⁵⁹ Na ocasião de sua publicação, Joaquim Norberto não expôs apenas a questão para ele de suma importância para a história nacional, ele também fez um balanço das contribuições sobre o assunto que o auxiliaram na elaboração do seu trabalho. Entre elas estavam os inúmeros documentos oferecidos por Varnhagen para a publicação na *Revista do IHGB*. Desses textos, Joaquim Norberto elencara a carta do mestre João Emenelaus¹⁶⁰, encontrada por Varnhagen e publicada pela primeira vez na *Revista do IHGB* em 1843, como de essencial valor para discernir a questão da casualidade ou não do descobrimento do Brasil. João Emenelaus ficou conhecido como mestre João, tendo a sua carta ao rei D. Manuel adquirido notoriedade no Brasil após a sua publicação na revista do IHGB e, posteriormente, nas notas de fim de texto da primeira edição da *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Este publicara o documento na íntegra ao fim do seu trabalho por entender que o conteúdo da mesma corroborava com as informações fornecidas pela carta de Pero Vaz de Caminha¹⁶¹ que já era um documento mais

¹⁵⁷ GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 1998, p. 17.

¹⁵⁸ Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1820 e faleceu em Niterói em 14 de maio de 1891, sendo chefe de seção da secretaria do interior, oficial da Ordem da Rosa, sócio honorário e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro de outras instituições ligadas ao cultivo das ciências, artes, letras. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Quarto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 221.

¹⁵⁹ O título do trabalho era “Sobre o descobrimento do Brazil. Programma desenvolvido por Joaquim Norberto de Souza Silva”. **Revista do IHGB**, Tomo 15, 1852, p. 125-205. A hipótese de Norberto da não casualidade do descobrimento não era compartilhada por todos os membros do IHGB a exemplo de Duarte da Ponte Ribeiro e Gonçalves Dias que escreveu uma memória remetendo o sucesso do descobrimento às calmarias da costa africana. Tal trabalho receberia as refutações de Norberto, ambos os trabalhos publicados na revista da agremiação. Nessas refutações se encontra a nota de Norberto a Varnhagen referida na *História Geral*.

¹⁶⁰ Cosmógrafo da frota de Pedro Álvares Cabral, conhecido também como Mestre João escreveu uma carta ao rei D. Manuel I informando sobre as terras descobertas. Sua carta foi descoberta pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, sendo publicada pela primeira vez em 1843, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1843, tomo V, p. 364-367.

¹⁶¹ Escritor português, integrante da frota de Pedro Álvares Cabral, conhecido pela carta em que noticia a chegada às terras brasileiras e os primeiros contatos da armada com os nativos.

conhecido no Brasil. A crítica de Joaquim Norberto a Varnhagen dizia respeito exatamente à republicação da carta sem fazer a análise necessária para reconhecer que pelas palavras do mestre João que situa geograficamente a “Ilha de Vera Cruz” revelava que a mesma já era conhecida, retirando qualquer suspeita de casualidade no descobrimento.¹⁶²

Segundo Norberto, Varnhagen publicara a carta tendo unicamente “*por fim provar que mestre João não se devia fiar no aceno dos selvagens sobre o numero de ilhas de que suppunha compor-se a terra de Santa Cruz*”.¹⁶³ Norberto declarava ainda “*não sem admiração, que o Snr. F. A. de Varnhagen, modificando as suas ideas, tem o descobrimento do Brazil por casual, sem que com tudo ousasse de tocar nessa questão*”.¹⁶⁴

A nota escrita por Norberto não passaria despercebida por Varnhagen, que no segundo volume de sua *História Geral* datado de 1857 responderia ao consócio também por meio de nota. As palavras de Varnhagen se dirigem primeiro no sentido de enfatizar a injustiça praticada contra ele por Joaquim Norberto dizendo deixar “*ao leitor que decida se estão nestas poucas frases guardadas, não já as atenções devidas a quem acabava de presentear o paiz e o instituto, e por conseguinte o consocio, com o resultado de largos annos de estudos e meditações*” sendo não apenas injusto, mas desrespeitando a revista da associação a que pertencia ao publicar tais palavras na mesma não respeitando nem “*ao menos os estylos exigidos pela urbanidade e aconselhados pela boa educação*”.¹⁶⁵

Feito o seu apelo ao público leitor de sua *História Geral*, Varnhagen passaria a responder cada um dos pontos criticados por Norberto na nota ao companheiro de agremiação. Primeiramente destaca que a descoberta da mencionada carta fora seu trabalho de pesquisa que publicado pela segunda vez na *História Geral* continha “*alguma novidade para melhor, começando pela da assignatura de Johannes Emenelaus que ahi apresentamos decifrada*”.¹⁶⁶ Além dessa mudança, Varnhagen

¹⁶² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854. p. 424.

¹⁶³ SILVA, Joaquim Norberto Souza. Op. Cit. 1852, p. 1

¹⁶⁴ SILVA, Joaquim Norberto Souza. Refutação as reflexões do digno membro o Sr. Dr. Antonio Gonçalves Dias. **Revista do IHGB**, Tomo 18, 1855, p. 351-421. A parte em que Norberto critica Varnhagen está em uma nota desse trabalho. Página da citação 417.

¹⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 466.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 466.

assinalaria na resposta dada a Norberto o fato deste ter alterado as afirmações feitas por Varnhagen a partir da carta publicada na *História Geral*. Das assertivas de Norberto, a primeira dizia que Varnhagen publicou a carta do mestre João “*unicamente por fim provar que mestre João não se devia fiar no aceno dos selvagens sobre o numero de ilhas de que suppunha compor-se a terra de Santa Cruz*”.¹⁶⁷ A resposta de Varnhagen quanto a esse ponto seria enfática:

Onde consignámos nós qual fora o fim ,e único! com que publicámos, entre os documentos justificativos que acompanham o 1.º volume, essa preciosa carta?—Onde tratámos do aceno dos selvagens acerca do número de ilhas de que suppunha compór-se a terra encontrada? E onde chamámos ao Brazil terra de santa (e não Vera) Cruz, antes da fundação da primitiva colônia do Porto Seguro?*¹⁶⁸

O problema que Varnhagen encontrou nas acusações de Norberto estava nas transformações feitas por este ao texto daquele. Diante das mesmas Varnhagen dizia não saber “*decidir a que hei de atribuil-as. A lealdade, a grande elevação de alma, a superior talento, por certo que não*”.¹⁶⁹

O tom polêmico da resposta dada por Varnhagen a Norberto se intensificaria ainda quanto às acusações deste de que Varnhagen “*modificando as suas ideas, tem o descobrimento do Brazil por casual, sem que com tudo ousasse de tocar nessa questão, que tão debatida ha sido*”.¹⁷⁰ A resposta de Varnhagen seria dura, concordando que realmente mudara a sua opinião sobre o descobrimento do Brasil afirmava na nota que quando escreveu “*uma espécie de novella no anno de 1840, antes de ter a folha primeira das instrucções dadas a Cabral*”, instruções, aliás, publicadas por ele no fim do primeiro volume da primeira edição da *História Geral*, acreditava que os portugueses já tinham conhecimento das terras brasileiras.¹⁷¹ Segundo Varnhagen não era a primeira vez que modificava as suas opiniões quando diante de novos fatos percebera estar enganado. Esses novos fatos seriam exatamente as instruções de Vasco

¹⁶⁷ SILVA, Joaquim Norberto Souza. Op. Cit. 1855, p. 417.

¹⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 466.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 466.

¹⁷⁰ SILVA, Joaquim Norberto Souza. Op. Cit. 1855, p. 417.

¹⁷¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 466. Trata-se da “*Chronica do descobrimento do Brasil*” publicada por Varnhagen pela primeira vez em 1840 no periódico português **O Panorama**.

da Gama¹⁷² das quais Varnhagen encontrou e comprou uma página que faltava ao documento quando foi publicado pela primeira vez. O conteúdo dessa página dizia a Cabral que “*na altura de Guiné se afastasse quanto podesse d’Africa, para evitar suas morosas e doentias calmas*”.¹⁷³ Ora, era precisamente contra esse argumento que Varnhagen se colocava em 1840 quando publicou pela primeira vez a sua novela intitulada “*Chronica do descobrimento do Brazil*”. Publicada no periódico português *O Panorama*, a crônica tem como base para sua narrativa a carta escrita por Pero Vaz de Caminha que acompanhava a esquadra de Cabral¹⁷⁴.

Na ocasião da publicação Varnhagen dizia ser “*sem fundamento a opinião dos que acreditam foram por tempestade obrigada as naus a seguir este rumo*” mesmo levantando a opinião de Barros de que a intenção era fugirem das calmarias da Guiné, Varnhagen destacaria que se nos “*attentarmos em que para sempre tinham desaparecido os receios do mar tenebrozo, que em Portugal se conhecia a existencia das terras occidentaes achadas por Colombo*” e que se “*diligenciava a doação da terra firme ou ilhas, que encontrasse*” não se poderia deixar de pensar que “*no seguimento de tal rumo entrou o quer que das esperanças, curiosidade e vertigem descobridora dos Portuguezes d’aquella idade*”.¹⁷⁵ Tais trechos da *Chronica* seriam amplamente utilizados por Joaquim Norberto para confirmar as suas disposições de que o descobrimento do Brasil não teria sido casual.

Enquanto Varnhagen se defendia alegando o não conhecimento dessa folha das instruções de Vasco da Gama a Cabral quando publicou a *Chronica* em 1840, Norberto se espantava com a mudança de opinião de Varnhagen. Se voltarmos para a *Chronica* notaremos que Varnhagen, baseado em Barros, já sabia que as instruções de Gama orientavam Cabral a se afastar das calmarias da Guiné, mas na ocasião Varnhagen

¹⁷² Vasco da Gama (1469 - 1524) foi um navegador e explorador português. Na Era dos Descobrimentos, destacou-se por ter sido o comandante dos primeiros navios a navegar da Europa para a Índia.

¹⁷³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854. p. 13.

¹⁷⁴ Pedro Álvares Cabral (1468 - 1520) foi um fidalgo, comandante militar, navegador e explorador português, creditado como o descobridor do Brasil.

¹⁷⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Crônica do descobrimento do Brasil. **O Panorama**. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, tomo IV, p. 21.

interpretou-as de maneira a confirmar que tal afastamento teria sido proposital uma vez que já se tinha conhecimento das terras achadas por Colombo¹⁷⁶.

Na seção da primeira edição em 1854, reservada para tratar do descobrimento do Brasil Varnhagen não se baseia mais em Barros, se baseia no documento encontrado por ele, o conteúdo não difere da leitura feita por Barros e aceita anteriormente por Varnhagen, no entanto, a essa altura, Varnhagen não consegue abandonar a idéia de que o descobrimento do Brasil foi casual. A crítica de Norberto, contudo, se direciona principalmente para o fato de Varnhagen ter publicado por duas vezes um documento importante como a carta do mestre João Emenelaus sem ter feito a análise atenta da mesma. O problema estava no fato dele não ter se atentado para o conteúdo da carta que revelaria a existência de mapas em que a localização da Ilha de Vera Cruz já estava definida. Sem responder efetivamente a essa questão, Varnhagen encerraria a polêmica com Norberto dizendo que este autor “*propondo-se a escrever historias, não começa recommendando-se por sua imparcialidade e espirito justiceiro*”. Varnhagen alertava seus leitores que Norberto “*ao descanço, os descobrira ou copiara, só pára a criticar que publicássemos duas vezes um importantíssimo, que não occupa sequer uma pagina*”.¹⁷⁷ Desviando da acusação principal de Norberto, Varnhagen inverte o jogo, passa a resumir a crítica do consócio ao fato de ter publicado a carta duas vezes. Por outro lado, Varnhagen aproveita a ocasião para afirmar que é um grande bem que não “*se imprimissem certos outros escriptos cançadissimos, cujos autores (...) não fazem mais do que repetir o que já foi dito, obrigando o publico, e as academias a lel-os ou a ouvil-os sem proveito*”.¹⁷⁸

A idéia da causalidade do descobrimento seria mais uma vez reforçada quando Varnhagen publica a segunda edição da *História Geral*. Sem publicar a nota de resposta a Norberto e sem a carta do mestre João, documento que serviu de confirmação aos argumentos de Norberto, prevalece na segunda edição a posição final de Varnhagen: o descobrimento foi casual.

¹⁷⁶ Cristóvão Colombo (1451 - 1506). Foi um navegador e explorador genovês, responsável por liderar a frota que alcançou o continente americano em 12 de Outubro de 1492, sob as ordens dos Reis Católicos de Espanha, no chamado descobrimento da América.

¹⁷⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 467.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 467.

O espaço das notas no fim do texto foi, dessa forma, o escolhido por Varnhagen para tentar dirimir a polêmica com Joaquim Norberto, tendo essa nota servido como um lugar para tratar, como assinala Grafton, privadamente de tarefas feias.

Explicações, correções, provas, polêmicas, a amplitude de funções atribuídas às notas de rodapé históricas encontradas na obra de Varnhagen permite que indaguemos acerca da real necessidade das mesmas na *História Geral*. Visto o papel desempenhado especialmente pelas notas inseridas no fim do primeiro e do segundo da primeira edição da *História Geral* de Varnhagen podemos levantar a questão de por que ele abriria mão dessas notas na segunda edição da obra? Algumas notas, como vimos, contêm apenas opiniões pessoais de Varnhagen, outros exemplos e explicações que, uma vez retiradas da obra não provocariam prejuízos à compreensão do trabalho. Outras, como o exemplo da nota dirigida a Joaquim Norberto, constituíam discussões e polêmicas com autores vivos e não vivos cujas opiniões Varnhagen questionava. Restavam ainda os inúmeros documentos reproduzidos integralmente por ele ao fim de cada volume de sua obra. Sem dúvida tais notas, conhecendo as características de Varnhagen, eram as de maior valor para ele, pois se preocupava em dar as provas de suas afirmações utilizando as cópias de documentos em vez de apenas citar a sua localização.

Passando a analisar atentamente a segunda edição da *História Geral*, contudo, percebemos que Varnhagen não abriu mão de suas notas na nova publicação. Uma primeira olhada nos dois volumes que a compõem poderia induzir a pensar dessa forma afinal são apenas duas notas ao fim do primeiro volume e nenhuma nota ao fim do segundo. No entanto, somente na relação estabelecida entre as notas e a narrativa a que se referem é possível identificar, como mencionamos que ele manteve muito das notas da primeira edição na nova publicação.

É aqui que a noção de reescrita da história ganha ainda mais amplitude, principalmente se lembrarmos que Varnhagen destaca como uma das novidades da segunda edição o fato de ter feito retoques em todas as seções da obra. Pretendia que a nova publicação saísse mais compacta para diminuir os custos cedendo inclusive os direitos de propriedade da obra ao editor. Algumas das notas onde reproduzia documentos como o *Livro da nao Bretoa* não estão presentes na segunda edição, mas pode-se pensar aqui que Varnhagen se sentia desobrigado de publicá-lo novamente, uma vez que ele foi reproduzido também na terceira e quarta edições do *Diário de Pero*

Lopes. Entre os retoques que levariam a essa compactação está a nova redação apresentada na segunda edição que fez com que ele mudasse o local das notas de fim do texto publicadas na primeira edição.

Assim, pudemos localizar grande parte dessas notas no texto principal na segunda edição da *História Geral*. O que acontece é que algumas notas foram incorporadas ao texto, mesmo quando se tratava de reprodução de documento. É o caso das supramencionadas instruções de Vasco da Gama a Pedro Álvares Cabral, publicadas no fim do texto na primeira edição, em 1877 elas são reproduzidas em *fac-simile* no primeiro volume da segunda edição no momento exato em que Varnhagen trata do descobrimento do Brasil. Ao contrário do que é feito na primeira edição quando ele remete ao leitor que consulte o documento no final do livro, na segunda edição ele já oferece ao leitor a “prova” do que está afirmando fornecendo o documento na íntegra juntamente com o texto. Outro exemplo interessante é o da nota 9 da página 19 do primeiro volume da primeira edição, nessa nota Varnhagen afirma que foi uma esquadilha de 1501 que deu nome aos sítios da costa brasileira, a confirmação disso estaria na nota 22 do *Diário* de Pero Lopes. Ao consultarmos a referente nota no *Diário* tivemos uma grata surpresa ao percebermos que na segunda edição da *História Geral* Varnhagen inseriu em seu texto principal um quadro idêntico ao presente na nota 22 do *Diário*. Ele lembrava que era costume dos antigos descobridores batizarem os locais encontrados com o nome do santo celebrado pela igreja católica no dia em que aportavam. Foi por meio da comparação dos nomes dos santos festejados em diversos dias pela igreja que Varnhagen conseguiu elaborar o quadro que agora era parte integrante da *História Geral*.

Caso semelhante diz respeito às notas constituídas de citação de autores. Ainda que Grafton identifique o surgimento das notas de rodapé como a separação da modernidade histórica da tradição, principalmente quando afirma que o historiador moderno cita documentos e não autoridades¹⁷⁹, percebemos que tal generalização não se aplica ao trabalho de Varnhagen.

É possível entrever na obra de Varnhagen que em muitos momentos ele próprio elabora o seu quadro de autoridades segundo seus próprios critérios. Assim, em um tipo de escrita histórica como a oitocentista, marcada por uma finalidade moral assinalada

¹⁷⁹ GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 1998, p. 39.

tanto pela Academia Real de Ciências de Lisboa quanto pelo IHGB, ambas as instituições das quais Varnhagen era membro, partiam da concepção de que a verdade das fontes dependia não apenas da autoridade do historiador, mas também da autoridade de seus informantes.

Na escrita da história oitocentista o que se percebe é que a autoridade de quem escreve a história ainda precisaria subscrever uma verdade garantida pela consulta de vozes legitimadas. Independentemente dos critérios de composição de seu quadro de autoridades, Varnhagen utilizaria as notas para citar algumas personalidades cujas idéias corroborassem com suas assertivas. É o caso do escritor francês Montaigne¹⁸⁰ a quem Varnhagen dedica uma nota ao fim do texto na primeira edição. Tratando da extravagância das ameaças feitas pelos índios sentenciados a morte Varnhagen cita uma em particular transcrita por Montaigne, a quem ele chama de “*sympathico escriptor*”. Na segunda edição a citação de Montaigne por Varnhagen que havia sido feita em nota agora faz parte do texto principal trocando o qualitativo simpático escritor para conhecido escritor.¹⁸¹

Outro exemplo é uma nota sobre a existência ou não de uma colônia de Santa Cruz no Brasil no século XVI. Na nota ele diz ser “*obrigados a admitir a existência dessa primitiva colônia de Santa Cruz, independentemente da autoridade de Vespucci, alias para nós de peso, pois que Gabriel Soares (I, cap. 34) della dá razão*”.¹⁸² Nesse caso, a autoridade de Américo Vespúcio¹⁸³ seria corroborada por uma das mais confiáveis fontes sobre o período colonial brasileiro: o escrito de Gabriel Soares de Sousa editado e publicado no Brasil por Varnhagen. Segundo Temístocles Cezar, Varnhagen utilizaria o texto do escritor quinhentista como uma forma de ter acesso à realidade brasileira no século XVI. As marcas de verdade presentes no texto de Gabriel Soares seriam resultado do “do *olhar*, ou sobretudo da *autópsia*, ou seja o olho como marca de enunciação, de um *eu vi* como intervenção do narrador no seu relato, para

¹⁸⁰ A obra citada por Varnhagen são os *Ensaio*s de Michel de Montaigne (1533-1592) escritor e ensaísta francês.

¹⁸¹ Na primeira edição o trecho transcrito de Montaigne compunha a nota 62 no final do livro. Na segunda edição passa a ocupar as páginas 211-212 do primeiro volume dessa edição.

¹⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854. p. 425.

¹⁸³ Américo Vespúcio (1454 - 1512) foi um mercador, navegador, geógrafo, cosmógrafo italiano e explorador de oceanos que viajou pelo, então, Novo Mundo, escrevendo sobre estas terras a ocidente da Europa.

provar”.¹⁸⁴ Seria precisamente porque o autor viu que seu texto se tornaria confiável, suscetível a ser fonte histórica.¹⁸⁵

Se o fato de ser conhecido foi suficiente para manter a citação de Montaigne sem questionamentos na segunda edição da *História Geral* e se a opinião de Soares era suficiente para dar maior peso a autoridade de Vespúcio, tal fato não se repetiria com o jesuíta Charlevoix.¹⁸⁶ Em uma nota no fim do primeiro volume na primeira edição onde discute sobre o nome de um bacharel deixado na região da Cananéia¹⁸⁷ para cumprir degredo Varnhagen afirma que o nome poderia ser Gonçalo da Costa, mas por ter notícia de um outro homem que pouco tempo depois passara por ali tendo por nome mestre Cosme¹⁸⁸ ficara na dúvida uma vez que o nome do degredado não fora encontrado por ele em nenhum documento. Complementava a nota dizendo que “*porem a crermos Charlevoix o nome do dito bacharel degradado deveria ser Duarte Peres, companheiro de Mosquera, segundo o escriptor jesuíta*”.¹⁸⁹ Na segunda edição, contudo, Varnhagen confirma o nome do bacharel como sendo Gonçalo da Costa dizendo em nota de rodapé não ter “*podido legitimar o nome de Duarte Peres, que dá um escriptor do século passado a certo bacharel degradado n’essas paragens de que faz menção, sem allegar titulos convincentes*”.¹⁹⁰ Agora a palavra de Charlevoix não era mais suficiente para convencer Varnhagen e, por conseguinte, seus leitores. Era preciso que aquele tivesse apresentado “títulos convincentes” para que suas afirmações fossem aceitas.

Com relação às notas explicativas, muitas delas foram inseridas no rodapé das páginas. Como exemplo uma nota em que trata da palavra patiguá afirmando que no dicionário de Moraes se lê patuá.¹⁹¹ Tal nota na segunda edição deixa o fim do texto

¹⁸⁴ CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*. Dossiê Historiografia, NDH/ UFPEL. n. 6 (dez), 2000. p. 02.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 02.

¹⁸⁶ Pedro Francisco Javier de Charlevoix (1682-1761). Jesuíta que escreveu uma vasta obra intitulada *Historia del Paraguay*, em seis tomos, em 1757.

¹⁸⁷ Município brasileiro localizado no litoral de São Paulo. É considerado o segundo mais antigo do Brasil.

¹⁸⁸ Cosme Fernandes Pessoa ou Bacharel Mestre de Cananeia foi um degredado português em 1501 enviado ao sul do litoral de São Paulo, onde de acordo escritura pública tomou propriedade de Gonçalo Monteiro as instalações de estaleiros, arsenais e arredores do Porto das Naus, onde promoveu o tráfico de escravos, sendo possivelmente o primeiro fundador do povoado de São Vicente.

¹⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854. p. 425.

¹⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1877. p. 83.

¹⁹¹ Na primeira edição compunha a nota 51 no fim do livro, na segunda edição passa a compor o rodapé da página 36.

para se transformar em nota de rodapé. Outro exemplo é a nota 69 em que fornece informações sobre Felipe Guillen. Na segunda edição a nota passa a rodapé da página no capítulo correspondente.¹⁹² Essas mudanças denotam uma alteração na percepção de Varnhagen com relação à escrita da história. Reconhecer a pertinência de uma nota de rodapé ou no fim do texto revela dessa forma a consciência historiográfica de um autor, principalmente no caso de Varnhagen porque ele em diversas oportunidades preferiu não inserir notas de rodapé em seus textos para não interromper a narração. Relegava para as notas uma função secundária, especialmente quando se tratava de uma edição de documentos em conformidade com a afirmação de Grafton de que por vezes as notas parecem ser um recurso tão banal que o seu lugar não é nem no rodapé da página, mas no fim do texto, fora da vista do leitor.¹⁹³ Trazer essas notas para o texto principal e para o rodapé sinaliza uma alteração significativa na forma de escrever a história.

As alterações, no entanto, não param por aí. Passados mais de vinte anos entre a primeira e a segunda edição da *História Geral do Brasil*, Varnhagen parece ter dado à sua obra um estatuto de documento, de fonte de consulta confiável sobre a história nacional. Assim, vemos que na segunda edição muitas notas remetem o leitor para que consulte a primeira edição da obra, principalmente as notas escritas por Varnhagen e publicadas ao fim dos dois primeiros tomos da primeira edição. A possibilidade de se eximir de novamente escrever notas eruditas na nova publicação da *História Geral* não se dava apenas pelo fato de Varnhagen já se achar reconhecido o bastante que não precisaria provar as assertivas, mas está relacionado a questão de reconhecer que sua própria obra atingiu um nível de aceitação que a tornou suscetível de consulta.

¹⁹² Na primeira edição compunha a nota 69 no fim do livro, na segunda edição passa a compor o rodapé das páginas 258-259.

¹⁹³ GRAFTON, Anthony. Op. Cit. 1998, p. 17.

2. As mudanças na periodização da história nacional na segunda edição da *História Geral do Brasil* (1877) de Francisco Adolfo de Varnhagen

Francisco Adolfo de Varnhagen notabilizou-se na historiografia brasileira pela publicação de sua *História Geral do Brasil* em 1854 e 1857. A obra cobria o período compreendido entre o descobrimento do Brasil até a declaração da Independência do país. Em 1877, quando publica a segunda edição da obra, Varnhagen altera a disposição da história nacional modificando o início, passando os capítulos sobre a descrição do Brasil e sobre os indígenas para o começo da obra, e o fim de sua história que na dita edição vai até a Revolução Pernambucana sendo, portanto, excluídos os capítulos sobre a Independência. Inserindo o trabalho de Varnhagen numa discussão mais ampla sobre a periodização da história do Brasil ocorrida no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro pretendemos discutir o significado dessas alterações dentro dos debates que envolviam a escrita da história nacional no Brasil do oitocentos.

2.1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o primeiro esboço de uma periodização para a história do Brasil

Desde o início de seus trabalhos, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esteve preocupado com a discussão acerca do estabelecimento de uma periodização para a história do Brasil.¹⁹⁴ Um exemplo claro é o discurso programático lido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa¹⁹⁵ na sessão inaugural da instituição. As proposições do primeiro secretário para a periodização de uma escrita da história nacional se referiam apenas ao início histórico, a origem da história do Brasil. A divisão cronológica da história que deveria ser escrita seria definida primeiramente pela separação entre antiga e moderna. Posteriormente ela deveria ainda ser dividida em “*varios ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sabios investigadores da marcha da nossa civilização*”.¹⁹⁶

¹⁹⁴ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit.1957, p. 152.

¹⁹⁵ Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). Presbítero secular, cavaleiro da ordem de Cristo, foi um dos fundadores do IHGB e era membro de muitas outras instituições literárias e científicas. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Terceiro Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 294-295.

¹⁹⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. Op. Cit, 1839, p. 10-11.

Os fatos que poderiam identificar o começo da história do Brasil eram de natureza diversa. Em seu discurso, o cônego enumera uma grande quantidade de acontecimentos que fariam justiça à origem da nova nação.

*Ou ella se considere **pela conquista de intrepidos missionarios, que tantos povos attrahiram à adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, que lhe parecia surgir do sepulcro do sol; ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus emmaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos extrenos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetaes, abundancia e preciosidade de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos de nossos patricios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inexgottavel de honrosa recordação e de interessantes idéas, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz.***¹⁹⁷
(Grifos meus).

Januário da Cunha Barbosa oferece, dessa forma, opções precisas para o estabelecimento do início histórico do Brasil: pela exaltação da natureza brasileira, suas riquezas naturais, sua exuberância ou “*pelo lado das acções guerreiras*” dos colonizadores portugueses que desbravaram essa natureza selvagem e ainda a ação dos missionários que promoveram a conversão de muitos dos povos que ocupavam as terras do Brasil à sua religião.

Definir esse começo, a origem do Brasil, era uma tarefa difícil, mas o cônego deixava claro em seu discurso uma opção válida com a qual ele próprio simpatizava: começar a história do Brasil pelas navegações que resultaram na descoberta do Brasil. Essa opção é expressa pelo primeiro secretário do Instituto quando ressalta a importância de se fazer menção aos trabalhos de outro membro e também fundador do IHGB, o marechal Raymundo José da Cunha Mattos¹⁹⁸, cuja memória sobre a navegação dos antigos e dos modernos era exaltada pelo cônego. O valor dessa memória estaria principalmente no fato dela tratar de um assunto que resultou na descoberta do continente americano e conseqüentemente do Brasil. Segundo Januário da Cunha

¹⁹⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. Op. Cit, 1839, p. 11.

¹⁹⁸ Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839). Marechal de campo, membro do conselho supremo militar, sócio fundador e vice-presidente do IHGB, secretário perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sócio do Instituto Histórico de Paris. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Sexto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 112.

Barbosa, “*bem pouca meditação se precisa para se conhecer logo que o seu excellento trabalho forma à introdução da nossa historia geral*”.¹⁹⁹

A contribuição do primeiro secretário do Instituto a respeito da definição de uma periodização para a história do Brasil não se restringe ao seu discurso pronunciado na sessão de inauguração da agremiação, pois foi em torno de uma questão colocada por ele na sessão de 1º de dezembro de 1838 que se impulsionou o debate e a produção de trabalhos que se debruçassem sobre a periodização da história nacional. A questão enunciada pelo cônego era “*determinar-se as verdadeiras épocas da historia do Brazil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quaes devem ser suas divisões*”.²⁰⁰ A discussão sobre essa questão ocuparia várias sessões do IHGB, tendo na dissertação do marechal Raymundo José da Cunha Mattos o melhor plano para a divisão das épocas que comporiam a história da nova nação.²⁰¹

A *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil* escrita e lida em sessão do IHGB pelo sócio marechal Raymundo José da Cunha Mattos.²⁰² seguiu a diretriz indicada por Januário da Cunha Barbosa. A justificativa de Cunha Mattos é que o modelo sugerido pelo cônego se encontrava em conformidade com diversos escritores antigos e modernos. Seu trabalho foi publicado 25 anos após a sua leitura na Revista do Instituto, e em sua primeira versão se intitulava *Quaes são as verdadeiras épocas da Historia do Brasil?*. O texto receberia modificações sugeridas nas sessões seguintes à colocação da questão sobre as épocas que comporiam a história pátria pelo primeiro secretário do IHGB Januário da Cunha Barbosa. Entre essas modificações é possível indicar ao menos uma bem visível, a mudança do título do trabalho. A nova versão do texto de Cunha Mattos intitulada *Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil* traz no próprio título uma divisão da história nacional em antiga e moderna, algo semelhante ao que Cunha Mattos já havia realizado ao empreender um trabalho sobre a navegação também dividido em antigos e modernos.

¹⁹⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. Op. Cit. 1839, p. 16.

²⁰⁰ Ata da sessão de 1º de dezembro de 1838. **Revista do IHGB**, Tomo I, 1839, p. 45.

²⁰¹ Dentre as propostas sobre a periodização da história nacional a única que foi publicada na Revista do IHGB foi a de Cunha Mattos. A publicação apenas 25 anos após a sua leitura do trabalho de Cunha Mattos, assim como de outros membros, se insere, segundo Lucia Guimarães, entre as obras que “só deixaram o arquivo do Instituto, para fazer frente à falta de trabalhos mais significativos na organização da *Revista*”. GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Op. Cit. 1995, p. 569.

²⁰² Além de Cunha Mattos também fizeram sugestões sobre a questão das épocas da história brasileira os sócios do IHGB José Silvestre Rebelo e José Lino de Moura.

O par antigo/moderno, segundo Jacques Le Goff, está ligado a história do Ocidente embora destaque a sua presenças em outras civilizações e historiografias.²⁰³ A certeza que se guarda da existência dos antigos não é facilmente aplicada aos modernos uma vez que a existência destes é condicionada pelos primeiros. É preciso que pela intervenção do tempo a diferença entre o hoje e o ontem seja marcada como possibilidade de se decidir o que é antigo e o que é moderno.²⁰⁴ Mas “nem sempre o par constituiu uma antinomia”, durante um bom tempo antigo equivalia a tradicional, ou significava simplesmente que pertencia ao passado, enquanto que moderno significaria somente o “novo” ou o “atual”.²⁰⁵ A partir da século XVI, com a divisão da história em antiga, medieval e moderna, contudo, o termo “moderno” passa a se opor mais a “medieval” do que a “antigo”.²⁰⁶ O par antigo/moderno depende da ação da temporalidade uma vez que traduz, “para uma cultura, uma das formas de sua relação com o tempo, uma maneira de redistribuir o passado, próximo ou distante, de lhe dar lugar sem abandoná-lo totalmente”.²⁰⁷

A utilização do par pelos fundadores do Instituto nas passagens em que tratam da questão da periodização da história do Brasil não é clara quanto a divisão em dois momentos distintos. No texto de Cunha Mattos a concordância com as idéias de Januário da Cunha Barbosa se justificava pelo fato de estar em concordância com escritores antigos e modernos. A evocação dos primeiros é perceptível ao longo da leitura da dissertação de Cunha Mattos. O marechal propõe a divisão das épocas da história do Brasil em três: a primeira diz respeito aos autóctones e aborígenes, a segunda compreende o descobrimento do Brasil pelos portugueses e a administração colonial, a terceira abrangeria todos os “*acontecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um systema de governo imperial, hereditario, constitucional e representativo*”.²⁰⁸

Ao historiador que intentasse escrever a história geral do Império não poderia faltar o conhecimento de cada uma dessas épocas, assim como as diretrizes indicadas

²⁰³ LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 167.

²⁰⁴ CEZAR, Temístocles. Antigos, modernos e “selvagens” na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: PIRES, Francisco Murari (org.). **Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 170.

²⁰⁵ Ibidem, p. 170.

²⁰⁶ LE GOFF, Jacques. Op. Cit. p. 168.

²⁰⁷ CEZAR, Temístocles. Op. Cit. 2009, p. 171.

²⁰⁸ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Op. Cit. 1863, p. 129.

por Cunha Mattos sobre a ordem em que cada uma delas figuraria na história nacional. No final do século XIX Capistrano de Abreu destacava a dificuldade dos membros do Instituto em escrever a história dessas três épocas. Segundo ele, cada época requer de quem as escreve qualidades especiais e por isso nenhum dos membros do Instituto seriam capazes de escrever uma história do Brasil. Os sócios do IHGB tinham aptidões para estudar a história contemporânea, mas eram “insensíveis à nossa história primitiva”.²⁰⁹

Entre as três épocas da história do Brasil, a primeira era sem dúvida a que apresentava maiores dificuldades de estudo. Isso porque a nova forma de escrever história no Brasil inaugurada com a criação do IHGB, reiterando a necessidade de produzir história a partir de documentos aplicava-se basicamente a fontes manuscritas. Assim, considerava-se documento o manuscrito conservado no arquivo.

Quando estabeleceu a divisão das épocas para a história nacional Cunha Mattos colocava como entrave ao estudo daquela referente aos aborígenes a “*falta de monumentos bíblicos ou lapidares*”.²¹⁰ Uma referência à questão de estudar os povos sem escrita numa sociedade que preza pelo documento manuscrito marcando uma separação entre documento e monumento. Segundo Le Goff, o monumento tem a característica da perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas, é um sinal do passado que desde a Antiguidade é tomado como uma obra comemorativa de escultura ou arquitetura ou um monumento funerário. Ao passo que o documento evoluiu no século XIX ao status de prova histórica, cuja objetividade, para Le Goff, parece opor-se à intencionalidade do monumento e ao fato de se afirmar, sobretudo, como um testemunho escrito.²¹¹ No Brasil oitocentista tudo poderia ser considerado documento, embora houvesse uma grande valorização do testemunho escrito. Tal valorização provocava, por vezes, a impossibilidade de estudar a primeira época da história do Brasil já que inexistiam documentos escritos sobre ela. Restava aos membros do Instituto procurar por monumentos que pudessem esclarecer a “obscura história indígena” como então se falava.²¹² Essa concepção, segundo Wehling, tem origem na

²⁰⁹ ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: **Ensaios e estudos**: crítica e história, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1975, p. 136.

²¹⁰ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Op. Cit. p. 129.

²¹¹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 535-536.

²¹² A referência à obscuridade da história indígena está presente claramente no relatório do primeiro secretário do IHGB Januário da Cunha Barbosa, no qual ele justificava a publicação de uma coleção de

identificação historista entre escrita, história e origens da civilização que distingue os povos históricos dos povos sem história.²¹³ Essa distinção provocaria ainda uma divisão nos objetos de estudo para cada um desses povos, os históricos seriam estudados pela história enquanto que os povos ágrafos, não históricos seriam estudados pela etnografia.

Francisco Adolfo de Varnhagen, sócio do IHGB, leu em sessão de 1º de agosto de 1840 uma memória²¹⁴ em que demonstrava a necessidade de se estudar as línguas indígenas como meio de conhecer um pouco esses povos que, segundo ele, em sua infância não tinham história apenas etnografia.²¹⁵ Na ocasião sugeria ao Instituto um programa de pesquisa etnográfica incumbido de estudar as línguas indígenas, principalmente o onomástico, tentando assim estabelecer as diferenças e ramificações entre as tribos indígenas para posteriormente buscar características gerais que possibilitassem a revelação de línguas e povos mais antigos.²¹⁶ Ele acreditava que os índios do descobrimento eram representantes de um estado decadente de uma grande civilização anterior, de povos mais desenvolvidos cujo conhecimento se daria por meio do estudo da língua. Ele mesmo empreenderia um trabalho dessa natureza publicado em 1876, trata-se de *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens*. Ao estudar a língua tupi o sorocabano teria identificado palavras gregas e certas flexões de verbos que aproximavam o tupi do latim. Seguindo esses indícios ele passaria mais de trinta anos estudando a lingüística. Segundo Temístocles Cezar, o objetivo inicial de Varnhagen era comparar o tupi com os antigos dialetos gregos e latinos, o que acabou sendo improdutivo.²¹⁷ Ele passou então a comparar o tupi com outros dialetos como o hebraico, fenício, armênio, assírio, babilônico, chegando ao estudo do egípcio encontrando semelhanças entre os egípcios e os tupis. A hipótese de

manuscritos que estavam sendo publicados na revista do Instituto: “Notareis nessa coleção que nos temos particularmente ocupado do que diz respeito aos indígenas; porque sendo muito obscura a história da Terra de Santa Cruz em sua descoberta, e convida investigar o grau de civilização a que haviam chegado os povos do novo Mundo antes de aparecerem às vistas de seus descobridores, força era que nos costumes dos índios procurássemos o fio, que nos deve conduzir a tempos muito inferiores”. BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório dos trabalhos do Instituto durante o terceiro anno social”. **Revista do IHGB**, Tomo III, 1841, p. 431. A obscuridade da história indígena voltaria às páginas da revista do IHGB no plano de escrita da história do Brasil de Von Martius. Cf. MARTIUS, Karl Friederich von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista do IHGB**: 6, 1844, p. 392.

²¹³ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 149.

²¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo III, p. 53-63, 1841.

²¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854, p. 26.

²¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Línguas, emigrações e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobrimentos. **Revista do IHGB**, Tomo XII, 1849, p. 366-376. (página da citação 370).

²¹⁷ CEZAR, Temístocles. Op. Cit. 2009, p. 182.

Varnhagen é, ainda segundo Cezar, que os “tupis eram o resultado de um cruzamento entre Cários (...) que teriam em parte emigrado para a América Central, e povos indígenas, pertencentes à grande família mongólica”.²¹⁸ O resultado desse estudo dele vem dar base ao que ele sempre defendeu ao longo de sua vida, que os índios não eram os primeiros habitantes do Brasil e sim seus últimos invasores, por essa razão ele relutou em acatar as indicações de Cunha Mattos quanto à primeira época da história nacional quando escreveu sua *História Geral do Brasil*, para ele os indígenas não poderiam ser os protagonistas da história pátria, questão essa que provocou inúmeros debates dentro do Instituto.

Nesse momento ficavam claros os desafios de determinar quais eram as verdadeiras épocas da história do Brasil. Antes de se constituir em um problema teórico ou numa disposição da consciência historiográfica dos membros do IHGB, a determinação de uma periodização para a história nacional que se pretendia escrever a partir da criação do Instituto guardava os receios de como tratar de épocas que estavam ainda sob disputa. Uma disputa clara pelo passado que desembocava em uma disputa pela significação do presente. O trabalho de Cunha Mattos é ilustrativo nesse aspecto, pois ao definir um começo e um fim para a história pátria ele já estava estabelecendo regras de escrita na medida em que a própria agremiação acata, mesmo que tardiamente já que o texto só foi publicado 25 anos depois de sua leitura, a divisão sugerida por ele. Sua proposta e a do cônego acerca da divisão das épocas brasileiras encontrariam eco em produções como a de Abreu e Lima²¹⁹, que para José Honório Rodrigues foi o primeiro a tentar concretizar as propostas dos dois fundadores mencionados, e no próprio concurso proposto pelo IHGB para premiar quem elaborasse o melhor plano para a escrita da história do Brasil. Analisando as duas propostas concorrentes, a do naturalista bávaro Von Martius²²⁰ e a de Henrique Wallenstein²²¹, percebemos que o trabalho vencedor – de Martius – seguiu as indicações tanto do cônego Januário da Cunha Barbosa quanto às do marechal Raimundo José da Cunha Mattos com relação ao

²¹⁸ CEZAR, Temístocles. Op. Cit. 2009, p. 183.

²¹⁹ José Ignácio Abreu e Lima (1796-1869). Se destacou desde cedo na carreira militar e por escrever inúmeros trabalhos literários, políticos e históricos como “*Bosquejo histórico*”, “*Compêndio da História do Brasil*”, “*História Universal*”. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Quarto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898. p. 455-459.

²²⁰ Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) foi um médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil, especialmente a região da Amazônia.

²²¹ Henrique Julio Wallenstein. Sócio do IHGB, foi o único concorrente de Von Martius no concurso proposto pela agremiação. Seu trabalho é a Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, nº 45, 1882, p. 159-160.

início da história do Brasil. Para Martius, a história do Brasil deveria começar pela descrição da natureza, pelas particularidades naturais do país despertando o interesse e encantamento dos estrangeiros em conhecê-las e os brasileiros em contato com as “*diversas descrições locais reconhecerão a sua própria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos*”.²²² No entanto, quando Martius enumera a necessidade de anteceder os fatos históricos com a descrição da natureza brasileira ele não está apenas concordando com as palavras dos fundadores do Instituto, ele recorre também a uma autoridade no quesito escrita da história se voltando para a obra de Heródoto.²²³

O texto concorrente ao de Martius é o de Henrique Wallenstein²²⁴ que apresenta uma proposta totalmente diferente quanto à periodização da história nacional. Ao contrário das propostas dos fundadores do Instituto e do próprio Martius, cujo texto já tinha sido publicado na Revista do IHGB antes mesmo do resultado do concurso, Wallenstein não se propunha a pensar na história pátria dividindo-a em três épocas determinadas. Sua proposta era dividir a história do Brasil em antiga e moderna, cuja divisão dos fatos deveria ser feita mediante o uso dos modelos de Tito Lívio²²⁵, João de Barros²²⁶ e Diogo Couto²²⁷, ou seja, escrever a história por meio do sistema de décadas destacando os fatos acontecidos dentro de certos períodos.²²⁸ Para ele o melhor método de escrever a história do Brasil era por meio de décadas, sendo essa história antecédida por uma introdução que tratasse das nações indígenas que habitavam o território brasileiro. Feita essa introdução se poderia realmente começar a história nacional com o descobrimento do Brasil.²²⁹ Seguindo esse modelo, a narração dos fatos mais importantes sobre a história do Brasil em décadas tinha um fim bem estabelecido para Wallenstein, a história pátria só poderia ir até a Independência, terminando com a

²²² MARTIUS, Karl Friederich von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista do IHGB**: 6, 1844, p. 401.

²²³ Segundo Martius “tratando o seu assumpto, segundo este systema, o que já admiramos no Pai da história, Herodoto, encontrará muitas occasiões para pinturas encantadoras da natureza”. *Ibidem*, p. 401.

²²⁴ WALLENSTEIN, Henrique Julio. “Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil”, **Revista do IHGB**, 1882, pp.159-160.

²²⁵ Tito Lívio (59 a.C. - 17), conhecido simplesmente como **Lívio**, é o autor da obra histórica intitulada *Ab urbe condita* (“Desde a fundação da cidade”), onde tenta relatar a história de Roma desde o momento tradicional da sua fundação 753 a.C. até ao início do século I da Era Cristã.

²²⁶ João de Barros (1496-1570). É considerado o primeiro grande historiador português. Apelidado de Tito Lívio português, sua principal obra são os quatro volumes das *Décadas da Ásia*. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.* 1962. p. 94-100.

²²⁷ Diogo Couto (1542-1616). Nasceu em Lisboa, é considerado o sucessor de João de Barros. Dando seqüência ao trabalho de seu antecessor Couto escreveu as *Décadas* IV a XII. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.* 1962. p. 109-112.

²²⁸ *Ibidem*, p. 159.

²²⁹ *Ibidem*, p. 159.

coroação de D. Pedro I.²³⁰ Sua proposta se afasta da de Cunha Mattos que propunha para a terceira época da história do Brasil os fatos que se iniciavam com a Independência e que se estendiam aos fatos ocorridos posteriormente, ou seja, escrever sobre os acontecimentos contemporâneos. Para Wallenstein era aconselhável que o historiador não escrevesse sobre os fatos contemporâneos porque não deveria se “*expôr a juízos temerarios, e a outros inconvenientes, que trazem consigo os respeitos humanos*”.²³¹ O que sugeria Wallenstein era o arquivamento dos documentos e aguardar o desenrolar dos acontecimentos. O historiador deveria esperar o julgamento do tribunal da posteridade que decidiria a verdade do que acontecera no período do império, esperar que a própria história com o tempo viesse a julgar os envolvidos.

Colocando lado a lado as propostas de Martius e de Wallenstein é identificável duas questões importantes no que tange ao projeto de escrita da história do Brasil desejado pelo IHGB. Além da questão da periodização da história nacional, a definição de seu começo e de seu fim há uma preocupação em especificar o trabalho de história. Enquanto a história estava dando os seus primeiros passos no sentido de uma instrumentalização do saber, a figura do historiador, sua identidade, ainda estava se definindo. Essa figura nova no cenário literário brasileiro tinha que traçar o seu percurso de trabalho, definir suas referências. Nesse sentido, é possível perceber a escolha do IHGB pelo modelo dos antigos inspirados pela escrita de Heródoto, começar pelas maravilhas do país, a natureza e os habitantes, como sugeriram os fundadores e Martius. Contudo, há também o desejo em renovar a forma de escrever história. O tipo de história que o Instituto almejava não deveria ser aquela idêntica à produzida anteriormente, se esperava uma história moral, mas também imparcial. A forma de escrever a história no Brasil inaugurada pelo IHGB começava com a descoberta, reunião e crítica das fontes como está presente nos seus estatutos. Não mais se basear apenas nas crônicas, mas sempre recorrer aos documentos. Essa era mais uma razão para que o texto de Wallenstein não fosse premiado pelo Instituto, pois ele ainda estava preso a um tipo de história considerado ultrapassado do qual o IHGB desejava superar.²³²

²³⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit. 1962, p. 160.

²³¹ WALLENSTEIN, Henrique. Op. Cit. p. 160.

²³² Analisando a obra de Varnhagen, contudo, Capistrano registra que até mesmo a *História Geral* ainda guardava muito de crônica. ABREU, Capistrano de. Op. Cit. p. 138.

Ademais, a determinação de como empreender esse novo modelo de história passava pelo estabelecimento de uma periodização que não era reflexo apenas de uma consciência historiográfica por parte dos membros do Instituto, refletia também as disputas pela significação do presente. É por isso que Cunha Mattos alertava para o fato de existir divergências com relação à primeira e à terceira época. A primeira tendo em vista o desejo de alguns membros do IHGB em dar ao indígena o lugar de protagonista e início da história nacional em detrimento da posição que via o início da história do Brasil na ação dos portugueses. O mesmo se aplica à questão da escrita da história do tempo presente. O maior entrave a esse tipo de produção não era teórico, mas dizia respeito às dificuldades em falar de acontecimentos que envolviam pessoas poderosas que ainda estavam vivas, inclusive os fundadores do Instituto. Tal problemática voltaria a ordem do dia quando Francisco Adolfo de Varnhagen, membro correspondente do IHGB publica a segunda edição de sua *História Geral do Brasil*.

2.2. Como começar a história nacional: o desafio da periodização na *História Geral do Brasil* (1854-1857; 1877)

Francisco Adolfo de Varnhagen cumprindo a dupla tarefa de historiador e diplomata reuniu uma grande quantidade de documentos nos arquivos europeus e também no Brasil que se constituíram na base para a sua *História Geral do Brasil* datada de 1854. Pretendendo escrever uma síntese da história nacional, Varnhagen circunscreveu a sua obra entre o descobrimento do Brasil e sua separação de Portugal. Dessa forma, ele contrariava as indicações dadas pelo marechal Cunha Mattos em sua *Dissertação* em que estabelecia para a primeira época da história do Brasil a dos aborígenes ou autóctones.

Varnhagen não estava alheio ao debate sobre a periodização da história pátria empreendido por alguns membros do Instituto, principalmente por Januário da Cunha Barbosa e pelo marechal Raimundo José da Cunha Mattos. Enquanto que o trabalho de Cunha Barbosa indicava possibilidades de assuntos para que se iniciasse a história do Brasil, o trabalho de Cunha Mattos era taxativo no sentido de que estabelecia como início da história nacional a parte sobre os indígenas. Tomando o texto de Cunha Mattos como guia que representa as idéias do IHGB devido ao fato de ter sido o único trabalho

sobre o assunto a ser publicado na revista da instituição, notamos que o empreendimento de Varnhagen não corresponde à proposta oficial da agremiação.

A *História Geral do Brasil* de Varnhagen começa com uma introdução falando das idéias que impulsionaram as grandes navegações e levaram ao descobrimento da América e do Brasil. Na seqüência, ela trata especificamente do descobrimento do Brasil, sua colonização, dos primeiros donatários, deixando apenas para os capítulos ou seções – que foi como ele dividiu sua obra – VII até a seção X o espaço para a descrição do Brasil e para falar dos habitantes do país na época do descobrimento.

A obra, que pretendia corresponder aos anseios dos membros do IHGB que desde a sua fundação se preocupou em normatizar a coleta de documentos para que um dia, a partir deles, se escrevesse a história nacional não teve a receptividade esperada pelo autor. O índice da obra remetido por Varnhagen ao imperador foi lido em sessão do Instituto, mas recebido com pouco apreço. A indiferença do Instituto com relação à *História Geral* de Varnhagen pode ser explicada pela forma como o autor falava dos indígenas e da ação dos jesuítas no Brasil.²³³ Um bom indicativo disso está na minuta de resposta expedida a Varnhagen pelo mordomo em nome do imperador. Na resposta ele sugeria que

*As questões relativas à civilização dos Indígenas, influencia que tiveram os Jesuítas nos negócios do Brasil, e aos limites, sobre que se têm apresentado no Instituto a respeito do Sul alguns trabalhos de bastante interesse provocados por uma Memoria do Brigadeiro José Joaquim Machado d'Oliveira, quer o mesmo Augusto Senhor que sejam tratados com toda a consciencia, que promettem os estudos do autor d'essa Historia.*²³⁴

Quanto aos indígenas a opinião de Varnhagen nem sempre foi a mesma. No início de sua carreira intelectual ele escreveu a *Crônica do descobrimento do Brasil*, trabalho que alguns autores intitulam como romance histórico e precursor dos temas dos romances de José de Alencar.²³⁵ No texto Varnhagen desenvolve uma história de amor entre uma indígena e um branco a partir de trechos da carta de Caminha. A visão romanceada que ele tinha dos índios até o momento em que escreveu a *Crônica* mudaria

²³³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. p. 560.

²³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961. p. 215.

²³⁵ LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. 1954, vol. 224. **Revista do IHGB**. p. 120-121.

radicalmente depois de uma viagem feita ao sertão do Brasil em que a comitiva na qual ele estava foi cercada por indígenas.²³⁶ Tal experiência, que teve trechos publicados no periódico português *O Panorama* com o título *A picada do mato virgem*, marcaria profundamente a forma com que Varnhagen abordaria a temática indígena dali em diante. Anos mais tarde Varnhagen relataria com detalhes:

Confesso que desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um governo regular, em tantos lugares do seu território achavam-se (e acham-se ainda) um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais (...).²³⁷

Os índios passariam a ser tratados na *História Geral* como bárbaros, falsos, infieis e filósofos como Rousseau defensores do homem em seu estado natural passariam a ser chamados de falsos filantropos que só defendia essa idéia porque nunca tinham tido uma experiência verdadeira com os indígenas para ver o que realmente era o homem no estado natural.

A visão que Varnhagen tinha dos índios do Brasil, sua organização social, religião e seu papel na nacionalidade brasileira ficaria ainda mais evidente num texto que abre o segundo volume da primeira edição da *História Geral do Brasil*. Vindo logo após o prefácio do segundo volume o texto intitulado “*Discurso preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira*” resumia de maneira eficiente a posição de Varnhagen no debate sobre o espaço reservado ao indígena na história nacional bem como os seus direitos à posse de terras no Brasil. Tal ensaio procurava responder às seguintes questões: 1) “*Eram os que percorriam o nosso território, á chegada dos christãos europeos, os seus legítimos donos?*”, 2) “*Viviam, independentemente da falta do ferro e de conhecimento da verdadeira religião, em um estado social invejável?*”, 3) “*Esse estado melhoraria, sem o influxo externo que mandou a Providencia por meio do*

²³⁶ LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. 1954, vol. 223. **Revista do IHGB**, p. 120. Pedro Puntoni e Laura Oliveira, a partir de estudos sobre as idéias de Varnhagen acerca dos indígenas afirmam que o pensamento dele nem sempre foi rígido. Sua opinião acerca dos indígenas foi modificada por sua experiência pessoal. Para mais detalhes dessa relação ver: OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. Ver também: PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÒ, István (Org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Fapesp, Hucitec; Ijuí: Editora Unijuí, 2003. p. 633-675.

²³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Lima: Imprensa Liberal. 1867. p. 37-38.

christianismo?”, 4) “*Havia meio de os reduzir e amansar, sem empregar a coacção pela força?*”, 5) “*Houve grandes excessos de abuso nos meios empregados para essas reduções?*”, 6) “*Dos três principaes elementos de povoação, indio, branco e negro, que concorreram ao desenvolvimento de quasi todos os paizes da America, qual predomina hoje no nosso?*”, 7) “*Quando se apresentem discordes ou em travada luta estes três elementos no passado, qual delles devemos suppor representante histórico da nacionalidade de hoje ?*”.²³⁸

Desenvolvendo cada um desses pontos Varnhagen conclui, em resumo, que os índios não eram os legítimos donos do Brasil, pois em vez de habitarem as terras eles eram nômades, eram, portanto os últimos invasores do território brasileiro.²³⁹ Segundo Varnhagen nem mesmo era aconselhável chamá-los de brasileiros uma vez que eram selvagens incapazes de serem civilizados sem o uso da força. O ponto chave com o qual ele fecha o texto é exatamente o mais importante no seu pensamento sobre os indígenas: eles não poderiam ser tomados nem no passado nem no presente como guias de patriotismo.²⁴⁰ Eles não poderiam, dessa forma, serem os representantes da nacionalidade brasileira, lugar reservado na obra de Varnhagen ao branco europeu, símbolo de civilização para ele. Isso não significava que ele ignorasse totalmente o papel do indígena. Segundo o próprio Varnhagen um exemplo do quanto ele se preocupava com o assunto é que a proposta de criação de uma seção de etnografia no IHGB fora iniciativa sua. De fato ele sugere em uma das sessões do IHGB que se criasse um espaço para estudar os índios, suas línguas, costumes, crenças e os meios de civilizá-los.²⁴¹

Esses apontamentos não estiveram eximidos de críticas, a mais contundente delas sem dúvida foi a de Domingos Gonçalves de Magalhães²⁴² que publicamente se colocou contra as idéias apresentadas por Varnhagen produzindo uma réplica que ilustra uma intensa disputa não só pela erudição entre os autores como também disputa por

²³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. XV-XVI.

²³⁹ Ibidem, p. XVI.

²⁴⁰ Ibidem, p. XXV.

²⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1841, Tomo III, p. 53-63.

²⁴² Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia. Nasceu no Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1811 e faleceu em Roma em 10 de julho de 1882. Ministro plenipotenciário do Brasil junto a esta corte, membro do conselho do Imperador, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de outras associações literárias. Autor da *Confederação dos Tamoios*. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893. p. 217.

projetos de nação diferentes nos quais a forma de tratar a questão indígena no debate da nacionalidade definia o teor da querela. Num trabalho publicado na revista do IHGB em 1860, intitulado *Os indígenas do Brasil perante a história*, Magalhães rebate as idéias de Varnhagen em cada um dos tópicos analisados pelo Visconde de Porto Seguro, desde a questão numérica dos índios até o seu papel na composição do corpo da nação. A crítica de Magalhães, contudo, se estende ao próprio perfil de Varnhagen considerado pelo primeiro como um historiador notável, mas tomado pelo espírito de partido que não soube analisar criticamente as fontes que tratavam dos indígenas do Brasil perpetuando visões preconceituosas sobre os mesmos. Essa era uma das exigências de Magalhães, que os documentos sobre os indígenas escritos por viajantes europeus ou pelos próprios jesuítas ou ainda pelos primeiros colonizadores fossem lidos criticamente para que não se reproduzisse as visões preconceituosas que os mesmos tinham sobre povos dos quais se sabia muito pouco. Magalhães não apenas afirmava a existência de um estado moral entre os indígenas, como também reconhecia que eles possuíam agricultura, comércio, religião, racionalidade como qualquer outro homem o que possibilitava sua integração na nação não como índios, mas como brasileiros.²⁴³ O texto de Magalhães foi publicado na revista da instituição três anos após a publicação do segundo volume da obra de Varnhagen.

Entendido o posicionamento de Varnhagen com relação aos indígenas do Brasil é compreensível o motivo dele não ter iniciado a sua *História Geral* contando a história deles. Primeiro que para o visconde de Porto Seguro os índios eram a - históricos tendo seus costumes e crenças como objetos não da história, mas da etnografia. Segundo que para Varnhagen, seguir as indicações quanto à periodização propostas no texto de Cunha Mattos ia diretamente contra a perspectiva que ele tinha de como deveria ser escrita a história do Brasil. Ainda que justificasse o fato de iniciar a sua obra com as navegações e com os portugueses por desejar que a história nacional tivesse um elo de ligação com a história do mundo, a disposição dos capítulos da *História Geral do Brasil* de Varnhagen sugerem uma preocupação não apenas com a cronologia no sentido de estabelecer marcos históricos, mas com a periodização de maneira mais ampla uma vez que iniciar a história pátria pelos indígenas era dar aos mesmos um papel de

²⁴³ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXIII, 1860. p. 15.

protagonistas na história nacional, o que alguém com a firmeza de idéias anti-indianistas como Varnhagen não admitia.

A coerência na disposição dos capítulos da *História Geral* com as idéias de Varnhagen seria alterada na publicação da segunda edição da obra como exemplificado pelo sumário do primeiro volume da segunda edição que damos a seguir.

Sumário do primeiro volume da História Geral do Brasil – 1877

ÍNDICE DO TOMO IO.

Pag.

DEDICATÓRIA m

PRÓLOGO V

PREFACIO da 1ª edição XIX

SECÇÃO I. DESCRIÇÃO DO BRAZIL EM GERAL 1

Nome do Brazil. Extensão. Paragem central. Formações geognosticas. Diamantes. Ferro. Ouro. Ausência de terremotos. Climas. Meteorologia. Quadras do anno. Firmamento. Vegetação. Matos virgens. Capoeiras. Catingas. Madeiras. Outras produções. Fructas. Campos virgens. Falta de neve. Animaes. Pássaros. Peixes. Contrastes de plantas e de animaes.

II. — DOS ÍNDIOS DO BRAZIL EM GERAL 11

Calculo da população indigena. Ideias de patriotismo. Unidade de raça. Lingua geral. Tubinambá. Nacionalidades. Alcnhas dos bandos. Que significam. Caboclo. Bugre. Emboába. Alcnhas de ódio, de respeito, etc. Mais alcnhas no Brazil e n'outros paizes. Apodos. Nome genérico de Bárbaro ou Tapuy. Nação Tapuya. Bárbaros. Significação do vocábulo Tupi. Guaranis. Caribes, Caraibes. Berço dos invasores. Marinha de guerra. Germens de discórdia. Vícios. Envenenamentos. Anarchia. Infância da humanidade. Meninice dos heroes.

III. — LINGUA, USOS, ARMAS E INDUSTRIA DOS TUPIS . . . 22

Lingua. Aparência. Estatura. Córbaça. Pinturas do corpo. Botoques. Furos na cara. Cabello. Ornatos: aiucará, tapaurá, etc. Tangapema. Maracá. Arcos e flechas, etc. Venenos de hervar. Escudos. Machados. Trabalho de cada sexo. Guerras. Tempo. Preparativos. Surpresas. Prevenções. Taba ou aldêa. Ocas. Ocára. Cahicára. Tapera. Caça e pesca. Pindá Tinguá. Timbó. Puças. Giquís. Piracui. Ostreiras. Sernambitibas. Tartarugas. Mondéos. Mimbába. Sementeiras. Milho. Mandioca. Vinhos. Utensílios. Patiguás. Samburás. Pacarazes. Redes, etc. Canoas, remo e leme. Sorte da mulher. Guatós e outros.

IV. — IDEAS RELIGIOSAS E ORGANISAÇÃO SOCIAL DOS TUPIS:

SUA PROCEDÊNCIA 38

Significação dos sacrificios anthropophagos. Sepulturas. Camucins. Jazigo ou tñby'. Tupá Raios. Superstições. Agouros. Pajés. Abusos destes. Poracés. Seus tristes resultados. Descrição do sacrificio. Partilha do cadáver. Destino dos ossos e dentes. Geração. Nascimento. Velhas. Morubixab. Communismo. Roubo. Hospitalidade. Polygania. Heroínas Amazonas. Noivados. Recém-nascidos. Doenças. Curativos. Soffrimento. Chorar. Nomes. Sentidos apurados. Character. Vida habitual. Banhos.

Figura 2. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

INDICE.

	Pag.
Fogo. Sal. Pazes. Tabaco. Panicá. Guaraná. Coca, etc. Infância da sociedade. Exemplo. O homem sem leis nem religião. Em todos paizes o mesmo. Carbe: S. Thomé e suas pegadas. Sumé. Pajés. Monumentos primitivos. Procedência plausível do Caribe, Tupis ou Garanis.	
V. — DESCOBRIMENTO DA AMERICA E DO BRAZIL.	59
Raymundo Lull. D. João I. Ceuta. O Infante De Henrique. Os Reis Catholicos. Os Malborquinos. Circumnavegação d'África. Circumnavegação da Europa., Descobrimientos a loeste. Fernão Telles e Ulmo. Plano de Toscanelli. E realizado pela perseverança de Colombo. Seus estudos. Obra d'Ailly. Descotrimto da America. indias Occidentaes. Opiniao de Strabo. Bulla Pontificia. Justas queixas de Portugal. Conversão de Tordesilhas. Pouca precisão na redacção. Consequência. Meridiano. Direitos de Portugal a colonisar o Brazil. Cabral. Vista de terra. Monte Paschoal. Pero Vaz de Caminha. Porto Seguro. Seus habitantes. Nome de Ilha da Vera-Cruz. Vasco da Gama. Mestre João. Pouca importância dada ao Brazil. Descobrimto da costa do norte. Delta do Assú. Maranhão e Amazonas. Hojeda e Vespucci. Cabos de Consolacion e de Rostro Hermoso e Pinzon. Lepe. Opiniões de Martyr e de Enciso.	
VI. — EXPLORAÇÕES PRIMITIVAS DA COSTA BRAZILICA.	81
De João Manuel em 1501. Vespucci e Solis. Cabos de S. Roque e Santo Agostinho. Portos ao sul: Bahia, Rio, S. Vicente, Cananéa. Cabo de Santa Maria. Geórgia Austral. Gonçalo Coelho em 1503. Ilha do Fernão de Noronha. Colônias em Cabo-Frio e Rio de Janeiro. Cari-oca. Bahia de S. Mathias. Gonneville. Brasileiros. Náo Bretoa. Maranhão, indias. Santa Cruz, Antártica. Mundo Novo, etc. Consequências da partida de Américo. João Dias de Solis. Portugal descuida o Brazil pela Ásia. Feitorias. Um pirata. As Molucas. Fernão de Magalhães O meridiano da demarcação. Contracto de Saragoça. Origem do nome Rio da Prata. El Dorado.	
VII. — ATTENDE-SE MAIS AO BRAZIL. PENSAMENTO DE COLONISAL- O EM MAIOR ESCALA	102
Os Portuguezes na Ásia. Os Francezes no Brazil. Recursos do foro e da diplomacia. Anjo. Roger. Jaques. Igaracú e Pernambuco. Diego Garcia e Cabot. D. Rodrigo de Acuña. Porto de D. Rodrigo. Baixos de D. Rodrigo. Suas peregrinações. D. Rodrigo em Pernambuco. Christovam Jaques e os Francezes. Antônio Ribeiro. Idéa de colonisação. Diogo de Gouvea. Méritos de Gouvea. Resolve-se a colonisação do Brazil. Henrique Montes. Martim Affonso de Souza. Poderes que trazia. Pero Lopes de Souza. Reclamações de França. Negociações diplomaticas importantes.	
VIII. — RESULTADOS DA EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO	116
Seus feitos. Os Francezes. O Maranhão. A Bahia. Combate naval dos indios. Martim Affonso na Bahia e no Rio. Ilha da Cananéa. Oitenta homens ao sertão. Padrões da Cananéa. Naufrágio de Martim Affonso. Pero Lopes sobe o Paraná, Martim Affonso fica na costa. Escolha do porto de S. Vicente. Sua descripção. Estabelecimento da colônia. João Ramalho. Etymologia do nome Piratininga. Piracemas. Villas de S. Vicente e de Piratininga. Concelhos das duas vilas. Sesmarias. Direitos dos colonos. Jurisdição ecclesiastica primitiva.	

Figura 2. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

IX. — SUCESSOS IMMEDIATOS Á EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO
128

Tomada de uma fataleza e uma náó de França. Resolve-se a partição do Brazil em capitánias. Carta regia a Martim Affonso. Volta de Martim Affonso á Europa. Doze donatários. Quinze quinhões. Irmãos Souzas. P. de Góes. Vasco Fernandes. P. do Campo Jorge de Figueiredo. Francisco Pereira. Duarte Coelho. Pero Lopes. Fernand'Alvares. Ayres da Cunha João de Barros. Antônio Cardoso de Barros. Poucos competidores. Extensão das differentes capitánias. Demaziada terra a cada donatário. Parallelo com a colonisação da Madeira e Açores. Vantagens que se propunha sacar Portugal desta colonisação.

X. — DIREITOS DOS DONATÁRIOS E COLONOS. PORTUGAL NESTA EPOCHA
143

Privilégios ou foros dos donatários. Privilégios feudaes Desprendimento da coroa. Foral. Deveres para com o rei e os colonos Couto e Homisio. Estrangeiros christãos. Leis do Reino. Código Manuelino ou cinco livros das Ordenações. Administração dos Concelhos. Juizes de fora. Mesa da Consciência. Alçadas. Systema fiscal. O throno. A magistratura letrada. Aristocracias. Tratantes ou agiotas. Titulos. Fidalgos. Infanções. Moradias. Brazão. Fontes da legislação. Três ordens militares. Nomes e Appellidos. Lingua portugueza. Escriptores antigos. Pronunciação brasileira. Cultura intellectual da metrópole. Industria. Civilisação árabe na Hespanha. Architectura Pintura. Typographia. Marinha. Náutica. Antiguidade do Astrolabio. Século XV. A imprensa Livre exame. Protestantismo. Tribunal da Inquizição. Advertência.

XI. — CHRONICA PRIMITIVA DAS SEIS CAPITANIAS CUJA COLONISAÇÃO VINGOU
164

Capitania de Martim Affonso. Ataque de Iguape. Derrota. Ataque a S. Vicente. Invasão do mar. Villa de Santos. Monjolo. Sua procedência da China. Engenhos de assucar. Sesmarias. Terras de Pero Lopes. Seus delegados em Santo Amaro. Itamaracá. Pero Lopes vai á índia. Sua morte. D. Izabel de Gamboa: seus delegados. Villa da Conceição. Itamaracá. Duarte Coelho. Marim ou Olinda. Recife. Porto de Pernambuco. Villa de Olinda. Sua situação. Desprezo do Recife. Tamandaré. Trabalho dos índios. Etymologia de Olinda. Nova Lusitânia. Prospera a colônia. Rigor do donatário. Queixas. Viagem á Europa. Rio de S. Francisco. Caxoeira de Paulo Affonso. Cultura do assucar. Igaracú. Capitania do Espirito Santo. Sesmarias. Villa da Victoria. Principaes colonos. O donatário e seus vicios. Decadência. Porto Seguro. Seu donatário. Primeira villa. Gentio. Colonos pescadores. Venda da capitania dos Ilheos. Romero, delegado do donatário. Morro de S. Paulo. S. Jorge dos Ilheos. Descripção do paiz. Expulsão e reintegração do delegado. Resultados.

Figura 2. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

Em 1877, vinte e três anos depois da publicação do primeiro volume da *História Geral do Brasil*, Varnhagen vem a público anunciar a segunda edição de sua obra que no frontispício do primeiro volume trazia a indicação de que a obra fora “*muito augmentada e melhorada pelo Autor*”.²⁴⁴ Na dedicatória ao imperador na obra de 1877 Varnhagen declarava que a nova edição levava grandes vantagens com relação à primeira, o que se dava devido à “*maior cópia de factos apurados, como pela mais exacta apreciação de outros aclarados pelo apparecimento de novos documentos ou por mais accurados exames*”.²⁴⁵

Varnhagen ainda elencaria as principais modificações de uma edição para a outra que entre apuração de fatos e descoberta de outros também abarcariam muitos “melhoramentos” em que se presume que eles se constituíam em “retoques em favor da maior harmonia do todo”, feitos em “*quasi todas as secções*”, e na transferência “*(...) para o princípio a secção respectiva á descripção do Brasil em geral, seguindo-se as respectivas aos Indios, as quaes, não só onde estavam causavam grande interrupção no fio da narração, como ficam desta forma constituindo melhor ponto de partida da obra toda.*”²⁴⁶

Na primeira edição da *História Geral*, as seções que tratavam tanto da descrição do Brasil quanto dos indígenas brasileiros constituíam, respectivamente, aquelas de números VII a X. Conforme anunciava Varnhagen, na segunda edição elas passaram a formar as quatro primeiras seções da obra. Ao leitor, Varnhagen declarava que percebera que a localização daquelas quatro seções, no meio da *História Geral*, “causavam grande interrupção no fio da narrativa”.²⁴⁷ Para a comodidade do leitor que dessa forma poderia acompanhar melhor a narrativa, ele, autor, optara por trocar os capítulos de localização, a fim de eliminar esse problema.

Vinte anos após a publicação do segundo volume da *História Geral* Varnhagen anunciava as alterações de maneira simples, sem fazer nenhuma referência às disputas de significação do presente que o estabelecimento de uma nova periodização para a

²⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I, (1877). p. XVI-XVII. A primeira edição da História Geral do Brasil ocorreu em 1854 e 1857, do primeiro e segundo volumes, respectivamente.

²⁴⁵ Ibidem, p. III.

²⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. Tomo I. (1877). p. XIV-XVII.

²⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. Tomo I. (1877). p. XVI.

história do Brasil envolvia. Afinal de contas por que um autor como Varnhagen que defendeu ao longo de sua vida intelectual um enorme descontentamento com a idéia de elevar os indígenas ao lugar de brasileiros e que relutou em dar a eles o lugar de protagonistas na sua obra aceitaria principiar a segunda edição da *História Geral* não mais com os portugueses, mas com os indígenas? O que teria ocorrido nesses vinte e três anos que separam a publicação das duas edições que poderia fazer com que Varnhagen anunciasse uma mudança tão significativa sem nenhum problema? Que mudanças na experiência individual ou coletiva impulsionariam tal mudança? Antes de levantar hipóteses que respondam às perguntas acima é necessário que façamos um percurso pela historiografia sobre o assunto. O que os críticos e estudiosos da obra de Varnhagen e da historiografia brasileira do oitocentos dizem sobre o assunto?

A primeira constatação a que chegamos é que dentre os muitos trabalhos sobre Varnhagen e/ou sobre sua obra poucos autores fazem referência direta às mudanças operadas por Varnhagen na *História Geral do Brasil*. A maioria dos estudos sobre a *História Geral* indiscriminadamente das edições sem fazer nenhuma ressalva às alterações feitas por Varnhagen. Um exemplo que diretamente da questão da mudança na ordenação dos capítulos trazendo para o início da obra na segunda edição a descrição do Brasil e os indígenas é o trabalho de José Carlos Reis. Em seu livro *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, o autor referindo-se à *História Geral* de 1854 e 1857 diz que “a *História Geral do Brasil* se inicia com uma descrição geral da natureza brasileira” destacando as espécies animais e vegetais descritas por Varnhagen além das informações sobre os indígenas que se seguiam à descrição da natureza. Na seqüência, quando José Carlos Reis fala da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, complementa “na verdade, só então começava a história do Brasil. Os capítulos anteriores, eles só prepararam essa chegada, descrevendo o cenário em que ela ocorreria”.²⁴⁸ Como se pode ver o autor não apenas se privou de apontar as diferenças entre as edições como também apontou uma ordenação na primeira edição da obra de Varnhagen que só viriam a se encadear daquela forma na segunda edição. Isso ocorre com frequência devido ao fato das edições atuais da obra partirem da terceira e quarta edições cuja anotação ficou a cargo de Capistrano de Abreu e de Rodolfo Garcia, respectivamente. Capistrano quando iniciou seu trabalho de edição da *História Geral* optou por fazê-lo partindo da segunda edição.

²⁴⁸ REIS, José Carlos. Op. Cit. 1999. p. 34.

Existem, contudo, trabalhos que se ocuparam ainda que de maneira superficial de algumas das mudanças entre as edições da *História Geral* de Varnhagen. Com relação à mudança na periodização da obra cronologicamente temos o trabalho de Capistrano de Abreu escrito ainda no final do século XIX intitulado *Sobre o Visconde de Porto Seguro*. Nesse trabalho Capistrano ressaltava que até então ninguém tinha notado que “na segunda edição o autor da *História Geral* enxertou nas idéias de Martius as vistas luminosas de d’Avezac, contra as quais a princípio protestara energicamente”.²⁴⁹ Relembrando brevemente, o plano de Martius estabelecia que quem intentasse escrever a história nacional deveria seguir o modelo de Heródoto, principiando a sua história com a descrição das maravilhas da natureza e com a descrição de seus habitantes.²⁵⁰ Proposta que não foi seguida na primeira edição da *História Geral*, mas que foi retomada na reedição de 1877. Para Capistrano a incorporação das idéias de Martius na segunda edição da obra do Visconde de Porto Seguro foi resultado das sugestões do geógrafo francês Marie-Armand Pascoal d’Avezac-Macaya que era chefe de seção no Ministério da Marinha e das Colônias do Segundo Império, secretário-geral e presidente da Sociedade de Geografia de Paris, membro da Academia de Inscrições e Boas Letras.

Em 1955, no *Vida e Obra* de Varnhagen trabalho publicado na *Revista do IHGB*, o principal biógrafo de Varnhagen, Clado Ribeiro Lessa reproduzindo apologeticamente as palavras de seu biografado na resposta que deu a M. d’Avezac dizendo que a *História Geral* começava no Brasil com a chegada de Cabral e não na Europa uma vez que o capítulo precedente sobre as idéias de Ramon Lull acerca das navegações era apenas uma introdução. Lessa relutava em admitir que as modificações fossem fruto das sugestões do geógrafo francês dizendo que Varnhagen já havia pensado em colocar os capítulos sobre os índios e sobre a natureza brasileira no início de sua obra como pode ser verificado na nota 44 da primeira edição, contudo foi uma opção que permitia ligar a história do Brasil à história do mundo.²⁵¹

²⁴⁹ ABREU, Capistrano. Op. Cit. 1975. p. 133.

²⁵⁰ MARTIUS, Karl Friedrich Phillipe von. Op. Cit. 1844. Tomo VI. p. 401.

²⁵¹ LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **Revista do IHGB**, 1955, vol. 226, p. 76. A nota a que nos referimos no texto é a seguinte: “A secção 7.”, bem como as três seguintes poderiam passar ao principio da obra sem prejudicar o arranjo total delia. Pareceu-nos porem que com o methodo que nesta edição, pelo menos, adoptamos, a ligamos melhor á historia da humanidade em geral, na qual a do nosso paiz ha-de um dia vir a figurar.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854, p. 446.

Em 1967, José Honório Rodrigues em seu trabalho *Varnhagen, mestre da História Geral* afirmava que a obra do visconde era pobre em periodização, pois adotava uma divisão cronológica e não temática, mas que “a única crítica, que à sua época recebeu, a de D’Avezac, foi logo aceita na 2ª edição”.²⁵²

Dos trabalhos recentes sobre as edições da *História Geral do Brasil* temos ainda o texto de Lucia Maria Paschoal Guimarães no livro *Introdução ao Brasil* em que a autora afirma o fato de Varnhagen ter recebido inúmeras críticas, sobretudo, no IHGB por iniciar sua obra com a viagem de Cabral reservando um lugar secundário para os indígenas. Ainda segundo a autora, foi diante dessas críticas que Varnhagen alterou a ordem dos dez primeiros capítulos na publicação da segunda edição de sua obra.²⁵³

A justificativa desses trabalhos à modificação na ordenação dos capítulos da *História Geral* é baseada na idéia de que Varnhagen teria cedido às críticas ao seu trabalho, em especial, as restrições de M. d’Avezac. É preciso, por essa razão, conhecer o trabalho de d’Avezac e o teor das críticas feitas por ele à obra de Varnhagen. Esse trabalho, intitulado *Considérations géographiques sur l’Histoire du Brésil* é dividido em três partes nas quais ele discute alguns temas tratados na *História Geral* além de discutir e apresentar documentos e bibliografias sobre vários assuntos referentes à história do Brasil. Nossa análise se restringe às três primeiras subdivisões da primeira parte intitulada *Analyse critique de la nouvelle Histoire du Brésil* que é subdividida em nove partes.

A primeira advertência que d’Avezac fazia a Varnhagen era que uma história nacional deveria principiar pela descrição do território, de sua natureza, para somente em seguida tratar do desbravamento e da ocupação do país. Abria, dessa forma, o seu texto enfatizando a relação entre a história e a geografia. Lamentava o geógrafo francês que, Varnhagen optara por iniciar a *História Geral* a Península Ibérica ao invés de enaltecer as qualidades da natureza brasileira.²⁵⁴ Varnhagen errara, portanto ao invés de enaltecer o tema de sua obra, ou seja, o Brasil para ofuscá-lo em detrimento das navegações portuguesas afastando-se do ponto de vista dos brasileiros. Contudo, as

²⁵² RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1967, p. 185.

²⁵³ GUIMARÃES, Lúcia M. P. Op. Cit. 2001. p. 79.

²⁵⁴ AVEZAC-MACAYA, Marie-Armand Pascoal d’Armand d’. **Considérations géographiques sur l’histoire du Brésil; examen critique d’une nouvelle histoire générale du Brésil récemment publiée en portugais à Madrid par M. François Adolphe de Varnhagen...Rapport fait à la Société de géographie de Paris (...)**. Paris: L. Martinet, 1857. p. 9-10.

restrições de d’Avezac não se restringiam apenas à adoção de um ponto de vista português de Varnhagen, mas também da falta de consciência historiográfica por parte dele quando não se lembrou de seguir o exemplo de Heródoto de tratar dos lugares onde ocorreram os acontecimentos de que ia tratar.²⁵⁵ Adotar esse procedimento era não apenas seguir um modelo consagrado como Heródoto o que representaria conhecimento sobre os modelos de escrita da história como também uma forma de atrair a atenção dos leitores para a riqueza dos cenários aonde desenrolariam os grandes acontecimentos da história nacional. Modelo, aliás, sugerido por Martius em seu trabalho *Como se deve escrever a história do Brasil* em que ele já alertava o quanto adotá-lo poderia atrair a atenção dos leitores para as coisas do Brasil.

O trabalho de d’Avezac, lido em sessão da Sociedade Geográfica de Paris e publicado em boletim da mesma sociedade, não tardaria em receber uma resposta. Em 1858 seria a vez de Varnhagen ler em sessão da mesma Sociedade da qual também era membro a sua réplica às restrições de d’Avezac. Intitulado *Examen de quelques points de l’histoire géographique du Brésil (...)*, ou analyse critique du rapport de M. d’Avezac sur la recente Histoire Générale du Brésil. Nele, Varnhagen abordou questões relativas à segunda viagem de Américo Vespúcio, o Tratado de Tordesilhas, as explorações espanholas no Brasil e outros temas, além de destacar que trataria ainda da questão do ponto de vista que um historiador nacional deveria adotar e sobre o início de sua *História Geral*, ambos os aspectos nos quais se basearam as críticas de d’Avezac.

Com relação à acusação de ter adotado um ponto de vista português em sua obra pelo fato de iniciá-la com as navegações Varnhagen se defende questionando o que o seu crítico entendia por ponto de vista brasileiro advertindo que “Meu crítico entende naturalmente por ‘ponto de vista propriamente brasileiro’ aquele em que deveria se situar um índio tupi puro sangue, devo deixar para ele toda a responsabilidade por tal consideração”.²⁵⁶ Na visão de Varnhagen, sendo a maior parte dos brasileiros herdeiros de Portugal, tendo adotado suas leis, símbolos, língua, instituições, e ele enquanto brasileiro também não poderia adotar ponto de vista diferente.

²⁵⁵ AVEZAC-MACAYA, Marie-Armand Pascoal d’Armand d’. Op. Cit. 1857, p. 8.

²⁵⁶ No original: “Mon critique entend naturellement par ‘point de vue proprement brésilien’ celui ou devrait se placer un Indien Tupi pur sang, et il faut que je lui laisse toute la responsabilité d’une telle appréciation”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Examen de quelques points de l’histoire géographique du Brésil (...), ou analyse critique du rapport de M. d’Avezac sur la recente Histoire Générale du Brésil**. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858 (Extrait du Bulletin de la Société de Géographie). p. 54.

Varnhagen retoma, então, suas idéias já expostas no texto que abre o segundo volume da primeira edição *Os índios perante a nacionalidade* para justificar as razões de ter iniciado a história do Brasil com os portugueses e não com indígenas. A acusação de d’Avezac é transformada em elogio para Varnhagen uma vez que para ele era preferível começar pela Europa a começar pelos negros ou índios já que a conclusão de seu estudo sobre o papel de cada uma das três raças na formação da nacionalidade brasileira mostrava que o elemento civilizador era o branco, tese confirmada para ele devido à predominância do europeu na população brasileira.

Assim, a crítica de d’Avezac à não adoção de um ponto de vista brasileiro na *História Geral* se transformava em elogio para Varnhagen porque para ele se tomar partido dos negros ou dos índios era adotar esse ponto de vista requerido pelo crítico francês era melhor não adotá-lo. Para Varnhagen, “assim considerada a questão, é o maior elogio que se pode fazer ao espírito patriótico que minha história respira, dizer que foi escrita mais na concepção dos colonos da Europa que na dos negros e dos índios”²⁵⁷.

Varnhagen não deixou, também, de se defender das críticas de d’Avezac no Brasil, em especial no Instituto onde antes mesmo que os membros da agremiação viessem a ter conhecimento do texto do francês, Varnhagen remeteu uma carta ao então secretário do IHGB Manuel de Araújo Porto Alegre. Na carta, ele informa ao secretário a acusação do geógrafo de que ele teria se colocado “no ponto de mira exclusivo e ciumento dos colonizadores”, estranhando inclusive o fato dele ter feito uma introdução falando das outras tentativas de viagens anteriores à de Cabral. Informa ainda que, não fez mais do que concordar com “o nomeado historiador dos Estados Unidos – Bancroft²⁵⁸ –, que começa o 1º capítulo de sua história bem americana com estas palavras: “A empreza de Colombo”²⁵⁹.

Advertia ainda que sua maior queixa é que o desejo de d’Avezac de Varnhagen começar a *História Geral* pela descrição do Brasil e de seus primeiros habitantes não

²⁵⁷ No original: “La question ainsi considérée, c’est le plus grand éloge qu’on puisse faire de l’esprit patriotique que respire mon histoire, que de dire qu’elle est écrite plus dans le sens des colons d’Europe que dans celui des nègres ou des Indiens (...)” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1858, p. 58.

²⁵⁸ George Bancroft (03 de outubro de 1800 - 17 de janeiro de 1891) foi um historiador americano e estadista. Entre suas mais conhecidas obras está a *História dos Estados Unidos, a partir da descoberta do continente americano*.

²⁵⁹VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961. p. 251.

era uma idéia do francês. Varnhagen se ressentia pelo fato de que d’Avezac não tivesse dito “ao seu leitor que eu antes que elle pensei nisso; e não o cumpri pelo motivo que disse na nota 44 do primeiro volume”.²⁶⁰

A nota 44 à qual Varnhagen se refere e que foi retomada mais tarde por seu principal biógrafo na metade do século XX Clado Lessa para reforçar os argumentos de Varnhagen contra d’Avezac diz que as seções de VII a X da *História Geral*, a que trata da descrição do Brasil e as que abordam a temática indígena, respectivamente, “*poderiam passar ao principio da obra sem prejudicar o arranjo total della*”. Contudo, Varnhagen justificava que “*com o methodo que nesta edição, pelo menos, adoptamos, a ligamos melhor a historia da humanidade em geral*”.²⁶¹

Curiosamente, vinte e três anos depois, quando publica a segunda edição da *História Geral*, Varnhagen elencaria as principais modificações de uma edição para a outra que entre apuração de fatos e descoberta de outros também abarcariam muitos “melhoramentos” feitos em “*quasi todas as secções*”, e na transferência “*(...) para o principio a secção respectiva á descripção do Brasil em geral, seguindo-se as respectivas aos Indios, as quaes, não só onde estavam causavam grande interrupção no fio da narração, como ficam desta forma constituindo melhor ponto de partida da obra toda.*”²⁶²

Fica então o questionamento, por que na segunda edição Varnhagen poderia colocar os indígenas no inicio da obra? Por que seria esse “o melhor ponto de partida? Não foi exatamente nesse ponto que ele divergia de M. d’Avezac? Varnhagen não defendia que a história do Brasil efetivamente começava com a viagem de Cabral e que reconhecê-lo era respeitar a memória dos ancestrais que trouxeram a civilização para o país?

Como destacado anteriormente, os comentadores da obra de Varnhagen tendem a justificar essa mudança se baseando nas críticas de d’Avezac que teriam sido aceitas por Varnhagen. Seriam as pressões externas tanto às restrições do geógrafo francês quanto a indiferença com que sua obra fora recebida no IHGB que teriam o forçado a promover tal mudança.

²⁶⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961. p. 251.

²⁶¹ Ibidem, p. 251.

²⁶² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. Tomo I. (1877). p. XIV-XVII.

Pensando com Koselleck que a história trata, direta ou indiretamente, de experiências próprias ou alheias e, que é possível supor que as formas de contar a história podem referir-se a modos de fazer, reconhecer ou modificar experiências. Tal modificação ou reconhecimento da experiência conduz na maior parte das vezes a uma mudança metodológica que obriga a história a ser reescrita.²⁶³ Uma mudança na experiência pessoal do autor poderia ser conduzida pelo aparecimento de novas fontes, pela eclosão de novos questionamentos ou de uma mudança na interpretação ou na leitura das fontes já utilizadas na primeira escrita.

No caso de Varnhagen a experiência marcante em sua vida intelectual que teve efeitos imediatos foi o silêncio com que sua obra foi recebida pelo Instituto. O não reconhecimento, as críticas e a indiferença por parte dos membros da agremiação diante da *História Geral* de Varnhagen frustraram suas expectativas em ser o “cronista-mor” da pátria. É o cenário claro de uma batalha em que o autor da *História Geral* foi o vencido.²⁶⁴ Há nesse momento uma questão importante a ser levantada em torno dessa frustração de Varnhagen porque é a partir dela que ele começa a corrigir e reescrever a sua história. Se Varnhagen efetivamente mudou a ordem dos capítulos devido às sugestões externas, o que significa essa mudança levando em conta a posição assumidamente anti-indianista dele? Por que Varnhagen não se incomodaria em dar aos indígenas na segunda edição da *História Geral* o lugar de protagonistas?

Um indicativo que responda a essas perguntas encontramos na correspondência ativa de Varnhagen. Em uma carta datada de outubro de 1875, Varnhagen informa ao imperador finalmente ter chegado “à resolução de um problema em que trabalho há mais de um quarto de século”, nesse trabalho ele iria provar “como os Tupis, invasores da América Oriental, eram descendentes de um povo do Mediterrâneo que, levando a própria língua, passou através do Atlântico a esse continente”.²⁶⁵ Tratava-se de seu trabalho que seria publicado nesse mesmo ano *L’origine touranienne des Américains Tupis-Caribes et des anciens égyptiens, montrée principalement par la philologie*

²⁶³ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. 2001, p. 50.

²⁶⁴ Temístocles Cezar levanta a questão sobre o fato de Varnhagen ter sido um vencido. Partindo da hipótese de Koselleck segundo a qual “a experiência que tiramos de uma derrota concentra um potencial de conhecimento que sobrevive àquilo que a ocasionou, em particular quando em razão de sua própria história o vencido é coagido a reescrever uma história geral” o autor sugere que, embora Varnhagen tenha escrito uma história dos vencedores, sua trajetória pessoal e intelectual parece a de um vencido. CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. *Topoi – Revista de História*, v.8, n. 15, 2007. p. 193.

²⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961, p. 441.

comparée; et notice d'une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les tupis no qual por meio da comparação da língua Tupi com diversos dialetos antigos Varnhagen chegou à conclusão da origem turania dos indígenas brasileiros. Eles seriam um cruzamento entre os Cários (...) que teriam em parte emigrado para a América Central, e povos indígenas, pertencentes à grande família mongólica”. Se em 1857, no segundo volume da primeira edição da *História Geral do Brasil* Varnhagen já afirmava que os indígenas não eram os primeiros habitantes do país, mas sim os últimos invasores o que ofuscava seu papel na nacionalidade brasileira, em 1877, quando publica a segunda edição da obra ele não afirma apenas, ele prova e mostra as provas de sua teoria confirmada depois de mais de vinte anos de estudos lingüísticos que o indígena do Brasil veio de outras regiões, tinham uma origem mediterrânea e que, portanto, não poderiam ser considerados os verdadeiros donos das terras do Brasil.

Assim, se por um lado Varnhagen tentava suprir às críticas ao tratamento que ele dava aos indígenas colocando-os no início de sua obra, por outro não significava uma adesão ao que ele chamava de “caboclisto” porque a todo momento nos capítulos referentes aos índios ele destacava a origem turania deles e sua ausência de direitos de terras e na nacionalidade brasileira. Resolvida a questão sobre como iniciar a história do Brasil restava ainda o problema do fim, de definir até onde o historiador nacional poderia ir, que eventos poderia relatar. É sobre essa questão que passaremos a tratar no item seguinte, enfocando como Varnhagen lidou com essa problemática quando publicou a segunda edição de sua obra.

2.3. O (não) lugar da história do presente na segunda edição da *História Geral do Brasil*

As vésperas de publicar o primeiro volume de sua *História Geral*, Varnhagen em carta ao imperador D. Pedro II se orgulhava em ser o último a se alistar entre os cronistas da Terra de Santa Cruz, tendo como missão escrever a história do Brasil.²⁶⁶ Ao se colocar como o cronista-mor da pátria, Varnhagen trazia a público a primeira história nacional escrita por um brasileiro²⁶⁷, tentando corresponder em parte às expectativas do

²⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961, p. 202.

²⁶⁷ Antes de Varnhagen a história do Brasil já havia sido escrita, um autor que ficou conhecido no Brasil por sua história foi o inglês Robert Southey. Como salienta Temístocles Cezar “A história feita no IHGB

IHGB que desde a sua fundação se empenhou no trabalho de reunião de documentos sobre a história do Brasil.²⁶⁸

A escrita da história, é verdade, não era a principal obrigação dos sócios do Instituto, era preciso antes reunir os documentos necessários para a execução dessa tarefa. Varnhagen foi um dos membros mais ativos nesse processo. Uma rápida verificada nas páginas da *Revista* do Instituto e será possível perceber a constância de suas colaborações. Com relação a sua *História Geral do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1854, ao contrário do que esperava Varnhagen não foi recebida da maneira como imaginava. O que houve por parte do IHGB foi um verdadeiro silêncio com relação a publicação de sua obra. Esse fato não deixaria de ser notado por ele em sua correspondência ao Imperador.²⁶⁹ Mas independentemente da posição do Instituto, Varnhagen tinha o apoio do monarca que o auxiliou financeiramente na publicação da obra.²⁷⁰

Como o próprio título indica a *História Geral do Brasil* de Varnhagen compreendia a história do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independência e do império. Varnhagen, seguindo, de certa forma as diretrizes formuladas nos quadros do IHGB com relação à escrita da história se propôs a

não foi sempre original; seus membros reconhecem a existência de produções que lhes antecedem, mas que precisam ser revisadas e corrigidas”. CEZAR, Temístocles. Op. Cit. 2004. p. 14.

²⁶⁸ Varnhagen cumpria assim com as exigências primeiras do IHGB, não a escrita da história, mas, a cópia, metodização e a publicação dos documentos como tarefa principal de seus sócios. Como se depreende do que foi escrito por Januário da Cunha Barbosa em sua dissertação. BARBOSA, Januário da Cunha. “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à Sociedade central no Rio de Janeiro”. **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 141. José Honório Rodrigues destaca o fato de os fundadores do Instituto colocarem a publicação como tarefa posterior à correção dos documentos, era necessário que os mesmos passassem primeiro por um processo de crítica para então serem publicados na Revista do Instituto. Eles sabiam, afirma Rodrigues, “o que se devia entender e fazer em matéria de história”. RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1978, p. 37.

²⁶⁹ Em carta datada de 24 de setembro de 1856, Varnhagen diz que havia retardado a impressão do 2º volume da História Geral devido ao “(...) esmorecimento, em vista de tanta indiferença official; principalmente de parte do Instituto; que nem sequer accusou a recepção do meu officio àcerca do 1º volume, nem da offerta que lhe fiz de um exemplar; (...)”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961. p. 235.

²⁷⁰ Em carta de 2 de dezembro de 1852 ao Imperador, Varnhagen fala dos custos da obra e de como contava com a ajuda financeira do monarca brasileiro, “Não sei se terei dinheiro para realizar (...) uma edição digna do século em que vivemos. Entretanto para uma empreza destas eu não devo deixar de contar, em caso de necessidade, com a protecção do governo e em todo caso conto, e creio que conto bem com a Munificencia de V. M. I.”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961. p. 197. Como salienta Lúcia Guimarães nem mesmo o apadrinhamento do monarca foi suficiente para que a obra de Varnhagen recebesse a indicação de representante das idéias do IHGB. Ainda segunda a autora, uma das razões para isso seria a opinião de Varnhagen sobre a religiosidade e a organização social dos primeiros indígenas brasileiros. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. 1995. p. 560.

tratar de todas as épocas da história do Brasil,²⁷¹ inclusive a história do tempo presente, que na primeira edição da *História Geral* compreendia o período da Revolução Constitucional até a proclamação de D. Pedro como imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil.

Escreveu na primeira edição da *História Geral* três capítulos que tratam especificamente sobre o período considerado recente e, que mais tarde viriam a compor a sua *História da Independência*.²⁷² Como afirma José Honório Rodrigues, Varnhagen não fez questão de anunciar na primeira edição a publicação da *História da Independência* porque ela já estava contida nessa obra, ela fazia parte da *História Geral*.²⁷³ Na publicação da segunda edição, contudo, Varnhagen retira os capítulos referentes a esse período e anuncia a publicação da *História da Independência*, pois segundo ele esta merecia uma história especial, sendo a continuação da *História Geral*.²⁷⁴ Com essa supressão, ainda segundo José Honório Rodrigues, o título da *História Geral* do Brasil de Varnhagen teria perdido o sentido, pois agora se tratava de uma história do período colonial.²⁷⁵

Publicações como os últimos capítulos da história escrita por Varnhagen, ou seja, a respeito da história do período recente não eram incentivadas no IHGB, pois haveria muitos riscos que esse tipo de história traria, o autor que pretendesse escrevê-la deveria estar ciente das paixões, simpatias, antipatias e partidarismos aos quais estaria sujeito e que afetariam a sua escrita. O historiador deveria se limitar ao “registro dos

²⁷¹ No trabalho de Raymundo José da Cunha Mattos, publicada na revista do Instituto em 1863 ele divide a história do Brasil em três épocas, a primeira trataria dos aborígenes ou autóctones, a segunda compreenderia o descobrimento e a administração colonial portuguesa, a terceira começaria com “o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente”. Além da divisão das épocas Cunha Mattos ressalta que poderiam ocorrer divergências com relação à primeira e a terceira época, e que “cada um teria razões para marcar eras diversas”. A memória lida pelo autor 25 anos antes, na sessão de 15 de dezembro de 1838, intitulava-se “Quais são as verdadeiras épocas da história do Brasil?”. MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 26, 1863. p. 129.

²⁷² É possível ter uma idéia do conteúdo a partir de seus títulos. “Secção LV. Revolução constitucional. Vae-se elrei para Portugal..”, “Secção LVI. Regência de D. Pedro em harmonia com as cortes”, “Secção LVII. D. Pedro contra as cortes. E' proclamado imperador”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857. p. 394-444.

²⁷³ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1967. Tomo 275, p.182.

²⁷⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. Tomo I, (1877). p. 1199.

²⁷⁵ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1967. tomo 275, p.182.

factos sem deixar escapar palavras de uma dissimulada apreciação".²⁷⁶ O que não significava, por outro lado, uma restrição a esse tipo de produção, era necessário, contudo, que o autor procedesse à crítica das fontes e tivesse a devida imparcialidade. Tais pressupostos podem ser vistos nos pareceres a algumas obras de autores que se dedicaram a escrever sobre a história do tempo presente no Império. Um trabalho que foi bem recebido pelo Instituto que se referia à história recente é a *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840* de Gonçalves de Magalhães, que foi premiada pelo Instituto. No parecer à monografia escrita por Magalhães é atestado que o autor "revestiu-se da gravidade requerida", além disso, ele ainda reunia, segundo os pareceristas, as qualidades do "*philosopho, do juiz recto, do pintor, e do architecto habil*".²⁷⁷ Anos mais tarde, em 1863, outro sócio, Felizardo Pinheiro de Campos, submete o trabalho intitulado *Fastos do Feliz e Glorioso Reinado do Sr. Dom Pedro II* à análise da Comissão do Instituto, sendo que esta não recomenda a sua publicação, com a justificativa de que "a geração que vive tem a historia do Imperador diante de seus olhos"²⁷⁸ e a narração dos acontecimentos cotidianos cabia à imprensa fazer. Ainda sobre a posição do Instituto com relação a esse tipo de produção historiográfica, em 1850, um de seus membros, Francisco Freire Allemão sugere a criação do que ele denominou *arca do sigilo* onde deveriam ficar guardados os documentos e obras que, apesar de sua qualidade não poderiam ser publicadas naquele momento pois poderiam causar "*além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações e comprometter[iam] não só a paz interna, como a externa*".²⁷⁹

Quando, em 1854, Varnhagen oferece ao Instituto o primeiro volume de sua *História Geral do Brasil* o silêncio com que a obra é recebida também se estende ao posicionamento de Varnhagen com relação a escrita do período recente. Nem por isso, deixariam de ter um efeito importante no decorrer de sua produção historiográfica,

²⁷⁶ Ata da sessão de 8 de maio de 1863. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1863, tomo XXVI, p. 855-858.

²⁷⁷ Ata da sessão de 2 de setembro de 1847. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1847, tomo IX, p. 425 e p. 440.

²⁷⁸ Ata da sessão de 8 de maio de 1863. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1863, tomo XXVI, p. 859.

²⁷⁹ Ata da sessão de 16 de fevereiro de 1850. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1850, tomo XIII, p. 133. é a dupla função do *lugar social* de onde fala o historiador. Como salienta Michel de Certeau o *lugar* tem a função de permitir e, ao mesmo tempo, de proibir determinados tipos de produção dentro de sua instituição. Ela "*torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado*". Grifos do autor. CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 2002. p. 77.

pensando Varnhagen inclusive em não publicar o segundo volume até que o Instituto se pronunciasse formalmente a respeito de sua obra.²⁸⁰

Em meio a tantas polêmicas, em 1857 era publicado o segundo volume da *História Geral* de Varnhagen, compreendendo o período que se findava com a proclamação de D. Pedro I. Ao verificarmos o que Varnhagen escrevera sobre os primeiros tempos do século XIX, é possível perceber uma certa consciência por parte dele quanto à escrita do presente. Já na seção dedicada à Revolução Pernambucana, a qual Varnhagen foi veementemente contra, ele indica que embora se tratasse de um assunto que envolva ainda pessoas vivas não poderia ser deixado de lado na *História Geral*.²⁸¹ Para discorrer sobre ele, contudo, era necessário recorrer à fria crítica e aos documentos disponíveis. Mesmo procedendo assim, Varnhagen sabia que suas opiniões poderiam incomodar os simpatizantes da causa da revolução de 1817.²⁸² Quanto a isso ele afirma na *História Geral*:

(...) havemos sempre dizer a verdade, segundo nol-a dictar a consciência; e embora isso nos possa custar alguns dissabores, nunca serão elles tão grandes como seriam os do espirito, capitulando covardemente, contra as próprias convicções. — Vão decorridos ja quarenta annos depois desta insurreição, e os sucessos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mytho heróico de patriotismo, não braziieiro, mas provincial, sem fundamento algum. A verdade é só uma, e ha de triunfar, em vista dos documentos que vão aparecendo e dos protestos dos homens comprometidos, mais probos e illustrados; e mais prudente é não elevar tantos altares, para depois se derrubarem e profanarem. A missão do historiador não é lisongear, nem adular a ninguém, e menos aos vivos no paiz, ou antes neste a meia dúzia de gritadores apaixonados e parciaes. «Antes quero desagradar publicando a verdade, dizia Tucídides, que

²⁸⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1961. p. 236.

²⁸¹ Reforçando seu caráter monarquista, Varnhagen condenou a Revolução de 1817 principalmente pelo fato dos revoltosos terem um projeto de independência diferente do que foi arquitetado pelos líderes do movimento de 1822. Quanto ao fracasso do movimento assim se exprimia Varnhagen: “Assim ainda desta vez (e nao foi a ultima) o braço da Providencia, bem que á custa de lamentáveis victimas e sacrificios, amparou o Brazil, provendo em favor da sua integridade”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 392.

²⁸² Falar da Revolução Pernambucana no Instituto, como salientado por Lucia Guimarães, provocava certas inquietudes devido ao seu significado político e a distância entre o projeto de separação dos revoltosos pernambucanos e aquele proposto pelos líderes do processo de Independência de 1822. Um exemplo oferecido pela autora é a oferta de manuscrito sobre o movimento que, passado pela Comissão de História do IHGB foi decidido pelo seu arquivamento. Ainda segundo a autora, entre os motivos para a decisão de arquivar o documento pela Comissão de História estava o fato de dois membros do Instituto terem participado do movimento de repressão aos revoltosos de Pernambuco, o sócio efetivo general Francisco Soares de Andréa e um dos fundadores do IHGB, o marechal Raymundo da Cunha Mattos. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. 1995, p. 518.

ser aplaudido faltando a ella.» — «Não temas jamais de revelar as tuas opiniões, apesar das dos outros, » dizia o oráculo de Delfos ao orador romano. O historiador que esquadrinha os factos, e que depois de os combinar e meditar sobre elles, os ajuiza com boa critica e narra sem temor, nem prevenção, não faz mais do que rebelar ao vulgo verdades que elle naturalmente acabaria por avaliar do mesmo modo, sem os esforços do historiador, dentro de um ou dois séculos.²⁸³ (Grifos meus).

É possível destacar alguns pontos interessantes na fala de Varnhagen. O primeiro que salta aos olhos é o fato dele afirmar que uma narração não comprometida com a verdade histórica acabaria por transformar em mito heróico ações que não o eram. Nesse caso, a escrita da história desse período se justificaria desde que fosse feita por alguém comprometido com a verdade e, mais do que isso, que recorresse aos documentos que iam sendo publicados sobre o assunto sem adular uns ou outros, era o postulado da imparcialidade erigido por Varnhagen inúmeras vezes em seu texto como o principal dote do historiador.²⁸⁴ Ainda no enxerto acima, Varnhagen justifica suas opiniões apoiando-se na idéia de que o que ele fazia não era mais do que revelar o que a posteridade revelaria. Mais cedo ou mais tarde a verdade dos fatos apareceria, no entanto, o que ele sugere é que enquanto o historiador – ele neste caso – tinha condições de revelá-la prontamente, o vulgo só seria capaz de percebê-la “dentro de um ou dois séculos”.²⁸⁵

O limite para escrever a história do presente para Varnhagen, no entanto, era bem preciso, ele só poderia ir até o período da proclamação da Independência. Não poderia ainda escrever a “*historia geral dos primeiros annos do imperio*”, uma das razões é que os cuidados que se “*se devem aos vivos pediriam uma redacção que não ataria bem com a imparcialidade que guardamos pelo passado*” e, os documentos para essa história ainda estavam sendo publicados aos poucos.²⁸⁶ Quando ao primeiro ponto é entrevistado que Varnhagen acreditava que quanto mais distante no tempo estivessem os fatos que narrava mais fácil seria estudá-los com imparcialidade. Essa perspectiva

²⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 374-375. (Os grifos são nossos).

²⁸⁴ A esse respeito assim se exprimia Varnhagen no prefácio ao primeiro volume de sua história: “Pare de ler quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria imparcialidade no exame da verdade. Pela nossa parte em attingir esta, até onde a podemos apurar pelos documentos conhecidos hoje, puzemos todo o desvelo: convencidos de que ella, e só ella, pode offerecer harmonia eterna entre os factos; ao passo que a falsidade, mais dia, menos dia, é punida pela contradição que o tempo não tarda a manifestar.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1854. p. 11.

²⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 375.

²⁸⁶ Ibidem, p. 442.

corresponde às mudanças porque passou a história em fins do século XVIII.²⁸⁷ A consolidação do conceito moderno, reflexivo de história, a história em si e para si tornou cada vez menos digna uma “história do presente” e o valor da testemunha ocular.²⁸⁸ Ganhou força a crença de que quanto maior o distanciamento entre o objeto da história e seu pesquisador, maiores seriam as chances de apreensão do conhecimento. Dentro dessa *operação historiográfica*, o presente deveria ser mantido fora do alcance da historiografia. O *lugar* de onde se narrava deveria ser um *não-dito*, jamais explicitado em uma história científica.²⁸⁹

No *Appendice* ao segundo volume da primeira edição da *História Geral*, Varnhagen não parece, interditar esse tipo de produção historiográfica, a sua justificativa para não escrevê-la pautava-se mais sobre a escassez de fontes, principalmente as correspondências entre os políticos do império, do que pela impossibilidade de ser imparcial. Por esse motivo ele já anunciava que não se eximia da tarefa, pelo contrário, passaria a estudar a história recente “*colligindo novos materiaes para ella*” e também produzindo materiais para sua história “*escrevendo algumas biographias de individuos fallecidos e cuja vida nem apresente pontos melindrosos, nem careça de todo de futuros esclarecimentos*”.²⁹⁰ Além da promessa de futuramente escrever uma história do tempo presente, Varnhagen anunciava também o desejo em escrever uma *Crônica de D. Pedro I*, para a qual já estava reunindo documentos. Um fator que segundo Varnhagen facilitaria essa escrita era o fato do imperador “*quasi sem interrupção governado como príncipe e como imperador, como rei e até como regente*

²⁸⁷ Segundo Koselleck, “a idéia de que quanto mais o tempo avança mais compreensível se torna o passado é um produto da filosofia do progresso pré-revolucionária. Essa filosofia descobriu uma certa qualidade temporal na história que se esforçava por ver ontem como fundamentalmente diferente do hoje, o qual, por sua vez, seria fundamentalmente diferente do amanhã. O princípio de uma possível repetição dos eventos foi abandonado”. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 174-175. Foi essa constatação que em parte contribuiu para a transformação do conceito de história em finais do século XVIII em coletivo singular indicando o seu caráter reflexivo, pois uma vez que se admite a singularidade e unicidade da história, o passado difere tanto do presente quanto do futuro, o que colocou em xeque a aplicabilidade do topos *historia magistra vitae*. Sobre essa dissolução ver em especial o capítulo 2: “*Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*”. KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. 2006. p. 41-60.

²⁸⁸ “O registro de um ‘história do tempo presente’ [*Zeitgeschichte*] foi perdendo pouco a pouco sua dignidade. Plank foi um dos primeiros a observar que as chances de se atingir o conhecimento da história não diminuam, ao contrário, aumentavam, à medida que aumentava também a distância temporal. Com isso, a testemunha ocular foi derrubada de sua posição privilegiada (...) o passado deixou de ser mantido na memória pela tradição escrita ou oral, passando a ser reconstruído pelo procedimento crítico”. *Ibidem*, p. 174.

²⁸⁹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 56-70.

²⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 442.

(*de Portugal*)”, essa circunstancia permitiria ao historiador “ser tanto quanto necessita verdadeiro e franco”.²⁹¹

Vinte anos depois de escrever essas palavras Varnhagen publicaria a segunda edição da *História Geral do Brasil*, agora sinalizando já no título que a obra compreendia o período anterior à independência política. Na nova edição foram retirados os três últimos capítulos do segundo volume da *História Geral* em sua primeira edição, tendo agora a sua história um novo final. O último capítulo da nova edição é intitulado “*Escretores, viajantes e imprensa periodica do reinado.*” E se encerra com o anúncio da *História da Independência* como pode ser visto pelo sumário do segundo volume da primeira, o da segunda edição e o sumário da *História da Independência* que indicamos a seguir respectivamente.

Sumário do segundo volume da 1ª edição da História Geral do Brasil – 1857.

²⁹¹ Ibidem, p. 442.

f

INDICE.

acerca do melhoramento da capital, 322.— Rotulas de urupema. Morro do Castello, 323.— Outras povoações. Bahia e seus desmoronamentos, 324.

LI. Politica exterior. Negociações, tratados, conquistas, etc. 325

Tomada da Cayena. Pretensões da princeza Carlota, 326.— Resultados. Linniers e Ello. Tropas auxiliares a este, 327.— Retiram-se ellas á Fronteira. Tratados de 1810, 328.— Suas raras estipulações. Congresso de Vienna, 329.— Convenções additionaes. Restituição da Cayena, 330.— Meritoria administração de J. Severianno (M. de Queluz), 331.— E' confirmada por um escriptor colono, 332.— O Brazil declarado reino. Voluntarios reaes e Lecor, 333.— Divisão de Curado. Acções parciaes. Chronista dellas, 334.— Batalhas de India-muerta e Catalão. Resultado, 335.— Detenção de Curado. Defesa do passo do Rosario, 336.— Victoria de Taquarembó. Resultados, 337.— Expedição de Abisbal. Limites com Montevideo, 338.— Colonisação suissa. Opiniões do Correio Braziliense, 339.— Reflexões acerca da colonisação do Sr. Vergueiro e do autor. João VI aclamado rei. Coroação. Medalha, 340.

LII. Escriptores, viajantes e imprensa periodica do reinado. 341

Moraes e seu dictionario da lingua portugueza, 352.— Ayres do Casal e a sua Corographia brazilica, 343.— Southey e a sua Historia do Brazil, 344.— Principe Maximiliano. Spix e Martius, 345.— Suas obras. São-Carlos. Caldas. Janeiro e outros, 346.— Saint Hilaire. Eschwege. Varnhagen. Feldner, 347.— P. L. Gonçalves, monsenhor Pizarro e Balthasar Lisboa, 348.— Gayoso e Paula Ribeiro, e outros viajantes, 349.— Schüch. F. Denis. Imprensa periodica, 350.— Correio Braziliense e Investigador em Londres, 351.— Serviços reaes prestados pelo Correio Braziliense, 352.— Liberdade da imprensa para o Brazil, 353.— Proposta de uma capital no interior, 354.— Inconvenientes do Rio para capital, 355.— Serviços de Hypolito comparados aos de Franklin, 356.

LIII. Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projectos d'elrei. 357

Satisfações do autor ao tratar do assumpto, 358.— Historia do morro Biraçoiava ou Araçoiaba, 359.— Ordens para a vinda de mineiros, 360.— Instruções do conde de Linhares a Varnhagen, 361.— Descrição do morro de ferro de Araçoiaba, 362.— Plano de Varnhagen para o estabelecimento, 363.— Ordens para a criação do novo estabelecimento, 364.— Junta administrativa: discussões e desintelligencias, 365.— Vai o tenente general Napion inspecionar as obras, 366.— Directoria de Varnhagen. Resultados logo favoraveis, 367.— Novos trabalhos. Intrigas desfeitas, 368.— Perseverança. Protecção d'elrei. Exito completo, 369.— Cruzes monumentaes. Modestia e justicia, 370.— Recompensas honorificas. Dimissão, 371.— Idade do ferro. Artefactos. Coroa real. Conclusão, 372.

LIV. Revolução pernambucana em 1817. Rodeador. . . 373

Não projectada. Desaprovada por muitos, 374.— Convicções do autor. Estado próspero da provincia, 375.— Elogio do capitão general. Causas de agitação. Rivalidades, 376.— Franqueza de Martins. Conselho. Prisões, 377.— Resistencia e attentado de Barros Lima. Insurreição, 378.— Debilidade do governador. Capitulação vergonhosa, 379.— Governo provisorio. Conselheiros. Proclamação, 380.— Providencias erradas. Tratamento de vós. Mendonça, 381.— *Preciso*. Symptomas tristes. Character de Martins, 382.— Character do P. João Ribeiro. Laços, armas reaes, etc., 383.— Emissarios aos E. Unidos e Londres. Censura do Corr. Braz., 384.— A intervenção estrangeira sempre nociva, 385.— Parahiba. Alagoas e Rio Grande. Os padres Ribeiro e Alencar, 386.— Bloqueio de Pernambuco. Tropas por terra, 387.— Combate. Prisão do Martins. Negociações burladas, 388.— Ameaças de Domingos Jorge. Sua retirada, 389.— Escondem-se os chefes. Considerações. Scenas tristes, 390.— Suspensão das execuções. Alçada cruel. Perdão, 391.— A Providencia protegendo a integridade do Brazil, 392.— Romantico successo do Rodeador ao sul de Pernambuco, 393.

Figura 3. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

INDICE.

9

LV. Revolução constitucional. Vae-se elrei para Portugal.. 394

Revoluções no Pará e Bahia. Chegam ao Rio as noticias, 395.— Carta da junta provisória da Bahia, 396.— Prosegue a dita carta, 397.— Ainda a carta da junta da Bahia, 398.— Thomaz Antonio. Palmella. Seus conselhos, 399.— Primeira resolução d'elrei. Decreto, 400.— Oppõem-se à regia resolução as tropas portuguezas, 401.— E' decretada a constituição futura de Portugal, 402.— A constituição é proclamada nas provincias, 403.— Questão do regresso da côrte. Opinião do Corr. Braz., 404.— Combate os direitos de Portugal para ter a côrte, 405.— Vantagens de proseguir o Sr. D. João no Brazil, 406.— Insistencia do Corr. Braz. em suas opiniões, 407.— Oppõe-se ao regresso por ser então inoportuno, 408.— Correio Braziliense era liberal, 409.— Oppõem-se a reunião dos eleitores a que parta elrei, 410.— E' dissolvida. Partida d'elrei. Eleições, 411.

LVI. Regencia de D. Pedro em harmonia com as cortes. . 412

Banco do Rio. Jura das bazas. Conde dos Arcos. Reverbero, 413.— Provincia cisplatina. Pernambuco. Luiz do Rego, 414.— Junta da Goyana. Questões. Rasgo de Moraes Silva, 415.— Paz de Biberibe. Providencias das Córtes, 416.— Sua cegueira e injustiça. Novas providencias, 417.— O principe é chamado á Europa para viajar, 418.— Conciliabulos de resistencia. Representação de S. Paulo, 419.— Segue a representação de S. Paulo, 420.— Conclue. Foi acompanhada de outras, 421.— Dita do Rio, apresentada por José Clemente, 422.— Discurso de José Clemente, 423.— Continuação do mesmo discurso, 424.— Segue o discurso de José Clemente, 425.— Conclue. Resolução do Fico. Reflexões, 426.— Em defesa do Principe. A Providencia, 427.

LVII. D. Pedro contra as cortes. E' proclamado imperador. 428

Novo ministerio. Novos decretos. Expedição de Portugal, 429.— Vae o principe a Minas. Volta. Palavras do Reverbero, 430.— Titulo de Defensor perpetuo. Pedidos de uma assemblea, 431.— Convoca-se. Discurso de Lucas José Obes, 432.— Cartas do principe. Obedece-lhe Pernambuco, 433.— A Bahia manifesta-se pelo Rio. Desordens, 434.— O brigadeiro Madeira resiste. Novos ministros, 435.— Tropas que viessem da Europa declaradas inimigas, 436.— Manifesto de 6 d'agosto. O principe vae a S. Paulo, 437.— 7 DE SETEMBRO. Nova era. Grito do Ipiranga, 438.— Considerações. Regresso do principe, 439.— Armas, tope e bandeira. Padroado, leis e constituição, 440.— Acclamação. Hymno. Coroação. Ordem do cruzeiro, 441.— Appendice, 442 e 443.

LXIII. Auxilios chronologicos para verificar as datas e os factos. 444

Quadro das paschoas e calendarios desde 1500 a 1822, 445.— Summos pontifices, 446.— Reis e principes do Brazil, 447.— Chefes da administração, 448.— Bahia, 449.— Pernambuco, 451.— Parahiba, 452.— Segue a Parahiba, 453.— Rio Grande do Norte, 454.— Ceará, 455.— Maranhão, 456.— Pará, 457.— Piauby, 458.— S. Paulo, 459.— Minas geraes e Santa Catharina, 460.— Rio grande do Sul, Goyaz e Matto Grosso, 461.— S. José do Rio Negro. Espirito Santo. Bispos da Bahia, 462.— Bispos do Rio, de S. Paulo e de Minas, 463.— Bispos de Pernambuco, do Maranhão e do Pará, 464.

Notas. 465

As principaes notas são. 1.^a Sepultura de Salvador Correa. 4.^a Defesa do autor contra uma aggressão injusta. 6.^a Marañon. 7.^a Chefes dos Palmares pró e contra 10. Como os nomes de Vicente Pinzon e Oyapoc se associaram ao mesmo rio. Correção, ao texto impresso de Gabriel Soares a tal respeito. 11 Instrucções secretas a Osuna em Utrecht. 12 Asiento de Negros. 19 A Inquisição e seus arbitrios. 23 Educação primaria religiosa. 25 Vicioso americanismo. 26 Notas á Respuesta impressa de Grimaldi. 34 Indice dos melhores mappas das nossas fronteiras. 37 Sobre o codigo filippico. 42 Propostas de reforma na justiça por um dezembargador da Bahia. 46 Meritos que deveria ter o introductor ao Brazil dos fornos altos para fabrico do ferro, pelo illustre mineralogista brasileiro Vieira Couto em 1799. 48 Palavras de Gervasio Pires Ferreira sobre a revolução de 1817. 49 Monumento votado pelo Rio ao senhor dom João VI. 50 Nota acerca do monumento do Ipiranga.

Figura 3. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de

Francisco Adolfo de Varnhagen.

XLVIII. — REGÊNCIA DO PRÍNCIPE D. JOÃO EM LISBOA	1038
O príncipe D. João toma a si o governo. Seus precedentes. Revolução franceza. Sua origem. Rousseau. Voltaire. Montesquieu. Os encyclopedistas. Consequências. Portugal entra na coalisão contra a França. Envia tropas ao Roussillon. Não ratifica o tratado de pazes de 1797. Grandes prejuizos. D. Rodrigo de Souza Coutinho. Seus serviços ao Brazil e a Brasileiros. Typographia do Arco do Cego e suas publicações. F. Velloso e seus sócios no trabalho: Antônio Carlos, Fernandes Pinheiro, Nogueira da Gama e Vieira de Carvalho. José Bonifácio e Câmara. Arruda, Bettencourt, Vieira Couto e Balthasar Lisboa. Silva Lisboa (Cayrú). Bispo Azeredo. Hypolito. O Ideiador. Poetas: Silva Alvarenga, Tenreiro Aranha. Villela e Souza Caldas. Joaquim José Lisboa. Legislação sobre mattas, portos e arsenaes. Paquetes. Baléas. Sal. Effeitos das ideas da revolução franceza no Brazil. No Rio e na Bahia. Motim na ilha de Fernando. Marcha natural da revolução franceza. Seu retrocesso. O primeiro cônsul. Seus projectos contra Portugal. Guerra de 1801. Seus effeitos no Brazil. Conquista do Jaguarão e das Missões. Defesa brilhante do forte de Coimbra. Combate heróico da Andorinha. Tratado de Badajoz. Descontenta a Buonaparte. Novo tratado em Madrid. Preliminares de paz em Londres. Tratado de Amiens. Convenção Lannes. Conspiração descoberta em Lisboa (1805). Decide-se Napoleão á conquista de Portugal. Presta-se a ella a Hespanha. Resolve-se primeiro em Lisboa salvar o joven príncipe no Brazil. Proclamação aos Brasileiros. Os successos se precipitam, e decide-se a emigração de toda a corte e governo. Soffrimentos e heroicidades em Portugal. Nova era para o Brazil, pela ruptura completa dos grilhões coloniaes.	
XLIX. — CONTINUAÇÃO. O BRAZIL, E SUAS CAPITANIAS DURANTE A REGÊNCIA EM LISBOA	1064
Situação do Brazil. Suas rendas, produções, etc. Vaccina. Agricultura e commercio. Seus vexames. Protecções governativas. Recrutamento. A mulher. Civilisação d'Índios. Artistas. Pintura, Escultura, Musica. O Rio Negro. Pará. Explorações de alguns rios da Capitania. O Maranhão. Piauihy e o Ceará. Rio Grande e Parahiba. Pernambuco e o bispo Azeredo. Alagoas e Sergipe. Bahia. Rio e Capitánias do Sertão. Rio Grande do Sul. Capitania general de S. Pedro. Porto-Alegre.	
L. — CHEGADA DO PRÍNCIPE AO BRAZIL. SUA ADMINISTRAÇÃO	1081
Ambada á Bahia. Franqueo dos portos. Chegada ao Rio. Futuro império. O palácio. Os ministros. Copiam de Portugal. Novas instituições. Tribunaes. Banco. Relações. Novas Capitánias Geraes. Comarcas. Legislação acerca dos índios bravos. Melhoramentos da capital. Ditos na Bahia. O Conde dos Arcos. Sociedade litteraria.	
LI. — POLÍTICA EXTERIOR. NEGOCIAÇÕES, TRATADOS, CONQUISTAS, ETC.	1095
Tomada da Cayena. Pretensões no sul. Ditas da princeza Carlota. Sem effeito. Novos acontecimentos. Exercito pacificador. Armistício com Buenos Ayres. Tratados de 1810. Suas raras estipulações. Congresso de Vienna. Convenções additionaes. Restituição da Cayena. Meritoria administração de J. Severianno (M de Queluz). E' confirmada por um escriptor colono. O Brazil declarado reino. Invasões das fronteiras pelos Orientaes. Resolução de intervir. E' animada pelo argentino signatário do armistício de 1812. Voluntários reaes e Lecor. Divisão de Curado. Acções parciaes. Chronista dellas. Batalhas de India-muerta e Catalão. Resultado. Detenção de Curado. Defesa do passo do Rosário. Victoria de Taquaiembó. Resultados. Expedição de Abisbal. Limites com Montevideo. Colonisação suissa. Opiniões do Correio Braziliense. Reflexões acerca da colonisação do Sen. Vergueiro e do autor. João VI acclamado rei. Coroação. Medalha. Casamento do príncipe real. Naturalistas que acompanharam a archiducueza Leopoldina.	

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen.

LII. — REVOLUÇÃO FERNAMBUCANA EM 1817. RODEADOR. ETC. 1115

Não projectada. Desapproveda por muitos. Convicções do autor. Estado da provincia. Causas de agitação, Rivalidades. Martins. Conselho. Prisões. Resistência e attentado de Barros Lima. Insurreição. Debilidade do governador. Capitulação vergonhosa. Governo provisório. Conselheiros. Proclamação. Providencias erradas. Tratamento de vós. Mendonça. *Preciso*. Symptomas tristes. Character de Martins e do P. João Ribeiro. Laços, armas reaes. Emissários aos E. Unidos e Londres. Censura do Corr. Braz. A intervenção estrangeira sempre nociva. Parahiba. Alagoas e Rio Grande. Os padres Ribeiro e Alencar. Bloqueio de Pernambuco. Tropas por terra. Combate. Prisão do Martins. Negociações burladas. Arnezas de Domingos Jorge. Sua retirada. Escondem-se os chefes. Considerações. Scenas tristes. Suspensão das execuções. Alçada cruel. Perdão. A Providencia protegendo a integridade do Brazil. O Rodeador. Novas capitánias geraes. Rio Grande do Norte. Alagoas. Sergipe. A conspiração contemporânea abortada em Portugal, pelo supplicio de Gomes Freire e outros, vem a realizar-se no Porto em 1820.

LIII. - MINAS DE FERRO. PRIMEIRAS FUNDIÇÕES EM PONTO GRANDE 1153
Satisfações do autor ao tratar do assumpto. Historia do momo Biraçoiava ou Araçoiaba. Fr. Pedro de Souza. Martin Garcia Lombria. Domingos Ferreira Pereira e outros. João Manso. Martin Francisco. Novos impulsos pelo conde de Linhares. Ordens para a vinda de mineiros. Instrucções do conde de Linhares a Varnhagen. Descripção do momo de ferro de Araçoiaba. Plano de Varnhagen para o estabelecimento. Ordens para a criação do novo estabelecimento. Junta administrativa: discussões e desinteiligencias. Vai o tenente general Napion inspeccionar as obras. Directoria de Varnhagen. Resultados logo favoráveis. Novos trabalhos. Intrigas desfeitas. Perseverança. Protecção d'elrei. Êxito completo. Cruzes monumentaes. Modéstia e justiça. Recompensas honorificas. Dimissão. Idade do ferro. Artefactos. Coroa real. Conclusão.

LIV. — ESCRIPTOSES, VIAJANTES E IMPRENSA PERIÓDICA DO REINADO

1174

Moraes e seu dictionario da lingua portugueza. Ayres do Casal e a sua Corographia brazileira. Southey e a sua Historia do Brazil. Príncipe Maximiliano. Spix e Martius. Suas obras. São-Carlos. Caldas. Januário e outros. Saint-Hilaire. Eschwege. Varnhagen. Feldner. P. L. Gonçalves, monsenhor Pizarro e Balthasar Lisboa. Gayoso, Paula Ribeiro, e outros viajantes. Schüch. F. Denis. Imprensa periódica. Correio Braziliense e Investigador em Londres. Serviços reaes prestados pelo Correio Braziliense. Liberdade da imprensa para o Brazil. Proposta de uma capital no interior. Inconvenientes do Rio para capital. Annuncio de uma *História da Independência*.

ANNEXO FINAL: AUXÍLIOS CHRONOLOGICOS

1201

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

Sumário da *História da Independência* – 1916

INDICE

DAS

Materias contidas no Tomo LXXIX.—Parte I

(HISTORIA DA INDEPENDENCIA DO BRASIL)

	Page.
Relatorio da Commissão Revisora	7
Prefacio.	25
Capitulo I—Desde a Revolução Constitucional até ao regresso de D. João VI para Lisboa.	31
Capitulo II—Reunião das Côrtes de Lisboa, suas primeiras resoluções até fins de 1821 e nomes dos Deputados do Brasil.	83
Capitulo III—As Côrtes de Lisboa depois da chegada dos principaes Deputados do Brasil, noticia dos principaes destes, e impressão nellas produzida pelos acontecimentos que se associaram ao «Fico».	95
Capitulo IV—Regencia de D. Pedro até á entrada de José Bonifacio no ministerio, depois do «Fico» e da partida de Avilez	106
Capitulo V—Desde a partida de Avilez até á profissão maçónica do Principe depois dos seus dous manifestos.	146
Capitulo VI—Jornada a S. Paulo e proclamação da Independencia	177
Capitulo VII—Planos forjados para fazer cair o ministerio e reintegração deste. Successos até á coroação no 1º de Dezembro	213
Capitulo VIII—Desde a aclamação no 1º de Dezembro até á reunião da Constituinte	231
Capitulo IX—A Constituinte e sua dissolução.	248
Capitulo X—Tractado do reconhecimento da Independencia, de 29 de Agosto de 1825.	321

Figura 5. Sumário da *História da Independência* (1ª edição, 1916) de Francisco Adolfo de Varnhagen publicada na Revista do IHGB, nº 89, 1916.

Sumário da *História da Independência* – 1916

598

INDICE

Provincias:	Pagas.
Bahia	353
Alagoas	393
Pernambuco	396
Parahyba	441
Rio Grande do Norte	441
Ceará	447
Maranhão	461
Pará	492
Notas da commissão:	
Prefacio	503
Documentos que acompanham a charta do dr. B. Franklin Ramiz Galvão	505
Capitulo I	515
Capitulo II	521
Capitulo III	525
Capitulo IV	533
Capitulo V	536
Capitulo VI	540
Capitulo VII	542
Capitulo VIII	544
Capitulo IX	550
Capitulo X	563
Bahia	560
Sergipe	577
Alagoas	578
Pernambuco	579
Parahyba	582
Rio Grande do Norte	583
Ceará	586
Maranhão	588
Pará	593
Errata	595

607 — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1917

Figura 5. Sumário da *História da Independência* (1ª edição, 1916) de Francisco Adolfo de Varnhagen publicada na Revista do IHGB, nº 89, 1916.

Ciente dessa responsabilidade Varnhagen afirma que “a *Historia deste grande acontecimento, começando de 1820, fará objecto de uma obra especial*”.²⁹² Esse seria um dos motivos para que ela fosse publicada separada da *História Geral*.

Na dedicatória ao imperador na segunda edição, Varnhagen diz que a *História Geral* era “*preâmbulo da gloriosa Historia da Independencia que não tardarei a publicar*.”²⁹³ Por razões que desconhecemos, a *História da Independência*, anunciada como finalizada já em 1874 de acordo com a correspondência de Varnhagen não chegou a ser publicada em vida, foi publicada pela primeira vez em 1916 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²⁹⁴

Ao que parece o (não) lugar para a história do presente na *História Geral* em 1877 se justifica por um lado, pelo desejo do autor em publicar uma história especial referente especificamente ao período da Independência, em assentar melhor os fatos, consultar novas fontes, principalmente as publicadas pela imprensa e as correspondências oficiais, por outro lado, é perceptível uma mudança no estatuto da própria *História Geral* que diz respeito também ao horizonte de expectativas da obra.²⁹⁵ Em sua primeira versão a *História Geral* pretendia corresponder aos anseios da elite dirigente e também dos membros do IHGB que desde a sua fundação se dispuseram a trabalhar na reunião de documentos que comporiam a história pátria. Varnhagen, portanto, na primeira edição pretendia dar conta de toda a história nacional,

²⁹²VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. Tomo II, (1877). p. 1199.

²⁹³ Ibidem, p. II.

²⁹⁴ A *História da Independência* de Varnhagen é uma obra póstuma que só foi publicada em 1916, meses depois de seus manuscritos terem sido encontrados no acervo do Visconde de Rio Branco e serem doados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para que este procedesse à revisão e posterior publicação. No entanto, existem indícios, em sua correspondência, que permitem afirmar que ela já estava pronta em 1875, embora sua primeira versão date de 1854-1857, quando o autor publicou a *História Geral do Brasil*, em dois tomos. Segundo José Honório Rodrigues, “a segunda obra é mais rica, mais ampla, mais substancial; mas a primeira, composta dos três últimos capítulos da *História Geral*, é uma síntese bem feita, que dava à obra seu caráter de *História Geral*”. RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1967. Tomo 275, p. 184. De acordo com Valdeci Lopes de Araújo, essa concepção de “*História contemporânea*” só perdeu a sua centralidade “quando a estabilidade política e o processo de consolidação do Estado permitiram uma “[...] despolitização do discurso histórico, transformando-o em ciência ‘imparcial’”. Nesse modelo, “[...] a história contemporânea estava fora de questão”. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica*. São Paulo: **Almanack Brasileiro**, 2008. p. 53. Sobre essa questão Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit. 1995, p. 513.

²⁹⁵ Segundo Valdeci Araújo, “[...] novas expectativas exigiam também novos talentos do “historiador”, que já não poderia ser apenas o panegirista ou o cronista seco que se limitava ao relatório dos “sucessos” contemporâneos. [...] sobrecarregado de novas exigências, o “historiador” vê-se ameaçado de julgamento. A qualidade de sua obra está em jogo, pois age apenas como o instrutor de um processo, cujo trabalho deve ser avaliado no que concerne à imparcialidade, fontes e crítica”. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 39.

compreendendo as três épocas indicadas por Cunha Mattos em sua *Dissertação acerca do melhor systema de se escrever a historia antiga e moderna do Brasil*. Sua obra pretendia abarcar sob o título de *História Geral* o descobrimento, a colonização, legislação, separação de Portugal, uma tarefa imensa, mas condizente com o caráter de unidade que tencionava para a sua obra. Passados vinte anos, Varnhagen reduz a sua obra a uma narração do período colonial justificando a todo momento a necessidade de se conhecer o passado e as tradições, conhecer os esforços do colonizadores, etc. Agora sua obra não era mais geral, compreendia apenas uma parte da história do Brasil precisamente os três primeiros séculos. Reconhecia que os acontecimentos da história recente não deveriam figurar em uma história geral. Dizia que a vida de uma geração é trinta e três anos e, portanto, “*em quanto não passem outros trinta e trez, a historia daquelles primeiros é historia contemporânea, que por si própria se extrema da historia geral da civilisação do paiz*”.²⁹⁶

Varnhagen se justificava ainda pela supressão dos capítulos na segunda edição pautando-se na nova profusão de documentos que encontrara:

(...) ao lançarmo-nos a redigir, mais pausadamente que antes, as últimas secções, **tantos fatos novos e novas apreciações se nos apresentaram em vista dos novos documentos e informações fidedignas por nós recolhidas e apontadas**, às vezes inteiramente em opposição às que se encontram admitidas pelos escritores que nos têm precedido, começando pelo último, o sr. conselheiro Pereira da Silva, que **julgamos não seria possível emitir, em resumo, na mesma História Geral, certos juizos que nela devem caber**, sem primeiro os haver mais por extenso justificado ante o público, competentemente explicados e documentados, provocando até por este meio a que se nos corrija onde estejamos em erro, ou se nos ouça de novo onde se duvide de nossas asserções, ou se nos ministre mais algum esclarecimento onde se creia que tenha havido omissão da nossa parte.²⁹⁷ (Grifos meus).

O fato dos acontecimentos da história presente não terem tido espaço na *História Geral* não impediu que os mesmos viessem à luz mesmo que tardiamente por meio da *História da Independência* que revela o quanto Varnhagen tinha consciência da

²⁹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1857. p. 442.

²⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia da Independencia do Brasil**, ate ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos successos occorridos em algumas províncias ate essa data. **Revista do IHGB**. 1916-1917, p. 25-26.

dificuldade em escrever esse tipo de história haja vista ele dizer que “o simples título desta obra revela tão grande responsabilidade, não só para com o Brasil como, para com Portugal” e por isso mesmo, segundo ele, “não será provavelmente agora tão bem recebida”.²⁹⁸ As dificuldades do historiador em falar do presente, contudo, não impediram que Varnhagen tratasse da história recente do império, afirmava ter a necessária imparcialidade para o assunto, pois “propôs-se a escrever uma história e não a adular ou lisonjear os sentimentos ou prevenções de uns, nem de outros, nem por considerações com os descendentes vivos, embora poderosos”²⁹⁹, seu compromisso era com a verdade histórica que somente o tempo poderia vir a revelar.

²⁹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. 1916-1917, p. 26.

²⁹⁹ Ibidem, p. 26.

Considerações finais

Publicada pela primeira vez em 1854, a *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen chegou ainda no século seguinte com uma expressão talvez não imaginada por seu autor. Recusada entre seus pares, a obra ganharia ainda outras três edições. Uma em 1877, outra em 1907 e em 1928. Dessas quatro edições apenas as duas primeiras foram publicadas e anotadas por Varnhagen. As demais foram reeditadas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, respectivamente.

Para o desenvolvimento do presente estudo nos focamos apenas na primeira e na segunda edição, pois pretendíamos, a partir da análise das mesmas, poder traçar o nível de consciência historiográfica de Varnhagen, mas também, por meio dessa análise contribuir para o debate acerca da formação do moderno conceito de história no Brasil oitocentista.

Na comparação entre as duas edições abundam alterações de todo tipo feitas por Varnhagen à sua obra. Dentre essas alterações escolhemos discutir apenas dois aspectos da consciência historiográfica desse autor, são eles: a erudição histórica e a periodização.

Para entender as alterações em tais aspectos foi fundamental buscar as razões que levaram Varnhagen a operar modificações em sua principal obra. Com relação à erudição histórica as mudanças dizem respeito à supressão de citação de autores, de passagens do texto, de notas de fim de sessão e da realocação de notas na segunda edição. Dentro desse aspecto ainda foi possível traçar uma discussão acerca do problema do plágio e a compreensão a respeito de tal prática no Brasil do oitocentos. Com relação à periodização foram privilegiadas a mudança na ordem dos primeiros capítulos e à supressão de três capítulos que culminam com a proclamação da Independência.

Tanto para compreender o significado das alterações no que tange à erudição histórica quanto no que tange à periodização foi fundamental pensar na relação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa estabelecido a partir da criação de uma instituição que carregava em si a missão de coordenar e incentivar a escrita da

história nacional. Aliado a isso também foi essencial pensar na formação do conceito moderno de história vivido no Brasil naquele período.

Uma vez investigadas tais alterações constatamos que a principal motivação foi a indiferença com que a primeira edição da *História Geral* foi recebida pelos pares de Varnhagen no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tendo suas expectativas frustradas, Varnhagen empreende um esforço de correção das possíveis falhas que teriam ocasionado tal indiferença. A segunda edição da obra pode assim ser entendida como uma reescrita da história anterior em que Varnhagen procurou corresponder ao horizonte de expectativa de seus pares a respeito dos requisitos para se escrever a história nacional.

A relação entre as experiências de Varnhagen e as expectativas em torno de sua obra revelou o nível de consciência historiográfica deste autor que se destacou ainda em sua época como um grande erudito. A redistribuição das notas do fim do livro ao longo do texto na segunda edição são representativas de como ele alterou a sua percepção do significado e relevância das notas de rodapé e da citação de autores quando reescreveu a obra. As polêmicas em que se envolveu acerca da propriedade autoral, do plágio, da questão indígena mostraram o quanto o passado estava sobre disputa no Brasil oitocentista. Elas revelaram que escrever a história do Brasil no século XIX estava longe de ser uma tarefa fácil. Havia uma variedade de concepções de como a história deveria ser escrita e de como deveria ser o historiador. Uma vez estabelecidos os parâmetros para a execução dessa tarefa aqueles que não seguissem as regras seriam julgados segundo os critérios da agremiação a qual pertenciam. Tal foi caso de José Ignácio Abreu e Lima acusado de plágio por Varnhagen. Este, contudo, também foi acusado de plágio por João Francisco Lisboa e a sua defesa constitui uma das melhores pistas para compreender o desafio de escrever história nesse período. No entanto, constatamos que entre os critérios estabelecidos pelo IHGB para avaliar uma obra histórica a questão da citação e a necessidade das notas não era uma regra primeira. A partir da leitura dos pareceres e juízos publicados na revista da instituição entre os anos de 1839 e 1853 apenas um parecer e dois juízos tratam da questão, sendo que em apenas um deles é sublinhada o problema da citação. Ilustrativo também foi a polêmica entre Varnhagen e João Francisco Lisboa em que o último revelou o despreparo para trabalhar em arquivos e promover a crítica dos documentos.

A preocupação dos membros do IHGB com questões como as que foram analisadas dentro da obra de Varnhagen como periodização e citação, notas de rodapé mostram que já havia certa consciência historiográfica compartilhada na agremiação. A necessidade de levantar e copiar o maior número possível de documentos sobre a história nacional também é outro aspecto que vem confirmar tal presença. Contudo, investigados tais aspectos na obra de Varnhagen foi possível concluir que embora possamos estabelecer a entrada dos estudos históricos numa fase modernizada da prática historiográfica, esta ainda guardaria resquícios de uma fase anterior e que, na verdade, estabelecidos os parâmetros de tal história modernizada a formação do conceito moderno de história logo mostraria as suas limitações.

Referências bibliográficas:

1. Fontes impressas:

ABREU E LIMA, José Ignácio. **Compêndio da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843. Tomo I.

Ata da sessão de 1º de dezembro de 1838. **Revista do IHGB**, Tomo 1, 1839, p. 45.

Ata da sessão de 4 de junho de 1847. **Revista do IHGB**. Tomo 09, 1847, p. 274-277.

Ata da sessão de 2 de setembro de 1847. **Revista do IHGB**. Tomo 09, p. 439- 442.

Ata da sessão de 16 de fevereiro de 1850. **Revista do IHGB**. Tomo 13, 1850, p. 128-135.

Ata da sessão de 8 de maio de 1863. **Revista do IHGB**. Tomo 26, 1863, p. 851-861.

AVEZAC-MACAYA, Marie-Armand Pascoal d'Armand d'. **Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil; examen critique d'une nouvelle histoire générale du Brésil récemment publiée en portugais à Madrid par M. François Adolphe de Varnhagen...Rapport fait à la Société de géographie de Paris (...)**. Paris: L. Martinet, 1857.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **Revista do IHGB**. Tomo I, 1839. p. 9-18.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à Sociedade central no Rio de Janeiro”. **Revista do IHGB**, tomo I, 1839. p. 141. p. 109-110.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório dos trabalhos do Instituto durante o terceiro anno social”. **Revista do IHGB**, Tomo III, 1841, p. 431.

Carta do Sr. F. A. de Varnhagen à redacção acerca da reimpressão do Diário de Pero Lopes, e que lhe servirá de prólogo. **Revista do IHGB**, 1861, p. 4-5.

Discurso do Presidente Visconde de São Leopoldo. **Revista do IHGB**. Tomo 4. 1842. p. 2-4. (Suplemento ao Tomo 4º).

Juizo sobre os Annaes da Provincia de São Pedro publicado por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. **Revista do IHGB**, Tomo 1, 1839, p. 259-260.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXIII, 1860. p. 03-66.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 26, 1863. p. 121-143.

MARTIUS, Karl Friederich von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 6, 1844. p. 389-411.

Parecer acerca da obra intitulada *Reflexões Criticas sobre o escripto do seculo XVI, impresso com o titulo de Noticia do Brasil no T. 3º da Colleção de Noticias Ultramarinas* por Francisco Adolpho de Varnhagen. **Revista do IHGB**. Tomo 2, 1840, p. 110.

Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a História do Brasil **Revista do IHGB**. Tomo 9, 1847, p. 279-287.

SILVA, Joaquim Norberto Souza. Refutação as reflexões do digno membro o Sr. Dr. Antonio Gonçalves Dias. **Revista do IHGB**, Tomo 18, 1855, p. 351-421.

SILVA, Joaquim Norberto Souza. Sobre o descobrimento do Brazil. Programma desenvolvido por Joaquim Norberto de Souza Silva. **Revista do IHGB**, Tomo 15, 1852, p. 125-205.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A picada do mato virgem: fragmento de uma viagem pelo sertão. **O Panorama**. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, tomo VI, p. 221-223, jul. 1842.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por LESSA, Clado Ribeiro. Rio de Janeiro, INL/NEC, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Crônica do descobrimento do Brasil. **O Panorama**. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, tomo IV. p. 21-22 / 33-35 / 43-45 / 53-56 / 68-69 / 85-87 / 101-104, jan. a dez. 1840.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Diário da navegação da armada que foi á terra do Brasil, em 1530, sob a capitania-mor de Martim Affonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa**. Lisboa, Tipografia da Sociedade Propagadora dos conhecimentos Úteis, 1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil (...), ou analyse critique du rapport de M. d'Avezac sur la recente Histoire Générale du Brésil**. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858 (Extrait du Bulletin de la Société de Géographie).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia da Independencia do Brasil**, ate ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos successos occorridos em algumas províncias ate essa data. **Revista do IHGB**. 1916-1917.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos

documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I e tomo II (1877).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Línguas, emigrações e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobrimentos. **Revista do IHGB**, Tomo XII, 1849, p. 366-376.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **L'origine touranienne des Américains Tupis-Caribes et des anciens égyptiens, montrée principalement par la philologie comparée; et notice d'une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les tupis**. Viena: Lib. I. et R. de Faesy & Frick, 1876. 158 p.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil. **Revista do IHGB**. Tomo III, 1841.p. 53-63.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo acerca do Compêndio da História do Brasil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima. **Revista do IHGB**. Tomo 6,1844. p. 60-83.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Reflexões Críticas** sobre um escrito do século XVI impresso com o título de Notícia do Brasil no tomo 3º da coleção de notícias ultramarinas acompanhadas de interessantes noticias bibliográficas e importantes investigações históricas. Lisboa, Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1839.

Visconde de São Leopoldo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é Representante das Idéias da Ilustração que em Diferentes Épocas se Manifestaram em nosso Continente. **Revista do IHGB**. Tomo 1, 1839, p. 77-86.

WALLENSTEIN, Henrique Julio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, nº 45, 1882, p. 159-160.

2. Dicionários e obras de referência:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Terceiro Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Quarto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Sexto Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez, e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESUS, 1727, vol. IX.

SILVA, Antônio Moraes e. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5º edição. Lisboa, Tipografia de Antônio José da Rocha, 1844. Tomo I.

3. Bibliografia sobre Varnhagen:

ABREU, Capistrano. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro [1878]**. In: Ensaios e estudos: crítica e história, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1975.

ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: **Ensaios e estudos: crítica e história**, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1975.

CANABRAVA, Alice P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**, São Paulo, vol. XLIII, out./dez. 1971.

CEZAR, Temístocles. Antigos, modernos e “selvagens” na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: PIRES, Francisco Murari (org.). **Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009.

CÉZAR, Temístocles. “Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen”. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, 2005. p. 207-240.

CÉZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004. p. 11-29.

CÉZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. **Anos 90**. IFCH/UFRGS. n.11, julho de 1999. pp. 38-53.

CÉZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. **Topoi** – Revista de História, Rio de Janeiro, v.8, n. 15, 2007. p. 159-207.

CÉZAR, Temístocles. O Brasil Quinhentista: a visão dos viajantes ou o olhar da história. **Latitudes**. Cahiers lusophones, n. 11, julho de 1999. p. 10-13.

CÉZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. **História em Revista**. Dossiê Historiografia, NDH/ UFPEL. n. 6 (dez), 2000. p. 37-58.

CÉZAR, Temístocles. “O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX”. **História Unisinos**, São Leopoldo, n. 3, v. 11, set./dez. 2007, p. 306-312.

GARCIA, Rodolfo. “Ensaio bio-biliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975. Tomo II.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen: a História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico 2**. São Paulo: SENAC, 2001.

LACOMBE, A. J. As idéias políticas de Varnhagen, **Revista do IHGB** 275:2, 1967. p. 135-154.

LESSA, Clado Ribeiro. Vida e Obra de Varnhagen. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 223. 1954. p. 82-298.

LESSA, Clado Ribeiro. Vida e Obra de Varnhagen. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 224. 1954. p. 109-315.

LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, vol. 226. 1955. p. 03-168.

MAGALHÃES, Basílio de. **Francisco Adolpho de Varnhagen – visconde de Porto Seguro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 275:2, 1967. p. 155-169.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.

ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen: História**. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LIMA, M. de Oliveira. Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, tomo XIII, 1908. P. 63-105.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **A palavra empenhada**: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os Índios Bravos e o Sr. Visconde**: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 50, mar. 2010 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002038742010000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jul. 2012.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Fapesp, Hucitec; Ijuí: Editora Unijuí, 2003. p. 633-675.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FCH**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 1967. Tomo 275. p. 170-197.

SANTOS, Evandro dos. **Tempos da pesquisa, tempos da Escrita: a biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)**. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **A reescrita da tradição: a invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)**. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro, 2006.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, n.03. Set./2009. p. 34-52.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

4. Bibliografia geral:

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. São Paulo: **Almanack Braziliense**, 2008. p. 47-56.

AZEVEDO, Gabriela Soares de. **Leituras, notas, impressões e revelações do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa***. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

BANN, Stephen. **As invenções da História**. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo, Unesp, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**. Do IHGB aos anos 30. Passo Fundo, EDUPF, 1998.

FERREIRA, Breno Leal Ferraz. Verney e o método crítico. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antonio Fernando Casais e Edmundo Cordeiro. 2ª edição. Lisboa, Vega, 1992.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

GRAFTON, Anthony. **Falsarios y críticos. Creatividad e impostura em la tradición occidental**. Barcelona: Editorial Critica, 2001.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, nº 388, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos: caminhos da historiografia**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 05-27.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. p. 68-86. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, v.5, 2002. p.184 – 200.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. “O tempo desorientado. Tempo e história. Como se deve escrever a história da França?”. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 7, julho de 1997. p. 07-28.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. in BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). **Passados Reconstituídos. Campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ / Editora FGV, 1998.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília, Editora UNB, 2003.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador**. São Paulo: Ática, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Introducción de Elías Palti. Traducción de Daniel Innerarity. Barcelona: Ediciones Paidós: I. C. E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2001.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LISBOA, João Francisco. **Obras completas de João Francisco Lisboa**. Editadas por Antonio Henriques Leal e Luiz Pereira de Castro. São Luís, Tip. B. de Mattos. 4 Volumes. 1864-1865.

MEDEIROS, Bruno Franco. Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos. **Almanake braziliense**, São Paulo, n. 11, maio 2010 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180881392010000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jul. 2012.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma ‘família’ sob a proteção imperial (1821-1838). PRADO, Maria Emília (org.) **O Estado como vocação**. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro, Acces Editora, 1999. p. 9-32.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. Sua Evolução e Problemas Atuais. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro/ Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

RODRIGUES, José Honório. (org. e pref.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. 1977.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil (Introdução metodológica)**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Evandro. O historiador entre a ciência e a política. Um exame da ética historiográfica no Brasil do século XIX. In: **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio** – Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Evandro. O ser historiador ontem, hoje e amanhã: ética e história, um mapeamento a ser trabalhado. In: **Anais do X Encontro Estadual de História – Anpuhrs** – Rio Grande do Sul, 2010.

SCHAFF, Adam. **História e verdade.** Tradução de Maria Paula Duarte; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História breve da Historiografia Portuguesa.** Lisboa, Editorial Verbo, 1962.

SILVEIRA, Pedro Teles da. Plágio, cópia e crítica na erudição histórica da Academiã Real da História Portuguesa. In: Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia:** biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7).

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência.** Retórica e poética no Brasil oitocentista, Rio de Janeiro, EdUERJ/EdUFF, 1999.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui** : o narrador, a viagem. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

TURIN, Rodrigo. Entre "antigos" e "selvagens": notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História,** São Paulo, n. spe, 2010. Disponível em:

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483092010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 09 jan. 2013.

TURIN, Rodrigo. Experiência, história e modernidade no Brasil oitocentista. **História da Historiografia**. Ouro Preto. n. 04. mar. 2010, p. 299-305. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/143/82>. Acessado em: 09/01/12.

VERNEY, Luís António (1746). **Verdadeiro método de estudar**. Volume IV: Estudos Médicos, Jurídicos e Teológicos. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1952.

ANEXOS

INDICE

INDICE

DAS DOUBRINAS DESTA TOMA;

Que comprehende a história do Brazil-Cotoia, ou do Brazil antes de ser Principado.

SECÇÃO I.

INTRODUÇÃO. ORIGEM DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA CENTRAL. Paginas.

Raymundo Lull. D. João I. Cênta. O Infante D. Henrique. 2.—Os Reis Catho-
licos. Os Malhorquitos. Circumnavegação d'África, 3.—Circumnavegação da
Europa. Cabo da Boa Esperança. Colombo, 4.—Seus estudos. Obra d'Ally. Des-
cobrimento da America. 5.—E' tomada pela India. Indias Occidentaes. Opinião
de Strabô, 6.—Análise das theorias de Colombo. Bulla Pontificia, 7.—Justas
queixas de Portugal. Convenção de Tordesilhas, 8.—Pouca precisão na redac-
ção. Consequencia. Meridiano, 9.—Direitos de Portugal a colonisar o Brazil, 10.
—Duas palavras sobre esta obra, 11.—A verdade na historia. Adulação ou tem-
por, 12.

SECÇÃO II.

DESCOBRIMENTO DO BRAZIL E EXPLORAÇÃO DE SUA COSTA. 13.

Vista de terra. Monte Paschoal. Pêro Vaz de Caminha, 14.—Porto Seguro.
Seus habitantes, 15.—Como os pinta Caminha, 16.—Nome de Ilha da Vera-
Cruz. Vasco da Gama, 17.—Pedr'Alvares Cabral. Mestre João, 18.—Pouca im-
portancia dada ao Brazil. Exploração da costa, 19.—Expedição exploradora. Des-
cobre a Bahia. Santa Cruz, 20.—Ilha de S. João ou de Fernão de Noronha, 21.—
Pão-brazil. Ibrapitanga. Brasileiros. Terra de Santa Cruz, 22.—Viagem da não
Bretoa. Indios resgatados, 23.—Preço do pão-brazil. Maranhão e Pará, 24.—
Alonso de Hojeda. Vicente Pinzon. Refrega com os indios, 25.—Porbrócas. Rio
de Vicente Pinzon. Diego Lepe. Maranhão, 26.—Defensa de Vespucci. Colom-
bia. Indias, 27.—Santa Cruz. Antartica. Mundo Novo, etc., 28.—Consequencias
da partida de Americo. João Dias de Soffis, 29.—Portugal descuida o Brazil pela
Asia. Feitorias, 30.—Um pirata. As Molucas. Fernão de Magalhães, 31.—O me-
ridiano da demarcação. Contracto de Saragoça, 32.—Origem do nome Rio da
Prata. El Dorado. Varios colonos, 33.—Colonos disseminados. Escravidão e ep-
commendas, 34.

SECÇÃO III.

ATTEENDE-SE MAIS AO BRAZIL. PENSAMENTO DE COLONIAL-O. 35.

Os Portuguezes na Asia. Os Francezes no Brazil, 36.—Recursos do foro e da
diplomacia. Anjo. Roger. Jaques, 37.—Igaracú e Pernambuco. Diego Garcia e
Cabot, 38.—D. Rodrigo de Azmã. Porto de D. Rodrigo, 39.—Baixos de D. Ro-
drigo. Suas peregrinações, 40.—D. Rodrigo em Pernambuco. Christovam Ja-
ques e os Francezes, 41.—Antonio Ribeiro. Idêa de colonisação. Diogo de Gou-
vea, 42.—Meritos de Gouvea. Resolve-se a colonisação do Brazil, 43.—Henrique

Figura 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

VIII

INDICE.

Montes. Martim Affonso de Souza, 44.—Poderes que trazia. Pero Lopes de Souza, 45.—Reclamações de França. Negociações importantes, 46.

SECÇÃO IV.

RESULTADOS DA EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO. 47.

Seus feitos. Os Francezes. O Maranhão. A Bahia, 48.—Combate naval dos Indios. Martim Affonso na Bahia e no Rio, 49.—Ilha da Cananéa. Oitenta homens ao sertão, 50.—Padrões de Cananéa. Naufrágio de Martim Affonso, 51.—Pero Lopes sobe o Paraná. Martim Affonso fica na costa, 52.—Escolha do porto de S. Vicente. Sua descrição, 53.—Estabelecimento da colonia, 54.—João Ramalho. Etymologia do nome Piratininga, 55.—Piracemas. Villas de S. Vicente e de Piratininga, 56.—Concelhos das duas villas. Sesmarias, 57.

SECÇÃO V.

SUCCEOS IMMEDIATOS À EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO. 58.

Tomada de uma fortaleza e uma não de França, 59.—Resolve-se a partição do Brazil em capitánias, 60.—Carta régia a Martim Affonso, 61.—Carta régia a Martim Affonso, 62.—Volta de Martim Affonso á Europa, 63.—Doze donatarios. Quinze quinhões. Irmãos Souzas, 64.—P. de Góes. Vasco Fernandes. P. do Campo. Jorge de Figueiredo, 65.—Francisco Pereira. Duarte Coelho. Pero Lopes, 66.—Fernand'Alvares. Ayres da Cunha. João de Barros, 67.—João de Barros. Antonio Cardoso de Barros, 68.—Poucos competidores. Demaziada terra a cada donatario, 69.—Parallelo com a colonisação da Madeira e Açores, 70.—Extensão das differentes capitánias, 71.

SECÇÃO VI.

DIREITOS DOS DONATARIOS E COLONOS. PORTUGAL NESTA EPOCHA. 72.

Privilegios e foros dos donatarios, 73.—Privilegios dos donatarios. Desprendimento da corôa, 74.—Foral. Deveres para com o rei e os colonos, 75.—Couto e Homisio. Estrangeiros christãos. Leis do Reino, 76.—Codigo Manuelino ou cinco livros das Ordenações, 77.—Administração dos Concelhos. Legislação subsidiaria, 78.—Alçadas. Systema fiscal. O throno. A magistratura letrada, 79.—Aristocracias. Tratantes ou agiotas, 80.—Nobres e fidalgos. Titulos. Nomes, sobrenomes e appellidos, 81.—Lingua portugueza. Escriptores antigos, 82.—Pronunciação brasileira. Cultura intellectual da metropole, 83.—Industria. Civilisação arabe na Hespanha, 84.—Architectura. Pintura. Typographia, 85.—Marinha. Nautica. Antiquidade do astrolabio, 86.—Seculo XV. A imprensa. Livre exame. Protestantismo, 87.—Tribunal da Inquizição. Advertencia, 88.

SECÇÃO VII.

DESCRIPÇÃO DO BRAZIL, COM SUA EXTENSÃO ACTUAL. 89.

Paragem central. Formações geognosticas, 90.—Ferro e ouro. Climas. Meteorologia, 91.—Quadras do anno. Pirajás. Firmamento. Vegetação, 92.—Covão do Amazonas. Matos virgens. Capoeiras. Catingas, 93.—Madeiras. Outras produções. Fructas. Campos virgens, 94.—Falta de neve. Animaes. Passaros. Peixes, 95.—Contrastes de plantas e de animaes, 96.

SECÇÃO VIII.

DOS INDIOS DO BRAZIL EM GERAL. 97.

Calculo da população Ind'gena. Ideas de patriotismo, 98.—Unidade de raça. Lingua geral. Tupinambá, 99.—Nacionalidades. Alcuilhas dos bandos. Que sig-

Figura 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

INDICE.

IX

nificam, 100.—Caboclo. Bugre. Emboaba. Alcumhas de odio, de respeito, etc., 101.—Mais alcunhas no Brazil e n'outros paizes. Apodos, 102.—Nomadismo. Nome generico de Barbaro ou Tapuy, 103.—Nação Tapuya. Barbaros. Tupi. Tios, 104.—Guaranis. Caribes, Caraibes, Calybes, 105.—Omaguas. Berço dos invasores. Marinha de guerra, 106.—Germens de discordia. Vícios. Envenenamentos. Anarchia, 107.—Infancia da humanidade. Meninice dos heroes, 108.

SECÇÃO IX.

DOS TUPIS OU GUARANÍS EM PARTICULAR. 109.

Lingua. Aparência. Estatura. Cór baça, 110.—Pinturas do corpo. Botoques. Furos na cara. Cabello, 111.—Ornatos: aiucará, tapacurá, etc. Tangapema, 112.—Maracá. Arcos e frechas, etc. Venenos de herbar, 113.—Escudos. Machados. Trabalho de cada sexo, 114.—Guerras. Tempo. Preparativos. Surprezas. Prevenções, 115.—Taba ou aldeá. Ocas. Ocára. Cahicára. Tapéra, 116.—Caça e pesca. Tingui. Timbó. Puçás. Giquis. Ostreiras, 117.—Tartarugas. Moudcos. Sementeiras. Milho, Mandioca, etc., 118.—Utensilios. Patiguás. Samburás. Parazes. Redes, etc., 119.—Canoas, remo e leme. Sorte da mulher. Guatós e outros, 120.

SECÇÃO X.

IDEAS RELIGIOSAS E ORGANISAÇÃO SOCIAL DOS TUPIS. 121.

Significação dos sacrificios anthropophagos. Sepulturas, 122.—Camucins. Jazigo ou tibi. Tupá. Raios, 123.—Diabolismo. Superstições. Agouros. Pajés. Abusos destes, 124.—Poracés. Seus tristes resultados. Descrição do sacrificio, 125.—Partilha do cadaver. Destino dos ossos e dentes. Geração, 126.—Nascimento. Velhas. Morubixaba. Communismo, 127.—Roubo. Hospitalidade. Polygamia. Heroínas Amazonas, 128.—Noivados. Recem-nascidos. Doenças. Curativos, 129.—Soffrimento. Chorar. Nomes. Sentidos apurados, 130.—Caracter. Vida habitual. Banhos. Fogo. Sal, 131.—Pazes. Tabaco. Paricá. Padú, etc. Infancia da sociedade, 132.—Exemplo. O homem sem leis nem religião, 133.—Em todos paizes o mesmo. Origem dos Indios, 134.—Caryba. S. Thomé e suas pégadas. Sumé, 135.—Tradição do Sumé. Sumi. Pajés em varios paizes, 136.—Monumentos primitivos. Origem das civilizações americanas, 137.

SECÇÃO XI.

CHRONICA DAS SEIS CAPITANIAS CUJA COLONISAÇÃO VINGOU. 138.

Capitania de Martim Affonso. Ataque de Iguape, 139.—Derrota. Ataque a S. Vicente. Invasão do mar, 140.—Villa de Santos. Cana d'assucar. Itanhaem e Pernambuco, 141.—Terras de Pero Lopes. Seus delegados em Santo Amaro, 142.—Itamaracá. Pero Lopes vai á India. Sua morte, 143.—D. Izabel de Gamboa: seus delegados. Duarte Coelho, 144.—Marim ou Olinda. Recife. Porto de Pernambuco, 145.—Villa de Olinda. Sua situação, 146.—Desprezo do Recife. Tamandaré. Trabalho dos Indios, 147.—Etymologia de Olinda. Nova Lusitania. Prospéra a colonia, 148.—Rigor do donatario. Queixas. Viagem á Europa, 149.—Rio de S. Francisco. Cultura do assucar. Igaracú, 150.—Capitania do Espirito Santo. Sesmarias. Villa da Victoria, 151.—Principaes colonos. O donatario e seus vícios. Decadencia, 152.—Porto Seguro. Seu donatario. Primeira villa. Gentio, 153.—Colonos pescadores. Venda da capitania, 154.—Capitania dos Ilheos. Romero, delegado do donatario, 155.—Morro de S. Paulo. S. Jorge dos Ilheos. Descrição do paiz, 156.—Expulsão e reintegração do delegado. Resultado, 157.

SECÇÃO XII.

DAS CAPITANIAS CUJA PRIMITIVA COLONISAÇÃO SE MALLOGROU. 158.

Capitanias septentrionaes. Associação trina. Intentos, 159.—Naufragio de Ayres da Cunha no Maranhão, 160.—Nazareth na Ilha da Trindade. Sorte dos

Figura 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

X:

INDICE:

colonos, 161.—Obelaha no Amazonas. Diego Nães e Isão de Sando, 162.—Perdór do Maranhão. Castelhamo, Botocudo. Capitania de Goes, 163.—Ida a Portugal. Contrácios. Perdas. Derrota, 164.—Evaçuação da capitania. Fashicos Pereira na Bahia, 165.—Estabelecimento. Vícios. Villa da Victoria. Insubordinação, 166.—Perplexidade do donatário. Seu apuro, e prisão, 167.—Sua morte. Iha de Fernão de Noronha, 168.

SECÇÃO XIII.

VIDA DOS PRIMEIROS COLONOS E SUAS RELAÇÕES COM OS INDIOS. . . . 169.

Adopção dos alimentos, agricultura e utensilios, 170.—Adopção das canoas e da pesca e caça dos Indios, 171.—A mulher, elemento da fusão. Caribocas, mameucos, etc., 172.—Scenas primitivas. Trabalho dos Indios. Festas religiosas, 173.—Festas publicas e das familias. Escravos Indios, 174.—Crueldades exaggeradas. Governo dos Indios, 175.—Sua ferocidade, indomavel por meios brandos, 176.—O emprego da força reconhecido necessario, 177.—Opinião de Pedro Martyr. Necessidade d'Africanos, 178.—O pseudo-philantropo Las Casas, negreiro, Os Jesuitas, 179.—O trafico favorecido. Consequencia. Lócuções viciosas, 180.

SECÇÃO XIV.

ESCRAVIDAO D'AFRICANOS. DESMORALISAÇÃO NAS CAPITANIAS TODAS. . . . 181.

Origem da escravatura africana. Condição do escravo, 182.—Tolerancia no Brazil. Raças africanas escravizadas, 183.—Jurisprudencia. Fecundidade. Caracter. Religioes, 184.—Bens e males provindos d'Africa e do captivo, 185.—Perigos imminentes do Brazil. Desmoralisação, 186.—Piratas. Degradados. Homisios. Queixas de Duarte Coelho, 187.—Colonisação por muitos degradados. Excepções, 188.—Desmoralisação e irreligiosidade. Nãos Francezas, 189.—Eloquente brado de Luis de Goes. Providencias, 190.—Queixas dos donatários. Sorte destes, 191.

SECÇÃO XV.

ESTABELECIMENTO DE UM GOVERNO CENTRAL NA BAHIA. . . . 192.

Thomé de Souza, governador. P. Borges, ouvidor geral, 193.—Antonio Cardoso, provedor mór. Provedorias parciaes, 194.—Seu regimento. Pero de Goes, capitão mór da costa. Milicia, 195.—Compra da capitania. Colonos. Descripção da Bahia, 196.—Ilhas. Paraguaçu. Uguape, Matoim, Pirajá, 197.—Desembarque. Assento mais proprio para a cidade. Itapagipe, 198.—Cidade do Salvador. Sua fundação e muralha, 199.—Suas armas. Villa Velha. Cidade baixa. Semarlas, 200.—Gados. Braços. Os Indios. Systema de terror. A religião, 201.—A musica. O novo Orfeo. O P. Navarro. O Caramurú, 202.—O Caramurú, origem desta alcunha. Emprego dos Jesuitas, 203.—Relaxação de costumes. Matrimónios. Cruzamentos de raças, 204.—Os Jesuitas contribuem á unidade brasileira, 205.—Correição do ouvidor geral e do provedor mór, 206.—Pero da Gosa. Peleja em Cabo Frio com uma não franceza, 207.

SECÇÃO XVI.

CRIAÇÃO DE UM BISPADO. CONCLUE O GOVERNO DE THOMÉ DE SOUZA. . . . 208.

O padroado. Primeiro bispo. Indjos. Iperú e Miranga, 209.—Visita Thomé de Souza as capitancias do sul, 210.—Pintura do Rio de Janeiro. S. Vicente. Naufrago de Senabria, 211.—Communicação de S. Vicente com o Paraguay por terra, 212.—Projectos de Thomé de Souza. Noticias de minas, 213.—Vantagem de se não ter achado minas, 214.—Primeira exploração nos sertões de minas. Thomé de Souza, 215.—Seu regresso e destino. Armada de Luiz de Melo. Sua perda, 216.

Figura 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

INDICE

XXI

SECÇÃO XVII.

TRATE: GOVERNO DE D. DUARTE DE COSTA. 217

S. Paulo de Piratininga. Seu bello clima. Fabrica e Cauby, 218.—D. Alvaro, filho do governador, origem de males, 219.—Alcaide mór da cidade. Physico. Ordenados. Más notas, 220.—Naufragio e assassinato do primeiro bispo e outros, 221.—Rebates dos Indios contra a cidade. D. Alvaro os derrota, 222.—Fuga dos Barbaros. Humildade dos vencidos. Sua submissão, 223.—Esquadras de tropa permanente. Queixas do povo, 224.—Situação do Espirito Santo e de Pernambuco, 225.—Capitanias do sul. Morubixaba Cunhambebe, 226.—Seu retrato. O allemão Hans Staden e seu captivo, 227.—Peregrinações de Staden. Navios Francezes, 228.—Villegagnon no Rio de Janeiro, 229.—Fortalezas francezas na Lage e no Ilheo immediato, 230.—Motim. Reforço de Bois le Comte. Escripitor Lery, 231.—Insta o povo por outro governador. Morte do Caramurá, 232.

SECÇÃO XVIII.

MEN DE SÁ COM OS FRANCEZES E OS INDIOS. VISITA O SUL. 233.

Socorro ao Espirito Santo. Morte de Fernão de Sá, 234.—Carta Regia a Men de Sá, 235.—Carta Regia á cidade a favor dos Jesuitas, 236.—Missões de Indios. Os Barbaros submettidos pelo terror, 237.—Socorro aos Ilheos. Peleja-se nadando, 238.—Recolhe Men de Sá. Chega a frota ao Rio de Janeiro, 239.—Rende Men de Sá o forte de Villagalhão, 240.—Vai a S. Vicente. Guerras e explorações no Sertão, 241.—Invasões dos Aimorés em Porto Seguro. Puris, 242.—Sua origem provavel. Missões junto á Bahia, 243.—Aulas da lingua Tupi. Prosperidade da Bahia, 244.—A colonisação do Rio de Janeiro. Estacio de Sá. Vai a S. Vicente, 245.—Reforços das differentes capitanias, 246.

SECÇÃO XIX

FUNDAÇÃO DA CIDADE DE S. SEBASTIAO NO RIO DE JANEIRO. 247

Descripção do porto. Prodigios: o Pão d'Assucar e o Pico, 248.—A Gavia. O Corcovado. Rio Macacú. Ilhas da enseada, 249.—O Cabo-Frio. O gigante. Cidade primitiva. Como se defende, 250.—S. Sebastião. Armas. Novas pelejas. Partem os navios, 251.—Governo civil da colonia. O jogo. Confraria de S. Sebastião, 252.—Chega Men de Sá com reforços. Estancotas inimigas, 253.—Ataques e victórias. Morre Estacio de Sá. Seu elogio, 254.—Transfere-se a cidade para o morro do Castello, 255.—Parte Men de Sá. Salvador Correa e Christovam de Barros, 256.—A liberdade dos Indios e os Jesuitas. Elogio destes, 257.—Queixa-se o povo de serem os Indios servos dos Jesuitas, 258.—Nova carta régia em favor dos Indios, 259.—Providencias em virtude daquella liberdade tomadas, 260.

SECÇÃO XX.

NOVAS IDEAS DE ESCRAVATURA AFRICANA. MORTE DE MEN DE SÁ. 261

A escravatura segundo Fr. Thomas de Mercado, 262.—Abusos do trafico segundo o mesmo, 263.—Servicias a bordo pintadas pelo mesmo, 264.—Conclue a citada obra de Mercado sobre os escravos, 265.—A philantropia dos Jesuitas no Brazil não passa á Africa, 266.—Juizo acerca de Men de Sá. Desejava a dimissão, 267.—Captura do successor nomeado. Lei sobre armas, 268.—Lei acerca da liberdade dos Indios, 269.—Começa a predominar a influencia dos Jesuitas, 270.—Tributos. Minas. O Rio de Janeiro e Pernambuco por este tempo, 271.

SECÇÃO XXI.

IMPORTANTES SUCCESOS DA DECADE IMMEDIATA (1573—1583). 272.

Dez capitulos acerca do captivo dos Indios, 273.—Dois governadores Brito e Salema. Conquista do Rio Real, 274.—Itamaracá. Sua importancia e descrip-

Figura 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

XII

INDICE.

ção, 275.—Projecto de occupação da Parahiba mallogrado, 276.—Sujeição de quilombos. Antonio Salema em Cabo-Frio, 277.—Reunião dos dois governos. Desmembração ecclesiastica, 278.—Acacerquibir. O cardeal-rei. O prior do Crato. Philippe II, 279.—Sua aclamação no Brazil. Vantagens e inconvenientes, 280.—Idéa de independencia. L. da Veiga. Rio de S. Francisco, 281.—A. Dias Adorno em Minas. Projectos de Fructuoso Barboza, 282.—Governo interino. Cosme Rangel. Abusos. Mestres, 283.—Novo mallogro na Parahiba. Galeões inglezes em Santos, 284.—Esquadra de Diogo Flores. Salvador Correa no Rio de J.º, 285.

SECÇÃO XXII.

MANUEL TELLES BARRETO. A PARAHIBA. TRES ORDENS RELIGIOSAS. . . 286.

Rendas do Estado. Fortalezas. Diogo Flores Valdez, 287.—A Parahiba. Etymologia. Descripção. Arredores, 288.—Preparativos em Pernambuco. Philippe de Moura, 289.—O donatario e seu tio. Forte na Parahiba. Navios incendiados, 289 v.—Derrota dos auxiliares. Cerco ao forte. Socorros, 290.—Combate do Tiberi. Regresso. Abandono do forte, 290 v.—Desuniões entre os Indios. Colonisação da Parahiba, 291.—Desampara-a o chefe. Novos reforços. Elogio de Barreto, 292.—Vinda dos Benedictinos, Capuchos e Carmelitas, 293.

SECÇÃO XXIII.

ESCRITORES CONTEMPORANEOS.—O BRAZIL EM 1587. . . . 294.

O Brazil e Gandavo e Camões. Gabriel Soares, 295.—Fernão Cardim. Seus serviços. Situação das capitancias, 293.—Itamaracá. Pernambuco. Engenbos, riqueza, luxo, etc., 297.—A Bahia. População. Edificios. Trato. Riqueza, 298.—Ilheos. Porto Seguro. Duque d'Aveiro. Espirito Santo, 299.—Rio de Janeiro. Seu adiantamento. S. Vicente e Santo Amaro, 300.—Atrazo das capitancias do sul. Suas villas, 301.—S. Paulo: Seus habitantes. Producção total do assucar, 302.—Importações. Riqueza. Misericordias e irmandades, 303.—Leis absurdas. Litteratura. Camões e seus contemporaneos, 304.—Goes e Sá de Miranda. Pedro Nunes. O sol dos Tropicos, 305.

SECÇÃO XXIV.

DESDE 1587 ATÉ Á SEGUNDA SEPARAÇÃO DO SUL. . . . 306.

Junta provisoria. Relação. Capitania de Sergipe, 307.—O filho do sol. Chega D. Francisco de Souza. Minas. Piratas, 308.—Cavendish em Santos e no Espirito Santo. Lancaster, 309.—Posse do Recife. Escaramuças. Derrota. Os Francezes, 310.—A Parahiba. F. Coelho. Rifault. Capitania do Rio Grande, 311.—Sua fundação. Descripção do porto. Gastos e trabalhos, ib.—Indio Sorobabé. Jer.º d'Albuquerque. Imposição nos vinhos, 312.—Viagem do governador. Espirito Santo. Rio. Ipanema, ib.—Os Paulistas. O governador é rendido. Diogo Botelho, 313.—Sua situação. O Conselho da India. Suas regalias, 314.—Sete náos hollandezas na Bahia. Costa de leste-oeste, 315.—Pero Coelho no Jaguaribe. J. Soromenho. Os Jesuitas, 315.—O Padre Pinto. Sua morte. L. Figueira. Indios. Crimes, 316.—Dez. Seb. de Carvalho. O fisco.Codigo mineiro, 317.—Embarca-se Botelho. Chega D. Diogo de Meneses. O que faz.—Dezembargador Sebastião de Carvalho. Recommenda-o á còrte, 318.

SECÇÃO XXV.

REFORMAS IMPORTANTES. O CLERO. OS FRANCEZES NO MARANHÃO. . . 319.

Governo e ouvidoria do sul. Relação da Bahia, 319.—Dezembargadores. Sua chegada. Reflexões, 320.—Os juizes e os advogados. Demasta de Iétrados. Ordenações, ib.—Juizes de fóra. Suas vantagens. D. Francisco. Sorocaba, 321.—Morte D. Francisco. Disputas ácerca do trabalho dos Indios, 321.—Bandeiras dos Paulistas. Desculpam-se. O bispo, 322.—Sua cobiça. Interdição. Outros ar-

Figura 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

INDICE.

XIII

bitrios e tropelias, 325.—Provas contra o bispo. Quem o protegia, 324.—Os Padres da Companhia. Queixas de D. Diogo. Os Indios, ib.—Systema proposto. Lei promulgada. Porto Seguro, 325.—Orçamento do Estado. Exploração dos Abroihos. Rio Grande, ib.—Justiça. Orfãos e defuntos e ausentes. Occupação do Ceará, 326.—M. Soares, Coatiadú. Descrição do Ceará. Conde de Ericeira, ib.

SECÇÃO XXVI.

DESDE A OCCUPAÇÃO DO MARANHÃO ATÉ A RENDIÇÃO DA BAHIA. 327.

Descreve-se o Maranhão. Occupam os Francezes o porto, 327.—Fortificam-se. Providencias dos nossos. Primeira expedição, 328.—Seu resultado. Parte outra expedição, ib.—Vai fundear no Perea e depois em Anajátuba. Hostilidades, 329.—Outras. Ataque. Derrota dos Francezes, ib.—Mortos e feridos. Os Francezes e as colonias. Convenções, 330.—Icatú. Retirada dos Francezes. Anajátuba, 331.—Narradores deste feito. Colonisação do Pará. Sua descrição, 332.—Posição preferida. Curupá. Estado do Maranhão, 333.—Fr. Christovam de Lisboa. Outras capitánias. Alagoas, ib.—Pernambuco e Parahiba. Sergipe. Espirito Santo e Rio. Baleas, 334.—Capitánias do sul. Os Paulistas. Santo Amaro e S. Vicente, 335.—Recelos de invasão estrangeira, até dos Turcos, 336.—Expulsão dos estrangeiros. Os Hollandezes. A guerra, 337.—Reflexões ácerca della. Falta de providencias, 338.—Companhia de commercio hollandeza. Seus privilegios, 339.—Expedição para o Brazil. Seus chefes e forças, 340.

SECÇÃO XXVII.

DESDE A RENDIÇÃO DA BAHIA ATÉ Á PERDA DO RECIFE. 341.

Rendição da Bahia. Fortifica-se o vencedor. Os Bahianos, 342.—O bispo. Sitio da praça. Morte dos governadores, 343.—Apresto de soccorros na Europa. Primeiras providencias, 344.—D. Francisco de Moura. Cartas regias, 345.—Francisco Nunes Mariabo. Que faz. Soccorros da Europa, 346.—D. Fadrique. Chegada de tropas auxillares. Peleja-se, 347.—Capitão Kijf. As duas esquadras. Apero do sitio, 348.—Salvador Correa. Bate o hollandez no Espirito Santo, 349.—Lembrança de capitulação. Negociações, 350.—Capitulação. Condições. Narradores deste feito, 351.—Soccorros tardios. Regresso de D. Fadrique. Reflexões, 352.—Governo de Diogo Luiz de Oliveira. Victórias de Piet Heyn, 353.—Fortifica-se a Bahia. A Relação é abolida. Outras providencias, 354.—Invasão das missões de Vera e Guayrá. Capitánias do sul, 355.—Atropellos no Rio ao ouvidor Lago. Campos de Guaitacazes, 356.—Marquezado de Porto Seguro. Maranhão. Ilha de Fernando, 357.

SECÇÃO XXVIII.

DESDE A INVASÃO DE PERNAMBUCO ATÉ CHEGAR MAURICIO DE NASSAU. 358.

Falta de soccorro. Actividade de Mathias d'Albuquerque, 359.—Armada inimiga. Desembarque. Tomada d'Olinda e do Recife, 360.—Heroismos. Providencias do governo de Lisboa e da corte, 361.—Reunem-se os nossos. Guerrilhas. Arrayal do Bom Jesus, 362.—Governo dos Hollandezes. Providencias da corte de Madrid, 363.—Reforços ao Inimigo que ataca Itamaracá. Ditos aos nossos, 364.—Oquendo. Combate naval. O almirante Pater. Baguolo, 365.—Resistem ao inimigo a Parahiba, o Rio Grande e o Cabo, 366.—Deserção do Calabar: resultados. Dois proconsules. Rembach, 367.—Ataque do Arrayal. Estipulações. Schkoppe. Itamaracá, 368.—Soccorro mallogado. Perda de Rio Grande (do N.) e do Cabo, 369.—Perda da Parahiba. Seu novo nome. Pacto com os moradores, 370.—Perda de Porto-Calvo, do Arrayal e da Nazareth, 371.—Ardil de Souto. Morte de Calabar. Retirada dos nossos, 372.—Remissão de Portugal no apresto dos soccorros, 373.—Castella os dá. D. Luis de Rojas. Sua morte em Porto-Calvo, 374.—Correias dos nossos. André Vidal. É ferido. Nassau, 375.

Figura 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

SECÇÃO XXIX.

DA CHEGADA DO PRÍNCIPE MAURICIO, E DOS EFFETOS DELLA. 376.

Impressão que causou a chegada do Príncipe. Nova regimto, 377.—Assemblea provincial. Serviços do Príncipe. Bagnuolo, 378.—Nova acção em Porto-Calvo. Retirada. Giberton. Sitio, 379.—Capitulação. Nassau chega ao Penedo. Forte Mauricio, 380.—Colonos. Rio de S. Francisco. Restauração do thesouro, 381.—Venda de engenhos. Impostos. Tolerancia, 382.—Cidade Mauricia. Seu architecto. Descripção. Alcáceres, 383.—Pintura. F. Post. Litteratura: Barleus e Plante. Sciencias, 384.—Piso. Marcgrav. Ruiters. Culto. Escolas. Obras pias. Policia, 385.—Invasão de Sergipe. Ataque dos Ilheos. Expugnação da Bahia, 386.—Chega Nassau á Bahia. Bagnuolo se avizinha e salva a Bahia, 387.—Posições dos nossos e do inimigo. Primeiro ataque. E. de Tavora, 388.—Novas baterias. Segundo ataque. Perdas. Retira-se o inimigo, 389.—Novo insulto ao Reconavo. Bagnuolo premiado, 390.

SECÇÃO XXX.

GOVERNOS DO C. DA TORRE E DO M. DE MONTALVÃO. RETIRA-SE NASSAU. 391.

Grande frota de soccorro. Conde da Torre. Seus intentos, 392.—Frota inimiga. Seus chefes. Combates navaes, 393.—Dispersão dos nossos navios. desembarques, 394.—Providencias da côrte. Vice-rei Montalvão. Tregoa, 395.—Boatos contra Nassau. Planos de insurreição. D. João IV, 396.—Sua aclamação no Brazil. Correspondencias de Montalvão, 397.—Carta a Nassau, e resposta do Príncipe, 398.—Segue a dita resposta. Carta de Montalvão ao novo rei, 399.—Diplomacia portugueza. Tregoa com os Hollandezes, 400.—Perda de Sergipe, do Maranhão, do Ceará e de Angola, 401.—Serviços de Nassau a Pernambuco. Instrucções que deixa, 402.—Brazões de armas ás provincias. Reflexões, 403.—Votos do autor a tal respeito, 404.

SECÇÃO XXXI.

O SUL DO BRAZIL E O ESTADO DO MARANHÃO POR ESTE TEMPO. 405.

Vexames causados no sul pelo clero. Os Paulistas, 406.—Assaltos ás missões. Os Jesuitas. Bullas. Alborotos, 407.—Aclamação de D. João IV no Rio e S. Paulo. Amador Bueno, 408.—Os 48 eleitos em S. Paulo. Salvador Correa transige, 409.—Representam os Paulistas a Elrei contra os Padres, 410.—Segue a representação de S. Paulo contra os Padres, 411.—Segue a dita representação, 412.—Segue a mesma representação á côrte, 413.—Procuradores de S. Paulo. O Rio vexado pelos soldados, 414.—O Rio de Janeiro. A Carioca. Fortalezas. Privilegios, etc., 415.—Os Ilheos e a Bahia. O Pará. Vai Pedro Teixeira ao Perú, 416.—Sua volta. Acuña. Maciel. Os Hollandezes tomam o Maranhão, 417.—Restauração do Maranhão. Muniz Barreto e Teixeira de Mello, 418.—Criação do Conselho Ultramarino.—Provisão do mesmo acerca do Gengibre, Anil, Cana e Mandioca.—Objecto de tomo segundo desta obra, 419.

NOTAS. 420.

1. Pensamento do infante D. Henrique.—2. Colombo. Esclarecimentos inéditos, 420.—3. Do nome «Índias.»—4. Verdadeira linha de demarcação; 421.—5. Fragmento do Regimento de Cabral (com fac-simile), 422.—6. Carta de mestre João, 423.—7. Data da carta de D. Manuel aos reis catholicos.—8. Acerca de Gonçalo Coelho e Amerigo (com fac-simile), 424.—9. Nomes da costa dados em 1501.—10. Quem era o degradado da Cananea.—11. Colonia primitiva de Santa Cruz, 425.—12. Nãos das armadas da India,

Figura 1. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

INDICE.

DAS DOCTRINAS DESTE TOMO;

Que comprehende a historia do Principado e do Reinado, com a declaração da independencia e do Imperio.

	Paginas.
Prefacio.	V
<p>Criticos dos historiadores e dos dictionaristas. Resignação e satisfação. Vantagem de possuir uma historia geral, VI.—Opinião de F. Denis. Origem deste trabalho. O SENHOR D. PEDRO II, VII.—Aspirações do autor. Concisão. Porque. Historiadores parciais, VIII.—Imparcialidade seguida, IX.—Individualidade do autor, X.—Do estylo, XI e XII.—Linguagem, orthographia etc., XIII e XIV.</p>	
<p>Discurso preliminar. Os Indios ante a Nacionalidade Brasileira. XV</p> <p>1.º Eram os legitimos donos da terra? XVI.—2.º Viviam n'um estado social invejavel? XVII.—3.º Melhorariam por si sós? XVIII.—4.º Havia meio de os reduzir sem ser á força? XIX.—5.º Houve grandes abusos para reduzi-los? XXII.—6.º Qual é o elemento de povoação que predomina na nação? XXIV.—7.º Qual é o mais directo representante da nacionalidade? XXV.</p>	
<p>Secção XXXII. O Brazil feito principado. Insurreição pernambucana. 1</p> <p>Factos que se associam á elevação do Brazil a principado, 2.—Origem da insurreição pernambucana. Vidal é alma della, 3.—Justificação. Influencia de certos homens na civilisação, 4.—Preparativos. Planos e ajustes. Execução, 5.—Dias Cardozo. Henrique Dias. O Camarão. Dous emissarios, 6.—Rompimento. A. Cavalcanti e J. F. Vieira. Bandos, 7.—Tropas Hollandezas. Marcha das nossas. Monte das Tabocas, 8.—Acção das Tabocas. Perda do inimigo. Resultados, 9.—Soccorro da Bahia. Vidal e Moreno. Perda dos navios, 10.—Rendição de Serinhaem e da Nazareth. Blaar e Hoogstraten, 11.—Wanderley. Successos na Paraíba, Porto Calvo e Penedo, 12.—Ataque de Itamaracá. Revez. Arrayal novo do Bom Jesus, 13.—Manifesto. Apuros entre os sitiados e sitiantes, 14.—Attentado contra F. Vieira. Francisco Barreto, 15.—Noticia de soccorros aos Hollandezes, 16.</p>	
<p>XXXIII. Soccorros da Europa a uns e outros. Fim da guerra. 17</p> <p>Vai o inimigo á Bahia. Desastres. Regresso ao Recife, 18.—Socorro de Portugal. Recuperação d'Angola. F. Barreto, 19.—Primeira victoria dos Guararapes. Dia em que teve lugar, 20.—Um monumento a Vidal, Dias e Camarão. Considerações, 21.—Companhia de commercio. Morte do Camarão. Seu elogio, 22.—Brincke. Morro do Oytiseiro. Novo encontro, 23.—Segunda victoria dos Guararapes, 24.—Perdas do inimigo. Sua influencia. Desenlace, 25.—Causas que para elle concorreram, 26.—Assalto das obras avançadas. Proposta de capitulação, 27.—Condições da capitulação. A frota estranha a ella, 28.—Juizo acerca destes chefes. F. Vieira e Vidal, 29.—Vidal, Barreto e Henrique Dias, 30.—Considerações em favor da herança das honras, 31.—Tomas de posse. Finezas de Barreto. Festejos na corte, 32.—Recompensas aos chefes e soldados. Distincção de Vidal,</p>	

Figura 2. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

b

INDICE.

33.—Vieira e Vidal em Angola. Teixeira de Mello, 34.—Os Henriques. Dias Cardozo. Historiadores parciaes, 35.—Ericeira. Calado. Fr. Rafael de Jesus. Brito Freire. Netscher, 36.

XXXIV. Assumptos contemporaneos fóra do theatro da guerra. 37

Companhia de commercio. Seus privilegios, estatutos, etc., 38.—Monopolios. Males delles originados. Tiquira, 39.—Invasões no sul. A. Raposo. Minas de Paranaguá, 40.—Jesuitas. O Maranhão com dois governos, 41.—Grão de tolerancia civil e religiosa, 42.—Cultura do paiz. A guerra. Rio. Bahia, etc., 43.—Foi a invasão hollandeza de algum proveito? Ao commercio, 44.—As sciencias. Obras publicas, Relação da Bahia, 45.—Cargos e em quem providos. Outra vez o Maranhão, 46.—Passa ahí Vieira com poderes. Conjecturas, 47.—Mostra-se remisso: 1.º sermão. Vai ao Tocantins, 48.—Nova provisão para o captiveiro dos Indios, 49.—Juizo litterario acerca do P. Vieira, 50.—Seus defeitos e qualidades. Vocações conhecidas, 51.—Nota dos seiscentistas portuguezes. Fr. L. de Souza e outros, 52.—Fr. Vicente do Salvador. Dialogos do Brazil. B. Teixeira. Dr. Gomes Carneiro, 53.

XXXV. Factos subseqüentes á capitulação no Taborda. . . 54

Queixas do Rio e Bahia contra os estancos dos generos, 55.—Mocambos reduzidos no Rio. Perturbações, 56.—Agostinho Barbalho é aclamado. S. Paulo. Esp. Santo, Bahia, 57.—Traição d'Indios. Pernambuco. Rio Grande. Maranhão, 58.—Situação do Pará. Reclamações dos Hollandezes, 59.—Declararam a guerra a Portugal. Bloqueio do Tejo, 60.—2.º bloqueio. Crise. Pazes com Inglaterra e Hollanda, 61.—Condições. Ajuste de pazes com Hespanha, 62.—Quota que pagou o Brazil. Outra vez o Maranhão, 63.—Vieira triunfante: derrota immediata, 64.—Nova lei de Indios contra os Jesuitas, 65.—Rio-Negro. Ilha de Marajó doada. Correio, 66.

XXXVI. Desde as pazes na Europa até a criação do arcebisado. 67.

Sorte dos alborotadores do Rio. D. Paes e as Esmeraldas, 68.—Outros sertanejos. Paschoal Paes no Tocantins, 69.—Invasões no Paraguay. Minas de Itahayana. D. Rodrigo, 70.—Tres novos Bispados. Arcebisado. Dois beatos Brazileiros, 71.—Voto. Conventos de Freiras. Disposições legislativas, 72.—Ainda Indios e Jesuitas. Estaleiro e outras obras no Rio, 73.—Campos. Doação de suas terras. Esp. Santo e Bahia, 74.—Novo regimento do Governador do Estado, 75.—Suas disposições: Milicia; Indios; Donatarios: Melhoramentos, 76.—Justiça ao povo: Independencia de poderes; Outras disposições, 77.—Estatistica das capitania: Correspondencias de officio, etc., 78.—Capitães e capitães-móres. O que eram. Seus poderes, 79.—Terços de ordenanças. Recrutamentos. Capitães do mato, 80.

XXXVII. Successos immediatos á criação do arcebisado. . . 81.

Fundação da colonia do Sacramento. É tomada, 82.—Tratado de 1681. Negociações. Incoherencias, etc., 83.—S. Paulo e Minas. Morro de ferro. Esmeraldas, 84.—Revolução no Maranhão. Indios. Jesuitas. Monopolio, 85.—Beckman. Seus feitos. O governador e o Pará, 86.—Restabelecimento do que estava. Gomes Freire, 87.—Morte de Beckman e de Sampaio, e do traidor Lazaro, 88.—Desordens na Bahia. Dois irmãos Vieiras. Pestes, 89.—Bixa ou febre amarella. Voto a S. F. Xavier. Falta de moeda, 90.—Outras causas de miseria. Remedios propostos, 91.—Remedios adoptados. A inquisição e os christãos novos, 92.—Erros dos governantes. Considerações sobre a escravidão, 93.—Atrazo e até oppressão na industria, 94.

XXXVIII. Prosegue-se no mesmo assumpto. Outras guerras. 95.

Invasões d'Indios no Rio-Grande e Maranhão, 96.—Guerras dos Palmares. Onde eram. Contractos, 97.—Sujeição dos Palmares. Bandeiras de Ferraz e Frias derrotadas, 98.—Ouvidoria em S. Paulo. Tratados de 1701 e 1703, 99.—Capitulação da Colonia. Descobre-se ouro em Minas, 100.—Quatro districtos. Trans-

Figura 2. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

INDICE.

6

migrações. Mania mineira, 101.—Opinião do P. Vieira. Desordem dos embuabas, 102.—M. Nunes Vianna sujeita-se a Albuquerque. Providencias, 103.—Carestia dos generos. Compra da capitania, 104.—Novas hostilidades dos Francezes no Brazil, 105.—Desembarque de Duclerc, e ataque do Rio de Janeiro, 106.—E' derrotado e feito prisioneiro com todos os seus, 107.—Sua morte. Expedição de Duguay-Trouin, 108.—Fortificações do Rio. Sua barra é forçada, 109.—Erros dos nossos. Aproveita-se delles o francez, 110.—Desembarques. Ataques. Baterias, 111.—Bateria de brecha: intimação ao governador, 112.—Carta de Du-G. Trouin. Resposta do governador, 113.—Testemunho de um contemporaneo. Covardias, 114.—Votos de alguns chefes. Retirada do governador, 115.—Assenhorea-se o inimigo da cidade. Reflexões, 116.—Valor do esbulho. Compra e resgate da cidade, 117.—Cavalheirismo dos vencedores. Castigo da Providencia.

XXXIX. Continuação. Tumulto na Bahia. Os mascates de Pernambuco. 119.

Tumulto do juiz do povo na Bahia. Sujeição dos Orizes, 120.—Ascendente do Recife no concelho de Olinda. E' feito villa, 121.—Opiniões acerca dos termos. Tiro no governador, 122.—Revolução. O bispo é aclamado. Revolta do Recife, 123.—Mascates. Olinda resiste. Chronistas deste feito, 124.—Preparativos de guerra. Alcuinhas dos partidos, 125.—Devoção dos Olindenses. Goiana. Sul da capitania, 126.—Novo Camarão. Vence no Sebiró os de Olinda, 127.—E' batido junto de Garapú. Chega novo governador, 128.—Confirmação das amnistias. Repreensão a João da Maia, 129.—Louvor aos Olindenses. Sujeição. Vinganças, 130.—Queixa-se o senado de Olinda, 131.—E' attendido pelo soberano.

XL. Influencia da paz de Utrecht no Brazil. Estado do paiz. 133.

A Colonia é restituída. Fisco. Sesmarias, 134.—Administração interior. Constituições da Bahia. Ouvidores, 133.—Industria, riqueza e producções do paiz, 136.—Orçamento. Pimenta e canella da Índia. Salitre dos Montes Altos, 137.—Pobreza do Maranhão. O luxo e riqueza. Artes e letras, 138.—Poetas Brasileiros. Mattos e Botelho. Oradores. Musica, 139.—Pintura. Fr. Ricardo e outros. Instrucção publica, etc., 140.—Bartolomeu Lourenço. Invento para andar pelo ar, 141.—Sua descripção. Segredo acerca da força motriz, 142.—Requerimento. Despacho. Faz-se Justiça á corte, 143.—Mallogro da primeira experiencia. Convicções do autor, 144.—Morte do voador. Sua pobreza. Satyras contra elle. Seus escriptos, 145.

XLI. Cinco novas capitánias, e cinco dioceses. Tratado de 1750. 146

Projectos sobre Montevideo, Laguna e Rio Grande do sul, 147.—Caminho de Viamão a Curitiba. Campos de Palmas, 148.—Planos de Salcedo contra a Colonia. Sitio que lhe pôe, 149.—Resistencia da praça. E' levantado o sitio. Opiniões, 150.—Colonisação do Rio Grande do S. Descripção do porto, 151.—Descripção dos seus arredores. Ilha de Santa Catherina, 152.—Sua descripção. Desterro. União ao Rio. Colonos das Ilhas, 153.—Ciúme dos visinhos. Prosperidade da Colonia, 154.—Progressos feitos pelos nossos Sertanejos, 155.—Novas capitánias generaes em Minas, Goyaz e Cuiabá, 156.—Prelasias do Pará, S. Paulo e Minas, Goyaz e Cuiabá, 157.—Apressa-se a negociação do tratado de limites, 158.—Raia que assignou ao Brazil, Reflexões. 159.—Direitos que fez valer Portugal, 160.

XLII. Outros factos e providencias até 1750. Ouro e diamantes. 161

Maranhão, Ceará, Piauhy, R. Grande, I. de Fernando, 162.—Pernambuco e Paraíba. Alagoas. A Bahia e os vice-reis, 163.—Sinistros. Ilheos e Porto Seguro. Espirito Santo. Campos, 164.—Rio de Janeiro. Factos importantes. Orçamento, 165.—Distincções a S. Paulo. Alfandega. Goyaz, 166.—Viagem por Camapuam. Minas do Cuiabá, 167.—Viagem de Rodrigo Cesar ao Cuiabá. Divisa, 168.—Frequentes hostilidades dos Indios canoeiros, 169.—Victoria que alcançam. Morte do ouvidor Lanhas, 70.—Retirada dos vencidos. Nova assaltada, 171.—Outras hostilidades. Minas Geraes. Paga dos quintos, 172.—Casas de fundição. Moedas. Barras cunhadas, 173.—Systema de capitação. Martinho de Mendonça, 174.—Ve-

Figura 2. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

d

INDICE.

xames e abolição da capitação. Lavra do ouro, 175.—Processos de mineração. Cata. Tapinhuacanga. Cascalho, etc., 176.—Quilates de ouro. Tamanhos dos pedaços. Diamantes, 177.—Seu jazigo. Providencias. Contracto. Legislação, 178.—Calhambollas. Pragmatica. Inquisição, 179.—Seus abuzos no Brazil. Alguns factos, 180.—Outros factos de clamorosa crueldade, 181.—Antonio José. Seu processo. Considerações, 182.—Autos de fé. Classes perseguidas. Famílias inteiras, 183.—Estado das letras. Academias. Publicações, 184.—Obras de Pitta, de Berredo e do P. Marques, 185.—Faculdades especiaes dos bispos do Brazil, 186.

XLIII. Desde o ajuste de 1750 até a sua annullação em 1761. 187

Intrigas contra o tratado. Espias. Opposições, 188.—Commissarios demarca-dores. Instrucções para as demarcações, 189.—Concessões feitas. Primeiras demarcações no sul, 190.—Resistencia dos Indios. Treguas. Marcha e ataque, 191.—Derrota dos das missões. Chronistas deste feito, 192.—Retirada dos nossos. Indios que os seguem. Bobadella, 193.—Volta ao Rio. Patentea-se a opposição dos jesuitas, 194.—São privados da jurisdicção sobre os Indios, 195.—Reagem. Propõem-se a fazer cair a Pombal, 196.—Não o conseguem e são expulsos do reino, 197.—Considerações. Exaggerações dos partidos oppostos, 198.—Texto de um notavel alvará acerca de taes documentos, 199.—São mandados guardar nas camaras do reino e dominios, 200.—Annullação do tratado de 1750 explicada, 201.—Considerações. Servicos dos jesuitas ao Brazil. Cathequese, 202.—Educação religiosa. Edificios publicos, 203.—Forma da expulsão. O P. João Daniel e o seu thesouro, 204.—Noticia de outras ordens religiosas, 205.—Freiras. Ordens terceiras. Mamosteiros abolidos, 206.—Letras e artes. Varias festas publicas, 207.—Touros, canas, escaramuças, comedias, etc., 208.

XLIV. Successos importantes desde o tratado de 1761 ao de 1777. 209

Guerra do pacto de familia. Rendição da Colonia, 210.—Morte de Bobadella. Seu elogio, 211.—Inauguração do seu retrato. Proposta de uma estatua, 212.—Suas previsões acerca da Colonia. Premios de servicos, 213.—Quem o substitue. O conde da Cunha. Receita do Rio, 214.—Invasões no sul. Armistício e pazes. Restitue-se a Colonia, 215.—O Rio Grande não. Hostilidades dahi resultantes, 216.—Mallogro de um desembarque na villa. Exitto na outra margem, 217.—Satisfações na Europa. Reforços. Prazeres e N. Coimbra, 218.—Vertiz. Seu caracter, projectos e tentativas, 219.—Mallogro e desapontamento. Novos soccorros, 220.—Academia no Rio. Novos reforços. Bohm e Funck, 221.—Forças, fortificações e marinha, 222.—Inferioridade dos contrarios. Negociações, notas, etc., 223.—Seguimento das hostilidades no Rio Grande, 224.—F. do Triunfo. Occupação da outra margem, 225.—Entrega da villa. Propoe-se Hespanha de-saffrontar-se, 226.—Expedição de Cavallos. Sua aleivosia, 227.—Triste abandono da ilha de Santa Catherina, e capitulação, 228.—Vergonhosa rendição da Colonia, 229.—Ajustes na Europa. Perda da praça dos Prazeres, 230.—Paz promovida pela França para favorecer os E. Unidos, 231.

XLV. Apreciação do reinado d'elrei D. José 1.º de Portugal.. 232

Elogio de José I. Grandes dotes de Pombal, 233.—Servicos ao Brazil na instrucção publica, 234.—No commercio. Juntas e companhias, 235.—Tabaco. Favor ao Maranhão. Anil, caffè, arroz, etc., 236.—Industrias. Navegação. Quinto do ouro, 237.—Rendas publicas. Contractos e monopolios, 238.—Chronista do Brazil. Collecção especial legislativa, 239.—Incorporação de todas as capitancias na Corôa, 240.—Regulamento de Lippe. Lei da boa razão. Relação do Rio, 241.—Juntas de justiça. Leis philanthropicas, 242.—Caboucolos. Casamentos com Indias, 243.—Directorio dos Indios. Christãos novos e velhos, 244.—Caracter de Pombal, segundo Ratton, 245.—Sua economia: trato modesto de José I, 246.—O ouro do Brazil. Considerações conciliadoras, 247.—Pêas que tinham os governadores do Brazil, 248.—Chegaram ás vezes a ser um mal. Corretores d'ofícios, 249.—Rio Negro. Governadores. Lavradio. Sua politica, 250.—O Joven conde de Valladares em Minas, 251.—Noronha. Trages. Brasileiros favorecidos, 252.—Poetas. Statistica de Pernambuco. Varios escriptores, 253.

Figura 2. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

INDICE.

e

XLVI. Tratado de 1777 e governo de Maria 1.^a de Portugal. 254.

Má redacção do tratado. Injusto a nosso respeito, 255.— Não se cumpre. Novo tratado em 1778, 256.— Commissarios das quatro divisões. Veiga. Alvear, 257.— Azara, Cabrer, Aguirre, Almeida Serra e outros, 258.— Commissarios e astrónomos do Pará. Mem. de Jurado, 259.— Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira. Seus trabalhos, 260.— D. Fr. Braun. Sá. Nogueira e Teixeira Coelho, 261.— Taques. Fr. Gaspar. Abreu. Vellozos. Durão, 262.— Considerações sobre o Caramurú. Vice-rei Vasconcellos, 263.— D. Thomaz J. de Mello e D. Rodrigo J. de Meneses, 264.— Usos, fórmulas e fóros. Statistica do Rio. A Metropole, 265.— Seus ministros. Anil e coxonilha. Canhambolas e Indios, 266.— Garimpeiros Vira-saias. Terror e mortes, 267.— Legislação da metropole. Fabricas prohibidas, 268.

XLVII. Primeira conjuração em favor da independencia do Brazil. 269

Club em Coimbra. Conferencia de Maia com Jefferson, 270.— Projecto do conde de Aranda sobre o Brazil, 271.— Primeiros conciliabulos em Minas, 272.— Alvarenga, Gonzaga e outros. Exclusivismo natal, 273.— O Tiradentes. Denunciante. Governador Barbacena, 274.— Revoga a derrama. Hesitam os conjurados, 275.— Decisão d'Alvarenga. Gonzaga com o governador, 276.— Disfarce deste. Primeiras prisões, 277.— Devassas. Dez. Diniz. Alçada. Perdão, 278.— Os reinados das soberanas. Penas infringidas aos reos, 279.— Considerações acerca do mallogro da conspiração, 280.— Resignação aos altos decretos da providencia, 281.

XLVIII. Regencia do principe D. João em Lisboa. . . 282

D. Rodrigo (Linhares) protege os Brasileiros, 283.— Arruda, José de Sá, Vieira Couto e Balthasar Lisboa, 284.— Merito dos alvitristas politicos, 285.— Elogio de Cayrú e do bispo Azeredo, 286.— Hypolito José da Costa. Legislação sobre Matas e Arsenaes, 287.— Paquetes. Contractos das baléas e do sal abolidos, 288.— Seu rendimento. Reflexões. Minas de Ferro, 289.— Revolução franceza. Sua origem e victimas. Rousseau, 290.— Voltaire e Montesquieu. A Hespanha atrozmente contra Portugal, 291.— Pazas. Conspiração socialista na Bahia em 1798, 292.— Seus cabeças. Ridiculos pasquins e plebiscitos, 293.— Descobrem-se os cúmplices. Denunciante, 294.— Devassa. Sentença. Vão quatro ao patibulo, 295.

XLIX. Partida da corte para o Brazil. Situação deste paiz. . . 296

Projectos de Napoleão. Condestavel do Brazil. Proclamação, 297.— Tratado de Fontainebleau. Partida da corte, 298.— Situação do Brazil. Suas rendas, producções, etc., 299.— Vaccina. Agricultura e commercio. Seus vexames, 300.— Protecções governativas. Recrutamento. A mulher, 301.— Civilização d'Indios. Varios litteratos Brasileiros, 302.— Artistas. Musica. Pintura. Escultura. O Rio Negro, 303.— Pará. Esplorações de alguns Rios da Capitania, 304.— O Maranhão. Farga do Achoy. Piahy e o Ceará, 305.— Rio Grande e Parahiba. Pernambuco e o bispo Azeredo, 306.— O bispo como governador interino de Pernambuco, 307.— Como presidente da junta da fazenda e director dos estudos, 308.— Alagoas e Sergipe. Bahia. Rio e Capitania do Sertão, 309.— Rio Grande do Sul. Conquista do Jaguarão e das Missões, 310.— Pazas. Capitania general de S. Pedro. Porto-Alegre, 311.

L. Chegada do Principe ao Brazil. Seus primeiros actos. 312.

Arribada á Bahia. Franqueo dos Portos. Vai ao Rio. O Imperio, 313.— Character de D. João. Seu tino governativo. Sua figura, 314.— Providencias para ampliar o palacio. O marquez d'Aguiar, 315.— A historia patria no governo. Copia-se tudo de Portugal, 316.— Censuras. Instituições uteis ás letras, sciencias e artes, 317.— O banco. Legislação Joanina. Novas Capitania, comarcas, 318.— Providencias severas contra os Bolocudos, 319.— Outras taes contra os Bugres de S. Paulo, 320.— Novas recommendações acerca dos mesmos, 321.— Providencia

Figura 2. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1^a edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

f

INDICE.

acerca do melhoramento da capital, 322.— Rotulas de urupema. Morro do Castello, 323.— Outras povoações. Bahia e seus desmoronamentos, 324.

LI. Politica exterior. Negociações, tratados, conquistas, etc. 325

Tomada da Cayena. Pretensões da princeza Carlota, 326.— Resultados. Linniers e Ello. Tropas auxiliares a este, 327.— Retiram-se ellas á Fronteira. Tratados de 1810, 328.— Suas raras estipulações. Congresso de Vienna, 329.— Convenções additionaes. Restituição da Cayena, 330.— Meritoria administração de J. Severianno (M. de Queluz), 331.— E' confirmada por um escriptor colono, 332.— O Brazil declarado reino. Voluntarios reaes e Lecor, 333.— Divisão de Curado. Acções parciaes. Chronista dellas, 334.— Batalhas de India-muerta e Catalão. Resultado, 335.— Detenção de Curado. Defesa do passo do Rosario, 336.— Victoria de Taquarembó. Resultados, 337.— Expedição de Abisbal. Limites com Montevideo, 338.— Colonisação suissa. Opiniões do Correio Braziliense, 339.— Reflexões acerca da colonisação do Sr. Vergueiro e do autor. João VI aclamado rei. Coroação. Medalha, 340.

LII. Escriptores, viajantes e imprensa periodica do reinado. 341

Moraes e seu dictionario da lingua portugueza, 352.— Ayres do Casal e a sua Corographia braziliica, 343.— Southey e a sua Historia do Brazil, 344.— Principe Maximiliano. Spix e Martius, 345.— Suas obras. São-Carlos. Caidas. Janeiro e outros, 346.— Saint Hilaire. Eschwege. Varnhagen. Feldner, 347.— P. L. Gonçalves, monsenhor Pizarro e Balthasar Lisboa, 348.— Gayoso e Paula Ribeiro, e outros viajantes, 349.— Schüch. F. Denis. Imprensa periodica, 350.— Correio Braziliense e Investigador em Londres, 351.— Serviços reaes prestados pelo Correio Braziliense, 352.— Liberdade da imprensa para o Brazil, 353.— Proposta de uma capital no interior, 354.— Inconvenientes do Rio para capital, 355.— Serviços de Hypolito comparados aos de Franklin, 356.

LIII. Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projectos d'elrei. 357

Satisfações do autor ao tratar do assumpto, 358.— Historia do morro Biracoiava ou Araçoiaba, 359.— Ordens para a vinda de mineiros, 360.— Instruções do conde de Linhares a Varnhagen, 361.— Descrição do morro de ferro de Araçoiaba, 362.— Plano de Varnhagen para o estabelecimento, 363.— Ordens para a criação do novo estabelecimento, 364.— Junta administrativa: discussões e desintelligencias, 365.— Vai o tenente general Napion inspecionar as obras, 366.— Directoria de Varnhagen. Resultados logo favoraveis, 367.— Novos trabalhos. Intrigas desfeitas, 368.— Perseverança. Protecção d'elrei. Exito completo, 369.— Cruzes monumentaes. Modestia e justiça, 370.— Recompensas honorificas. Dimissão, 371.— Idade do ferro. Artefactos. Coroa real. Conclusão, 372.

LIV. Revolução pernambucana em 1817. Rodeador. . . 373

Não projectada. Desaprovada por muitos, 374.— Convicções do autor. Estado próspero da provincia, 375.— Elogio do capitão general. Causas de agitação. Rivalidades, 376.— Franqueza de Martins. Conselho. Prisões, 377.— Resistencia e attentado de Barros Lima. Insurreição, 378.— Debilidade do governador. Capitulação vergonhosa, 379.— Governo provisorio. Conselheiros. Proclamação, 380.— Providencias erradas. Tratamento de vós. Mendonça, 381.— *Preciso*. Symptomas tristes. Character de Martins, 382.— Character do P. João Ribeiro. Laços, armas reaes, etc., 383.— Emissarios aos E. Unidos e Londres. Censura do Corr. Braz., 384.— A intervenção estrangeira sempre nociva, 385.— Parahiba. Alagoas e Rio Grande. Os padres Ribeiro e Alencar, 386.— Bloqueio de Pernambuco. Tropas por terra, 387.— Combate. Prisão do Martins. Negociações burladas, 388.— Ameaças de Domingos Jorge. Sua retirada, 389.— Escondem-se os chefes. Considerações. Scenas tristes, 390.— Suspensão das execuções. Alçada cruel. Perdição, 391.— A Providencia protegendo a integridade do Brazil, 392.— Romantico successo do Rodeador ao sul de Pernambuco, 393.

Figura 2. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

INDICE.

9

LV. Revolução constitucional. Vac-se elrei para Portugal.. 394

Revoluções no Pará e Bahia. Chegam ao Rio as noticias, 393.— Carta da junta provisória da Bahia, 396.— Prosegue a dita carta, 397.— Ainda a carta da junta da Bahia, 398.— Thomaz Antonio. Palmella. Seus conselhos, 399.— Primeira resolução d'elrei. Decreto, 400.— Oppoem-se à regia resolução as tropas portuguezas, 401.— E' decretada a constituição futura de Portugal, 402.— A constituição é proclamada nas provincias, 403.— Questão do regresso da côrte. Opinião do Corr. Braz., 404.— Combate os direitos de Portugal para ter a côrte, 405.— Vantagens de proseguir o Sr. D. João no Brazil, 406.— Insistencia do Corr. Braz. em suas opiniões, 407.— Oppoe-se ao regresso por ser então inoportuno, 408.— Correio Braziliense era liberal, 409.— Oppoem-se a reunião dos eleitores a que parta elrei, 410.— E' dissolvida. Partida d'elrei. Eleições, 411.

LVI. Regencia de D. Pedro em harmonia com as cortes. . 412

Banco do Rio. Jura das bazas. Conde dos Arcos. Reverbero, 413.— Provincia cisplatina. Pernambuco. Luiz do Rego, 414.— Junta da Goyana. Questões. Rasgo de Moraes Silva, 415.— Paz de Biberibe. Providencias das Córtes, 416.— Sua cegueira e injustiça. Novas providencias, 417.— O principe é chamado á Europa para viajar, 418.— Conciliabulos de resistencia. Representação de S. Paulo, 419.— Segue a representação de S. Paulo, 420.— Conclue. Foi acompanhada de outras, 421.— Dita do Rio, apresentada por José Clemente, 422.— Discurso de José Clemente, 423.— Continuação do mesmo discurso, 424.— Segue o discurso de José Clemente, 425.— Conclue. Resolução do Fico. Reflexões, 426.— Em defesa do Principe. A Providencia, 427.

LVII. D. Pedro contra as cortes. E' proclamado imperador. 428

Novo ministerio. Novos decretos. Expedição de Portugal, 429.— Vae o principe a Minas. Volta. Palavras do Reverbero, 430.— Titulo de Defensor perpetuo. Pedidos de uma assemblea, 431.— Convoca-se. Discurso de Lucas José Obes, 432.— Cartas do principe. Obedece-lhe Pernambuco, 433.— A Bahia manifesta-se pelo Rio. Desordens, 434.— O brigadeiro Madeira resiste. Novos ministros, 435.— Tropas que viessem da Europa declaradas inimigas, 436.— Manifesto de 6 d'agosto. O principe vae a S. Paulo, 437.— 7 DE SETEMBRO. Nova era. Grito do Ipiranga, 438.— Considerações. Regresso do principe, 439.— Armas, tope e bandeira. Padroado, leis e constituição, 440.— Acclamação. Hymno. Coroação. Ordem do cruzeiro, 441.— Appendice, 442 e 443.

LXIII. Auxilios chronologicos para verificar as datas e os factos. 444

Quadro das paschoas e kalendarios desde 1500 a 1822, 445.— Summos pontifices, 446.— Reis e principes do Brazil, 447.— Chefes da administração, 448.— Bahia, 449.— Pernambuco, 451.— Parahiba, 452.— Segue a Parahiba, 453.— Rio Grande do Norte, 454.— Ceará, 455.— Maranhão, 456.— Pará, 457.— Pianhy, 458.— S. Paulo, 459.— Minas geraes e Santa Catharina, 460.— Rio grande do Sul, Goyaz e Matto Grosso, 461.— S. José do Rio Negro. Espirito Santo. Bispos da Bahia, 462.— Bispos do Rio, de S. Paulo e de Minas, 463.— Bispos de Pernambuco, do Maranhão e do Pará, 464.

Notas. 465

As principaes notas são. 1.ª Sepultura de Salvador Correa. 4.ª Defesa do autor contra uma aggressão injusta. 6.ª Marañon. 7.ª Chefes dos Palmares pró e contra 10. Como os nomes de Vicente Pinzon e Oyapoc se associaram ao mesmo rio. Correção, ao texto impresso de Gabriel Soares a tal respeito. 11 Insttuições secretas a Osuna em Utrecht. 12 Asiento de Negros. 19 A Inquisição e seus arbitrios. 22 Educação primaria religiosa. 25 Vicioso americanismo. 26 Notas á *Respuesta* impressa de Grimaldi. 34 Indice dos melhores mappas das nossas fronteiras. 37 Sobre o codigo filippico. 42 Propostas de reforma na justiça por um dezembargador da Bahia. 46 Meritos que deveria ter o introductor no Brazil dos fornos altos para fabrico do ferro, pelo illustre mineralogista brasileiro Vieira Couto em 1799. 48 Palavras de Gervasio Pires Ferreira sobre a revolução de 1817. 49 Monumento votado pelo Rio ao senhor dom João VI. 50 Nota acerca do monumento do Ipiranga.

Figura 2. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1ª edição, 1857) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de
Francisco Adolfo de Varnhagen

ÍNDICE DO TOMO IO.

Pag.

DEDICATÓRIA m

PRÓLOGO v

PREFÁCIO da 1ª e dição XIX

SECÇÃO I. DESCRIÇÃO DO BRAZIL EM GERAL 1

Nome do Brazil. Extensão. Paragem central. Formações geognosticas. Diamantes. Ferro. Ouro. Ausência de terremotos. Climas. Meteorologia. Quadras do anno. Firmamento. Vegetação. Matos virgens. Capoeiras. Catingas. Madeiras. Outras produções. Fructas. Campos virgens. Falta de neve. Animaes. Pássaros. Peixes. Contrastes de plantas e de animaes.

II. — DOS ÍNDIOS DO BRAZIL EM GERAL 11

Calculo da população indigena. Ideas de patriotismo. Unidade de raça. Lingua geral. Tubinambá. Nacionalidades. Alcinhas dos bandos. Que significam. Caboclo. Bugre. Emboába. Alcinhas de ódio, de respeito, etc. Mais alcinhas no Brazil e n'outros paizes. Apodos. Nome genérico de Bárbaro ou Tapuy. Nação Tapuya. Bárbaros. Significação do vocábulo Tupi. Guaranis. Caribes, Caraibes. Berço dos invasores. Marinha de guerra. Germens de discórdia. Vicios. Envenenamentos. Anarchia. Infância da humanidade. Meninice dos heroes.

III. — LINGUA, USOS, ARMAS E INDUSTRIA DOS TUPIS . . . 22

Lingua. Aparência. Estatura. Côr baça. Pinturas do corpo. Botoques. Furos na cara. Cabello. Ornatos: aiucará, tapaeurá, etc. Tangapema. Maracá. Arcos e frechas, etc. Venenos de hervar. Escudos. Machados. Trabalho de cada sexo. Guerras. Tempo. Preparativos. Surpresas. Prevenções. Taba ou aldêa. Ocas. Ocára. Cahçára. Tapera. Caça e pesca. Pindá. Tinguá. Timbó. Puças. Giquás. Piracui. Ostreiras. Sernambitibas. Tartarugas. Mondéos. Mimbába. Sementeiras. Milho. Mandioca. Vinhos. Utensílios. Patiguás. Samburás. Pacarazes. Redes, etc. Canoas, remo e leme. Sorte da mulher. Guatós e outros.

IV. — IDEAS RELIGIOSAS E ORGANISAÇÃO SOCIAL DOS TUPIS:
SUA PROCEDÊNCIA 38

Significação dos sacrificios anthropophagos. Sepulturas. Camucins. Jazigo ou t'fiby'. Tupá. Raios. Superstições. Agouros. Pajés. Abusos destes. Poracés. Seus tristes resultados. Descrição do sacrificio. Partilha do cadáver. Destino dos ossos e dentes. Geração. Nascimento. Velhas. Morubixab. Communismo. Roubo. Hospitalidade. Polygamia. Heroínas Amazonas. Noivados. Recém-nascidos. Doenças. Curativos. Soffrimento. Chorar. Nomes. Sentidos apurados. Character. Vida habitual. Banhos.

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

INDICE.

	Pag.
Fogo. Sal. Pazes. Tabaco. Paricá. Guaraná. Coca, etc. Infância da sociedade. Exemplo. O homem sem leis nem religião. Em todos paizes o mesmo. Carbe: S. Thomé e suas pegadas. Sumé. Pajés. Monumentos primitivos. Procedência plausível do Caribs, Tupis ou Garanis.	
V. — DESCOBRIMENTO DA AMERICA E DO BRAZIL. . . .	59
Raymundo Lull. D. João I. Ceuta. O Infante De Henrique. Os Reis Catholicos. Os Malborquinos. Circumnavegação d'África. Circumnavegação da Europa., Descobrimentos a loeste. Fernão Telles e Ulmo. Plano de Toscanelli. E realizado pela perseverança de Colombo. Seus estudos. Obra d'Ailly. Descotrimto da America. índias Occidentaes. Opiniação de Strabo. Bulla Pontificia. Justas queixas de Portugal. Conversão de Tordesilhas. Pouca precisão na redacção. Consequência. Meridiano. Direitos de Portugal a colonisar o Brazil. Cabral. Vista de terra. Monte Paschoal. Pero Vaz de Caminha. Porto Seguro. Seus habitantes. Nome de Ilha da Vera-Cruz. Vasco da Gama. Mestre João. Pouca importância dada ao Brazil. Descobrimto da costa do norte. De Ita do Assú. Maranhão e Amazonas. Hojeda e Vespucci. Cabos de Consolacion e de Rostro Hermoso e Pinzon. Lepe Opiniões de Martyr e de Enciso.	
VI. — EXPLORAÇÕES PRIMITIVAS DA COSTA BRAZILICA. . .	81
De João Manuel em 1501. Vespucci e Solis. Cabos de S. Roque e Santo Agostinho. Portos ao sul: Bahia, Rio, S. Vicente, Cananéa. Cabo de Santa Maria. Geórgia Austral. Gonçalo Coelho em 1503. Ilha do Fernão de Noronha. Colônias em Cabo-Frio e Rio de Janeiro. Cari-oca. Bahia de S. Mathias. Gonneville. Brazileiros. Náo Bretoa. Maranhão, índias. Santa Cruz, Antártica. Mundo Novo, etc. Consequências da partida de Américo. João Dias de Solis. Portugal descuida o Brazil pela Ásia. Feitorias. Um pirata. As Molucas. Fernão de Magalhães O meridiano da demarcação. Contracto de Saragoça. Origem do nome Rio da Prata. El Dorado.	
VII. — ATTENDE-SE MAIS AO BRAZIL. PENSAMENTO DE COLONISAL- O EM MAIOR ESCALA	102
Os Portuguezes na Ásia. Os Francezes no Brazil. Recursos do foro e da diplomacia. Anjo. Roger. Jaques. Igaracú e Pernambuco. Diego Garcia e Cabot. D. Rodrigo de Acuña. Porto de D. Rodrigo. Baixos de D. Rodrigo. Suas peregrinações. D. Rodrigo em Pernambuco. Christovam Jaques e os Francezes. Antônio Ribeiro. Idéa de colonisação. Diogo de Gouvea. Méritos de Gouvea. Resolve-se a colonisação do Brazil. Henrique Montes. Martim Affonso de Souza. Poderes que trazia. Pero Lopes de Souza. Reclamações de França. Negociações diplomáticas importantes.	
VIII. — RESULTADOS DA EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO	116
Seus feitos. Os Francezes. O Maranhão. A Bahia. Combate naval dos índios. Martim Affonso na Bahia e no Rio. Ilha da Cananéa. Oitenta homens ao sertão. Padrões da Cananéa. Naufrágio de Martim Affonso. Pero Lopes sobe o Paraná, Martim Affonso fica na costa. Escolha do porto de S. Vicente. Sua descripção. Estabelecimento da colônia. João Ramalho. Etymologia do nome Piratininga. Piracemas. Villas de S. Vicente e de Piratininga. Concelhos das duas vilas. Sesmarias. Direitos dos colonos. Jurisdicção ecclesiastica primitiva.	

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

IX. — SUCESSOS IMMEDIATOS Á EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFFONSO

128

Tomada de uma fataleza e uma não de França. Resolve-se a partição do Brazil em capitánias. Carta regia a Martim Affonso. Volta de Martim Affonso á Europa. Doze donatários. Quinze quinhões. Irmãos Souzas. P. de Góes. Vasco Fernandes. P. do Campo Jorge de Figueiredo. Francisco Pereira. Duarte Coelho. Pero Lopes. Fernand'Alvares. Ayres da Cunha João de Barros. Antônio Cardoso de Barros. Poucos competidores. Extensão das differentes capitánias. Demaziada terra a cada donatário. Parallelo com a colonisação da Madeira e Açores. Vantagens que se propunha sacar Portugal desta colonisação.

X. — DIREITOS DOS DONATÁRIOS E COLONOS. PORTUGAL NESTA EPOCHA

143

Privilégios ou foros dos donatários. Privilégios feudaes Desprendimento da coroa. Foral. Deveres para com o rei e os colonos Couto e Homisio. Estrangeiros christãos. Leis do Reino. Código Manuelino ou cinco livros das Ordenações. Administração dos Concelhos. Juizes de fora. Mesa da Consciência. Alçadas. Systema fiscal. O throno. A magistratura lettrada. Aristocracias. Tratantes ou agiotas. Titulos. Fidalgos. Infanções. Moradias. Brazão. Fontes da legislação. Três ordens militares. Nomes e Appellidos. Lingua portugueza. Escriptores antigos. Pronunciação brasileira. Cultura intellectual da metrópole. Industria. Civilisação árabe na Hespanha. Architectura Pintura. Typographia. Marinha. Náutica Antiguidade do Astrolabio. Século XV. A imprensa Livre exame. Protestantismo. Tribunal da Inquização. Advertência.

XI. — CHRONICA PRIMITIVA DAS SEIS CAPITANIAS CUJA COLONISAÇÃO VINGOU

164

Capitania de Martim Affonso. Ataque de Iguape. Derrota. Ataque a S. Vicente. Invasão do mar. Villa de Santos. Monjolo. Sua procedência da China. Engenhos de assucar. Sesmarias. Terras de Pero Lopes. Seus delegados em Santo Amaro. Itamaracá. Pero Lopes vai á índia. Sua morte. D. Izabel de Gamboa: seus delegados. Villa da Conceição. Itamaracá. Duarte Coelho. Marim ou Olinda. Recife. Porto de Pernambuco. Villa de Olinda. Sua situação. Desprezo do Recife. Tamandaré. Trabalho dos índios. Etymologia de Olinda. Nova Lusitânia. Prospera a colônia. Rigor do donatário. Queixas. Viagem á Europa. Rio de S. Francisco. Caxoeira de Paulo Affonso. Cultura do assucar. Igaracú Capitania do Espirito Santo. Sesmarias. Villa da Victoria. Principaes colonos. O donatário e seus vicios. Decadência Porto Seguro. Seu donatário. Primeira villa. Gentio. Colonos pescadores. Venda da capitania dos Ilheos. Romero, delegado do donatário. Morro de S. Paulo. S. Jorge dos Ilheos. Descripção do paiz. Expulsão e reintegração do delegado. Resultados.

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XII. — CAPITANIAS CUJA PRIMITIVA COLONISAÇÃO SE MALLOGROU	186
Capitanias septentrionaes. Associação trina Intentos. Naufrágio de Ayres da Cunha. Nazareth na Ilha da Trindade. Maranhão. Sua descripção. Sorte dos colonos. Orellana no Amazonas. Diego Nunez e João de Sande. Perós do Maranhão. Castelhana, Botocudo. Capitania de Cardozo de Barros. Ruínas de pedra e cal no porto de Camucim. Capitania de Góes. Ida a Portugal. Contractos. Perdas. Derrota. Evacuação da capitania. Francisco Pereira na Bahia. Estabelecimento. Vícios. Villa da Victoria. Sesmarias. Texto de uma a Diogo Alvares (Caramurú). Insubordinação. Perplexidade do donatário. Seu apuro e prisão. Sua morte. Ilha de Fernão de Noronha. Sua descripção e donatária.	
XIII. — VIDA DOS PRIMEIROS COLONOS E SUAS RELAÇÕES COM OS ÍNDIOS *	203
Adopção dos alimentos, agricultura e utensílios. Adopção das canoas e da pesca e caça dos índios. A mulher, elemento de fusão. Caribocas, mamelucos, etc. Scenas primitivas. Trabalho dos índios. Festas religiosas. Festas publicas e das famílias. Escravos índios. Crueldades exaggeradas. Governo dos índios. Sua ferocidade, indomável por meios brandos. O emprego da força reconhecido necessário. Opinião de Pedro Martyr. Necessidade d'Africanos. O pseudo philantropo Las Casas, negreiro. Os Jesuítas. O trafico favorecido. Consequência. Locuções viciosas.	
XIV. — ESCRAVIDÃO D'AFRICANOS. PERIGOS AMEAÇADORES	218
Origem da escravatura africana. Condição do escravo. Tolerância no Brazil. Raças africanas escravizadas. Jurisprudência. Fecundidade. Character. Religiões. Bens e males provindos d'África e do captiveiro Perigos iminentes do Brazil. Desmoralisação. Piratas. Degradados. Homisios. Queixas de Duarte Coelho. Colonisação por muitos degradados. Excepções. Desmoralisação e irreligiosidade. Nãos Francezas. Eloquentes brado de Luiz de Góes. Providencias. Queixas dos donatários. Sorte destes.	
XV. — ESTABELECIMENTO DE UM GOVERNO CENTRAL NA BAHIA	230
Thomé de Souza, governador. P. Borges, ouvidor geral. Antônio Cardoso, provedor mór. Provedorias parciaes. Seu regimento. Pero de Góes, capitão mór da costa. Milicia Compra da capitania. Colonos. Descripção da Bahia. Ilhas. Paraguaçu Uguape. Matoim, Pirajá Desembarque. Assento mais próprio para a cidade. Itapagipe. Cidade do Salvador. Sua fundação e muralha. Suas armas. Villa Velha. Cidade baixa. Sesmarias. Gados. Braços. Os índios. Systema de terror. A religião. A musica. O novo Orfeo. O. P. Navarro. O Caramurú. O Caramurú, origem desta alcunha. Emprego dos Jesuítas. Relaxação de costumes. Matrimônios. Cruzamentos de raças. Os Jesuítas contribuem á unidade brasileira. Correição do ouvidor geral e do provedor mór. Pero de Góes : Peleja em Cabo Frio com uma não franceza.	

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XVI. — CRIAÇÃO DE UM BISPADO. CONCLUE O GOVERNO DE THOMÉ DE SOUZA	251
Primeiro bispo. Verdadeira data da bulla da criação do bispado. Partida immediata do bispo. Extensão da diocese. O padroado. índios. Iperú e Miranga. Visita Thomé de Souza as capitarias do sul. Pintura do Rio de Janeiro. S. Vicente. Naufrágio de Senabria. Comunicação de S. Vicente com o Paraguay por terra. Projectos de Thomé de Souza. Notícias de minas. Vantagem de se não ter achado minas. Primeira exploração dos sertões de Minas. Thomé de Souza. Seu regresso e destino. Armada de Luiz de Mello. Sua perda.	
XVII. — GOVERNO DE D. DUARTE DA COSTA. TENTATIVA DE VILLEGAGNON	262
Concessões feitas ao novo governador. S. Paulo de Piratininga. Seu bello clima. Tebiriçá e Cauby. D. Álvaro, filho do governador, origem de males. Alcaide mór da cidade. Physico. Cirurgião. Outros novos empregados. Ordenados. Más novas. Naufrágio e assassinato do primeiro bispo e outros. Rebates dos índios contra a cidade. D. Álvaro os derrota. Fuga dos Bárbaros. Humildade dos vencidos. Sua submissão. Esquadras de tropa permanente. Queixas do povo. Situação do Espirito Santo e de Pernambuco. Capitarias do sul. Morubixaba Cunhambebe. Seu retrato. O allemão Hans Staden e seu captiveiro. Peregrinações de Staden. Navios Francezes. Villegagnon no Rio de Janeiro. Fortalezas francezas na Lage e no Ilheo immediato. Motim. Reforço de Bois le Comte. Escriptor Lery. Insta o povo por outro governador. Morte do Caramurú.	
XVIII. — MEN DE SÁ. EXPULSÃO DOS FRANCEZES. CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO	281
Socorro ao Espirito Santo. Morte de Fernão de Sá. Carta Regia a Men de Sá. Carta Regia á cidade a favor dos Jesuitas. Missões de índios. Os Bárbaros submettidos pelo terror. Socorro aos Ilheos. Peleja-se nadando. Recolhe Men de Sá. Chega a frota ao Rio de Janeiro. Rende Men de Sá o forte de Villagalhão. Vai a S. Vicente. Guerras e explorações no Sertão. Invasões dos Aimorés em Porto Seguro. Puris. Sua origem provável. Missões junto á Bahia. Aulas da lingua Tupi. Prosperidade da Bahia. A colonisação do Rio de Janeiro. Estacio de Sá. Vai a S. Vicente. Reforços das differentes capitarias.	
XIX. — NOVA CIDADE DE S. SEBASTIÃO. OS ÍNDIOS E OS JESUÍTAS	299
Descripção do porto. Prodígios: o Pão d'Assucar e o Pico. A Gavia. O Corcovado. Rio Macacú. Ilhas da enseada. O Cabo-Frio. O gigante. Cidade primitiva. Como se defende. S. Sebastião. Armas. Novas pelepas. Partem os navios. Governo civil da colônia. O jogo. Confraria de S. Sebastião. Chega Men de Sá com reforços. Estâncias inimigas. Ataques e victórias. Morre Estacio de Sá. Seu elogio. Transfere-se a cidade para o morro do Castello. Parte Men de Sá. Salvador Corrêa e Christovam de Barros. A liberdade dos índios e os Jesuitas. Elogio destes. Queixa-se o povo de serem os índios servos dos Jesuitas. Nova carta regia em favor dos índios. Providencias em virtude daquella liberdade tomadas.	

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XVI. — CRIAÇÃO DE UM BISPADO. CONCLUE O GOVERNO DE THOMÉ DE SOUZA 251

Primeiro bispo. Verdadeira data da bulla da criação do bispado. Partida immediata do bispo. Extensão da diocese. O padroado. índios. Iperú e Miranga. Visita Thomé de Souza as capitarias do sul. Pintura do Rio de Janeiro. S. Vicente. Naufrágio de Senabria. Comunicação de S. Vicente com o Paraguay por terra. Projectos de Thomé de Souza. Notícias de minas. Vantagem de se não ter achado minas. Primeira exploração dos sertões de Minas. Thomé de Souza. Seu regresso e destino. Armada de Luiz de Mello. Sua perda.

XVII. — GOVERNO DE D. DUARTE DA COSTA. TENTATIVA DE VILLEGAGNON 262

Concessões feitas ao novo governador. S. Paulo de Piratininga. Seu bello clima. Tebiriçá e Cauby. D. Álvaro, filho do governador, origem de males. Alcaide mór da cidade. Physico. Cirurgião. Outros novos empregados. Ordenados. Más novas. Naufrágio e assassinato do primeiro bispo e outros. Rebates dos índios contra a cidade. D. Álvaro os derrota. Fuga dos Bárbaros. Humildade dos vencidos. Sua submissão. Esquadras de tropa permanente. Queixas do povo. Situação do Espírito Santo e de Pernambuco. Capitarias do sul. Morubixaba Cunhambebe. Seu retrato. O allemão Hans Staden e seu captivo. Peregrinações de Staden. Navios Francezes. Villegagnon no Rio de Janeiro. Fortalezas francezas na Lage e no Ilheo immediato. Motim. Reforço de Bois le Comte. Escripitor Lery. Insta o povo por outro governador. Morte do Caramurú.

XVIII. — MEN DE SÁ. EXPULSÃO DOS FRANCEZES. CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO 281

Socorro ao Espírito Santo. Morte de Fernão de Sá. Carta Regia a Men de Sá. Carta Regia á cidade a favor dos Jesuitas. Missões de índios. Os Bárbaros submettidos pelo terror. Socorro aos Ilheos. Peleja-se nadando. Recolhe Men de Sá. Chega a frota ao Rio de Janeiro. Rende Men de Sá o forte de Villagalhão. Vai a S. Vicente. Guerras e explorações no Sertão. Invasões dos Aimorés em Porto Seguro. Puris. Sua origem provável. Missões junto á Bahia. Aulas da lingua Tupi. Prosperidade da Bahia. A colonisação do Rio de Janeiro. Estacio de Sá. Vai a S. Vicente. Reforços das differentes capitarias.

XIX. — NOVA CIDADE DE S. SEBASTIÃO. OS ÍNDIOS E OS JESUÍTAS 299

Descripção do porto. Prodigios: o Pão d'Assucar e o Pico. A Gavia. O Corcovado. Rio Macacú. Ilhas da enseada. O Cabo-Frio. O gigante. Cidade primitiva. Como se defende. S. Sebastião. Armas. Novas pelejas. Partem os navios. Governo civil da colônia. O jogo. Confraria de S. Sebastião. Chega Men de Sá com reforços. Estâncias inimigas. Ataques e victórias. Morre Estacio de Sá. Seu elogio. Transfere-se a cidade para o morro do Castello. Parte Men de Sá. Salvador Corrêa e Christovam de Barros. A liberdade dos índios e os Jesuitas. Elogio destes. Queixa-se o povo de serem os índios servos dos Jesuitas. Nova carta regia em favor dos índios. Providencias em virtude daquella liberdade tomadas.

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XX. — PROSEGUE O GOVERNO DE MEN DE SÁ: SUA MORTE	317
A escravatura segundo Fr. Thomas de Mercado. Abusos do tráfico segundo o mesmo. Sevicias a bordo pintadas pelo mesmo. Conclue a citada obra de Mercado sobre os escravos. A philantropia dos Jesuitas no Brazil não passou á África. Juizo acerca de Men de Sá. Desejava a dimissão. Captura do successor nomeado. Lei sobre armas. Lei acerca da liberdade dos índios. Começa a predominar a influencia dos Jesuitas. Tributos. Minas. O Rio de Janeiro e Pernambuco por este tempo. Reconducção de Christovam de Barros no Rio. Ilha Grande.	
XXI. — REDUCÇÃO DO RIO REAL, ITAMARACÁ O CABO-FRIO. MALLOGRO NA PARAHIBA	326
Dois governadores Brito e Salema. Dez capitulos acerca do captivoiro dos índios. Conquista do Rio Real. Itamaracá. Projecto de occupação da Parahiba mallogrado. Sujeição de quilombos. Antônio Luiz Adorno chega ás minas de turmalinas. João Coelho de Souza chega aos sertões de Minas. Antônio Salema em Cabo - Frio. Reunião dos dois governos. Desmembração ecclesiastica. Acacerquibir. O cardeal rei. O prior do Crato. Philippe II. Sua aclamação no Brazil. Vantagens e inconvenientes. Idéa de independência. Lourenço da Veiga. Projectos de Fructuoso Barboza. Governo interino. Çosme Rangel. Abusos. Mesteres. Novo mallogro na Parahiba. Galeões inglezes em Santos. Esquadra de Diogo Florez. Salvador Corrêa no Rio de Janeiro.	
XXII. — MANUEL TELLES BARRETO. A PARAHIBA. TRÊS ORDENS RELIGIOSAS	344
Rendas do Estado. Fortalezas. Diogo Flores Valdez. A Parahiba Etymologia. Descripção. Arredores. Preparativos em Pernambuco. Philippe de Moura O donatário e seu tio. Forte na Parahiba. Navios incendiados. Derrota dos auxiliares. Cerco ao forte. Soccorros. Combate do Tybery. Regresso. Abandono do forte. Desuniões entre os índios. Colonisação da Parahiba. Desampara-a o chefe. Novos reforços. Elogio de Barreto. Vinda dos Benedictinos, Capuchos e Carmelitas.	
XXIII. — O BRAZIL EM 1584. — MISERICÓRDIAS. LITTERATURA CONTEMPORÂNEA	357
O Brazil e Gandavo e Camões. Gabriel Soares. Fernão Cardim. Seus serviços. Situação das capitarias. Itamaracá. Pernambuco. Engenhos, riqueza, luxo, etc. A Bahia. População. Edifícios. Trato. Riqueza. Ilheos. Porto Seguro. Duque d'Aveiro. Espirito Santo. Rio de Janeiro. Seu adiantamento. S. Vicente e Santo Amaro. Atrazo das capitarias do sul. Suas villas. S. Paulo: Seus habitantes. Producção total do assucar. Importações. Riqueza. Misericórdias e irmandades. Leis absurdas. Camões e seus contemporâneos. Góes e Sá de Miranda. Pedro Nunes. O sol dos Trópicos.	

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XXIV. — GOVERNOS INTERINO, DE D. FRANCISCO, E DE DIOGO BOTELHO. COLONISAÇÃO DE SERGIPE, E RIO GRANDE; MALLOGROS EM MINAS E NO CEARÁ. 372

Governo do bispo e do provedor mór. Insulto, por navios ingjezes, á Bahia. Giraldes, governador nomeado. Não chega ao Brazil. Mallogro de uma Relação. Vinda de só três desembargadores. Um provedor de funetos e ausentes. Expedição contra Sergipe e fundação dessa nova capitania. Cidade de S. Christovam. O indio Porquinho. Governador D. Francisco de Souza. Expedição do escriptor Gabriel Soares de Souza a Minas. Seus grandes privilégios, e completo mallogro. Morte do mesmo Soares. Seu testamento. Corsários estrangeiros. Tributo do Consulado. Saquêo de Recife por James Lancaster. Pain de Mil em Sergipe. Hostilidades de uma esquadra franceza contra os Ilheos, e Parahiba. Anarchia nesta Capitania. Passa a governal-a Feliciano Coelho. Fundação da capitania do Rio Grande. Forte dos Ruis Magos. Cidade do Natal. D. Francisco visita o Espirito Santo, o Rio e vae a S. Paulo até o morro de ferro. Augnicutos da supremacia dos Jesuitas. Bandeiras dos Paulistas contra os índios. Governador Diogo Botelho. D. Francisco consegue escapar-se da residência ou syndicancia de seu governo. Severidade do governador Botelho. Questões com os Jesuitas. Mallogro da colonisação do Ceará pelo capitão mór Pero Coelho de Souza. Seu regresso e grandes calamidades. Quem foram os culpados. Fructos colhidos destas tentativas mallogradas. Petiguares na Bahia e no Itapicurú. indio Sorobahé. Sua desgraça e exilio em Évora. Pesca das Balêas. Ataque á Bahia por navios hollandezes. O governador persegue os prevaricadores e promove a criação de novas justiças e outros empregados necessários. Sebastião de Carvalho. Conselho da índia. Mallogro da missão dos Jesuitas na Serra de Ibiapaba.

XXV. — GOVERNO DE MENESES. RELAÇÃO. CEARÁ. SEPARAÇÃO DO SUL ". 416

Governador D. Diogo de Meneses. E' mandado partir. Demora-se em Pernambuco. Cuida nas fortificações. Seb. Carvalho. Seu elogio e descendencia. Relação na Bahia. Suas vantagens e inconvenientes. Ouvidoria no sul. Regimento da Parahiba. Pendências do governador com o bispo e os Jesuitas. Os índios e a inferioridade de seu trabalho. Leis acerca delles, origem d'abusos e immoralidade. Sublevação dos de Porto Seguro. Resistência de Estevam Curado. Exploração da costa e mar dos Abrolhos. Outros serviços de D. Diogo. Colonisação do Ceará. Livro da „Razão do Estado". Governo do sul por D. Francisco. Seus grandes privilégios. Queixas de D. Diogo. Morte de D. Francisco. Succede-lhe um filho. Regulamento de minas.

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XXVI. — COLONISAÇÃO DO MARANHÃO. O BRAZIL ATÉ 1624. 439

Coincidências. Jaques Rifault: Ravardière. Descreve-se o Maranhão. Occupam os Francezes o porto. Fortificam-se. Providencias dos nossos. Primeira expedição. Seu resultado. Outra expedição. Vai fundear no Piaé. Hostilidades. Derrota dos Francezes. Mortos e feridos. Os Francezes e as colônias. Convenções. Icatú. Retirada dos Francezes. Narradores deste feito. Colonisação do Pará. Sua descripção. Posição preferida. Curupá. Estado do Maranhão e capitania de Caité. Fr. Christovam de Lisboa. Outras capitarias. Alagoas. Pernambuco e Parahúba. Sergipe. Espínto Santo e Rio. Baléas. Capitarias do sul. Santo Amaro e S. Vicente. Receios de invasão estrangeira, até de Turcos. Expulsão dos estrangeiros. Os Hollandezes. A guerra. Reflexões acerca della. Falta de providencias. Companhia de commercio hollandeza. Seus privilégios. Expedição para o Brazil. Seus chefes e forças.

XXVII. — PERDA E RECUPERAÇÃO DA BAHIA. O SUL E O MARANHÃO 469

Providencias tomadas pelo governador Diogo de Mendonça. Rivalidades do bispo. O inimigo acomete a Bahia. Desembarca, toma a cidade, e prende o governador. Juntam-se os moradores nos arredores e começam a hostilizar os intrusos. São mortos successivamente dois governadores da cidade. Primeiras providencias vindas da Corte. Mando de Nunes Marinho. Morte do bispo. Governo de D. Francisco de Moura. Chega a esquadra auxiliadora. Sitio posto á cidade. Sortida do inimigo. Sua capitulação. Regresso da esquadra auxiliadora. Governo de Diogo Luiz. Dois ataques do bravo Piet Heyn contra o Recôncavo, em 1627. Providencias insufficientes tomadas pela Corte. Real d'agua. Supressão

de Relação. O sul e o norte do Brazil por esse tempo. Sublevações dos índios no Recôncavo, no Rio Grande (do N.). Missões de Guayrá. Rio de Janeiro. Campos. Ceará. Maranhão e Pará. Propostas de Bento Maciel. Capitarias de Cumã e Cametá.

XXVIII. — DESDE A INVASÃO DE PERNAMBUCO ATÉ CHEGAR NASSÁU 497

Novos planos contra o Brazil. Preferencia dada a Pernambuco. Falta de prevenções. Mathias de Albuquerque. Sua partida, e providencias. Chegam as forças hollandezas. Desembarcam. Tomam Olinda e o Recife. Entrincheiram-se. Guerrilhas. Arrayal do Bom Jesus. Primeiro ataque. Toma Albuquerque a offensiva. Valor dos Pernambucanos. Itamaracá. Providencias tomadas pela Corte. Oquendo. Combate naval. O inimigo abandona Olinda. Intenta em vão tomar a Parahúba, o Rio-Grande e Cabo de Santo Agostinho. Deserção do Calabar. Suas consequências. Partida de Weerdenburgh. Ataque do Arrayal. Apresentação de Henrique Dias. Toma o inimigo Itamaracá. Novos encontros e sortidas. Primeira invasão ás Alagoas. Soccorros aos nossos e providencias da Corte. Toma o inimigo o Rio-Grande. Ameaça a Parahúba e segue para o cabo de Santo Agostinho. Ataque frustrado contra o Recife. O inimigo occupa o Portal e o defende. Ataca sem êxito o Arrayal. Recebe reforços. Assentorêa-se da Parahúba. Capitulações com os moradores. E' submittido o território desde a Parahúba até o Arrayal. Ataques infructuosos contra este. Albuquerque occupa Serinhaem e manda guarnecer Porto-Calvo. Perda desta posição. Sitio do Arrayal e sua capitulação. Sitio e rendição da Nasareth. Retira-se Albuquerque em Porto-Calvo. E' justigado o Calabar. Retiram-se os nossos ás Alagoas. O inimigo occupa Porto-Calvo e guarnece a Peripueira. Soccorros aos nossos. D. Luiz de Rojas rende a Albuquerque. Elogio deste chefe. Rojas marcha para Porto-Calvo. Retira-se Schkoppe. Rojas é batido por Arcizewsky e morre na acção. Succede Bagnuolo no mando. Vem a Porto-Calvo, e manda avançar guerrilhas que chegam até a Parahúba. Apuros da Corte para enviar soccorros. Considerações.

Figura 3. Sumário do primeiro volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de Francisco Adolfo de Varnhagen

ÍNDICE DO TOMO IIo.

	•Pag.
SECÇÃO XXXI. — REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO ATÉ A 1ª ACÇÃO DOS GUARARAPES	605
Volta Vidal ao Recife. Vae á Parahiba. Avança da Bahia Dias Cardoso. Seguem o Henrique Dias e o Camarão. Compromisso dos conjurados. Hesitações. E descoberta a conjuração. Buscas e prisões. Sae a campo a insurreição. Quem a dirige. Monte das Tabocas. Notável victoria. Principado Brazilico. Emissários hollandezes á Bahia. Hoogstraten. Partem Vidal, Soares e Serrão de Paiva a reforçar a insurreição. Serinhaem capitula. Reunem-se o Camarão e Dias a F. Vieira. Capitulam Hous e Blaar. Entrega-se o Pontal. Serrão de Paiva prisioneiro. Atrocidades no Cunhaú. Camarão e Dias na Parahiba. Lirz em Porto Calvo. Pitta no Penedo. E soccorrido do Rio Real. Mallogra-se um ataque contra Itamaracá. Insurreição do Rio Grande. Assassinatos. Passam a vingal-os Vidal e o Camarão. Recolhem-se os Hollandezes á Praça. Arrayal novo do Bom Jesus. Deserção dos estrangeiros. Moedas obsidionaes. O inimigo e' soccorrido. Ataca Olinda. O Penedo. Itaparica. Morre Lichthardt. Passam os do Penedo a Itaparica. Hous. Invasões do Recôncavo. Recontos na ilha. Resolve a Corte ceder Pernambuco. Retira-se o inimigo de Itaparica. Embaixador Souza Coutinho. Schkoppe toma o mando dos inimigos, Barreto o dos nossos. Primeira acção nos Guararapes. Resultados favoráveis em Portugal. Pareceres dos Tribunaes. Papel Forte do Pe. Vieira. Recuperação d'Angola.	
XXXII. — DESDE A RECUPERAÇÃO D'ANGOLA ATÉ O FIM DA GUERRA	658
Regimento das Ilhas. Manda o Francisco de Figueiroa. Morte do Camarão. Elogio deste heroe. Donde era natural e que idade teria. Tibieza da tropa inimiga. Furor da sua esquadra. Heróica explosão da Rosário. O inimigo no Recôncavo da Bahia. Regressa ao Recife. Convoca um conselho. Vota uma excursão ao Rio de Janeiro. Decide-se porém combater os sitiantes. Sae aos Guararapes. Marcha de Barreto. O Hollandez é derrotado. Perdas de uma e outra parte. Monumento d'esta victoria. É retirado o embaixador Souza Coutinho. Inglaterra contra Portugal. Negociações de Souza de Macedo. São regeitadas. Apertos dos do Recife. Frota de Jaques de Magalhães. Plano d'ataque. Começa do lado de Olinda. Segue-se do outro lado. Proposta de capitulação. Seu cumprimento. Recompensas. Juízo acerca dos chefes vencedores. Regimentos dos Henriques. Factos até a paz definitiva. Fontes históricas acerca das guerras com os Hollandezes. Litteratura brasileira contemporânea. Progressos da portugueza por esse tempo.	

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

ÍNDICE.

	Pag.
XXXIII. — O BRAZIL (ESTADO) ESTRANHO ÀS LUTAS HOLLANDEZAS (1630—1654)	690
Invasões dos Paulistas mais abaixo do Salto Grande do Paraná. Queixam-se os Jesuitas. Diaz Tano a Roma, Montoya a Madrid. Importantes livros publicados por este último. Conseguem quanto desejam e regressam. Descontentamento público. Acclamação de D. João IV no Rio, Santos e S. Vicente: pactuam com os Jesuitas. Resistem os Paulistas. Amador Bueno. Representação á Corte. Pactuam com Salvador Corrêa. Poderes extraordinários a este conferidos. Seguem as invasões dos Paulistas. Accomettem a Xerez, e ameaçam a própria cidade da Assumpção. Antônio Raposo vara ao Amazonas. Guarnição do Rio de Janeiro. Abuzos, e vexames da tropa. Protesto da Câmara. Salvador Corrêa é estranhado pelo rei. Privilégios concedidos aos do Rio. Honras de cidadãos do Porto. Em que consistiam. Nomeação do successor do governador. Luiz Barbalho. Chaves da cidade na ausência do alcaide mór. Vexames causados pelo clero. Cultura da terra e augmento da cidade. Assucar. Commercio. Espirito Santo. Nova exploração da Serra das Esmeraldas. Porto Seguro e Ilheos. Bahia. E' ameaçada pelos índios. Meste res e juiz do povo. Companhia do Commercio. Relação da Bahia.	
XXXIV. — O PARÁ-MARANHÃO DURANTE O MESMO PERÍODO (1630—1654)	710
Fortes estrangeiros no Tucujú. Apodera-se delles, com a maior abnegação, o provedor mór Jacome Raymundo, nomeado capitão mór do Pará. O filho do governador toma o de Comaú. Roger Frey. O governador arroga-se o direito de crear duas novas capitánias, uma para o filho e outra para seu irmão. São confirmadas pela Coroa, como donatárias. Colonisação de ambas e da do Gurupy, chamada depois do Caité. Outra nova capitania do cabo do Norte dada a Bento Maciel. E' este nomeado governador do Estado. Funda a forte do Desterro na sua capitania. Expedição no Napo. Origem delia. Chega Pedro Teixeira a Quito e regressa com felicidade. Méritos deste chefe, dos seus officiaes e de Jacome Raymundo. Narração de Christoval de Acuña. Sua importância. Mercenários. Funda-se delles o Io convento no Pará. Morte de Pedro Teixeira. Acclamação de D. João 4.º Desintelligeucias entre a Câmara do Pará e o capitão mór do Cabo do Norte João Velho. Reforça-se este com a chegada de Pedro Maciel. Soccorros enviados aos restauradores do Maranhão. Regressam parte da forças auxiliares. Governo de Pedro d'Abuquerque. Sua morte. Francisco Coelho de Carvalho 2.º. Sebastião de Lucena consegue desalojar de Maricary a Van der Góes. Morte do 4.º governador, — deixando o governo interino de cada capitania ao respectivo capitão mór. Luiz de Magalhães, 5.º governador effectivo. Extincção do Estado do Maranhão. Dois governos independentes. Opposição das câmaras e povo a se libertarem os índios. Pactuam os dois capitães mores governadores. Procuradores enviados á Corte. Nova Provisão. Pe. Antônio Vieira como superior dos Jesuitas. Assigna no Pará termo de não se envolver n'um assumpto, mas não cumpre. Parte para a corte a representar contra a provisão. Juizo acerca do mesmo padre como homem, como pregador e como litterato. Recursos da municipalidade de S. Luiz. Açougue. Tributos como esmolas. Valor dos escravos Índios.	

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen.

XXXV. — OS DOIS ESTADOS (DO MARANHÃO E DO BRAZIL ATÉ A PAZ DE 1668 733

Triunfo de Vieira. Junta das Missões. Lei de 1655 favorável de toda os Jesuitas. A escravidão dos índios sancionada a favor do P^o Vieira André Vidal. Seu regimento. Seu governo e atalaia das Salinas. Seu despacho para Pernambuco. Agostinho Corrêa. Sublevam-se as Câmaras de S. Luiz e de Belém contra os Jesuitas. São estes remetidos para Lisboa. Occorrencias na corte desfavoráveis ao Pe . Vieira. Sua prisão e perseguição. Novas providencias. São sofismadas pelo governador Ruy Vaz, e executadas por Antônio de Albuquerque. Escriptos de Heriarte e de Soutomayor. Notícias estatísticas de todo o estado do Maranhão. Nova capitania na ilha de Joanes ou Marajó, em favor do escriptor Antônio de Souza de Macedo. Primeiras povoações. Estado do Brazil. Rio Grande do Norte. Parahiba. Pernambuco: governos de Vidal, de Brito Freire e de Furtado. Francisco Barreto na Bahia: melhora as fortalezas e reedifica a casa da Câmara, e guerrêa os índios. Espirito Santo. Queixas dos povos contra o estanco. Procurador do Rio Francisco da Costa Barros. Representa ás cortes contra a Compenhia do Commercio. Abolição dos estancos. Mocambos no Rio. Revolução contra Salvador Coriêa. Seu resultado. Correio no Brazil. Guerra dos Hollandezes a Portugal. Pazes com a Inglaterra, a Hollanda e a Hespanha. Código Filipino. Conselho Ultramarina e outros tribunaes. Cortes, compostas do clero, nobreza e povo.

XXXVI. — DESDE O TRATADO DE 1668 ATÉ A EXECUÇÃO DO DE 1681 756

Deposição de Affonso VI e regência de D. Pedro. Conti degradado para a Bahia. Expansão da colônia „Brazil — Maranhão". Providencias restrictivas. Factos que contribuíram para serem os sertões, rapidamente devassados. Primeiras tentativas. Os índios Rodellas. Paschoal Paes no Tocantins. Domingos Affonso descobre os campos do Piauhy. Creação de três novos bispados e elevação do da Bahia a arcebispado. Ereção das respectivas sés, e extensão das dioceses. Resentimentos e reclamações da França. Dellon e Dampier. Provisão para não poderem os empregados commerciar. Augmento da escravatura africana no estado do Maranhão. Famílias açorianas chegadas ao Pará. Estaleiro no Maranhão. Derrota dos Tremembezes do Ceará. Primeiro estanco. Os Palmares. índios bravos nas immediações da Bahia. São guerreados. Regimento a Roque da Costa Barreto. Suas principaes disposições. Conventos de freiras na Bahia e no Rio. Espirito Santo. Duas novas capitancias de donatários em Campos ao Visconde da Asseca e um seu irmão. Desavenças no Rio com os Jesuitas. Excomunhão. Encarceramento da Carioca e estaleiro. A Câmara de S. Paulo e os Jesuitas. A villa de S. Paulo declarada capital. Fundação da Colônia do Sacramento. E' tomada. Tratado provisional de 7 de maio de 1681. Restituição da Colônia.

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de Francisco Adolfo de Varnhagen.

XXXVII. — DESDE O TRATADO DE 1681 ATÉ O DE ALLIANÇA EM 1703

771

Origem da questão do Oyapoc. Invenção de Ferroles. Abraçada injustamente por Luiz 14°. Quatro fortes construídos. Intimação de Ferroles. Suas insidias. De Gennes no Rio de Janeiro. Aggressão aberta de Ferroles. Nomeação do embaixador Rouillé. E' retomado o Macapá. Outros quatro fortes no Amazonas. Dito á entrada do Pará. Negociações com Rouillé. Tratado de 4 de março de 1700. Ditos de 1701, e de Methuen, em 1703. Nova lei libertando os índios, logo modificada. Juntas de Missões. Instituição de uma companhia de commercio para o Maranhão. Abusos. Revolta do Bequimão. Declara-se deposto o governador e extinto o estanco e são expulsos os Jesuitas. Chega novo governador. Cessa a insurreição. São presos, e justicados Bequimão e outros cabeças. Traição de Lázaro de Mello. Juízo acerca de Gomes Freire. Move a corte a supprimir o estanco. Os índios, de novo entregues aos Jesuitas. Manuel Guedes Aranha. Samuel Fritz. Serviços do governador Antônio de Albuquerque. Das perturbações causadas pela violência do 2. bispo D. Fr. Thimoteo. Excomunhões. Repreensões da Corte. Rio Grande do Norte. Pernambuco. Submissão dos Palmares. Onde eram. Bahia. O Pe. Vieira e uma tentativa d'assassinato. A Bixa. Causas de miséria. Falta de numerário. Arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição. Cultura da pimenta e canella da índia. Salitre. Sesmarias concedidas no alto Piauí. Os Paulistas. Bandeiras de Ferraz e de Frias derrotadas. Considerações acerca de muitas providencias da metrópole, e falta de outras necessárias. Atrazo e oppressão na indústria Estado das ltras no Brazil. Gregorio de Mattos. Botelho de Oliveira. Engenheiro de Mattos e Antônio de Sá. Pintura. Fr. Ricardo do Pilar.

XXXVIII. — CONSEQUÊNCIAS DA LIGA DE 1703 ATÉ AS PAZES D'UTRECHT (1715)

800

Hostilidades de Buenos Ayres. Bloqueio e sitio á Colônia. Larga resistência e final retirada da guarnição. Hostilidades e prisões no Amazonas. Os Franceses no Brazil. Desembarque de Duclerc: e ataque do Rio de Janeiro. E' derrotado e feito prisioneiro com todos os seus. Sua morte. Expedição de Duguay-Trouin. Fortificações do Rio. Sua barra é forçada. Erros dos nossos. Aproveita-se delles o francez. Desembarques. Ataques. Baterias. Bateria de brecha: intimação ao governador. Carta de Du-G. Trouin. Resposta do governador. Testemunho de um contemporâneo. Covardias. Votos de alguns chefes. Retirada do governador. Considerações acerca dos grandes inconvenientes de ser o Rio capital do império. Assenhorea-se o inimigo da cidade. Reflexões. Valor do esbulho. Compra e resgate da cidade. Cavalheirismo dos vencedores. Castigo da Providencia. Chegada de Antônio d'Albuquerque. Não ataca os Franceses. Razão que dá. Frézier. Consulta do Conselho Ultramarino. Novas fortificações da cidade do Rio de Janeiro. Negociações em Utrecht. Incidentes acerca do Oyapoc Como este é evidentemente o rio do Cabo d'Orange. Limite septentrional do Brazil. Incidentes nas negociações com a Hespanha. Tratado de 6 de fevereiro de 1715.

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XXXIX. — FACTOS E SUCCESSOS, DESDE 1703 A 1715, ESTRANHOS À LIGA

820

Tumulto do *Maneza* na Bahia. Ascendente do Recife no concelho de Olinda. E' feito villa. Opiniões acerca dos termos. Tiro no governador. Revolução. O bispo é acclamado. Revolta do Recife. Mascates. Olinda resiste. Chronistas deste feito. Preparativos de guerra. Alcinhas dos partidos. Devoção dos Olindenses. Goiana. Sul da capitania. Novo Camarão. Vence no Sebiró os de Olinda. El batido junto de Garapú. Chega novo governador. Confirmação das amnistias. Reprehensão a João da Maia. Louvor aos Olindenses. Sujeição. Vinganças. Queixa-se o senado de Olinda. E' attendido pelo soberano. Má estrêa do Recife. A inquisição no Rio de Janeiro. Horrores desta instituição. Vários successos occorridos na Bahia, Pernambuco, Rio Grande, Ceará e Piauhy. Maranhão 3 Pará. S. Paulo proclama-se cidade. Antonil e suas notícias estatísticas em 1711. Estado das letras. Botelho de Oliveira. Cathecismos Kairinis. Estatutos e Cerimonial dos Capuchos. Constituições da Bahia. Memórias genealogicas em Pernambuco. P. Lourenço de Gusmão e o seu invento. Capitães mores. Privilegiados no Maranhão. Criação de um vice-rei na Bahia. Estrêa-se fazendo cunhar moedas de ouro.

XL. — DESDE AS PAZES D'UTRECHT ATÉ O ARMISTICO DE PARIS EM 1737

849

Manuel Gomes Barboza toma posse da Colônia. Adiantam-se os nossos a occupar o porto de Montevideo. Retirada obrigada ante forças superiores. Zabala. Explorações no sul. Sitio á Colônia em 1735. Defesa heróica de Vasconcellos. Projectos dos nossos de tomar Montevideo e de atacar Buenos Ayres. Serviços relevantes de Gomes Freire. Falham os planos contra Montevideo. Occupação do Rio-Grande. José da Silva Pães. Descrição dos arredores. Explorações nos braços do Amazonas, Madeira, Araguaya, Aguanico e Rio Negro. Cayena. São ahí enviados Amaral e logo Palheta. Origem das dúvidas acerca da propriedade legitima do Oyapoc. Perda e immediata occupação da ilha de Fernando. Perseguições da Inquisição. Novas crueldades e honores. Causas de despovoação do littoral. Ciganos enviados em número. Juizados d'Orifcos. Picadas para Minas. Successos particulares nas capitancias de S. Paulo e Minas e alfândega de Santos. Juizes de fora de Santos, e de Itú. Juizo dos feitos. Honorarias á câmara de S. Paulo: Rio, Estatística, Academia dos Felizes: Campos: Espirito Santo: Ilheos, annexada á coroa: Bahia, construcção de navios de guerra, tropas, piratas estrangeiros justicados, alfândega, academia dos «Esquecidos" e suas obras, pauta da alfândega, e freiras da Lapa: Pernambuco, annexada a coroa: Piauhy, Villa da Moxa: Ceará, guerras com os índios e lutas civis, nova camarca, e transferencia da capital para o local em que hoje está. Estado do Maranhão, representativos da moeda, pannos, cacáo, assucar, cravo e tabaco. Os Jesuitas remataram os açougues de S. Luiz. Seus abuzos no Pará. Minas no Tocantins. Privilégios para o anil: liberdade de direitos na canella e café. Introducção desta planta devida a Palheta. Criação do bispado do Pará. Os índios e os differentes governadores. Representações contra os Jesuitas. Lettras em um e outro Estado. Nuuo Marques Pereira. Historias de Rocha Pitta e de Berredo.

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XLI. — DESDE O ARMISTÍCIO DE PARIS (1737) ATÉ O TRATADO DE 1750

876

Providencias tomadas pelo Conselho Ultramarino. Regimento para as residências aos governadores. Extende-se a colonisação para o occidente. Não se descuidam os territórios do sul. Ilha de Santa Catharina occupada militarmente. Governo subalterno: José da Silva Paes. Sua descripção. Desterro. Porto. Local preferido. Seus inconvenientes como capital do districto. Criação de uma ouvidoria. Seus limites. Colonisação de Açorianos. Dois novos bispados e mais duas novas prelasias. Capitánias geraes de Goyaz e de Matto Grosso. Tratado de 1750. Suas estipulações. Entrega da Colônia. Influencia de Alexandre de Gusmão. Morte deste grande estadista. Calhambollas. Physico mór. Saboarias. Rio: aula de artilheria e dois seminários: incêndio em S. Bento. Imprensa. Minas: Lagoa grande do Sabára. Bahia: catastrophes: índios: Casa de Misericórdia: dizimos. Pernambuco: assucar: pedra do Recife: ponte: aqueducto do Varadouro d' Olinda. Estado do Maranhão: moeda cunhada: população da cidade de Belém: La Condamine. Viagem a Matto Grosso pelo Madeira. Obra do Pe. Simão Marques.

XLII. — MINAS D'OURO E DIAMANTES

890

Antiguidade dos primeiros descobrimentos d'ouro em S. Paulo. Mallogro respectivamente aos de João Coelho de Souza, em Minas. Novos achados no empenho de escravisar índios. Descuidados, como pouco lucrativos. Estímulos produzidos pelas cartas regias. Paschoal Paes d'Arajújo. Manuel Pires e Lourenço Castanho. Notícias de prata em Ita bayana. Nomeação de D. Rodrigo de Castel-Branco. Vae a S. Paulo e ao Sabará. Sua dimissão e assassinato. Garcia Rodrigues Paes e José Gomes de Oliveira. Resultados decididos, em 1694, em Itaberaba. Ouro branco. Ouro preto. Quatro districtos mineiros nas Geraes. Transmigrações em massa. Maria mineira. Palavras do P. Vieira e do cayruense Nuno Marques. Desordem dos Embuabas. Antônio d'Albuquerque submete os sediciosos pela moderação. Votam os mineiros pagarem tropas regulares. Providencias. Carestia. Novos districtos mineiros. Cuiabá. Goyaz. Bartholomeu Bueno, filho do Anhauguera. Vários dos seus vão parar ao Amazonas. E' nomeado superintendente em Goyaz. Providencias tomadas. Pascoal Moreira guarda mór no Cuiabá. Riqueza dessas minas. Os dois irmãos Lemes. Sua morte. Soffrimentos dos mineiros cuiabanos. Hostilidades dos índios. Morte do ouvidor Lanhas. Nova assaltada. Outras hostilidades. Quintos em Minas Geraes. Sublevações em Pitangui e em Villa Rica. Casas de fundição. Moedas. Barras cunhadas. Systema de capitação. Variedade de minas d'ouro e de processos nas lavras. Quilates do ouro. Tamanhos de alguns pedaços. Minas da Bahia. Prohibe-se a princípio a sua lavra. Permite-se em 1720. Jacobina. Rio das Contas. Minas Novas. Sublevação. Os irmãos Frados. Sebastião Leme. Diamantes. Seu jazigo. Providencias. Contracto. Legislação.

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XLIII. — SUCESSOS IMPORTANTES DESDE O AJUSTE DE 1750 ATÉ O DE 1761 914

Intrigas contra o tratado. Succede na coroa elrei D. José e nomêa seu lo. ministro a Sebastião de Carvalho (Pombal). Espias. Opposições. commissarios demarcadores. Mudanças das capitães dos governos do Maranhão e de Matto-Grosso. Instrucções para as demarcações. Concessões feitas. Primeiras demarcações no sul. Resistência dos índios. Tréguas. Marcha e ataque. Derrota dos das missões. Chronistas deste feito. Retirada dos nossos. índios que os seguem. Bobadella. Volta ao Rio. Patentea-se a opposição dos jesuitas. São privados da jurisdicção sobre os índios. Reagem. Propoem-se a fazer cair a Pombal. Não o conseguem e são expulsos do reino. Considerações. Exaggerações dos partidos oppostos. Annulação do tratado de 1750 explicada. Considerações. Serviços dos jesuitas ao Brazil. Cathequese. Educação religiosa Edifícios públicos. Fôrma da expulsão. O P. João Daniel e o seu Thesouro. Algumas outras ordens religiosas. Proporção de seu serviço e rendas no Estado do Maranhão. Criação de duas novas capitánias subalternas, uma no alto Amazonas e outra no Piauhv. Seus prim eir os governadores.

XLIV. — SUCESSOS IMPORTANTES DESDE O TRATADO DE 1761 AO DE 1777 933

Guerra do pacto de família. Rendição da Colônia. Morte de Bobadella. Seu elogio. Inauguração do seu retrato. Proposta de uma estatua. Suas previsões acerca da Colônia. Prêmios de serviços. Quem o substitue. O conde da Cunha. Seu elogio. Receita do Rio. Invasões no sul. Armistício e pazes. Restitue-se a Colônia. O Rio Grande não. Hostilidades dahi resultantes. Mallogro de um desembarque na villa. Êxito na outra margem. Byron e Bougainville. Satisfações na Europa. Reforços. Prazeres e N. Coimbra. Vertiz. Seu character, projectos e tentativas. Mallogro e desaporamento. Novos soccorros. Academia no Rio. Novos reforços. Böhm e Funck. Forças, fortificações e marinha. Inferioridade dos contrários. Negociações, notas, etc. Seguimento das hostilidades no Rio Grande. F. do Triunfo. Occupação da outra margem. Entrega da villa. Propoe-se Hespanha desaffrontar-se. Prevenções e ordens de Pombal. Hostilidades e occupações no Guaporé e no Rio-Brauco. Expedição de Cevallos. Sua aleivosia. Triste abandono da ilha de Santa Catherina, e capitulação. Rendição da Colônia. Ajustes na Europa. Perda da praça dos Prazeres. Paz promovida pela França para favorecer os E. Unidos.

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XLV. - D. JOSÉ I. » E POMBAL. ADMINISTRAÇÃO JOSEFINA. LETTRAS	963
Elogio de José I. Grandes dotes de Pombal. Incorporação de todas nas capitánias na Coroa. Serviços ao Brazil: na instrucção pública: no commercio. Juntas e companhias. Tabaco. Favor ao Maranhão. Anil, caffè, arroz, etc. Industrias. Navegação. Canal do Arapapahy. Nova Capitania do Maranhão e Piahy, independente da do Pará. Joaquim de Mello e Povoas, seu capitão general. Instrucções notáveis que recebeu de Pombal. Rendas públicas. Contractos e monopólios. Chronista do Brazil. Collecção especial legislativa. Regulamento de Lippe. Legislação. Relação do Rio. Juntas de justiça. Leis philanthropicas. Caboucolos. Casamentos com índias. Directorio dos índios. Christãos novos e velhos. Retrato de José I. Character de Pombal, segundo Ratton. Sua economia: O ouro do Brazil. Considerações conciliadoras. Pêas que tinham os governadores do Brazil. Chegaram ás vezes a ser um mal. Corretores d'officios. Rio Negro. Governadores. Lavradio. Sua política. Cultura do anil, do café e planta da coxonilha. Conde de Valladares em Minas. Conde de S. Miguel em Goyaz. Trages. Brasileiros favorecidos. Poetas. Estatísticas. Vários escriptores durante este reinado, etc.	
XLVI. — TRATADO DE 1777 E GOVERNO DE MARIA PRIMEIRA	990
Má redacção do tratado. Injusto a nosso respeito. Não se cumpre. Novo tratado em 1778. Commissarios das quatro divisões. Veiga. Alvear. Azara, Cabrer, Aguiar, Almeida Serra e outros. Commissarios e astrónomos do Pará. Mem. de Jurado. Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira. Seus trabalhos. D. Fr. Braun. O Brandão. Sá. Nogueira e Teixeira Coelho. Taques. Fr. Gaspar. Abreu. Vellozos. Durão. Considerações sobre o poema Caramurú. Anil e coxonilha. Estatística do Rio. A metrópole. Seus ministros. Cobre nativo da Bahia. Carhambolas e índios. Garimpeiros. Virasaias. Terror e mortes. Vice-rei Vasconcellos e outros governadores. Usos, fôrmas e foros. Legislação da metrópole. Fabricas prohibidas.	
XLVII. — IDÉAS E CONLOIOS EM FAVOR DA INDEPENDÊNCIA EM MINAS	1015
Club em Coimbra. Conferência de Maia com Jefferson. Projecto do conde de Aranda sobre o Brazil. Domingos Vidal Barboza. Cartas Chilenas. Dr. José Alvares Maciel. Visconde de Barbacena. Cláudio, Alvarenga Peixoto e o Tiradentes. Innocencia de Gonzaga de todo comprovada. Freire de Andrada. Padres Corrêa e Oliveira Rolim. Abreu Vieira. Biographia do Tiradentes. Conventiculos. Parte o Tiradentes para o Rio de Janeiro. Outros cúmplices. Denunciantes. O governador revoga a derrama. Hesitações. Gonzaga com o governador. Primeiras prisões. Suicida-se o poeta Cláudio. Effectua-se no Rio de Janeiro a prisão do Tiradentes. Devassas. Revelações. Penas infringidas aos reos. Considerações acerca do mallogro da resolução. Resignação aos altos decretos da Providencia. Barbacena é reprehendido pela corte, quando esperava recompensa.	

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

XLVIII. — REGÊNCIA DO PRÍNCIPE D. JOÃO EMLISBOA	1038
O príncipe D. João toma a si o governo. Seus precedentes. Revolução franceza. Sua origem. Rousseau. Voltaire. Montesquieu. Os encyclopedistas. Consequências. Portugal entra na coalisão contra a França. Envia tropas ao Roussillon. Não ratifica o tratado de pazes de 1797. Grandes prejuizos. D. Rodrigo de Souza Coutinho. Seus serviços ao Brazil e a Brasileiros. Typographia do Arco do Cego e suas publicações. F. Velloso e seus sócios no trabalho: Antônio Carlos, Fernandes Pinheiro, Nogueira da Gama e Vieira de Carvalho. José Bonifácio e Câmara. Arruda, Bettencourt, Vieira Couto e Balthasar Lisboa. Silva Lisboa (Cayrú). Bispo Azeredo. Hypolito. O Ideiador. Poetas: Silva Alvarenga, Tenreiro Aranha. Villela e Souza Caldas. Joaquim José Lisboa. Legislação sobre mattas, portos e arsenaes. Paquetes. Baléas. Sal. Effeitos das ideas da revolução franceza no Brazil. No Rio e na Bahia. Motim na ilha de Fernando. Marcha natural da revolução franceza. Seu retrocesso. O primeiro cônsul. Seus projectos contra Portugal. Guerra de 1801. Seus effeitos no Brazil. Conquista do Jaguarão e das Missões. Defesa brilhante do forte de Coimbra. Combate heróico da Andorinha. Tratado de Badajoz. Descontenta a Buonaparte. Novo tratado em Madrid. Preliminares de paz em Londres. Tratado de Amiens. Convenção Lannes. Conspiração descoberta em Lisboa (1805). Decide-se Napoleão á conquista de Portugal. Presta-se a ella a Hespanha. Resolve-se primeiro em Lisboa salvar o joven príncipe no Brazil. Proclamação aos Brasileiros. Os successos se precipitam, e decide-se a emigração de toda a corte e governo. Soffrimentos e heroicidades em Portugal. Nova era para o Brazil, pela ruptura completa dos grilhões coloniaes.	
XLIX. — CONTINUAÇÃO. O BRAZIL, E SUAS CAPITANIAS DURANTE A REGÊNCIA EMLISBOA	1064
Situação do Brazil. Suas rendas, produções, etc. Vaccina. Agricultura e commercio. Seus vexames. Protecções governativas. Recrutamento. A mulher. Civilisação d'Indios. Artistas. Pintura, Escultura, Musica. O Rio Negro. Pará. Explorações de alguns rios da Capitania. O Maranhão. Piauihy e o Ceará. Rio Grande e Parahiba. Pernambuco e o bispo Azeredo. Alagoas e Sergipe. Bahia. Rio e Capitánias do Sertão. Rio Grande do Sul. Capitania general de S. Pedro. Porto-Alegre.	
L. — CHEGADA DO PRÍNCIPE AO BRAZIL. SUA ADMINISTRAÇÃO	1081
Ambada á Bahia. Franqueo dos portos. Chegada ao Rio. Futuro império. O palácio. Os ministros. Copiam de Portugal. Novas instituições. Tribunaes. Banco. Relações. Novas Capitánias Geraes. Comarcas. Legislação acerca dos índios bravos. Melhoramentos da capital. Ditos na Bahia. O Conde dos Arcos. Sociedade litteraria.	
LI. — POLÍTICA EXTERIOR. NEGOCIAÇÕES, TRATADOS, CONQUISTAS, ETC.	1095
Tomada da Cayena. Pretensões no sul. Ditas da princeza Carlota. Sem effeito. Novos acontecimentos. Exercito pacificador. Armistício com Buenos Ayres. Tratados de 1810. Suas raras estipulações. Congresso de Vienna. Convenções additionaes. Restituição da Cayena. Meritoria administração de J. Severianno (M de Queluz). E' confirmada por um escriptor colono. O Brazil declarado reino. Invasões das fronteiras pelos Orientaes. Resolução de intervir. E' animada pelo argentino signatário do armistício de 1812. Voluntários reaes e Lecor. Divisão de Curado. Acções parciaes. Chronista dellas. Batalhas de India-muerta e Catalão. Resultado. Detenção de Curado. Defesa do passo do Rosário. Victoria de Taquaiembó. Resultados. Expedição de Abisbal. Limites com Montevideo. Colonisação suissa. Opiniões do Correio Braziliense. Reflexões acerca da colonisação do Sen. Vergueiro e do autor. João VI acclamado rei. Coroação. Medalha. Casamento do príncipe real. Naturalistas que acompanharam a archiduqueza Leopoldina.	

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

LII. — REVOLUÇÃO FERNAMBUCANA EM 1817. RODEADOR. ETC. 1115

Não projectada. Desapproveda por muitos. Convicções do autor. Estado da provincia. Causas de agitação, Rivalidades. Martins. Conselho. Prisões. Resistência e attentado de Barros Lima. Insurreição. Debilidade do governador. Capitulação vergonhosa. Governo provisório. Conselheiros. Proclamação. Providencias erradas. Tratamento de vós. Mendonça. *Preciso*. Symptomas tristes. Character de Martins e do P. João Ribeiro. Laços, armas reaes. Emissários aos E. Unidos e Londres. Censura do Corr. Braz. A intervenção estrangeira sempre nociva. Parahiba. Alagoas e Rio Grande. Os padres Ribeiro e Alencar. Bloqueio de Pernambuco. Tropas por terra. Combate. Prisão do Martins. Negociações burladas. Arnezas de Domingos Jorge. Sua retirada. Escondem-se os chefes. Considerações. Scenas tristes. Suspensão das execuções. Alçada cruel. Perdão. A Providencia protegendo a integridade do Brazil. O Rodeador. Novas capitánias geraes. Rio Grande do Norte. Alagoas. Sergipe. A conspiração contemporânea abortada em Portugal, pelo supplicio de Gomes Freire e outros, vem a realizar-se no Porto em 1820.

LIII. - MINAS DE FERRO. PRIMEIRAS FUNDIÇÕES EM PONTO GRANDE 1153
Satisfações do autor ao tratar do assumpto. Historia do momo Biraçoiava ou Araçoiaba. Fr. Pedro de Souza. Martin Garcia Lombria. Domingos Ferreira Pereira e outros. João Manso. Martin Francisco. Novos impulsos pelo conde de Linhares. Ordens para a vinda de mineiros. Instrucções do conde de Linhares a Varnhagen. Descripção do momo de ferro de Araçoiaba. Plano de Varnhagen para o estabelecimento. Ordens para a criação do novo estabelecimento. Junta administrativa: discussões e desinteiligencias. Vai o tenente general Napion inspeccionar as obras. Directoria de Varnhagen. Resultados logo favoráveis. Novos trabalhos. Intrigas desfeitas. Perseverança. Protecção d'elrei. Êxito completo. Cruzes monumentaes. Modéstia e justiça. Recompensas honorificas. Dimissão. Idade do ferro. Artefactos. Coroa real. Conclusão.

LIV. — ESCRIPTOSES, VIAJANTES E IMPRENSA PERIÓDICA DO REINADO

1174

Moraes e seu dictionario da lingua portugueza. Ayres do Casal e a sua *Corographia brazílica*. Southey e a sua *Historia do Brazil*. Príncipe Maximiliano. Spix e Martius. Suas obras. São-Carlos. Caldas. Januário e outros. Saint-Hilaire. Eschwege. Varnhagen. Feldner. P. L. Gonçalves, monsenhor Pizarro e Balthasar Lisboa. Gayoso, Paula Ribeiro, e outros viajantes. Schüch. F. Denis. Imprensa periódica. *Correio Braziliense* e *Investigador* em Londres. Serviços reaes prestados pelo *Correio Braziliense*. Liberdade da imprensa para o Brazil. Proposta de uma capital no interior. Inconvenientes do Rio para capital. Annuncio de uma *História da Independência*.

ANNEXO FINAL: AUXÍLIOS CHRONOLOGICOS

1201

Figura 4. Sumário do segundo volume da *História Geral do Brasil* (2ª edição, 1877) de

Francisco Adolfo de Varnhagen

Sumário da *História da Independência* – 1916

INDICE

DAS

Materias contidas no Tomo LXXIX.— Parte I

(HISTORIA DA INDEPENDENCIA DO BRASIL)

	Page.
Relatorio da Comissão Revisora	7
Prefacio.	25
Capitulo I—Desde a Revolução Constitucional até ao regresso de D. João VI para Lisboa.	31
Capitulo II—Reunião das Côrtes de Lisboa, suas primeiras resoluções até fins de 1821 e nomes dos Deputados do Brasil.	83
Capitulo III—As Côrtes de Lisboa depois da chegada dos principaes Deputados do Brasil, noticia dos principaes dêstes, e impressão nellas produzida pelos acontecimentos que se associaram ao «Fico».	95
Capitulo IV—Regencia de D. Pedro até á entrada de José Bonifacio no ministerio, depois do «Fico» e da partida de Avilez	106
Capitulo V—Desde a partida de Avilez até á profissão maçonica do Principe depois dos seus dous manifestos.	146
Capitulo VI—Jornada a S. Paulo e proclamação da Independencia	177
Capitulo VII—Planos forjados para fazer cair o ministerio e reintegração deste. Successos até á coroação no 1º de Dezembro	213
Capitulo VIII—Desde a aclamação no 1º de Dezembro até á reunião da Constituinte	231
Capitulo IX—A Constituinte e sua dissolução.	248
Capitulo X—Tractado do reconhecimento da Independencia, de 29 de Agosto de 1825.	321

Figura 5. Sumário da *História da Independência* (1ª edição, 1916) de Francisco Adolfo de Varnhagen publicada na Revista do IHGB, nº 89, 1916.

Sumário da *História da Independência* – 1916

598 INDICE

Provincias :	Pagas.
Bahia	353
Alagoas	393
Pernambuco	396
Parahyba	441
Rio Grande do Norte	444
Ceará	447
Maranhão	461
Pará	492
Notas da commissão:	
Prefacio	503
Documentos que acompanham a charta do dr. B. Franklin	
Ramiz Galvão	505
Capitulo I	515
Capitulo II	521
Capitulo III	525
Capitulo IV	533
Capitulo V	536
Capitulo VI	540
Capitulo VII	542
Capitulo VIII	544
Capitulo IX	550
Capitulo X	563
Bahia	569
Sergipe	577
Alagoas	578
Pernambuco	579
Parahyba	582
Rio Grande do Norte	583
Ceará	586
Maranhão	588
Pará	593
Errata	595

007 — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1917

Figura 5. Sumário da *História da Independência* (1ª edição, 1916) de Francisco Adolfo de Varnhagen publicada na Revista do IHGB, nº 89, 1916.